

Sumário

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 35, n. 2

ARTIGOS

Estrutura de sentimento e autobiografia em <i>O campo e a cidade</i> Luiz Carlos Jackson, Ugo Rivetti e Dimitri Pinheiro	5
Interações entre origem de classe, raça e gênero no acesso ao topo social no Brasil José Alcides Figueiredo Santos	37
A gestão empresarial das memórias sensíveis: poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro Roberta Sampaio Guimarães e João Paulo Macedo e Castro	63
Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição Oswaldo Truzzi, Rogerio da Palma e Karl Monsma	83
Adeus ao fim da história: uma análise crítica da crise da democracia Dmitri Cerboncini Fernandes e Mariana Cardozo Batista de Oliveira	107
A disputa pelo “universal”: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a arena transnacional das ciências sociais na Guerra Fria (1964-1988) Lidiane Soares Rodrigues	131
Interações socioestatais: aspectos epistemológicos e contribuições a partir da Abordagem Estratégico-Relacional e da Perspectiva da Pólis Marcelo de Souza Marques	157
O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas: um estudo de caso em Belo Horizonte Daniely Reis e Ludmila Ribeiro	189

Entre famílias e direito em Axel Honneth: o caso paradigmático das famílias formadas por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais Stanley Souza Marques e Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira	219
--	-----

RESENHAS

Alessandra Simões Paiva, <i>A virada decolonial na arte brasileira</i> Por Luiz Armando Bagolin e Magali dos Reis	239
Stuart Elden, <i>The early Foucault</i> Por Jade Roque e Marcos César Alvarez	245
Maria Eduarda Mota Rocha (org.), <i>Bourdieu à brasileira</i> Por Amurabi Oliveira	255



Contents

Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 35, n. 2

ARTICLES

Structure of feeling and autobiography in <i>The country and the city</i> Luiz Carlos Jackson, Ugo Rivetti and Dimitri Pinheiro	5
Interactions between class origin, race and gender in access to the social top in Brazil José Alcides Figueiredo Santos	37
Business management of sensitive memories: powers, meanings and practices around Cais do Valongo in Rio de Janeiro/RJ Roberta Sampaio Guimarães e João Paulo Macedo and Castro	63
Searching for a pattern of subordination of black populations in Western São Paulo in the post-abolition period Oswaldo Truzzi, Rogerio da Palma and Karl Monsma	83
Farewell to the End of History: A Critical Analysis of the crisis of democracy Dmitri Cerboncini Fernandes and Mariana Cardozo Batista de Oliveira	107
The dispute over the “universal”: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and the transnational arena of social sciences in the Cold War (1964-1988) Lidiane Soares Rodrigues	131
Socio-state interactions: epistemological aspects and contributions from the Strategic-Relational Approach and the Polis Perspective Marcelo de Souza Marques	157
Racial profiling in drug trafficking processes: a case study in Belo Horizonte Daniely Reis e Ludmila Ribeiro	189

Between families and law in Axel Honneth: the paradigmatic case of families
formed by lesbians, gays, bisexuals, transgender people, and transsexuals 219
Stanley Souza Marques and Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira

REVIEWS

Alessandra Simões Paiva, *A virada decolonial na arte brasileira* 239
By Luiz Armando Bagolin and Magali dos Reis

Stuart Elden, *The early Foucault* 245
By Jade Roque and Marcos César Alvarez

Maria Eduarda Mota Rocha (org.), *Bourdieu à brasileira* 255
By Amurabi Oliveira



Estrutura de sentimento e autobiografia em *O campo e a cidade*¹

Luiz Carlos Jackson*

<http://orcid.org/0000-0002-6269-6096>

Ugo Rivetti**

<http://orcid.org/0000-0003-3368-7219>

Dimitri Pinheiro*

<http://orcid.org/0000-0011-7907-9943>

Introdução

Este artigo examina *O campo e a cidade* ([1973] 1990), de Raymond Williams (1921-1988), sob dois aspectos principais. De um lado, pretendemos elucidar os usos e significados da noção “estrutura de sentimento”, que nesse trabalho organiza toda a argumentação, como uma espécie de operador analítico²; de outro, discutimos as frequentes referências autobiográficas, que reforçam seu tom reflexivo e político.

O livro obteve grande sucesso editorial e acadêmico na Inglaterra e nos Estados Unidos, tendo sido resenhado em jornais e revistas de grande circulação – como *The Guardian*, *New Statesman*, *Sunday Times* e *Sunday Telegraph* – e em publicações acadêmicas e culturais de prestígio (*Times Literary Supplement*, *The New York Review of Books*, *Yale Review* e *Times Book Review*). Também deu ensejo a

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil.

1. Uma versão anterior deste trabalho foi discutida no Núcleo de Sociologia da Cultura da USP. Agradecemos às nossas e aos nossos colegas os comentários, críticas e sugestões que ajudaram a aperfeiçoar o trabalho. Também agradecemos a Alejandro Blanco a leitura cuidadosa. Este trabalho contou com o apoio financeiro da Capes.
2. A noção já havia aparecido em diversos outros trabalhos, mas nunca com tanta centralidade. Os livros principais em que foi mobilizada são: *Drama from Ibsen to Eliot* (1952), *Drama em cena* (1954), *Cultura e sociedade* (1958), *The long revolution* (1961), *Tragédia moderna* (1966), *The English novel from Dickens to Lawrence* (1970) e *Marxismo e literatura* (1977).

um documentário apresentado pelo próprio Williams, produzido e veiculado pela BBC em 1979³.

Provavelmente está entre os livros do intelectual galês mais conhecidos no Brasil, sendo publicado pela Companhia das Letras em 1990, com duas reimpressões e, em 2011, uma versão de bolso (sem modificações substantivas)⁴. Dada a recepção significativa do autor nas últimas décadas (Cevasco, 2001; Sayre e Lowy, 1999; Vasconcelos, 2007) e uma vez que diversas pesquisas recentes na área de sociologia da cultura (Passiani, 2009; Ridenti, 2010; Gatti 2015; Oliveira 2016; Santos, 2019; Diniz, 2020) mobilizam “estrutura de sentimento” como instrumento ou objeto de análise⁵, a reconstituição sistemática de seu uso em *O campo e a cidade* representa uma contribuição a esse movimento.

O subtítulo da edição brasileira “na história e na literatura” indica a abrangência e ambição do livro. De modo geral, a análise das estruturas de sentimento cristalizadas em diversas formas expressivas, principalmente poesia e romance, daria acesso às imbricações entre história e literatura, movidas pelo avanço do capitalismo agrário e do industrialismo e afetadas pelas profundas transformações sociais e políticas inerentes a esse processo. Esse instrumento analítico é mobilizado em quase todos os capítulos no interior de uma reconstrução de longa duração⁶. Nosso artigo tem como base o exame de cada uma das ocorrências explícitas desse termo, assim como de referências autobiográficas significativas.

O autor parte do pressuposto de que a literatura integra ativamente um processo histórico complexo. Na via de mão dupla tão característica de seu método, interpreta os textos a partir de sua inscrição histórica e a história por meio da análise literária. Nesse particular, discordamos de De Bolla (1995, p. 177), para quem haveria em *O campo e a cidade* uma mera relação de “justaposição” entre a análise da literatura e as considerações acerca da história econômica e social, e nos alinhamos a Lizzie e John Eldridge (1994, p. 126), segundo os quais o “movimento pendular entre literatura e a experiência social é um aspecto inevitável da abordagem metodológica de Williams”.

3. *The country and the city: A film with Raymond Williams* (1979). Direção: Mike Dibbs. Produção executiva: Christopher Martin. *Where we live now: Five writers look at our surroundings*, BBC (60 min.). Disponível em <<http://mikedibb.co.uk/filmdet.php?filmid=30>>. Acesso em 15 jun. 2020.
4. Seguiremos a tradução de Paulo Henriques Britto para a primeira edição de *O campo e a cidade* (Companhia das Letras, 1990). No caso de eventual discordância, incluiremos o termo original entre parênteses ou proporemos soluções alternativas assinaladas por nota.
5. Sobre a noção de estrutura de sentimento, na bibliografia internacional, ver: Wallis (1993), Higgins (1999); Filmer (2003) e Middleton (2020).
6. Em contraste com livros anteriores como *Cultura e sociedade* e *The long revolution*, nos quais o conceito aparece em capítulos específicos, articulando análises de processos históricos de menor duração.

A opção expressa no subtítulo “na história e na literatura” também sinaliza uma tomada de posição mais ampla no interior das disputas entre críticos literários e historiadores no campo intelectual britânico entre 1920 e 1960. Tais embates foram condicionados pela expansão do sistema de ensino em seus diferentes níveis, com a crítica literária alcançando uma posição de destaque no debate público e a historiografia mais restrita à discussão especializada. O enfrentamento se acirra no Pós-guerra, sobretudo durante a década de 1960, quando os historiadores, contra-atacando os críticos literários, se impõem no debate público (Collini, 2019, pp. 198-199).

A disputa disciplinar, por sua vez, esteve politicamente carregada. Críticos tomaram a literatura como via privilegiada de avaliação sobre a “qualidade da vida” na sociedade inglesa, base de uma crítica ao industrialismo e à suposta degradação cultural por ele acarretada (Williams, [1958] 2011; Lepenies, 1996). Historiadores, ao contrário, assumiam a pesquisa junto aos acervos relativos às atividades política, administrativa e diplomática como padrão de excelência, concedendo ênfase positiva às transformações associadas à revolução industrial e acentuando, por vezes de modo apoloético, os ganhos advindos desse processo (Collini, 2019, p. 7).

Assim, o “movimento pendular” entre literatura e experiência social não teria apenas implicações conceituais e metodológicas, mas também disciplinares e políticas, inscrevendo a produção intelectual de Williams em um espaço mais amplo de forças. Como esperamos evidenciar, essas circunstâncias são especialmente marcantes no andamento da análise empreendida em *O campo e a cidade*, que ora reivindica a crítica literária em contraponto à historiografia marxista, ora converge com esta última para rechaçar o conservadorismo associado àquela.

Bucólico e antibucólico

Começamos pela dedicatória – “Para os trabalhadores rurais que foram meus avós” –, a primeira menção autobiográfica. Ela explicita, desde as primeiras palavras do livro, a ascendência do autor, pelos quatro costados, de trabalhadores rurais. Essa operação é decisiva, pois, violando o preceito cientificista, anuncia deliberadamente um engajamento pessoal e político central ao argumento, dessa forma assumidamente enviesado pela experiência social do autor⁷. Vale notar a opção por “trabalhadores rurais” (ao invés

7. A estratégia tem em *As utilizações da cultura*, publicado em 1957 por Richard Hoggart, um precedente decisivo. Nesse livro a experiência biográfica é um recurso ainda mais direto e constitutivo da argumentação. Numa resenha ao livro, na primeira hora, Williams ([1957] 1993, pp. 106; 110) elogia o esforço no sentido de superar *Fiction and the reading public*, de Quenie Leavis, examinando os documentos tendo em vista um público leitor constituído por pessoas reais. Ao tentar compatibilizar métodos da crítica literária com observação pessoal e social – “escrevendo não como visitante, mas um nativo” –,

de “camponeses”), pela qual o autor postula equivalência estrutural com trabalhadores urbanos, enquanto os termos “campesinato” e “proletariado” marcariam uma diferença importante entre tais grupos⁸.

A explicitação da origem social, geográfica e familiar tem continuidade imediata no primeiro capítulo (“Campo e cidade”). Após enunciar o problema geral, reconstituindo esse contraste a partir de seus significados comuns, bem como os valores positivos e negativos que lhes são associados, há uma longa reflexão autobiográfica, da qual destacamos um trecho eloquente:

Essa importância [da oposição entre campo e cidade na experiência social britânica] pode ser formulada, terá de ser avaliada, enquanto problema geral. *Vale dizer logo de início, porém, que, para mim, a questão sempre foi pessoal, desde que me tenho por gente* (Williams, 1990, p. 13, grifos nossos).

Williams se refere inicialmente ao seu nascimento em uma aldeia (*village*) na fronteira do País de Gales com a Inglaterra, na qual as transformações típicas do desenvolvimento capitalista se faziam presentes: “eu as vi concretamente” (p. 13) – já revelando a impropriedade das representações sobre o campo como uma realidade apartada, estável ou atemporal. Na sequência, logo após arrolar imagens recorrentes em sua memória, ele menciona o pai e o avô, ambos trabalhadores rurais deslocados para outras atividades: o primeiro como sinaleiro da via férrea e o segundo na condição de trabalhador braçal numa rodovia.

O arremate do capítulo se refere à migração entre campo e cidade envolvendo a experiência do próprio Williams, de quem se moveu entre esses espaços mediante educação formal, alcançando o topo do sistema intelectual inglês, primeiro como aluno e mais tarde como professor em Cambridge. Num comentário ácido, ele afirma que viria a conhecer a “realidade” do campo na universidade, por meio de pesquisadores ou autores sem nenhuma relação direta com a sociedade rural e menos ainda com os trabalhadores. O mal-estar é explicitado pela admissão do caráter problemático de sua conversão em um intelectual acadêmico da mais alta estirpe.

Hoggart teria ampliado a discussão, mas encontrado “problemas literários” que não teria conseguido equacionar satisfatoriamente. Sugestivamente, o próprio resenhista admite não saber “como esse mundo de fatos e sentimentos poderia ser mediado, a não ser por termos tradicionalmente imaginativos”. A ressalva deixa entrever os contornos do projeto intelectual a que o próprio Williams se dedicaria, quer sob forma de romance, quer academicamente. Não soa despropositado tomar justamente estrutura de sentimento como o modo por excelência de operar aquela mediação.

8. Essa posição envolve um debate importante no interior do marxismo inglês: o estatuto dos grupos sociais, especialmente os dominados, na longa transição entre o feudalismo e o capitalismo na Grã-Bretanha.

A partir do capítulo 2, “Um problema de perspectiva”, a inscrição autobiográfica associa-se à descrição e à análise das sucessivas “estruturas de sentimento” acerca das transformações do campo e da cidade e de suas inter-relações, sobretudo no que se refere ao modo como os trabalhadores rurais são figurados. A memória e a experiência de Williams oferecem contraponto às estruturas de sentimento examinadas e suas variações, permitindo-lhe sopesar o viés inerente a cada uma delas. Esse *modus operandi* confere ao livro uma ênfase reflexiva e política permanente, dada pela identificação pessoal com as situações vivenciadas pelos trabalhadores rurais na sociedade inglesa em transformação⁹.

A 1ª ocorrência de estrutura de sentimento se dá justamente ao final desse segundo capítulo. O autor identifica na Inglaterra valorização reiterada do passado e da vida tradicional rural. Ele demonstra que os escritores do final do século XIX datam o campo “tradicional” em meados desse século, os deste último período, por sua vez, no final do século XVIII e assim sucessivamente, até os primórdios do capitalismo agrário no início do século XVI. Desse modo, o que era revalorizado recorrentemente como mundo tradicional estável e harmonioso consistia, de fato, em etapa do longo desenvolvimento capitalista inglês, vista sob a óptica específica de cada situação presente. Essas considerações desembocam em uma reflexão metodológica no último parágrafo:

As testemunhas que citamos levantam questões de perspectiva e fatos históricos, porém também levantam questões de perspectiva e fatos literários. As coisas que elas dizem não são todas ditas em uma mesma modalidade de discurso. Enquanto fatos, variam de falas de peças teatrais e trechos de romances a argumentações de ensaios e anotações de diários. Quando os fatos em questão são poemas, são também – o que talvez seja de importância crucial – poemas de tipos diferentes. Só poderemos analisar essas importantes *estruturas de sentimento* se fizermos tais discriminações críticas desde o início (*Idem*, pp. 25-6)¹⁰.

Essa ocorrência é única do livro e das poucas nos trabalhos de Williams que enfrentam mais diretamente o estatuto metodológico do conceito, deixando entrever a intenção de não o enrijecer e, sim, de ajustá-lo em cada pesquisa (e a cada passo da argumentação) em função do problema em discussão. Ainda que esta não seja uma

9. A perspectiva autobiográfica não se restringe a *O campo e a cidade*. Como destacado por David Simpson (1995, pp. 31-32), os trabalhos de Williams encerram uma voz muito particular. Qualquer que seja o caráter (crítico, criativo ou jornalístico), o autor sempre assumiria um modo de escrita “dramático”, pelo qual apresentaria sua própria experiência como historicamente representativa.
10. No original quase todas as ocorrências do conceito estão no singular: *structure of feeling*. Essa primeira é a única exceção, mas apenas o primeiro termo (*structures*) é flexionado. Em função disso, optamos por manter a tradução consolidada pela edição brasileira nos trechos citados, mas ajustando a grafia.

definição sistemática, alguns elementos são explicitados. A estrutura de sentimento permitiria restituir os liames entre “fatos literários” e “fatos históricos”, atentando às perspectivas assumidas pelos autores em função de sua posição social e cristalizadas em materiais expressivos diversos, como romances, peças de teatro, ensaios, diários e poemas. Além disso, vale notar, no final da passagem, a centralidade conferida à crítica literária (repondo de forma discreta o embate com a historiografia referido anteriormente).

A 2ª ocorrência se dá na metade do capítulo 3, “Bucólico e antibucólico” (*Pastoral and counter-pastoral*), já delineando a operação recorrente de deciframento de um determinado material literário:

No entanto, no centro da *estrutura de sentimento* em questão – uma relação entre as mansões senhoriais e uma civilização responsável – encontram-se os poemas dedicados a lugares e homens específicos: destes, os mais notáveis são “Penhurst” e “To Sir Robert Wroth”, de Ben Jonson, e “To Saxham”, de Thomas Carew. Não são poemas bucólicos nem neobucólicos numa acepção mais restrita, mas utilizam uma versão mais específica da vida campestre para exprimir, por meio de um elogio de uma casa e de seu proprietário, certos valores sociais e morais (*Idem*, p. 46).

O material analisado tanto no capítulo em questão quanto no seguinte – “Idades do ouro” (*Golden ages*) – é formado por um conjunto de poemas do século XVII que celebrava o campo e as mansões senhoriais em oposição à cidade e à corte. Não obstante, essas novas construções viriam a simbolizar a consolidação do capitalismo agrário inglês, em oposição aos castelos feudais, representativos da fase anterior. Tais poemas realizariam a apologia de uma classe proprietária já capitalista à qual os próprios poetas se encontravam subordinados através do patronato. Desse modo, a estrutura de sentimento cristalizava as disputas internas aos grupos dominantes, negligenciando o caráter capitalista da economia rural e suas inter-relações com a cidade, além de ignorar a existência dos trabalhadores. Desse ponto de vista, aliás, mesmo que houvesse nesses poemas algum grau de resistência à nova ordem capitalista, Williams adverte que a anterior (feudal) era “tão dura e brutal como qualquer outra que a tenha sucedido” (p. 59).

É logo no início do quarto capítulo que se dá a 3ª ocorrência:

A *estrutura de sentimento* dentro da qual essa referência ao passado deve ser entendida, portanto, não é basicamente uma questão de explicação e análise histórica. O que é realmente importante é esse tipo específico de reação à mudança, e isso tem causas sociais mais concretas e mais interessantes (*Idem*, p. 56).

Devemos notar mais um componente importante, do ponto de vista metodológico. O deciframento da estrutura de sentimento permitiria elucidar a “reação à mudança”. Em *O campo e a cidade*, em termos históricos, o problema geral seria o das reações cristalizadas na literatura a respeito do desenvolvimento capitalista inscrito numa longa temporalidade cujo eixo seria menos o declínio da ordem em vias de superação e mais “o crescimento vigoroso” da que lentamente se impôs e se tornou dominante após a Guerra Civil (1642-1651) e a Restauração (1688-1689). Teria sido então que “o novo tipo de proprietário rural por fim subiu ao poder”, estabelecendo as mansões senhoriais (em substituição aos castelos feudais) como “os centros visíveis do novo sistema social” (p. 61). Outro aspecto importante dessa transição teria relação com as diversas frações das classes intermediárias, diferencialmente atingidas pelo avanço desse novo sistema social. No entanto, a instabilidade das posições alcançadas – em função de novos ciclos de incorporação e cercamento de terras – acabaria minando as possibilidades de progressão tanto desses grupos intermediários como das atitudes intelectuais a eles identificadas, como seria o caso de Thomas More (1478-1535) em *Utopia*.

A 4ª ocorrência desponta no início do capítulo “Cidade e campo” (*Town and country*):

No entanto, a *estrutura de sentimento* resultante não se baseia apenas na ideia de um passado mais feliz. Apoiar-se também numa outra ideia de inocência, associada à primeira: a inocência rural dos poemas bucólicos, neobucólicos e reflexivos. A chave de sua compreensão é o contraste entre, de um lado, o campo e, de outro, a cidade e a corte: aqui natureza, lá mundanidade (p. 69).

A passagem recupera o embate entre vida campestre e urbana, cujos significados aparentes e reais são discriminados a partir das comédias em voga no reinado de Jaime I (1603-1625) e na Restauração. Sem minimizar as disputas envolvendo grandes (aristocracia) e médios proprietários (a pequena nobreza ou *gentry*), grandes comerciantes, advogados e políticos –, Williams reconstitui os vínculos entre elas, condicionados pela economia capitalista em desenvolvimento e pelas formas de integração social vigentes, sobretudo, por meio do mercado matrimonial. O final do capítulo afirma uma posição mais alinhada aos reclamos dos historiadores marxistas, advertindo que enquanto a literatura expressava as tensões envolvendo as frações da classe dominante, velava o conflito entre proprietários e trabalhadores. Este seria então invisibilizado pela “ficção ‘cidade e campo’”, que teria como lógica “promover comparações superficiais e impedir comparações reais” (p. 79).

No meio do sexto capítulo, “Assim escolhem seu próprio destino” (*Their destiny their choice*), dá-se a 5ª ocorrência, após a análise de *Upon appleton house*, escrito por Andrew Marvell (1621-1678). Esse poema trata da acomodação após o processo revolucionário compreendido entre 1640 e 1688, que se baseou na transação de propriedades envolvendo vitoriosos e perdedores – caso da referida mansão senhorial, construída no lugar de um antigo convento católico –, bem como do significado ambivalente das transformações políticas e econômicas em curso:

O que terminou resultando dessas complicadas transações foi uma *estrutura de sentimento* muito diferente. O poema de Marvell é realmente característico de uma fase de transição: exprime sentimentos contraditórios em relação a uma velha e a uma nova ordem. Ele nos faz ver a insensatez das tentativas de encaixar todos os poemas sobre mansões senhoriais numa única tradição, como se aqueles que as ocupavam formassem uma única linhagem, sem descontinuidades. Em suas formas extremas, tais tentativas representam uma autêntica reificação das casas em si: as casas, e conseqüentemente, seus moradores tornam-se sinais visíveis de uma ordem, muito embora tal ordem estivesse constantemente sendo reconstituída pela formação política e econômica de uma nova aristocracia e, depois, de um novo capitalismo agrário (p. 84).

Haveria, portanto, uma mudança progressiva nos poemas sobre as casas senhoriais, desde aqueles que, embora referidos a propriedades cuja produção agrícola já se dirigia ao mercado¹¹, como “Penhurst” (1616) e “To Saxham” (1640), as celebravam em função de seus supostos valores tradicionais, aos que, de *Upon appleton house* até a “Epistle to Bathurst” (1733) e a “Epistle to Burlington” (1731), de Alexander Pope (1688-1744), tendiam a absorver as mudanças em curso como desejáveis, contanto que houvesse alguma caridade como contrapeso ao empobrecimento dos trabalhadores¹².

No entanto, a mudança central se refere ao estatuto da propriedade fundiária (bem como das relações sociais e trabalhistas envolvidas), que deixa de ser vista como herança natural para assumir caráter efetivamente capitalista: “subordinada às utilizações do dinheiro e ao investimento produtivo” (p. 86). Ao longo desse mo-

11. Descritas por Eric Hobsbawm no capítulo sobre a Revolução Industrial de *A era das revoluções*.

12. Embora Williams não leve tanto em conta esse problema, vale notar que parcela expressiva dos escritores no período pertenciam à Igreja anglicana – os clérigos ou párocos responsáveis pelos presbitérios, personagens recorrentes nos romances ingleses dos séculos XVIII e XIX. Tal grupo era formado nas universidades de Cambridge e Oxford, experiência que possivelmente lhes conferia alguma independência de opinião em relação aos grandes e pequenos proprietários, dos quais descendiam e para os quais prestavam serviços religiosos e intelectuais. O ponto de vista deles, em relação à nobreza, seria mais sensível às classes dominadas.

vimento, a “obra do homem” passou a ser mais valorizada do que o “paraíso natural desordenado” e uma nova estrutura de sentimento (6ª *ocorrência*) viria à tona na forma de uma “ética do melhoramento”¹³:

Boa parte da *Epistle to Burlington* está bem próxima do cerne da importante tradição setecentista de construção de casas e tratamento paisagístico, na qual, como sinal exterior da nova ética do melhoramento, o campo foi reformado e redesenhado. Trata-se da condenação do ostentar fútil dos palácios ociosos, como Jonson ou Marvell o teriam dito, mas é também uma recomendação consciente a respeito de como se deve construir uma casa, fazer um parque ou jardim – enfim, de como melhorar a Natureza: “Que nunca seja esquecida a Natureza/ Qual fosse a Deusa donzela linda e sadia, / Nem toda nua, nem ornada em demasia”. Nessa recomendação persuasiva, toda uma nova *estrutura de sentimento* se explicita, como parte de uma nova economia (p. 87).

O capítulo 8, “Os fios da natureza”, nos interessa sobremaneira, pois contém cinco ocorrências, além de articular estrutura de sentimento e experiência biográfica. Vejamos a 7ª *ocorrência* logo no parágrafo inicial:

É no século XVIII, o século de Young – nas mudanças e contradições daquela Inglaterra rural que ele ao mesmo tempo ajudou a promover e eternizou melhor do que ninguém –, que encontramos não apenas a conciliação benévola de Fielding e os temores desesperados e específicos de Richardson, mas também uma versão social nova e mais séria da paz e virtude perdidas da vida rural. Os poemas sobre arrendatários felizes, o eu idealizado e independente da tradição bucólica reflexiva, são sucedidos por poemas sobre perda, mudança, pesar: aquela *estrutura de sentimento* simultaneamente comovente e meditativa, de horror e retraimento captada com tanta exatidão no dístico de Goldsmith: “Neste exato momento julgo ver/ As virtudes do campo a morrer” (p. 97).

Aqui desponta a ambivalência que acompanha a aceleração das mudanças em curso na economia agrária, expressa tanto pela valorização dos melhoramentos – dado o “aumento da produção e da exportação de cereais” (p. 99) – como por uma reserva crescente em relação às suas consequências negativas, sobretudo para os trabalhadores. É justamente a menção direta a estes num poema de James Thomson (1700-1748) que constitui o elemento inovador, ensejando inclusive a 8ª *ocorrência* do termo (a segunda do capítulo):

13. *Morality of improvement*, no original. A palavra “melhoramento” se refere tanto às mudanças estéticas da casa e do jardim, como à introdução de novas técnicas de produção agrícola e relações de trabalho capitalistas.

Esses “parceiros”, os pobres, haviam sido o elemento excluído do panegírico da ordem e da abundância, e é no reconhecimento cada vez mais explícito de sua existência que mudou a *estrutura de sentimento*. Thomson chega mesmo ao reconhecimento relativamente novo – trata-se basicamente de uma “descoberta” das classes superiores instruídas do século XVIII – de que “os pobres” não são apenas um ônus para a caridade, um peso morto na economia, e sim os verdadeiros produtores das riquezas: “Assim, senhores/ Pensai na dura mão trabalhadora/ Que vos mantém no ócio e na elegância” (p. 101).

Tal “descoberta” suscitaria um novo “tom de retraimento melancólico e pensativo” (p. 101) – como no poema de William Cowper (1731-1800), do qual o título do capítulo foi extraído. A valorização da economia capitalista é então matizada pela percepção do processo disruptivo que engendra.

Visando a aprofundar a caracterização dessa estrutura de sentimento, Williams estabelece comparação com uma anterior, marcadamente conservadora, flagrada em trechos do poema “A thanksgiving”, de Robert Herrick (1591-1674)¹⁴. Nesse ponto, o autor recorre novamente à memória. Ele conta que teria lido o tal poema ainda criança numa coletânea adotada no curso noturno frequentado por seu pai. A autocomiseração fingida e obsequiosa expressa pelos versos lhe provocara raiva. Anos mais tarde, essa primeira impressão se confirmaria ao ler outro poema de Herrick, contrariando, assim, a avaliação favorável ao poeta então predominante em Cambridge. O relato ressalta o alinhamento de Williams com os trabalhadores rurais, o viés engajado que essa posição atribui à sua análise e sua inserção tensa no *establishment* acadêmico britânico.

De qualquer forma, a superação daquele ponto de vista ingênuo e apaziguador seria o passo decisivo para a mudança de tom flagrada em poemas como “Rural elegance”, de William Shenstone (1714-1763), como se pode ver pela 9ª ocorrência (terceira do capítulo): “É esse adeus à simplicidade que constitui o elemento fundamental da nova *estrutura de sentimento* (p. 105)”.

Entretanto, o “adeus à simplicidade” não se daria de uma vez por todas e Williams nota a justaposição das visões apaziguadora e realista em diversos materiais poéticos. Essa tensão é discutida na 10ª ocorrência (quarta do capítulo):

Não há como conciliar as duas visões: a felicidade dos “vales frescos e isolados” e o reconhecimento do poder repressivo da “miséria fria”. Mas, no contexto dessa *estrutura de*

14. “Senhor, me deste uma casinha/ Bem pequenina,/ Telhado humilde, resistente/ À chuva e ao vento [...]/ A porta é baixa e mofina,/ Qual a minha sina,/ Mas está sempre aberta aos pobres/ Que a ela acorrem” (pp. 103-104).

sentimento, as ambiguidades do apelo à simplicidade foram temporariamente contidas e mediadas (p. 107).

Essas ambiguidades seriam progressivamente desfeitas em favor de uma polarização com contornos mais definidos, cujos primeiros sinais são identificados no poema “The deserted village”, de Oliver Goldsmith (1728-1774), conforme a 11ª ocorrência do termo (e última do capítulo):

Aqui, com uma precisão excepcional, é projetado aquilo que posteriormente podemos denominar [*estrutura de sentimento* romântica] – a afirmação da natureza em oposição à indústria e da poesia em oposição ao comércio; o isolamento da humanidade e comunidade na ideia de cultura, em oposição às pressões sociais concretas da época. Podemos captar seus ecos com exatidão em Blake, Wordsworth e Shelley (p. 113; intervenções nossas)¹⁵.

O restante do capítulo prossegue examinando a transição ao romantismo a partir da produção poética de John Langhorne (1735-1779), que sedimenta o agravamento das condições sociais dos trabalhadores rurais com o avanço do capitalismo. O surgimento de um contingente de pessoas em situação de penúria e “vadiagem” seria efeito da incapacidade do sistema de justiça e do aparato estatal em geral de remediar esse processo, cuja causa, entretanto, não seria percebida pelo poeta. Sua posição social – ele era casado com a filha de um proprietário e se tornara juiz de paz –, bloquearia a percepção do envolvimento direto de sua própria classe na dissolução da comunidade rural.

A migração, como uma das alternativas abraçadas pelos trabalhadores que haviam perdido seu lugar no novo sistema econômico, é entendida pelo poeta como causa do desajuste e não como uma consequência. Esse argumento, que teria longa continuidade na literatura inglesa – a ponto de ser mobilizado por T. S. Eliot (1888-1965) já no século XX – é contestado por Williams através de outra reflexão autobiográfica, na qual o êxodo não resulta de desapego pela aldeia, mas da impossibilidade de nela permanecer:

Também conheço esse problema na carne: não apenas porque tive de sair de minha aldeia para estudar e para desenvolver um tipo específico de trabalho, mas também porque toda a região onde nasci vem sofrendo um processo terrível de perda de população, porque as pessoas não conseguem mais ganhar a vida lá. Quando me deparo com a idealização do sedentarismo não preciso tomar emprestado o primeiro sentimento: sei exatamente o que significa a vizinhança

15. *Romantic structure of feeling*, no original.

nessa acepção exata e o que significa ter de partir e separar-se dela. Porém sei também por que as pessoas têm de partir, por que tantos membros de minha família foram embora. Assim, encaro a idealização do sedentarismo em sua versão lítero-histórica mais comum, como uma indiferença insolente às necessidades da maioria das pessoas (p. 120).

O capítulo 9, “Criado para ser lavrador”, pode ser entendido como desfecho de uma primeira parte do livro (a contar do segundo capítulo), centrada na análise das poesias sobre as mansões senhoriais. Talvez se possa resumir o argumento de Williams até aqui pelo contraste entre duas estruturas de sentimento típicas, bucólica e antibucólica: a primeira, próxima de uma ideologia da mansão senhorial, e a segunda, em contraponto, de “intenções realistas” (p. 127)¹⁶. A lenta transformação sofrida pela estrutura de sentimento desde “Penhurst” e “To Saxham” até a reação de Crabbe constitui, então, o eixo argumentativo dessa primeira parte, sintetizada na *12ª ocorrência*:

“Pois a verdade, ainda que expressa em poesia/ É que campeia nas aldeias a agonia.” Agora torna-se mais fácil compreender a insistência de Crabbe. A observação é a mesma de Goldsmith e Langhorne, porém inserida numa nova *estrutura de sentimento*, que pode dispensar a retrospectiva. O que se vê dentro de uma convenção nova é um contraste social existente e ativo. A energia desta convenção nova provém da rejeição da velha: uma rejeição do bucólico (p. 124).

A “intenção realista” de Crabbe em “The village” – viabilizada pela independência em relação aos proprietários que a posição de clérigo lhe conferia – pode ser verificada pelas constantes menções aos trabalhadores, respaldando a afirmação de que o escritor teria alcançado uma visão mais sensível a essa classe. Ainda assim, ele não teria conseguido romper completamente com a perspectiva bucólica, pois continuou desconsiderando os fatores que produziam a pobreza – o desenvolvimento capitalista da produção agrícola e a orientação mercantil do proprietário –, detendo-se na proposta de assistência aos indigentes. Portanto, se Crabbe demonstra uma “intenção realista”, a consciência objetiva que Williams cobra atribuiria sem concessão à classe proprietária e às suas mansões senhoriais a responsabilidade direta pela exploração econômica e pela disparidade entre as condições de vida das classes dominantes e dominadas¹⁷.

16. Na primeira ocorrência do termo “estrutura de sentimento” de *Cultura e sociedade*, Williams afirma que as “mudanças de convenção só ocorrem quando existem mudanças radicais na estrutura de sentimento geral” (p. 63), e parece ser justamente o que se dá aqui, na passagem do bucólico para o antibucólico.

17. A solução ambígua de Crabbe, segundo nossa interpretação, teria como base a ambivalência de sua

Do capitalismo ao industrialismo

No capítulo 10, “Cercamentos, terras comunais e comunidades”, há uma digressão histórica que sintetiza o argumento e explicita o processo subjacente à evolução das estruturas de sentimento (*13ª ocorrência*):

No entanto, em certo sentido a questão dos cercamentos, situados no período específico de eclosão da Revolução Industrial, pode ter o efeito de desviar nossa atenção da verdadeira história e tornar-se um elemento de uma visão mítica muito sedutora da Inglaterra moderna, segundo a qual a transição da sociedade rural para a industrial é encarada como uma espécie de decadência, a verdadeira causa e origem dos nossos problemas e convulsões sociais. É imensa a importância desse mito para o pensamento social moderno. É uma das fontes principais daquela *estrutura de sentimento* que começamos a examinar: um perpétuo recuo a uma sociedade “orgânica” ou “natural”. Mas é também uma fonte importante daquela última ilusão protetora da crise de nossa época: a ideia de que não é o capitalismo que nos está prejudicando, e sim o sistema mais visível e mais facilmente isolável do industrialismo urbano (p. 137).

Para Williams, a emergência do industrialismo urbano não deveria ser pensada fora do processo mais abrangente, de longa duração, de desenvolvimento capitalista que inclui a economia rural, o comércio, as manufaturas, ou seja, a totalidade do sistema econômico. Nessa direção, a intensificação dos cercamentos e a Revolução Industrial seriam desdobramentos do desenvolvimento capitalista e não processos inteiramente novos. Na sociedade rural essas transformações implicaram expansão das terras cultivadas, concentração da propriedade, expulsão dos trabalhadores e avanço progressivo do “sistema econômico de proprietário, arrendatário e trabalhador” (p. 151).

O restante do capítulo permite vislumbrar qual seria a consciência política mais realista e consequente, segundo a percepção de Williams. Mobilizando novamente sua própria trajetória social, ele defende que a causa dos processos disruptivos seria a exploração econômica brutal vigente no capitalismo agrário inglês, levada a cabo pela classe proprietária e simbolizada na mansão senhorial:

Sempre tive a impressão, com base em certas experiências familiares relevantes, que a distância ou ausência dessas “grandes mansões” dos proprietários pode ter uma importância crucial

posição social, por um lado dependente (porque os presbitérios estavam localizados no interior das terras da nobreza, e os clérigos dependiam da indicação dos nobres para ocupá-los), por outro, independente (porque os clérigos eram autoridades religiosas e tinham formação acadêmica).

para a sobrevivência de uma manifestação tradicional do espírito comunitário: a tolerância para com os vizinhos (p. 148).

A expressão “terra rica, trabalhadores pobres” (p. 154), de William Cobbett (1763-1835), um dos “Três escritores da região de Farnham” – título do capítulo 11 –, demarcaria a emergência de uma nova variante da estrutura de sentimento antibucólica (*14ª ocorrência*), mais nitidamente identificada com os trabalhadores e crítica à exploração que os afetava diretamente:

A estrutura de sentimento que até então vigorava, de apelos diretos e discriminações morais internas – a argumentação moral, a advertência moral de um Goldsmith ou um Crabbe –, necessariamente se transformou numa ordem de pensamento e sentimento diferente. A maturidade do capitalismo enquanto sistema estava forçando o surgimento de uma organização sistemática de oposição a ele (p. 157).

Essa consciência realista implicaria uma mudança de convenção por meio da qual a interação entre as classes veio a se tornar o eixo de um novo tipo de romance, sobretudo a partir da década de 1830. Mudança parcialmente incorporada por Jane Austen (1775-1817), apresentada no capítulo como contraponto à perspectiva de Cobbett. Embora radicados na mesma região e atentos às mesmas transformações, assumiam pontos de vista distintos, o dela alheio aos trabalhadores e centrado na interação entre as frações da classe dominante, condicionados por origens sociais muito diferentes – ele era filho de um pequeno fazendeiro, e ela de um clérigo oriundo da pequena nobreza (*gentry*)¹⁸: “Cobbett e Jane Austen representam duas visões, duas perspectivas em contraste, dentro de uma mesma região” (p. 164)¹⁹.

Outra variante da estrutura de sentimento antibucólica emergiria com os poetas românticos do início do século XIX, analisados no capítulo 13, “A linguagem verde”, momento em que uma nova concepção de natureza se associa a uma experiência poética igualmente nova. Embora não haja menção explícita²⁰, a argumentação é

18. O título alude a três escritores, dos quais o terceiro, Gilbert White, é menos importante no desenvolvimento do capítulo e também para a nossa argumentação.

19. Talvez a visão de Williams sobre Jane Austen pudesse ser mais favorável, entretanto, se ele levasse em conta as relações de gênero. Ela responde ao contexto como uma representante da pequena nobreza, mas também como mulher, valendo notar o peso das autorias femininas no romance inglês. De qualquer forma, o que mais interessa a Williams é a percepção fina, pela autora, das interações entre as diversas frações das classes dominantes, em torno da grande questão do mercado matrimonial e das tensões entre campo e cidade, o primeiro claramente privilegiado por Austen como o espaço de uma vida autêntica, sobretudo, para a nobreza educada, tão valorizada e à qual ela pertencia.

20. Se não há uma afirmação explícita nessa direção, existem algumas passagens que fundamentam essa

similar à desenvolvida no capítulo “O artista romântico”, de *Cultura e sociedade*, que apontava “uma mudança radical [...] nas ideias de arte, do artista e de seu lugar na sociedade” (Williams, [1958] 2011, p. 56). É no quadro dessas transformações que se deve entender a nova posição social do poeta, de maior autonomia (o artista não estaria mais submetido ao patronato, ou à Igreja anglicana, mas sim ao mercado), base, por sua vez, dessa variante (*15ª ocorrência*) incorporada por autores como John Clare (1793-1864):

Desse modo, uma postura radical de isolamento, silêncio e solidão tornou-se o único veículo da natureza e da comunidade, em contraposição aos rigores, à abstinência fria, à prosperidade egoísta da sociedade normal. É uma *estrutura de sentimento* complexa, mas nela se inaugura uma fase decisiva do que ainda temos de denominar literatura rural (p. 183).

A “natureza” inscrita nos poemas seria a condensação da “imaginação criadora” do artista, única capaz de acessar a realidade profunda da vida e sobretudo da natureza. Mas Clare era, além de “artista romântico”, um “poeta trabalhador”, e essa origem social implicaria, também, um ponto de vista mais realista e crítico sobre as transformações em curso, especialmente com relação aos cercamentos. No mesmo capítulo há mais duas menções formalizadas ao termo (*16ª e 17ª ocorrências*), expressivas dessas disposições conjugadas (do artista romântico e do trabalhador rural):

E então se torna muito relevante a escolha do primeiro adjetivo usado para qualificar o responsável pelos cercamentos: “insensível”. Isto tem a ver com a *estrutura de sentimento* que estava começando a se formar, de Goldsmith aos poetas do romantismo, e que é particularmente visível em Clare: a perda do “velho campo” é uma perda de poesia; o cultivo dos sentimentos naturais é empobrecido pelas consequências dos melhoramentos advindos do cultivo da terra; a riqueza, além de dura e cruel, é insensível – isto é, falta-lhe sensibilidade estética (p. 192).

Tanto nessa ocorrência como na seguinte, Williams nota tanto a valorização romântica da natureza quanto a visão crítica sobre os melhoramentos:

Como visão da expropriação do trabalho pelo capital, isto é perfeito. Mas a *estrutura de sentimento* na qual se situa pressupõe que o que está sendo mais claramente destruído pela riqueza é a “Natureza”: aquele mundo rural tal como era, no passado e na infância, que é destruído tanto pelo tempo quanto pelas mudanças (p. 193).

afirmação, como a seguinte: “Porém era um novo tipo de poeta, assim como um novo tipo de natureza, que estava sendo formado” (p. 185).

A origem familiar de Clare (filho de agricultor) ensejaria ainda mais uma referência autobiográfica, reforçando novamente a perspectiva analítica do crítico, orientada, como vimos, por sua identificação com os trabalhadores rurais: “Um século e meio depois, reconheço o que Clare descreve: árvores específicas e um determinado riacho onde brinquei na infância desapareceram exatamente desse modo, em anos recentes, numa operação de melhoramento de terras não aproveitadas” (p. 193).

A partir do capítulo 14, “Transformações na cidade” (*Change in the city*), a análise é deslocada para um novo momento da relação cidade e campo, decorrente da Revolução Industrial. Se até então aquela (e Londres, especialmente) “era o produto extraordinário de um capitalismo agrário e mercantil, no contexto de uma ordem política aristocrática”, a partir do século XIX ela “seria uma criação do capitalismo industrial” (p. 205). A passagem de uma para a outra suscitaria representações ambivalentes em poemas, romances e ensaios. Diferentes autores desse contexto – Henry Fielding (1707-1754), Adam Smith (1723-1790), William Blake (1757-1827), William Wordsworth (1770-1850) e Cobbett – compartilhariam uma nova perspectiva, dada pela experiência urbana e por “um novo complexo de relações físicas e sensoriais” (p. 210). Esse complexo constituiria a matéria mesma dos romances de Charles Dickens (1812-1870), escritor analisado no capítulo seguinte (“Gente da cidade”), no qual a noção de estrutura de sentimento é mobilizada para apreender o seu “método da ficção”:

Esse método é realmente notável. Naturalmente, baseia-se em certas propriedades do idioma: percepções de relações entre pessoas e coisas. Mas em Dickens ele tem uma importância crucial. É uma maneira consciente de ver e mostrar. A cidade aparece ao mesmo tempo como fato social e paisagem humana. O que é dramatizado nela é uma *estrutura de sentimento* muito complexa (p. 220).

Essa estrutura de sentimento (*18ª ocorrência*) refere-se especificamente a Londres, e não às cidades industriais. Ao contrário destas e de sua tendência à uniformidade, a metrópole seria caracterizada pela heterogeneidade e pela “aleatoriedade aparente”, derivadas, na verdade, de uma cidade antiga em transformação. Nessa direção, a contradição ou o paradoxo entre “o aleatório e o sistemático, o visível e o oculto” (p. 216) seria o núcleo dessa estrutura de sentimento. O que os romances de Dickens “dramatizam” é justamente a percepção da mudança constante e da emergência de uma nova ordem concentrada na metrópole que era “a capital de uma economia e uma sociedade complexas, nacionais e transnacionais” (p. 215). O “tipo de observação” que não encara a cidade e seus personagens de maneira maniqueísta nem teleológica seria a marca distintiva de Dickens, problematizando as relações entre os

indivíduos, as instituições sociais e a cidade concreta, entendidas como dimensões imbricadas da experiência tanto na realidade como nos romances. Daí a recorrência de nomes de personagens que remetem a instituições e orientações morais, além da atribuição de propriedades humanas a casas e prédios: “a experiência da cidade é o método da ficção; o método da ficção é a experiência da cidade” (p. 216). Os romances de Dickens atingiriam, portanto, “o âmago dinâmico dessa experiência social de transformação” (p. 227).

Nos capítulos seguintes (16, 17 e 18), a temática rural é retomada em um diálogo direto com *The great tradition* (1948), livro de F. R. Leavis (1895-1978). O capítulo “Comunidades cognoscíveis” é centrado nos romances de George Eliot, pseudônimo de Mary Ann Evans (1819-1880), inicialmente abordando as relações de continuidade e descontinuidade com Jane Austen. O termo “comunidades cognoscíveis” diz respeito aos recortes da realidade social operados pelas romancistas com vistas a constituir um espaço de análise e criação ficcional. Nessa direção, a comunidade cognoscível de Jane Austen seria a “rede de casas e famílias de proprietários e nos buracos dessa rede fechada situa-se a maioria das pessoas concretas, que simplesmente não são vistas” (p. 230). Com origem social desfavorável em relação à antecessora – embora essa caracterização seja bastante sumária para os casos de ambas –, George Eliot retrataria diversas frações das classes trabalhadora e média, mas panoramicamente e de maneira ainda estereotipada, segundo Williams. A estrutura de sentimento (19ª ocorrência) articulada pela romancista é interrogada diretamente:

Identifico-me suficientemente com os problemas enfrentados por George Eliot a ponto de me sentir capaz de expô-los pessoalmente; mais, a ponto de sentir que é isso que estou fazendo, de certo modo, já que a forma específica de inteligência e de *estrutura de sentimento* que ela representa ainda existe e é relevante (p. 234).

Essa ocorrência do termo envolve diretamente a dimensão autobiográfica, bem como o engajamento pessoal e político do autor. Seu desconforto em relação a George Eliot estaria na apreensão distanciada dos trabalhadores como indivíduos indiferenciados e desprovidos de autonomia e complexidade.

A discussão das trajetórias educacionais de George Eliot, Thomas Hardy (1840-1928) e D. H. Lawrence (1885-1930) permite a Williams identificar uma tradição cultural que desafiava o circuito recente e exclusivista constituído em torno das chamadas *public schools*²¹ inglesas e se filiar mais explicitamente a ela. O trio, apesar

21. Contrariamente ao que o termo induz, trata-se das escolas particulares conhecidas por formar para as prestigiosas universidades de Cambridge e Oxford.

das origens sociais modestas – “Seus pais eram, respectivamente, um meirinho, um empreiteiro e um mineiro” (p. 235) –, teria alcançado um grau de escolaridade relativamente elevado (apesar de serem considerados pela história literária como “autodidatas”). Essa experiência social teria propiciado a esses autores, embora desigualmente, assumir um ponto de vista mais abrangente e realista, por incluir a classe trabalhadora na comunidade cognoscível de seus romances. No entanto, Eliot não teria levado essa mudança de perspectiva até o fim por recair em uma visão simplificadora e mesmo preconceituosa. Essa solução a meio caminho (*20ª ocorrência*), ambivalente, reconduziria à celebração das classes proprietárias e das mansões senhoriais.

A retrospectiva rural mais extensa de George Eliot [...] é a introdução de Felix Holt. É mais persuasiva e mais substancial do que o sonho do velho Lazer, mas em toda a sua estruturação revela com mais clareza ainda a *estrutura de sentimento* que estava sendo imposta ao campo (p. 245).

A expressão “sonho do velho Lazer”, recolhida de *Adam Bede*, expressaria essa adesão ambígua de Eliot ao mundo dos proprietários. Williams então conclui relacionando essa estrutura de sentimento (*21ª ocorrência*), ainda ligada ao bucólico, à “grande tradição” estabelecida por Leavis, identificada com a Inglaterra das mansões senhoriais:

Comprendemos então por que o sr. Leavis, o mais notável expoente dessa *estrutura de sentimento*, persiste no delineamento da grande tradição, de George Eliot a Henry James (p. 248).

O capítulo 17, “O campo em segundo plano” (*The shadowed country*), apresenta uma digressão histórica sobre as transformações da sociedade rural inglesa no século XIX, progressivamente subordinada à economia industrial e urbana. A parte final do capítulo analisa quatro escritores: Alexander Somerville (1811-1885), Joseph Arch (1826-1919), Joseph Ashby (1859-1919) e Richard Jefferies (1848-1887). Oriundos de famílias rurais modestas, eles eram filhos de trabalhadores ou pequenos agricultores desapropriados, divididos entre a identificação com seus grupos de origem e a subordinação aos grandes proprietários, dos quais dependiam para progredir na carreira literária. Apesar disso, em todos haveria uma reflexão sobre os efeitos das transformações no campo sobre os trabalhadores, permitindo inseri-los na linhagem antibucólica que desaguaria em Thomas Hardy.

A argumentação de Williams é apoiada em passagens autobiográficas, que explicitam novamente seu envolvimento pessoal com as questões tratadas. Na primeira,

ele menciona falas orgulhosas de seu avô sobre episódios de caça que seriam momentos de desafogo diante da crise que afetou a quase totalidade dos trabalhadores rurais no curso do século XIX, dada a crescente concentração de terras típica do capitalismo agrário. A segunda e a terceira passagens dialogam diretamente com os autores analisados, registrando experiências familiares semelhantes às descritas pelos escritores, com destaque para a última delas, que se acopla a mais uma ocorrência da estrutura de sentimento (22ª ocorrência). Depois de mencionar a reivindicação, pelo “último Jefferies”, da “democratização do campo” por meio de diversas associações dos próprios trabalhadores, Williams afirma:

Trata-se de um reconhecimento crucial. Está ligado à minha própria opinião, formada no seio de uma família que viveu toda essa experiência, de que há mais espírito comunitário verdadeiro na aldeia moderna do que em qualquer época passada de que se tenha memória. As mudanças que ocorreram, através da democratização e das lutas econômicas, suavizaram e purificaram a velha ordem. Mas apegar-se a essa realidade é reconhecer uma extensão, um vínculo, pois, no sentido estrito, não se trata de uma visão rural. Ou, pelo menos, não parece, quando comparada com aquela *estrutura de sentimento* que, de certo modo, é derivada do primeiro Jefferies.

Fui obrigado a fazer este levantamento em minha mente, numa espécie de *autoanálise*, e Jefferies, mais do que qualquer um, proporciona um meio de fazê-lo (pp. 266-7; ênfase adicional).

Jefferies teria passado de uma atitude de reverência e subordinação (minimizando a exploração e os sofrimentos dos trabalhadores) a uma crítica contundente aos grandes proprietários – do bucólico ao antibucólico –, valorizando não um suposto passado rural estável e harmonioso, mas sim o tempo presente de resistência política das comunidades de trabalhadores rurais, apesar de toda violência e exploração que pesavam sobre elas. Não parece demais destacar a conexão direta entre estrutura de sentimento e reflexão autobiográfica, descrita como um esforço conjugado de “levantamento” e “autoanálise”, respaldando nossa interpretação de que essa articulação seria o principal suporte analítico do livro.

O capítulo 18, “Wessex e a fronteira”, é importantíssimo, uma vez que atribui a Thomas Hardy a melhor solução no interior da tradição literária que se ocupou das relações entre campo e cidade. Ele teria percebido como nenhum outro a complexidade da sociedade rural inglesa em mudança na segunda metade do século XIX e transposto para seus romances, sem estereótipos, as diversas frações das classes trabalhadora e média do capitalismo agrário. Novamente, a dimensão autobiográfica aparece marcadamente no capítulo através da identificação com o eixo que, segundo Williams, estaria presente em vários livros de Hardy: o do contraste entre tradição

e educação, especialmente em *Jude the obscure*, no qual a possibilidade de ascensão social e mudança de vida por meio da escolarização e do acesso à universidade é tematizada diretamente na trajetória do protagonista. Não obstante, a desconcertante projeção de Williams em destinos trágicos, como Jude ou Clym (de *O retorno do nativo*), deixa entrever o provável dilaceramento que o acompanhou em sua trajetória muito bem-sucedida objetivamente (ao contrário desses personagens de Hardy).

Porém a questão é mais do que aprender termos e tons; é o que acontece conosco, o que realmente acontece conosco, quando tentamos atuar como mediadores desses mundos em contraste: quando nos colocamos na posição de um Jude que teve permissão de entrar; ou quando voltamos para nosso lugar de origem, nossa família, e percebemos, em termos de ideia e de sentimento, o que significa a expressão “a volta do nativo”. Isso tem uma importância especial para uma geração específica, de pessoas que vieram de famílias comuns, chegaram à universidade e têm de descobrir, durante toda uma existência, o que representa essa experiência (p. 271).

A percepção e a tematização da mudança social em curso justificariam o enquadramento de Hardy entre os mais importantes escritores ingleses do século XIX, com romances que ultrapassariam o domínio da ficção regional. Por meio dessa tomada de posição, Williams desafiava o cânone estabelecido especialmente por Leavis e Henry James (1843-1916). Sua argumentação restitui a origem social e familiar de Hardy. Ele proviria, de fato, da camada média da sociedade rural – o pai “era um empreiteiro que empregava seis ou sete trabalhadores” (p. 273) –, tendo obtido uma formação educacional relativamente elevada para os padrões da época, embora sem chegar à universidade. Dessa posição, o escritor pôde atinar para as consequências desestabilizadoras das transformações econômicas tornadas ainda mais intensas com o avanço da industrialização. Nesses termos, a obra de Hardy não teria como referência o camponês de um passado idealizado, mas sim a crise de uma sociedade em mudança:

Do mesmo modo, é óbvio que na maioria das paisagens rurais existem características muito velhas e muitas vezes inalteradas, que mantêm uma escala temporal muito diferente. Hardy dava muita importância a elas, o que não surpreende quando levamos em conta toda a sua *estrutura de sentimento*. Mas todos esses elementos – como não podia deixar de acontecer num romancista desse tipo – ficam em segundo plano em relação aos relacionamentos interpessoais imediatos e concretos, que se desenrolavam dentro das pressões da época e eram, no máximo, modulados e interpretados pelas continuidades existentes (p. 285).

Considerado um inovador, a estrutura de sentimento identificada (23^a ocorrência) seria específica a Hardy, superando totalmente a convenção bucólica. A atenção do escritor se volta para as relações entre as diversas frações das classes intermediária e trabalhadora, incorporadas na integridade dos “processos cotidianos de vida e trabalho” (p. 287). Assim, a vida sentimental e os dramas pessoais teriam membros desses grupos como protagonistas complexos e individualizados, como sintetiza a passagem que contém a 24^a ocorrência do termo no final do capítulo:

A [*estrutura de sentimento* geral] de Hardy seria muito menos convincente se não houvesse nada além de alienação, frustração, separação e isolamento, catástrofes finais. O que é derrotado, mas não destruído, no final de *The Woodlanders*, ou no de *Tess*, ou no de *Jude*, é um calor humano, uma persistência no amor e no trabalho que constituem a definição necessária do que Hardy reconhece e lamenta como perda. O que é vital – e distingue Hardy de Lawrence, como veremos; uma diferença de geração e história pessoal, mas também de caráter – é que Hardy não celebra o isolamento e a separação (p. 289; intervenções nossas)²².

Tanto o capítulo “Cidades de trevas e de luz” (19) quanto o seguinte, “A figura humana na cidade” (*The figure in the city*), se concentram na urbanização que avança com toda a força no século XIX, quando a população das cidades ultrapassa a rural, ao mesmo passo que o conjunto total cresce extraordinariamente. Tais aspectos justificariam outra digressão no vigésimo capítulo, que articula cidade e literatura na 25^a ocorrência do termo: “De formas diversas, nestes escritores muito diferentes, uma *estrutura de sentimento* comum estava se formando” (p. 317).

A análise percorre uma lista extensa, de Charles Dickens, James Thomson (1700-1748) e Richard Jefferies até Virginia Woolf (1882-1941) e James Joyce (1882-1941). A vertente representada por esses dois últimos é, contudo, discutida lateralmente. Segundo nos parece, esse aspecto da abordagem de Williams indica a assimetria de foco entre as literaturas rural e urbana em *O campo e a cidade*. Cabe assinalar que a discussão sobre essa vanguarda do romance urbano sempre enfatiza dinâmicas mais gerais, como, por exemplo, a transitoriedade e a fragmentação da experiência social e sua interiorização subjetiva problemática no contexto da grande cidade, mobilizando termos como “consciência angustiada”, “descontinuidade”, “atomização”, “formas de consciência aceleradas e separadas”. Nessas passagens, Williams quase não leva em conta as diversas elaborações literárias possíveis das classes em confronto e do proletariado especificamente, como seria de se esperar tendo em vista o eixo argumentativo do livro²³.

22. *General structure of feeling*, no original.

23. Essa mudança de ênfase e registro analítico pode ser compreendida como estratégia (consciente ou in-

Retomando esse eixo temático no capítulo 21, “O homem do campo hoje” (*Surviving countrymen*), Williams analisa as reações da literatura ao processo pelo qual “a Inglaterra rural tornou-se subsidiária” (p. 334), um “mundo centrado não na terra, mas no capital” (p. 335). Seria nesse quadro que os romances de Henry James passariam a tratar as mansões senhoriais não mais como centros do sistema social, mas como cenários ocupados por agentes totalmente alheios a elas: “Mas a questão é que a mansão senhorial, no século XX, possui esta qualidade de disponibilidade abstrata e indiferença de função” (p. 336). Ao mesmo tempo, viria à tona uma representação literária equivocada e estereotipada do trabalhador rural, transmutado na figura do camponês grosseiro. Outro resultado da subordinação do campo à cidade seria sua apreensão como “um lugar de regeneração física e espiritual”, núcleo de uma nova estrutura de sentimento (26ª ocorrência):

Agora, tinha-se a vida palpitante da natureza isolada, ou o ritmo sazonal dos processos vitais básicos. Em si, nenhum desses sentimentos era novo. O que havia de novo era a fusão dos dois de modo a originar uma *estrutura de sentimento* em que a terra e suas criaturas – animais e camponeses quase em pé de igualdade – constituíam uma afirmação de vitalidade e da possibilidade de repouso conscientemente contrastada com a ordem mecânica, as rotinas artificiais, das cidades (p. 339).

De tal modo, a literatura das primeiras décadas do século XX, especialmente os escritores georgianos – do período referente ao reinado de Jorge V (1910-1936) –, teriam se detido, apesar de suas pretensões realistas, sobre “imagens estranhas”, em ideias do rural e do bucólico já selecionadas e sedimentadas pela tradição. Todo esse artificialismo é contrastado por Williams à experiência de sua família:

Talvez minha família estivesse enganada: algumas coisas estavam fora do alcance de sua experiência. Mas essas pessoas não eram, e não são, personagens de uma decadência. A crise da Inglaterra rural, cujas conseqüências concretas elas sentiram na carne, não era a crise que fora projetada com base na experiência urbana e universitária. Era uma crise de salários, condições de vida e preços; do uso da terra e do trabalho na terra (pp. 345-6).

Significativamente, Williams toma partido de *Brother to the ox*, autobiografia de Fred Kitchen, um “trabalhador rural moderno” que, não por acaso, teria sido incentivado a escrever numa turma da Associação Educacional dos Trabalhadores.

consciente) de privilegiar a história do trabalhador rural em detrimento do urbano, pelo que Williams se contraporá diretamente às interpretações dominantes em certas vertentes do marxismo.

Sem mitificações, alusões ou ideias preconcebidas de outras classes, essa autobiografia, feita com observação aguda e veracidade, é então reivindicada como um dos raros relatos em primeira mão da vida dos trabalhadores rurais na literatura inglesa.

O capítulo 22 possui um título sugestivo, “De novo a fronteira” (*The border again*), recuperando o termo polissêmico *border*, que remete tanto a fronteiras geográficas entre países (notadamente, entre Inglaterra e País de Gales), como campo e cidade, ou ainda cultura tradicional e escolar – dimensões exploradas na análise dos escritos de D. H. Lawrence (1885-1930) e Lewis Grassie Gibbon (1901-1935). Deve-se notar, também, a referência direta ao País de Gales, que, juntamente com Escócia e Irlanda, abrigaria regiões não plenamente integradas à “ordem rural capitalista inglesa” e, por conta disso, teriam preservado um espírito comunitário resistente: “uma comunidade rural subordinada e relativamente isolada, consciente, em formas antigas e novas, de sua vida difícil, mas independente” (p. 362). Disso resultaria uma “autossuficiência espiritual”, núcleo significativo da 27^a ocorrência:

Temos aqui uma *estrutura de sentimento* claramente diferente. O apego espiritual a terra e ao trabalho, a ênfase “pagã” sempre implícita na imagística da terra (muito semelhante ao Lawrence do início de *The rainbow*, apesar da diferença de ritmos), está presente e é salientado nas novas lutas: durante a Greve Geral, no período de *Cloud Howe*, chegando à época das passeatas contra a fome, no período de *Grey Granite* (p. 363)

Na continuação desse trecho, Williams sugere que essa estrutura de sentimento pressupõe a positividade da militância política dos trabalhadores rurais, que teria continuidade na luta dos trabalhadores da indústria:

Numa visão mais histórica e mais convincente, a independência radical dos pequenos agricultores, artesãos e trabalhadores é encarada como uma fase de transição, levando à militância dos trabalhadores da indústria. Nesse momento, toda uma história tem sua forma transformada de maneira decisiva (p. 364).

A passagem explicita uma das principais frentes de combate do livro, qual seja: rejeitar a tendência predominante em um marxismo mais ortodoxo de dissociar os trabalhadores urbanos dos rurais, atribuindo protagonismo político apenas aos primeiros, e, de forma mais geral, de privilegiar o “progresso” urbano e industrial em relação ao “atraso” rural e agrícola. Contra essa posição, o crítico descendente de trabalhadores rurais galeses defende a unidade política do proletariado rural e urbano, apontando para a superação dessa distinção equivocada.

Outro contencioso aberto no capítulo envolve o modo pelo qual Lawrence é inscrito no cânone literário inglês, desarranjado pela aproximação inusitada entre um expoente da “grande tradição” como ele e Gibbon (escritor escocês considerado de menor expressão), operação analítica que se justifica não apenas pelo modo como ambos retratam a vida e o trabalho rural, mas também os múltiplos cruzamentos na fronteira entre campo e cidade. Desse movimento resulta o reposicionamento de Lawrence a meio caminho entre a apropriação pelo *establishment* da crítica literária e a desconfiança da intelectualidade progressista (devida a sua orientação política tida como reacionária).

Os dois últimos usos de estrutura de sentimento (*ocorrências 28^a e 29^a*) se dão no capítulo final. O título “Cidades e campos” inverte, no plural, os termos do primeiro (“Campo e cidade”), operação que reafirma o caráter processual e diverso da relação repertoriada em detalhe ao longo do livro. Nessa direção, tais ocorrências sintetizam conteúdos e formas mais gerais das variações referidas a contextos históricos específicos, oferecendo adicionalmente uma reflexão sobre o método de análise mobilizado pelo autor:

Já vimos que com frequência uma ideia do campo é uma ideia da infância: não apenas as lembranças localizadas, ou uma lembrança comum idealmente compartilhada, mas também a sensação da infância, de absorção deliciada em nosso próprio mundo, do qual no decorrer do processo de amadurecimento, terminamos nos distanciando e nos afastando, de modo que essa sensação e o mundo tornam-se coisas que observamos. Em Wordsworth e Clare, bem como muitos outros escritores, essa *estrutura de sentimento* é expressa de modo poderoso, e já vimos de que modo ela frequentemente é em seguida convertida em ideias ilusórias do passado rural: temos aquelas sucessivas, sempre retrospectivas, “Inglaterra felizes da minha infância” (pp. 397-8).

Apoiar a análise na reconstrução das estruturas de sentimento permitiria sopesar, nos diversos períodos e escritos considerados, impressões e avaliações a favor dos proprietários e percepções críticas sobre os conflitos sociais inscritos no longo desenvolvimento capitalista tal como cristalizados na literatura, envolvendo no mesmo passo, portanto, reconstrução histórica e crítica textual. A ocorrência seguinte reforça a dimensão política da análise tal como pretendida por Williams.

Finalmente, o que temos a dizer é que vivemos num mundo no qual o modo de produção e as relações sociais dominantes ensinam, inculcam e se propõem a normalizar, e mesmo a petrificar, modos de percepção e ação distanciados, separados e externos: modos de usar e consumir, em vez de aceitar e desfrutar, pessoas e coisas. A *estrutura de sentimento* das me-

mórias é, portanto, significativa e indispensável enquanto reação a essa deformação social específica (pp. 398-99).

Vale notar, mais uma vez, que a referência direta à “estrutura de sentimento das memórias” reforça a dimensão reflexiva e o viés interpretativo particular que ela impõe ao livro. Não por acaso, no item seguinte Williams discute dois romances de sua autoria, *Border country* (1960/2013) e *Second generation* (1964), o primeiro sendo um livro com caráter autobiográfico evidente e que significativamente encaminha o fechamento de *O campo e a cidade*.

No final dos anos 1940 percebi que finalmente havia me afastado da aldeia onde me criei. Comecei a escrever a respeito de minha visão dessa experiência, nas sete versões que acabaram formando o romance *Border country*. Através dessas versões, descobri-me relacionando a minha experiência a um processo histórico mais geral de mobilidade física e social e, além disso, a uma crise de instrução e classe – que explorei e, em seguida, retomei ao ler, como se pela primeira vez, os romances de George Eliot, Hardy e Lawrence. Também fui obrigado a olhar para a aldeia mais uma vez, estabelecendo uma certa tensão entre minhas lembranças de infância e a experiência adulta da geração de meu pai (pp. 399-400).

O trecho reforça a imbricação entre os relatos autobiográficos presentes no livro e seu eixo argumentativo, o que confere à interpretação de Williams um tom muito pessoal e político. Do ponto de vista subjetivo, a obra pode ser entendida como uma tentativa de equacionar o dilaceramento provocado pelo fato de ele ter migrado de sua comunidade de origem e ascendido socialmente pela educação. Tampouco se deve desconsiderar que essa tentativa converge para o trabalho metodológico de articular as dimensões objetiva e subjetiva frequentemente separadas pelas análises. Do ponto de vista político, por sua vez, trata-se de combater a associação – ainda hoje com bastante apelo nas fileiras comunistas e progressistas – do campo ao atraso e a representação da cidade como o espaço a partir do qual a revolução socialista seria realizada. Contrariando essas imagens, Williams destaca a centralidade persistente da agricultura e da pecuária nas economias periféricas e na totalidade do sistema capitalista mundial. O esforço por restituir o lugar da economia rural no quadro mais amplo do capitalismo joga luz sobre outro ponto importante do argumento de Williams, qual seja, a tarefa política de enfrentar não o industrialismo, mas o capitalismo: “Nem a cidade irá salvar o campo, nem o campo, a cidade. Em vez disso, a velha luta travada em ambos se tornará um conflito generalizado, o que num certo sentido ela sempre foi” (p. 403).

Considerações finais

Antes de arriscarmos uma sistematização das ocorrências de estrutura de sentimento em *O campo e a cidade*, lembramos que é preciso evitar seu entendimento como um conceito abstrato e fechado (com contorno, conteúdo e alcance predefinidos).

Uma das principais especificidades da estrutura de sentimento em *O campo e a cidade* (1973) relaciona-se com sua ocorrência em quase todos os capítulos, que lhe confere um caráter axial na argumentação desenvolvida, organizando uma reconstrução histórica de longa duração sobre a literatura produzida no curso do desenvolvimento capitalista da agricultura inglesa. Lembramos ainda que, em livros anteriores, essa ferramenta analítica é mobilizada em partes específicas e se refere a períodos relativamente circunscritos, como se dá em *Cultura e sociedade* (1958) e *The long revolution* (1961), respectivamente nos capítulos “Os romances industriais” e “The analysis of culture”.

Tentemos a partir de agora sintetizar o método de *O campo e a cidade* e o modo como a estrutura de sentimento é mobilizada, tomando como referência uma passagem especialmente representativa:

Pois o que é cognoscível não é apenas uma função dos objetos – do que há de ser conhecido; é também uma função dos sujeitos, dos observadores – do que é desejado e se precisa conhecer. E o que temos de ver então, como sempre, na literatura rural, não é apenas a realidade da comunidade rural: é também a posição do observador nela e em relação a ela; uma posição que faz parte da comunidade que se quer conhecer (p. 229).

A citação condensa as dimensões levadas em conta na interpretação das diversas estruturas de sentimento no livro. Seus condicionantes principais seriam a origem familiar dos escritores e escritoras, a educação formal e as relações de produção envolvidas na criação literária, especificamente, dependência direta (submissão ao patronato), dependência indireta (vinculação à Igreja) ou independência parcial (inserção no mercado). Levando em conta tais aspectos, nem sempre explicitados, Williams identifica nas formas literárias os modos de figuração das diferentes classes e frações de classe em luta no processo histórico, sempre confrontados à sua própria experiência e memória biográfica.

Mais concretamente, Williams analisa a transição entre estruturas de sentimento bucólicas e antibucólicas. As primeiras seriam encarnadas e expressas por escritores submetidos ao patronato dos grandes proprietários (aristocracia) e associados ao seu modo de dominação, materializado e simbolizado pelas mansões senhoriais. As segundas seriam articuladas por escritores gradativamente autônomos – primeiro os

escritores clérigos e depois os escritores profissionalizados –, cada vez mais atentos e solidários (apesar das ambivalências) às classes trabalhadoras e aos grupos intermediários.

Sua perspectiva associa análise histórica e literária sob a luz da própria experiência biográfica, resultando na reivindicação de uma revisão intelectual e política das representações sobre o campo e os trabalhadores rurais. Esse posicionamento deve ser compreendido no interior das disputas que enfrentou, sobretudo em relação a dois grupos principais, um à direita e outro à esquerda: os críticos literários conservadores e os historiadores marxistas.

O embate com a crítica literária de extração conservadora exercida em Cambridge e pelo grupo da revista *Scrutiny*, sob a liderança do casal Leavis, envolveu o questionamento do cânone estabelecido em *The great tradition* (1948). Com base em critérios realistas de avaliação das obras, Williams destaca autores considerados menores, sobretudo reivindicando Thomas Hardy como um expoente do romance inglês e não como um escritor circunscrito à literatura regional. Ao contrário de romancistas consagrados pela crítica, como George Eliot e Henry James, Hardy teria alcançado uma estrutura de sentimento propriamente antibucólica, atenta à realidade das classes trabalhadora e intermediárias, bem como à complexidade das mudanças em curso nas relações entre campo e cidade. Desse modo, ele teria superado oposições redutoras, inaugurando uma nova vertente literária, à qual o próprio Williams viria se filiar, quer como romancista – em especial com *Border country* –, quer como intelectual acadêmico (com destaque para o próprio *O campo e a cidade*). Em termos políticos, portanto, ele combatia a crítica conservadora inglesa e sua defesa, em chave elitista, de uma comunidade moral forte assentada na alta cultura, associada à nostalgia das mansões senhoriais e ao sistema de poder que ela simbolizava.

Na outra frente, Williams responde às reservas a ele dirigidas em resenhas e comentários circunstanciais por seus companheiros da Nova Esquerda, principalmente os historiadores marxistas E. P. Thompson (1961) e Perry Anderson (expressas na entrevista publicada em *A política e as letras*). Eles questionaram o caráter supostamente abstrato dos livros *Cultura e sociedade* e *The long revolution*, que teriam desconsiderado os conflitos de classes envolvidos nos processos históricos e literários examinados. Essa crítica se relacionava com o posicionamento desses agentes no interior daquele movimento político (dividido por linhas programáticas e geracionais), no qual Williams representaria uma posição mais moderada e reformista. Convém ressaltar ainda que, nos primeiros anos da Nova Esquerda, Williams estava filiado ao Partido Trabalhista, do qual se desligaria em 1966. Thompson e Anderson, por sua vez, nunca foram filiados ao partido e sempre assumiram uma atitude mais combativa em relação ao mesmo (Rivetti, 2021).

Por um lado, em *O campo e a cidade*, Williams parece aceitar as reservas dirigidas aos seus trabalhos anteriores, como sugere a centralidade atribuída à história social e ao conflito de classes nesse livro. Por outro, reage às críticas políticas que lhe foram imputadas explicitando sua origem social – como descendente direto de trabalhadores rurais (diferentemente de Thompson e Anderson, de origem social relativamente elevada) –, introduzida, também, como um mecanismo de legitimação de sua posição no interior do marxismo inglês. Nessa direção, combate a desqualificação política dos trabalhadores rurais, postulando a equivalência estrutural com o proletariado urbano no interior do capitalismo e na luta por sua superação. Essa defesa supunha uma crítica profunda ao que designou como “ambiguidade do marxismo”:

Marx e Engels denunciavam o que estava sendo feito no progresso dilacerador do capitalismo e do imperialismo; insistiam em que era necessário que os homens lutassem no sentido de suplantá-los e nos indicaram alguns caminhos. No entanto, nessa denúncia estava implícito um outro conjunto de julgamentos de valor: a burguesia havia “salvado uma parte considerável da população da idiotice da vida rural”; as nações subjugadas eram “bárbaras e semibárbaras”; as potências dominantes eram “civilizadas”. Assim, com base nesse tipo de confiança nos valores singulares de modernização e da civilização foi criada uma distorção fundamental na história do comunismo. O proletariado urbano empobrecido aprenderia e criaria novas formas de sociedade, superiores à existente: se a mensagem fosse apenas isso, tudo teria sido muito diferente. Mas, se as formas de desenvolvimento burguês continham, apesar de suas contradições, valores superiores à “idiotice rural” e à “barbárie”, então praticamente qualquer programa, em nome do proletariado urbano, podia ser justificado e imposto. A ironia terrível disso tudo é que os processos concretos da prioridade absoluta dada à cidade e à indústria, bem como a consequente prioridade dada às nações avançadas e civilizadas, tiveram o efeito de prejudicar não apenas os “idiotas rurais” e “bárbaros e semibárbaros” coloniais, mas também os próprios proletários urbanos, bem como as sociedades avançadas e civilizadas sobre as quais, por sua vez, as prioridades exerceram sua dominação, numa estranha distorção dialética. Ver que a pobreza gerava a revolução era uma coisa; achar que mais pobreza geraria algo completamente diferente era, na melhor das hipóteses, uma esperança apocalíptica (pp. 405-406)²⁴.

Finalmente, o recurso à perspectiva autobiográfica e à estrutura de sentimento como instrumentos de análise articulados permitiu ao autor perscrutar a tradição da literatura rural inglesa e sua base social, explicitando o viés por ele adotado. Especialmente nesse livro, estrutura de sentimento é uma ferramenta que permite conciliar

24. Vale notar que nessa passagem Williams não apenas reivindica a equivalência entre trabalhadores urbanos e rurais como do centro e da periferia.

análise textual rigorosa a uma posição política muito pessoal e nitidamente enunciada no curso da argumentação. Nesse sentido, o livro encerra uma tentativa de elaborar os embaraços a um só tempo subjetivos e objetivos derivados da ascensão pela educação e de uma carreira acadêmica muito bem-sucedida. Se, de um lado, esse deslocamento no espaço social trouxe a Williams segurança material e enorme reconhecimento, de outro, o constituiu como um indivíduo cindido entre origem e destino.

Referências Bibliográficas

- CEVASCO, Maria Elisa. (2001), *Para ler Raymond Williams*. São Paulo, Paz e Terra.
- COLLINI, Stefan. (2019), *The nostalgic imagination: History in English criticism*. Oxford, Oxford University Press.
- DE BOLLA, Peter. (1995), “Antipictorialism in the English landscape tradition: A second look at the country and the city”. In: PRENDERGAST, Christopher (ed.). *Cultural materialism. On Raymond Williams*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 173-187.
- DINIZ, Sheyla Castro. (2020), “Esquecer Williams?': materialismo cultural, estruturas de sentimento e pesquisas sobre música popular no Brasil”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1 (77): 168-183, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p168-183>.
- ELDRIDGE, John & ELDRIDGE, Lizzie. (1994), *Raymond Williams. Making connections*. Londres; Nova York, Routledge.
- FILMER, Paul. (July 2003), “Structures of feeling and socio-cultural formations: the significance of literature and experience to Raymond Williams’s sociology of culture”. *British Journal of Sociology*, 54 (2): 199-219.
- GATTI, Vanessa Vilas Bôas. (2015), *Súditos da rebelião: estrutura de sentimento da Nova MPB (2009-2015)*. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- HIGGINS, John. (1999), *Raymond Williams. Literature, marxism and cultural materialism*. Londres e Nova York, Routledge.
- HOGGART, Richard. ([1957] 2009), *The uses of literacy: Aspects of working-class life*. Londres, Penguin.
- LEPENIES, Wolf. (1996), *As três culturas [Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft]*. São Paulo, Edusp.
- MIDDLETON, Stuart. (2020), “Raymond Williams’s ‘structure of feeling’ and the problem of democratic values in Britain, 1938-1961”. *Modern Intellectual History*, 17 (4): 1133-1161.
- OLIVEIRA, Luciano Dutra de. (2016), *As estruturas de sentimento: história e desenvolvimento da noção cultural por Raymond Williams*. São Paulo, dissertação de mestrado em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- PASSIANI, Enio. (2009), "Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams". *Estudos de Sociologia*, 14 (27): 285-299.
- RIDENTI, Marcelo. (2010), *Brasilidade revolucionária*. São Paulo, Editora da Unesp.
- SANTOS, Márcia Vanessa Malcher. (2019), *O cinema contemporâneo de Pernambuco*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SAYRE, Robert & LOWY, Michael. (1999), "A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams". *Crítica Marxista*, 8: 43-67.
- SIMPSON, David. (1995), "Raymond Williams: Feeling for Structures, Voicing 'History'". In: PRENDERGAST, Christopher (ed.). *Cultural materialism. On Raymond Williams*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 29-50.
- THOMPSON, E. P. (May-June 1961), "The long revolution (Part I)". *New Left Review*, 1 (10): 24-33.
- THOMPSON, E. P. (July-August 1961), "The long revolution (Part II)". *New Left Review*, 1 (10): 34-39.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. (2007), *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- WALLIS, Mick. (1993), "Present consciousness of a practical kind: Structure of feeling and higher education drama". In: MORGAN, W. John & PRESTON, Peter. *Raymond Williams: Politics, education, letters*. Nova York, St. Martin's Press, pp. 129-162.
- WILLIAMS, Raymond. (1990), *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond. ([1957] 1993), "Fiction and The writing public". In: MCILROY, John & WESTWOOD, Sallie (eds.). *Border country: Raymond Williams in adult education*. Leicester, National Institute of Adult Continuing Education.
- WILLIAMS, Raymond. ([1973] 1993), *The country and the city*. Oxford, Oxford University Press.
- WILLIAMS, Raymond. ([1961] 2001), *The long revolution*. Peterborough, Ont., Broadview Press.
- WILLIAMS, Raymond. ([1958] 2011), *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, Vozes.
- WILLIAMS, Raymond. ([1960] 2013), *Border country*. Cardigan, Parthian/Library of Wales.
- WILLIAMS, Raymond. ([1979] 2013), *A política e as letras: entrevistas da New Left Review*. São Paulo, Editora Unesp.

Resumo

Estrutura de sentimento e autobiografia em O campo e a cidade

Aproveitando a efeméride dos cinquenta anos da publicação de *O campo e a cidade*, este artigo examina o livro de Raymond Williams sob dois aspectos principais. De um lado, pretendemos elucidar os usos e significados da noção “estrutura de sentimento”, que nesse trabalho organiza toda a argumentação, como uma espécie de operador analítico; de outro, discutimos as frequentes referências autobiográficas, que reforçam seu tom reflexivo e político.

Palavras-chave: Literatura inglesa; Estrutura de sentimento; Autobiografia; Capitalismo agrário; Industrialismo.

Abstract

Structure of feeling and autobiography in The country and the city

In the context of the 50th anniversary of its publication, this article examines Raymond Williams' *The country and the city* under two key aspects. On the one hand, we attempt to explain the uses and meanings of “structure of feeling”, which organizes the book's argument as a kind of analytical tool. On the other hand, we will discuss the frequent autobiographical passages that reinforce the reflective and political tone of this work.

Keywords: English literature; Structure of feeling; Autobiography; Agrarian capitalism; Industrialism.

Texto recebido em 06/02/2023 e aprovado em 13/04/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.207704.

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: ljackson@usp.br.

UGO RIVETTI é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor substituto junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Também é pesquisador do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP. E-mail: uc.rivetti@gmail.com.

DIMITRI PINHEIRO é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e integra o Núcleo de Sociologia da Cultura da mesma instituição. E-mail: dimitri.pinheiro@usp.br.



Structure of feeling and autobiography in *The country and the city*¹

Luiz Carlos Jackson*

<http://orcid.org/0000-0002-6269-6096>

Ugo Rivetti**

<http://orcid.org/0000-0003-3368-7219>

Dimitri Pinheiro*

<http://orcid.org/0000-001-7907-9943>

Introduction

This article examines Raymond Williams' book under two key aspects. On the one hand, we attempt to explain the uses and meanings of "structure of feeling", which organizes the book's argument as a kind of analytical tool². On the other hand, we will discuss the frequent autobiographical passages that reinforce the reflective and political tone of this work.

The book achieved great editorial and academic success, both in England and the United States. It was reviewed in major newspapers and magazines (e.g., *The Guardian*, *New Statesman*, *Sunday Times*, and *Sunday Telegraph*), as well as prestigious academic and cultural journals (e.g., *Times Literary Supplement*, *The New*

* Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

** Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil.

1. A previous version of this text was discussed at the "Núcleo da Sociologia da Cultura" of the University of São Paulo. The authors would like to record their indebtedness to their colleagues for the comments, criticisms and suggestions, which helped to improve this work. They would also like to thank Alejandro Blanco for his careful reading. This work was financially supported by Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior). Translated from the Portuguese by German Alfonso Nunez, to whom the authors are especially grateful.
2. This notion had previously appeared in several of his works, but never so emphatically. It is mainly seen at: *Drama from Ibsen to Eliot* (1952), *Drama in performance* (1954), *Culture and society* (1958), *The long revolution* (1961), *Modern tragedy* (1966), *The English novel from Dickens to Lawrence* (1970) and *Marxism and literature* (1977).

York Review of Books, *Yale Review*, and *Times Book Review*). The book also gave rise to a documentary presented by Williams himself, produced and broadcasted by the BBC in 1979³.

The book's subtitle, "in history and literature", indicates its scope and ambition. In general, the analysis of the structures of feeling present in different expressive forms, mainly poetry and novels, emphasises the imbrications between history and literature, at a time when both were transformed by the advance of agrarian capitalism and its ensuing social and political effects. Present in almost every chapter, Williams mobilises this analytical instrument within a long-term historical reconstitution⁴. It is precisely these various occurrences, alongside significant autobiographical passages, that this article intends to examine.

The author assumes that literature actively integrates a complex historical process. In his characteristic method, Williams interprets texts from its historical inscription and history through literary analysis. In this regard, we disagree with De Bolla (1995), for whom *The country and the city* merely presents a juxtaposition between literary analysis and economic and social history. In this sense, we align ourselves with Lizzie e John Eldridge, who believe that the "the pendulum-like movement between the literature and the social experience is an inevitable aspect of Williams' methodological approach" (Eldridge and Eldridge, 1994, p. 126).

The subtitle also points to his broader position-taking within the British intellectual field and its disputes among the various opposing strands of literary critics and historians in the 1920-1970s period. Conditioned by the expansion of the educational system at different levels, such disputes led literary criticism to a prominent position in the public debate whilst consigning historiography to a more specialized position. This conflict intensified after the Second World War, especially in the 1960s, when historians, counterattacking literary critics, imposed themselves on the public debate (Collini, 2019).

The implications do not end here. Disciplinary dispute, in turn, was politically charged. Believing that literature evidenced more general continuities and changes in both language and ways of living, critics emphasised literature's central position within culture. Functioning above all as a privileged way of evaluating the "quality of life" in English society, they directly criticized industrialism and its presumed cultural degradation. Historians, however, saw the transformations triggered by

3. *The country and the city: A film with Raymond Williams* (1979). Directed by: Mike Dibbs. Executive producer: Christopher Martin. Where We Live Now: Five Writers Look at Our Surroundings, BBC (60 min.). Available at: <<http://mikedibb.co.uk/filmdet.php?filmid=30>>. Access: 15 Jun. 2020.

4. This contrasts with previous works, such as *Culture and society* and *The long revolution*. In these the concept appears only in specific chapters, analyzing shorter-term historical processes.

the industrial revolution positively, sometimes even enthusiastically, and stressed the gains arising from such changes. As such, they believed that it was via archival research related to political and diplomatic activities that the standards of disciplinary excellence lay.

Thus, the “pendular movement” between literature and social experience would not only have conceptual and methodological implications but also disciplinary and political ones, inscribing Williams’ intellectual production in a field of inter-related disputes. As we intend to demonstrate, these circumstances are especially important in the course of the analysis undertaken in *The country and the city*, which occasionally claims literary criticism as a counterpoint to Marxist historians whilst also converging with Marxists to deny the conservatism of critics.

Pastoral and counter-pastoral

Let us commence with the book’s dedication, “For the country workers who were my grandparents”, its first autobiographical reference and that signals a particular point of view. By naming all his four grandparents, from its very first words Williams unequivocally points to his rural ancestry. This is a decisive move since it announces a personal and political engagement central to his argument, which is, in turn, informed by his social experience⁵. It is also worth noting the use of “country workers” instead of “peasants”. Here the author equals country and urban workers. Had he chosen “peasantry” and “proletariat” instead, it would have established a great difference between the two⁶.

The explicitation of the social, geographic, and family origins immediately continues in the first chapter, “Country and city”. After stating the book’s subject, reconstituting the aforesaid contrast from its usual meanings, as well as the positive and negative values associated with both, there is a long autobiographical reflection in which we highlight the following:

This importance can be stated, and will have to be assessed, as a general problem. *But it is as well to say at the outset that this has been for me a personal issue, for as long as I remember* (Williams, 1975a, p. 2, our emphasis).

5. It is extremely likely that Williams was inspired by a similar strategy adopted by Richard Hoggart’s (1918-2014) *The uses of literacy* (1957). The difference here is that Hoggart’s autobiography is used much more directly and centrally in his argument.
6. This question involves an important debate in English Marxism: the status of dominated groups in rural society in the long transition from feudalism to capitalism in Great Britain.

Initially referring to his birthplace in a village on the Welsh border, Williams testifies the changes triggered by the development of capitalism already then – “I saw them on the ground” (Williams, 1975a, p. 4) – revealing the impropriety of representations about the field as a separate, stable, or timeless reality. Then, after listing recurring images of the countryside in his memory, he mentions his father and grandfather, both rural workers who had been displaced to other activities: the first as a railway signalman and the second as a road worker⁷. “He had been as much born to the land as his own father, yet, like him, he could not live by it” (Williams, 1975a, p. 4).

As the chapter ends, Williams refers to the migration between country and city, a process that involves Williams’ own experience as someone who moved between these spaces via a formal education path, first as a student and then reaching the highest echelons of the English educational system as a Cambridge Professor. In an acid remark, he mentions that he would come to know the “reality” of the country at the university, through researchers or authors disconnected from rural society and, even less so, its workers. His unease is made explicit by the admission of the problematic character of his own conversion into an “academic intellectual” (Cosser, 1997): “[...] I found I was by virtue or default of an intellectual appointment an aspect, an unwilling member, of a collective and perpetual landlord [...]” (Williams, 1975a, p. 6).

Especially concerning the way rural workers are portrayed, from the second chapter onwards, his autobiography is correlated with the description and analysis of successive “structures of feeling” pertaining to the development of English capitalism and its effects on the country and the city (as well as its interrelationships). In this way, Williams’ memory and experience would serve as a counterpoint to the various “structures of feeling” described in the text, allowing him to evaluate each inherited bias. This *modus operandi* renders a permanent self-reflective and political emphasis, as a result of Williams’ identification with the situation of rural workers in a changing English society⁸.

7. Williams’ aim is not to present an alternative canon, but to challenge the very idea of canonic tradition and the notion of critique active in the works of Leavis, to whom formal aspects must always be considered in relation to moral standards. Thus Leavis’ idea of great art’s mature and impersonal character: “The maturity of the author and the formal excellence of the novel come together in what might be called the practice of impersonality” (Higgins, 1999, p. 78). Therefore, great art can only be produced by a mature personality, distinguished by its intelligence and self-awareness. That is why, according to this view, when evaluating a particular work, the critic must compare it to what the critical tradition defined as the ideal standard: “In the ideal novel, a mature judgement of life is fully embodied in the visionary textuality of the writing. The task of the critic is to assess how far particular novels are able to go in releasing the ideals, and to offer criticism and correction where necessary” (Higgins, 1999, p. 78). That is why, for Leavis, the critic must always direct their attention to the tradition to which the particular work belongs.

8. This autobiographical approach is not restricted to *The country and the city*. As David Simpson (1995, pp. 31-32) highlights, Williams’ work as a whole displays a very particular voice. Whatever his text (cri-

The term “structure of feeling” *first appears* at the end of chapter 2, “A problem of perspective”. There Williams suggests that England has a reiterative movement of appreciation of the past and its traditional rural life. Writers of the late 19th century refer to the traditional countryside of the mid-19th century, whereas those of the latter refers to the late 18th century and so on, successively, until the beginning of agrarian capitalism around the early 16th century. Thus, at each step, there was no reevaluation of a stable and harmonious traditional world. Instead, in each case, these assessed different stages in the long development of English capitalism. These considerations lead to a methodological reflection in the last paragraph:

The witnesses we have summoned raise questions of historical fact and perspective, but they raise questions, also, of literary fact and perspective. The things they are saying are not all in the same mode. They range, as facts, from a speech in a play and a passage in a novel to an argument in an essay and a note in a journal. When the facts are poems, they are also, and perhaps crucially, poems of different kinds. We can only analyse these important structures of feeling if we make, from the beginning, these critical discriminations (Williams, 1975a, p. 12).

This first occurrence is one of the few that more directly confronts the methodological status of the concept, probably revealing his intentions of not stifling it and, instead, allowing it to be adjusted in each research project (and at each step of his argument), depending on the problem at hand⁹. In any case, although this is not a systematic definition, Williams reveals some of its features. First, by examining different authorial perspectives according to each particular social position, then crystallized in various literary genders (e.g., novels, plays, essays, journals and poems), the structure of feeling would make it possible to restore the links between “literary facts” and “historical facts”. Second, it is also worth noting that, at the end of the passage, he discreetly claims the approach of literary criticism, associated here on equal footing with history and stealthily re-enacting the aforementioned clash between critics and historians.

We find the *second occurrence* approximately in the middle of chapter 3, “Pastoral and counter-pastoral”. There we find the most frequent use of the notion, associated

tical, creative, or journalistic), the author would always assume a “dramatic” mode of writing, whereby Williams would present his own experience as historically representative.

9. Williams develops a similar line of thought over a long interview given to the *New Left Review* in the late 1970s: “[...] the key to the notion, both to all it can do and to all the difficulties it still leaves, is that it as developed as an analytic procedure for actual written works, with a very strong stress on their forms and conventions [...] To this day I find that I keep coming back to this notion from the actual experience of literary analysis rather than from any theoretical satisfaction with the concept itself” (Williams, 1975b, p. 159).

with the deciphering of a certain literary material and inscribed in a specific historical conjuncture in the long development of English capitalism:

Yet at the centre of the *structure of feeling* which is here in question – a relation between the country houses and a responsible civilisation – are poems to actual places and men: notably Ben Jonson's "Penhurst" and "To Sir Robert Wroth", and Thomas Carew's "To Saxham". These are not, in any simple sense, pastoral or neo-pastoral, but they use a particular version of country life as a way of expressing, in the form of a compliment to a house or its owner, certain social and moral values (Williams, 1975a, p. 27).

Opening with the first mention of the poet George Crabbe (1754-1832), this chapter begins an extensive part of the book, dedicated to the analysis of the country-houses ideology. The poems analyzed both in this chapter and in the following one – "Golden Ages" – are formed by a set of 17th-century poems that celebrated the countryside and manor houses in opposition to the city and the court. According to Williams, these new constructions would come to symbolize the consolidation of English agrarian capitalism, in opposition to the fortified castles that were representative of the previous phase. In this manner, written by poets subordinated to patronage, such poems can be understood as the apology of a proprietary class that is already then capitalist. Through a "structure of feeling" that valued the countryside to detriment of the city, one which praised an already capitalist countryside connected to the city and that ignored the existence of workers, these poems would, then, point to the internal disputes of dominant groups.

This specific analysis is excellent for capturing the logic of the argument developed in *The country and the city*. It explores successive "structures of feeling" and the way these are conditioned by class struggles shaping the advance of agrarian capitalism in England. It is also worth saying that the country and the city would not be antipodes, but articulated parts of the same advancing capitalist order.

The *third occurrence* of the term occurs at the beginning of chapter 4:

The *structure of feeling* within which this backward reference is to be understood is then not primarily a matter of historical explanation and analysis. What is really significant is this particular kind of reaction to the fact of change, and this has more real and more interesting social causes (Williams, 1975a, p. 35).

Here Williams suggests that each "structure of feeling" is related to a certain ongoing change. The general problem would then be, in historical terms, "the nature of the capitalist transition" (Williams, 1975a, p. 36) as part of a long process

consisting not so much in the decline of a previous social order but in the “vigorous, often brutally vigorous, growth” of a new order, when “the new kind of landlord was at last in control” (Williams, 1975a, p. 39). A new order that became dominant in the wake of the Civil War (1642-1651) and the Restoration (1688-1689) and which was based on the country-houses, “the visible centres of the new social system” (Williams, 1975a, p. 39).

Another important aspect of this transition would be related to the various fractions of “the intermediate groups” (Williams, 1975a, p. 43), which were affected and reacted differently by the advance of this new social system. However, the instability of the positions reached as a result of new cycles of land incorporation and enclosure would undermine the possibilities of progression for both these groups and their intellectual attitudes, identified with these and exemplified by Thomas More’s *Utopia*.

The *fourth occurrence* is found at the beginning of chapter 5, “Town and country”, and emphasizes another dimension of the structures of feeling analyzed there: the tensions between the rural and urban fractions of the ruling class.

Yet the eventual structure of feeling is not based only on an idea of the happier past. It is based also on that other and associated idea of innocence: the rural innocence of the pastoral, neo-pastoral and reflective poems. The key to its analysis is the contrast of country with the city and the court: here nature, there worldliness (Williams, 1975a, p. 46).

This passage retrieves the clash between country and urban life, whose apparent and real meanings originate from the examination of comedies during the reign of James I (1603-1625) and the Restoration. Conditioned by both the development of capitalism and the present forms of social integration, above all the marriage market, Williams emphasizes the links between the various fractions of the ruling class – between large (aristocracy) and middle (gentry) landowners, large merchants, lawyers, and politicians – without minimizing their disputes. By the end of the chapter, Williams warns that literature expressed the disputes between such class fractions while it disregarded the main contradiction, i.e., between owners and workers, whereas the latter is made invisible by a “fiction” whose logic would be “to promote superficial comparisons and to prevent real ones” (Williams, 1975a, p. 54).

After an analysis of Marvell’s poem “Upon Appleton House”, in the middle of the sixth chapter, “Their destiny their choice”, we find the *fifth occurrence*. This poem deals with the settlement between the opposing sides of the 1640-1688 Revolution and the property transactions of victors. In the poem in question, it is a country-house, built on the site of a former nunnery, that typifies this arrangement and the ambivalent meaning of the ongoing political and economic transformations:

What eventually emerged, from these complicated settlements, was a very different structure of feeling. Marvell's poem is truly transitional: a complication of feeling between an old order and a new. We can see the critical folly of assimilating all country-house poems to a single tradition, as if their occupants were some kind of unbroken line. In its extreme forms this is a true reification of the houses themselves: the house, and the by derivation its occupants, being the evident sign of an order, even though this order was being continually reconstituted by the political and economic formation of a new aristocracy and then a new agrarian capitalism (Williams, 1975a, p. 58).

Thus, there was a gradual change in country-houses poems: From those which celebrated country-houses for their supposedly traditional values, such as "Penhurst" (1616) and "To Saxham" (1640), although referring to properties whose agricultural production was already destined for the market¹⁰, to those which tended to assimilate the ongoing changes as desirable, such as Andrew Marvell's "Upon Appleton House" (1651), Alexander Pope's "Epistle to Bathurst" (1733) and Alexander Pope's "Epistle to Burlington" (1731), as long as there was some charitable attitude to counterbalance the impoverishment of workers¹¹.

However, the main transformation would consist in the transition of a rural property naturally inherited to a capitalist one, "subsidiary to the uses of money and productive investment" (p. 59). During this movement, man's work became more valued than the disordered natural paradise and a new structure of feeling (its *sixth occurrence*), in the form of a "morality of improvement", would surface¹²:

Much of the *Epistle to Burlington* is near the head of that important eighteenth-century tradition of house-building and landscape-gardening, in which, as the new morality of improvement, the country was reshaped and redesigned. It is a condemnation of useless show and hollow palaces, as Jonson or Marvell might have expressed it, but it is also a conscious recommendation of how to build, how to lay out a park or a garden; the improvement of Nature: "In all, let Nature never be forgot./ But treat the Goddess like a modest fair,/ Nor

10. Described in Eric Hobsbawm's *The age of revolution* (1962).

11. Although Williams does not take this issue as much into account, it is worth noting that most of the writers of the period belonged to an Anglican and nonconformist intellectual elite: the clerics or parish priests responsible for the presbyteries, who are also recurring characters in the English novels of the 18th and 19th centuries. Educated at Cambridge and Oxford, an experience that possibly allowed some independence of opinion in relation to large and small landowners, these both descended and rendered religious and intellectual services for these landowners. Their point of view, in relation to the nobility, would then be more sensitive to the problems of the dominated classes.

12. "Improvement" refers both to the aesthetic changes in the house and garden and to the introduction of new agricultural production techniques and capitalist labour relations.

over-dress, nor leave her wholly bare". In this persuasive recommendation a new structure of feeling has become explicit, as part of a new economy (Williams, 1975a, p. 59).

The eighth chapter, "Nature's threads", is of great interest to us. In addition to articulating "structure of feeling" and autobiography, it also contains five occurrences of the term. Let us see the *seventh occurrence* of the term in the book, right in the first paragraph of this chapter:

It is in Young's eighteenth century – in the changes and contradiction of that rural England which he both helped to promote and incomparably recorded – that we find not only the genial accommodation of Fielding, the desperate and specialised fears of Richardson, but also a new and more serious social version of the lost peace and virtue of country life. The poems to the happy tenant, the idealised and independent self of the reflective pastoral tradition, are succeeded by poems of loss, change, regret: that structure of feeling, at once moved and mediating, appalled and withdrawn, which is caught so exactly in Goldsmith's couplet: "E'en now, methinks, as pondering here I stand/ I see the rural virtues leave the land" (Williams, 1975a, p. 68).

Characteristic of the period and its ongoing accelerating changes in the agrarian economy, whereupon both positive and negative assessments could be found, such as the one given by "the increase of corn-growing and corn exports" (Williams, 1975a, p. 69) or the growing reservations about the negative consequences for workers, in this paragraph an ambivalent "structure of feeling" emerges.

According to the excerpt that contains the *eighth occurrence* (the second in the chapter), the direct mention of workers in a poem by James Thomson (1700-1748) would be the innovative element of a changing structure of feeling:

These "partners", the poor, had been the excluded element in the panegyric of order and plenty, and it is in a growing admission of their existence that the structure of feeling has changed. Thomson even goes on to reflect the relatively new recognition – it is basically an eighteenth-century "discovery" by the educated upper classes – that "the poor" are not simply a charitable burden, a weight on the economy, but the actual producers of wealth: Ye/ masters, then/ Be mindful of the/ rough laborious hand/ That sinks you soft in/ elegance, and ease (Williams, 1975a, p. 70).

Such discovery was accompanied by the emergence of a new tone of "melancholy and thoughtful withdrawal" (Williams, 1975a, p. 71) – as seen in the poem by William Cowper (1731-1800), from where Williams took the chapter's title, "Nature's

threads” –, through which the celebration of capitalist economy is counterbalanced by the register of its disruptive processes. Ahead, aiming to deepen the characterization of this structure of feeling, Williams compares it to an earlier, markedly conservative one, captured by Robert Herrick’s (1591-1674) 17th-century poem, “A thanksgiving”.

At this point, the author once again recalled a memory. He says that as a child he read Herrick’s poem and was bothered by how it represented the poor in a prejudiced way. Years later, he would have confirmed this first childhood impression by reading another of his poems, thus opposing the favourable assessment of the poet that was then predominant in Cambridge. The autobiographical account then reinforces Williams’ alignment with rural workers, the engaged bias that this position attributes to his analysis, and his problematic entry into the British academic establishment.

Nevertheless, as we can see in the *ninth occurrence*, the overcoming of this naïve and appeasing point of view would be the decisive step towards the emergence of the eighteenth-century changing structure of feeling: “It is this sense of farewell to simplicity that is the ultimate element of the new structure of feeling” (Williams, 1975a, p. 73).

However, this “farewell to simplicity” would not be easily achieved, and Williams notes the juxtaposition of appeasing and realist/critical views in various poems. Inherent to the structure of feeling under analysis, this tension is observed in the *tenth occurrence*:

It cannot really be had both ways: the luck of the “cool sequester’d vale” and the acknowledged repression of “chill Penury”. But in this structure of feeling, temporarily, the ambiguities of the appeal to simplicity were held and mediated (Williams, 1975a, p. 74).

According to the *eleventh occurrence*, this ambiguity would be progressively undone in favour of a more defined polarization, whose first signs Williams identifies in Goldsmith’s poem “The deserted village”, and that would foreshadow the unfolding of the romantic structure of feelings:

Here, with unusual precision, what we can later call a Romantic structure of feeling – the assertion of nature against industry and of poetry against trade; the isolation of humanity and community into the idea of culture, against the real social pressures of the time – is projected. We can catch its echoes, exactly, in Blake, in Wordsworth, and Shelley (Williams, 1975a, p. 79).

The remainder of the chapter proceeds to examine the transition to Romanticism, starting from the analysis of John Langhorne’s (1735-1779) poetic production at the

end of the 18th century, which shows the worsening of the social situation of rural workers with the advance of capitalism. The emergence of a contingent of people in a situation of penury and “vagrancy” would be the effect of both the justice system’s and the state apparatus’ inability to remedy this process, whose cause, however, would not be perceived by the poet. Langhorne’s identification with the propertied class – he was married to the daughter of a landowner and had become a justice of the peace – would prevent him from perceiving the direct involvement of this class in the ongoing capitalist development and the dissolution of the rural community. According to Williams, Langhorne understands migration (one of the alternatives embraced by workers who lost their place in the new system) as a maladjustment and not as a consequence of economic displacement. This argument would have a long continuity in English literature, being mobilized by T. S. Eliot (1888-1965) in the 20th century, and opposed by Williams through another autobiographical reflection at the very end of the chapter, where he justifies the exodus not by disinterestedness of the village, but by the impossibility of remaining there:

I know these also personally: not only because I had to move out for an education and go on with a particular kind of work; but because the whole region in which I was born has been steadily and terribly losing its people, who can no longer make a living there. When I hear the idealisation of settlement, I do not need to borrow the first feelings; I know in just that sense, what neighbourhood means, and what is involved in separation and leaving. But I know, also, why people have had to move, why so many moved in my own family. So that I then see the idealisation of the settlement, in its ordinary literary-historical version, as an insolent indifference to most people’s needs (Williams, 1975a, p. 84).

Again, the autobiographical passage directly inserts the author into the problem, stressing his identification with the rural working class. Yet, in this passage specifically, we can see his difficulty in dealing with the decision to go off to study and then establish himself as an academic intellectual, as if he could not entirely overcome feeling guilty about his decision.

Chapter nine, “Bred to till the earth”, can be understood as the end of the book’s first part (from the second chapter onwards), centred on the analysis of country-houses poetry. Perhaps its argument can be summarized by the contrast between two typical structures of feeling, bucolic and anti-bucolic: the first, close to an ideology of the country-house and the second, in contrast, of realistic intentions¹³.

13. In the first occurrence of the term “structure of feeling” in *Culture and society*, Williams states that “changes in convention only occur when there are radical changes in the general structure of feeling”.

The slow transformation underwent by the structure of feeling from “Penhurst” and “To Saxham” to Crabbe’s reaction constitutes, then, the argumentative axis of this first part, synthesized in the *twelfth occurrence* of the term, a commentary on an emblematic passage from a poem by the same Crabbe, which opens chapter 9:

No longer truth, though shown in verse, disdain/
But own the Village Life a life of pain.

Crabbe’s insistence is now easier to understand. The observation is that of Goldsmith or Langhorne, but in a new structure of feeling, which can dispense with retrospect. What is seen, in a new convention, is an existing, active and social contrast. The energy of the new convention springs from a rejection of “pastoral” (Williams, 1975a, p. 87).

The realistic intention in Crabbe’s *The village* can be verified by its constant mention of workers, which then justifies Williams’ hypothesis that the writer would have reached a more sensitive view of the working class, in relation to owners, because of his relative independence as a clergyman. Yet, he was not able to completely break with the bucolic perspective. Since he did not pay attention to the factors that produced poverty – the capitalist development of agricultural production and the economic orientation of the noble landowner – Crabbe focused on the assistance needs of indigents¹⁴.

Hence, if Crabbe had a truthful “realistic intention” (the objective consciousness demanded by Williams), he would have attributed to the propertied class and its country-houses direct responsibility for both the economic exploitation of the working class and the disparity between the life-of dominant and dominated classes.

From capitalism to industrialism

Seeking to explain the process underlying the evolution of structures of feeling (the *thirteenth occurrence*), in chapter 10, “Enclosures, commons and communities”, Williams makes a historical digression by which he summarizes the book’s argument up to that point:

(Williams, 1983, p. 39). This seems to be precisely the point here, in the transition from bucolic to anti-bucolic.

14. Crabbe’s ambiguous solution, according to our interpretation, would be based on the ambivalence of his social position. On the one hand, dependent, since the presbyteries were located in the interior of the lands of the nobility, and because clerics depended on the endorsement of the nobles to occupy it. On the other hand, however, independent, since clerics were religious authorities and had academic training.

Yet there is a sense in which the idea of the enclosures, localised to just that period in which the Industrial Revolution was beginning, can shift our attention from the real history and become an element of that very powerful myth of modern England in which the transition from rural to an industrial society is seen as a kind of fall, the true cause and origin of our social suffering and disorder. It is difficult to overestimate the importance of this myth, in modern social thought. It is a main source for the structure of feeling which we begin by examining: the perpetual retrospect to an “organic” or “natural” society. But it is also a main source for that last protecting illusion in the crisis of our own time: that is not capitalism which is injuring us, but the more isolable, more evident system of urban industrialism (Williams, 1975a, p. 96).

In this chapter, Williams defends the hypothesis that the emergence of urban industrialism should not be thought away from the broader, long-term process of capitalist development that includes the rural economy, commerce, manufacturing etc., that is to say, the entire economic system¹⁵.

In this way, enclosures (that were intensified from the late 18th century onwards) and the Industrial Revolution were stages in the development of capitalism and not entirely new processes. In rural society, these transformations implied the expansion of cultivated land, the concentration of ownership, the expulsion of workers and the gradual advance of capitalist relations of production, exemplified by the “economic system of landlord, tenant and labourer” (Williams, 1975a, p. 107). This would become generalized despite the intermediate stage that had favoured the remedied fraction of the peasantry, the “yeoman” (later negatively affected by the unfolding of capitalist development). Regardless, claims for “small rights”, such as the free extraction of firewood, permission to grow crops on available areas of large properties, beekeeping, fruit collection, etc. were considered legitimate demands, albeit marginal – as forms of resistance against capitalist exploitation. The following autobiographical reflection supports this point:

When I was a child my father had not only the garden that went with his cottage, but a strip for potatoes on a farm where he helped in the harvest, and two gardens which he rented

15. We can assume that this general thesis nods to Eric Hobsbawm’s argument in the chapter “The Industrial Revolution” of *The age of revolutions*. There it is argued that the English lead as a precursor of industrial development was not of a technological order, but instead of an economic nature, given the capitalist orientation of its agriculture. Although not explicitly acknowledging Hobsbawm’s influence here, he is quoted by Williams once in the book, at the beginning of chapter 17: “Yet there was always a contradiction in English agrarian capitalism: its economics were those of a market order; its politics were those of a self-styled aristocracy squirearchy, exerting quite different and ‘traditional’ disciplines and controls. This contradiction has been seen (by Hobsbawm and Rudé) as the most convincing explanation of the notorious Speenhamland and its effects” (Williams, 1975a, p. 182).

from the railway company from which he drew his wages. Such marginal possibilities are important not only for their produce, but for their direct and immediate satisfactions and for the felt reality of an area of control of one's own immediate labour (Williams, 1975a, p. 102-103).

For the remainder of the chapter, one can glimpse Williams' perception of what would be the most realistic and consequent political consciousness. Once again resorting to his own social trajectory, he argues that the cause of the disruptive processes would be the brutal economic exploitation prevailing in English agrarian capitalism, which was then carried out by the propertied class and symbolized by the country-house:

It has always seemed to me, from some relevant family experience, that the distance or absence of one of those great houses' of the landlords can be a critical factor in the survival of a traditional kind of community: that of tolerant neighbourliness (Williams, 1975a, p. 105).

Later in the *fourteenth occurrence*, Williams identifies in William Cobbett, one of the "Three around Farnham", title of chapter 11, the strengthening of the structure of feeling more clearly identified with workers and their exploitation. Articulated by his "*rich land and poor workers*" (Cobbett *apud* Williams, 1975a, p. 109), the reason for Cobbett grasping this realistic awareness could be found, according to Williams, in his modest social origin, as the son of a small farmer:

The structure of feeling that had held in direct appeal and in internal moral discrimination – the moral case, the moral warning, of such verse as Goldsmith's or Crabbe's – was now necessarily transformed into a different order of thinking and feeling. The maturity of capitalism as a system was forcing systematic organisation against it (Williams, 1975a, p. 112).

Only partially incorporated into Jane Austen's novels for example, which was also analyzed in the chapter as a counterpoint to Cobbett's perspective, this consciousness would imply a change of convention, through which the interaction between classes became the axis of a new type of novel, especially from the 1830s onwards. Although both Austen and Cobbett were based in the same region and were attentive to the same changes, they personified different points of view, conditioned by their distinct social origins, since she was the daughter of a gentry clergyman¹⁶: "Cobbett

16. The chapter title alludes to three writers, of whom the third, Gilbert White, is less important for the development of the chapter and also for our argument.

and Jane Austen mark two ways of seeing, two contrasted viewpoints, within the same country” (Williams, 1975a, p. 118)¹⁷.

When the demand for a new conception of nature would be associated with an equally new poetic experience, another new variant of the anti-bucolic structure of feeling would emerge with the Romantic poets of the early 19th century, analyzed in chapter 13, “The green language”. Although Williams does not establish an explicit relationship here¹⁸, it is possible to link the chapter “The romantic artist” from *Culture and society* (1958) and the author’s hypothesis that in the context of English Romanticism (between the 18th and 19th centuries) “there is a radical change also in ideas of art, of the artist, and of their place in society” (Williams, 1983, p. 32). According to Williams, it is within the framework of these transformations that the poet’s new social position, of greater autonomy (the artist would no longer be subject to patronage, but to the market) must be understood. In turn, the basis of this new structure of feeling (the *fifteenth occurrence*) was expressed by authors such as Wordsworth and, chiefly, by Clare:

Thus an essential isolation and silence and loneliness have become the only carriers of nature and community against the rigours, the cold abstinence, the selfish ease of ordinary society. It is a complex structure of feeling, but in its achievement a decisive phase of what must still be called country writing has been inaugurated (Williams, 1975a, p. 131).

Extracted from a poem by Clare and based on the experience of the English Romantic poet, Williams posits that such a structure could be summarized by the expression “green language”. The “nature” inscribed in the poems would be the condensation of Clare’s “creative imagination” (Williams, 1975a, p. 132), the only able to access the deep reality of life and nature. In addition to being a “romantic artist”, Clare was also a “labourer-poet”, and this social origin would similarly imply a more realistic and critical point of view regarding the ongoing transformations,

17. Perhaps Williams’ view of Jane Austen could be more favorable if he considered her feminine condition and the gender relations within which she found herself, i.e., had he responded to her context, not only as representative of the gentry but also as woman, while it was also worth noting the weight of female authorship in the 19th century English novel, in large part due to her importance. Regardless, Williams is most interested in the author’s acute awareness of the interactions between the different fractions of the ruling classes, which revolve around the big question of the matrimonial market and the tensions between country and city, with the former being clearly privileged by Austen as the space of an authentic life, specially by educated nobility, so valued by her and to which she belonged to.
18. If there is no explicit step in this direction, there are some passages that support this statement, such as the following: “But it was a new kind of poet, as it was a new kind of nature, that was now being formed” (Williams, 1975a, p. 133).

especially concerning the enclosures. In the same chapter there are two more occurrences of the term (*sixteenth and seventeenth occurrences*), exemplary of these combined dispositions (of the romantic artist and the rural worker):

And then it is very much to the point that the first general word chosen to describe the instigators of the “curse” of enclosure is “tasteless”. This connects with that structure of feeling which was beginning to form, from Goldsmith to the poets of the Romantic movement and which is particularly visible in Clare: the loss of the “old country” is a loss of poetry; the cultivation of natural feeling is dispossessed by the consequences of improved cultivation of the land; wealth is not only hard and cruel but tasteless (Williams, 1975a, p. 137).

In both this and the following occurrence, Williams notes in Clare’s poems the union between the romantic appreciation of nature with the critical view of improvements, made possible by the poet’s humble origins:

As a way of seeing the dispossession of labour by capital, this is exact. but it is set in a structure of feeling in which what wealth is most visibly destroying is “Nature”: that complex of the land as it was, in the past and in childhood, which both ageing and alteration destroy (Williams, 1975a, p. 138).

Clare’s familial origin, as the son of a farmer, would also justify Williams’ identification with the poet in yet another autobiographical passage, this time reinforcing the critic’s analytical perspective and guiding, as we have seen, by his identification with the rural worker:

Over a century and a half I can recognise what Clare is describing: particular trees, and a particular brook, by which I played as a child, have gone in just this way, in the last few years, in a improved use of marginal land (Williams, 1975a, p. 138).

From chapter 14 (“Change in the city”) onwards the analysis is shifted to the city, or rather to a new moment in the relationship between the country and the city, which results from the Industrial Revolution. Until the end of the 18th century, the city (and especially London) “was the astonishing creation of an agrarian and mercantile capitalism, within an aristocratic and political order” (Williams, 1975a, p. 146).

In the 19th century it was “the creation of industrial capitalism” and the emergence of this new type of city that would result in ambivalent representations in poems, novels, and essays. In any case, the various authors of that period – Henry

Fielding (1707-1754), Adam Smith (1723-1790), William Blake (1757-1827), William Cobbett (1763-1835) and William Wordsworth (1770-1850) – would share a new perspective, informed by the urban experience and by “a new set of physical and sense relationships” (Williams, 1975a, p. 150). This was the very matter of Charles Dickens’ novels (1812-1870), whom the writer analyzed in the following chapter, “People of the city”, and where the notion of structure of feeling is again mobilized to apprehend the writer’s “fictional method”:

This method is very remarkable. It has its basis, of course, in certain properties of the language: perceptions of relations between persons and things. But in Dickens it is critical. It is a conscious way of seeing and showing. The city is shown as at once a social fact and a human landscape. What is dramatised in it is a very complex structure of feeling (Williams, 1975a, p. 158).

This structure of feeling (the *eighteenth occurrence*) refers specifically to London, not industrial cities. Unlike the latter, which would tend towards uniformity, the metropolis was an ancient city in transformation, rendering its heterogeneity and “apparent randomness”. Consequently, the contradiction or paradox between “the random and the systematic, the visible and the obscured” would be the core feature of this structure of feeling. What Dickens’ novels dramatize, without falling into simplifying conclusions, is precisely the constant perception of change and the emergence of a new order that was centred on the metropolis and that was the “capital city of a complex national and overseas economy and society” (Williams, 1975a, p.154).

Specifically, what distinguishes Dickens’ novels is the “way of seeing” that does not frame the city and its characters in a Manichean or teleological way. Instead, it problematizes the relationships between individuals, social institutions, and the material city (streets, avenues, buildings, rivers, air) as imbricated dimensions of experience both in reality and within the novels. Hence the recurrence of characters’ names referring to institutions and moral orientations, in addition to attributing human traits to houses and buildings – “the experience of the city is the fictional method; or the fictional method is the experience of the city” (Williams, 1975a, p. 154). As such, without even foreseeing a likely outcome, Dickens’ work thus reaches “the dynamic centre of this transforming social experience” (Williams, 1975a, p. 164).

In the following chapters (16, 17 and 18) the rural theme is reestablished in a direct dialogue with F.R. Leavis’ *The great tradition* (1948). Initially approached from the relations of continuity and discontinuity with Jane Austen, chapter 16, “Knowable communities”, is centred on George Eliot’s novels. The term “knowable

communities” refers to the fractions of social reality extracted by novelists to constitute a space for fictional analysis and creation.

In this sense, Jane Austen’s knowable community would be the “network of propertied houses and families, and through the holes of this tightly drawn mesh most actual people are simply not seen” (Williams, 1975a, p. 166). In contrast George Eliot, according to Williams, having an unfavourable social origin if compared to her predecessor (although their roots are superficially and hastily characterized), would portray different fractions of the working and middle classes, although panoramically and in a somewhat stereotyped way. This structure of feeling employed by the novelist is directly interrogated in a section that highlights Williams’ engagement with the matter. In its *nineteenth occurrence* Williams ponders that:

I can feel enough connection with the problems George Eliot was facing to believe I could make these points in her presence; that I am, in a sense, making them in her presence, since her particular intelligence, in a particular structure of feeling, persists and connects (Williams, 1975a, p. 170).

This occurrence directly involves Williams’ autobiography and his personal and political engagement. His discomfort concerning Eliot would be in the distanced representation of workers as undifferentiated individuals devoid of autonomy and complexity.

Next, Williams refers to his own educational background, identifying himself with the educational trajectories of Eliot, Thomas Hardy and D.H. Lawrence, who, despite modest social origins – “Their fathers were a bailiff, a builder, and a miner” (Williams, 1975a, p. 170) –, would have achieved a relatively prominent educational level (even though they are considered to be self-taught by English literary history). By including the working class in the knowable community of their novels this social experience, albeit uneven, would have allowed these authors to approach a more comprehensive and realistic point of view. Yet Eliot would not have followed this change of perspective to the end, since she fell back into a simplifying and even prejudiced view. According to Williams in the *twentieth occurrence*, this halfway solution, hesitant and ambiguous, would reconduct to the revaluation of the propertied classes and country-houses:

It is more persuasive and more substantial than the dream of Old Leisure, but in its whole organisation shows even more clearly the structure of feeling which was being laid over de country (Williams, 1975a, p. 178). (citação)

Eliot's ambiguous rejection towards the proprietor classes' perspective would manifest itself in the expression "dream of Old Leisure", taken from *Adam Bede* (1859). Then, with the *twenty-first occurrence*, Williams concludes the chapter by establishing a relationship between this structure of feeling, still linked to the bucolic, and Leavis' "great tradition", identified with that England of country-houses:

Who can then see why Mr. Leavis, who is the most distinguished modern exponent of just this structure of feeling, should go on, in outlining the great tradition, from George Eliot to Henry James (Williams, 1975a, p. 180-181).

Progressively subordinated to the industrial and urban economy, in chapter 17, "The shadowed country", Williams presents a historical digression on the transformations of the English rural society in the 19th century. There, in the final half of the chapter, he analyzes four writers of modest rural origins (Alexander Somerville, Joseph Arch, Joseph Ashby, and Richard Jefferies). Children of dispossessed workers and smallholders, they are torn between their modest origins and the subordination to the landlords, on whom they depended to advance their literary careers. Still, all would ponder on the effects of countryside changes on workers. Williams' argument is supported by autobiographical passages, which again make explicit his involvement. In the first passage, Williams mentions his grandfather's proud speeches on hunting. These would serve as a momentary relief in the face of the crisis affecting most rural workers in the course of the 19th century, itself a result of the growing concentration of land in agrarian capitalism. The second and third passages dialogue directly with the authors analyzed in the text, registering family experiences similar to those described by them, with an emphasis on the last one, which is coupled with another occurrence of structure of feeling (the *twenty-second* one). After mentioning Jefferies' claim for the "development of rural democracy" through the various possible forms of associations of workers themselves, Williams states:

It is a crucial recognition. It connects with my own feeling, which I learned in a family that had lived through this experience, that there is more real community in the modern village than at any period in the remembered past. The changes that came, through democratic development and through economic struggle, sweetened and purifies an older order. Yet to hold to this reality is to recognise an extending connection, for it is not, in the strict sense, a rural vision at all. Or at least it does not seem so when it is set against that structure of feeling which in a way derives from the earlier Jefferies (Williams, 1975a, p. 195).

According to Williams, Jefferies moved from an attitude of reverence and subordination to large landowners (minimizing the exploitation and suffering of workers) to scathing criticism of those (from the bucolic to the anti-bucolic). He did not value a supposedly stable and harmonious rural past, tended by the landlords. Instead, it was the actual political resistance of rural worker communities, despite all the violence and exploitation that they suffered, what Jefferies cherished. It is worth noting that the direct connection between the structure of feeling and autobiographical reflection reinforces our hypothesis that these would be the book's main analytical basis.

Chapter 18, "Wessex and the border", is one of the main chapters of the book, as Williams attributes Thomas Hardy with having reached the best solution within the literary tradition that dealt with the relations between country and city. This is because, like no other author, Hardy would have realized the complexity of the changing English rural society in the second half of the 19th century, transposing into his novels, without stereotyping, the different fractions of the working and middle classes of agrarian capitalism.

Linked to this problem, the autobiographical dimension of *The country and the city* is very much present in this chapter. Here Williams identifies with the axis that, according to him, is present in several of Hardy's books, i.e., that of the contrast between tradition and education, especially seen in *Jude the obscure* (1895), where via formal education and university access the possibility of social ascension and life change is directly thematized into the trajectory of the novel's protagonist. Here it is worth noting, however, Williams' resemblance with characters such as Jude or Clym (from *The return of the native*, from 1878). Although objectively successful, unlike the tragic fates of Hardy's characters, this might indicate the psychological afflictions that accompanied Williams' own trajectory:

But it is more than a matter of picking up terms and tones. It is what happens to us, really happens to us, as we try to mediate those contrasted worlds: as we stand with Jude but a Jude who has been let in; or as we go back to our own places, our own families, and know what is meant, in idea and in feeling, by the return of the nature. This has a special importance to a particular generation, who have gone to the university from ordinary families and have to discover, through a life, what that experience means (Williams, 1975a, p. 198).

According to Williams, the perception and thematization of the social changes in progress would justify placing Hardy amongst the most important English writers of the 19th century; an author of novels that, in this interpretation, would go beyond the domain of regional fiction.

Through this position-taking, Williams challenged the previous canon, claimed especially by Leavis and Henry James. His argument retrieves Hardy's social and family origins, disagreeing with those who attributed to him a supposed peasant origin. Differently from the previous interpretation, Williams demonstrates that Hardy would come from the middle class of rural society – his father “was a builder who employed six or seven workmen” (Williams, 1975a, p. 200) – and although he never attended university, he had a relatively high educational upbringing for the time. From this position, Hardy could grasp the destabilizing consequences of those economic transformations, which became ever more intense in the course of the 19th century with the advance of industrialization. For Williams, Hardy's writings did not have the peasant of an idealized past as a reference. Instead, his mainstay was the crisis of a changing society:

It is also obvious that in most rural landscapes there are very old and often unaltered physical features, which sustain a quite different time-scale. Hardy gave great importance to these, and this is not really surprising when we consider this whole structure of feeling. But all these elements were overridden, as for his kind of novelist they must be, by the immediate and actual relationships between people, which occurred within existing contemporary pressures and were at most modulated and interpreted by the available continuities (Williams, 1975a, p. 209).

According to Williams' assessment, it is worth noting that the aforementioned structure of feeling, the *twenty-third*, is specific to Hardy. Since he is an innovator, this structure is specific to him. Given his lack of interest in the propertied classes (the aristocracy and the gentry), Hardy distinguishes his work by totally surpassing the bucolic convention. His attention turns, as the aforesaid passage reveals, to the relationships between the various fractions of the middle and working classes, embodied in the integrity of the “ordinary processes of life and work” (Williams, 1975a, p. 211). Thus, as the following passage summarizes at the end of the chapter, the *twenty-fourth* occurrence, members of these groups would appear as complex and individualized protagonists (with their personal dramas) on Hardy's novels, a position hitherto restricted, in realism, to characters of the dominant classes.

The general structure of feeling in Hardy would be much less convincing if there were only the alienation, the frustration, the separation and isolation, the final catastrophes. What is defeated but not destroyed at the end of *The Woodlanders* or the end of *Tess* or the end of *Jude* is a warmth, a seriousness, an endurance in love and work that are the necessary definition of what Hardy knows and mourns as loss. Vitality – and it is the difference from Lawrence,

as we shall see; a difference of generation and of history but also of character – Hardy does not celebrate isolation and separation (Williams, 1975a, p. 213).

Chapters 19 and 20 are focused on the urbanization process that furiously went forward in the 19th century, at a time when the urban population outnumbered the rural whilst the total population grew dramatically. Such aspects would justify another analytical digression towards the city and the literature focused on it, giving rise to a new language and structure of feeling, the *twenty-fifth* occurrence of the term: “In distinguishable ways, in these very different writers, a common structure of feeling was being formed” (Williams, 1975a, pp. 235-236).

The chapter runs through an extensive list of authors, from Charles Dickens, James Thomson, and Richard Jefferies to Virginia Woolf and James Joyce. Yet, the kind of literature represented by these last two is minimally and indirectly discussed, a surprising choice, given the importance of both for the renewal of English literature. It seems to us that this approach indicates an asymmetry between the attention given to rural and urban literature, even if Williams’ *The country and the city* emphasizes the imbrication between these social spaces and their literary expressions. It is worth noting that the discussion regarding the urban novel always emphasizes more general dynamics, such as the transience and fragmentation of social experience, and its problematic internalization, mobilizing terms such as “anguished consciousness”, “discontinuity”, “atomism”, “the racing and separated forms of consciousness”. Differently than one might expect, given the book’s argumentative axis, which focuses on how class struggle in the rural world is addressed by writers, in these passages Williams hardly considers the numerous literary elaborations that the confrontation of classes and the proletariat (specifically) allowed¹⁹.

Returning to the historical context of the late 19th century, Williams examines literature’s reaction to the process through which the country-houses of land gave way to the country-houses of capital. It was against this background that Henry James’ novels presented country-houses no longer as the centre of the social system, but as spaces occupied by individuals completely unaware of what was going on around them: “But the point is that the country-house, in the twentieth century, has just this quality of abstract disposability and indifference of function” (Williams, 1975a, p. 250). This was accompanied by a wrong and stereotypical literary representation of the rural workers, reflected in the image of the vulgar peasant.

19. As Williams would directly oppose the dominant interpretations in certain Marxist strands, this change in emphasis and approach may be understood as a strategy (conscious or unconscious) of privileging the history of the rural worker to the detriment of the urban one.

Another consequence of the country's growing subordination to the city would be its apprehension as "a place of physical and spiritual regeneration" (Williams, 1975, p. 252), the core of a new structure of feeling (*twenty-sixth occurrence*):

It was now the teeming life of an isolated nature, or the seasonal rhythm of the fundamental life processes. Neither of these feelings was new in itself. What was new was their fusion into a structure of feeling in which the earth and its creatures – animals and peasants almost alike – were an affirmation of vitality and of the possibility of rest in conscious contrast with the mechanical order, the artificial routines, of the cities (Williams, 1975a, p. 252).

According to Williams, the literature of the first decades of the 20th century, especially those of Georgian writers, despite its realistic pretensions, rested over representations of the rural and the bucolic already selected and sedimented by tradition. In another markedly autobiographical passage, Williams then contrasts this perspective to his own familial experience:

Perhaps they were wrong; some things were outside their experience. But they were not and are not figures of decline. The crisis of rural Britain, which indeed they lived through in its actual consequences, was not this crisis that had been projected from the cities and the universities. It was a crisis of wages, conditions, prices; of the use of land and work on the land (Williams, 1975a, p. 257).

Meaningfully, at the end of the chapter, Williams takes sides in Fred Kitchen's (a "modern farm labourer") autobiographical account in *Brother to the ox* (1939), which is claimed to be the best expression of mid-twentieth-century English literature on rural workers.

With the suggestive title "The border again", chapter 22 recovers the polysemic term "border", referring to both geographic borders between countries (notably, between England and Wales), as well as those between country and city, and traditional and erudite/scholastic culture – dimensions explored by Williams in the analysis of works by D.H. Lawrence (1885-1930) and Lewis Grassic Gibbon (1901-1935). We should also note the direct reference to Wales. Together with Scotland and Ireland it, according to Williams, still hosted regions not fully integrated into the "English capitalist rural order" and that, as a result, preserved a resilient community spirit. The mention of Wales cannot be separated from the book's recurrent resort to autobiographical experience. Here, reference is made to "a subordinated and relatively isolated rural community, which is conscious, in old and new ways, of its hard but independent life" (Williams, 1975a, p. 269). This would result in an

“spiritual self-subsistence”, a significant aspect of the *twenty-seventh* occurrence of “structure of feeling”:

This is a decisively different structure of feeling. The spiritual feeling for the land and for labour, the pagan’ emphasis which is always latent in the imagery of the earth (very similar, through is different rhythms, to the Lawrence of the beginning of *The Rainbow*), is made available and is stressed in the new struggles: through the General Strike, in the period of *Cloud Howe*, to the time of the hunger marches in the period of *Grey Granite* (Williams, 1975a, p. 270).

Continuing this passage, Williams suggests that this structure of feeling presupposes the benefits of the political militancy of rural workers, which in turn would be reflected in the struggle of industrial workers:

More historically and more convincingly, the radical independence of the small farmers, the craftsmen and the labourers is seen as transitional to the militancy of the industrial workers. The shape of a whole history is them decisively transformed (Williams, 1975a, p. 270).

This passage unambiguously explains one of the book’s main fronts, namely: to reject the prevailing tendency in a more orthodox Marxism to decouple urban from rural workers, which attributes political protagonism only to the former, and, more generally, privileges urban and industrial “progress” over rural and agricultural “backwardness”. Against this position, the critic descendant of Welsh rural workers defends the political unity of the rural and urban proletariat, pointing to the possible overcoming, in socialism, of this false dichotomy.

Another dispute in the chapter involves how Lawrence is inscribed in the English literary canon. Here Williams muddles Lawrence’s placement by unusually positioning an exponent of the “great tradition” side-by-side with a lesser Scottish writer, Gibbon. This analytical operation is then justified by how both authors portray rural life and work as well as the multiple crossings on the border between country and city.

The *last two occurrences* of “structure of feeling” (*twenty-eighth and twenty-ninth*) appear at the end of the chapter “Cities and countries”. This inversion of the book’s title points to the major significance of the long-term historical change examined throughout the book. The first occurrence, cited below, summarizes the common tendency to idealize the past noticeable in the various structures of feeling emerging in specific historical contexts:

We have seen how often an idea of the country is an idea of childhood: not only the local memories, or the ideally shared communal memory, but the feel of the childhood: of delighted absorption in our own world, from which, eventually, in the course of growing up, we are distanced and separated, so that it and the world become things we observe. In Wordsworth and Clare, and in many other writers, this structure of feeling is powerfully expressed, and we have seen how often it is then converted into illusory ideas of rural past: those successive and endlessly recessive “happy Englands of my childhood” (Williams, 1975a, p. 297).

Thus, the option to focus on the reconstruction of the structures of feeling embodied in literary works enabled Williams to estimate, in the different periods and writings considered, both the perspectives favorable to the landowners and the critical approaches to the social conflict identified with the workers. Williams’ interpretation encompasses historical reconstruction and textual criticism, the political and reflexive dimensions, as can be seen in the following occurrence.

Yet what we have finally to say is that we live in a world in which the dominant mode of production and social relationships teaches, impresses, offers to make normal and even rigid, modes of detached, separated, external perception and action: modes of using and consuming rather than accepting and enjoying people and things. The structure of feeling of the memoirs is then significant and indispensable as a response to this specific social deformation (Williams, 1975a, p. 298).

It is worth noting that the direct reference to the “structure of feeling of the memoirs” reasserts the autobiographical dimension and the particular interpretative weight that it imposes on the book. Not coincidentally, in the next section Williams analyzes two novels of his own, *Border country* (1960) and *Second generation* (1964), where the former, a book with an evident autobiographical character, significantly conducts us to the end of *The country and the city*:

In the late nineteen-forties I knew that I was at last separated from the village in which I had grown up. I began to write what I thought this experience was, in the seven versions that eventually became the novel *Border country*. It wasn’t only, through those versions, that I found myself connecting the experience to a more general history of physical and social mobility, and beyond that to a crisis of education and class which when I had worked it through I went back and read, as if for the first time, in George Eliot and Hardy and Lawrence. It was also that I had to look at the village again, and to set up some tension between my childhood memories and the adult working experience of my father’s generation (Williams, 1975a, pp. 298-299).

Rendering Williams' interpretation a very personal and political tone, the aforementioned excerpt reinforces the overlap between the autobiographical account that runs through the book and its argumentative axis. On the one hand, from a subjective point of view, his work can be understood as an attempt to atone for the guilt of having migrated from his country community to socially ascend through education. On the other hand, from a political point of view, it can be seen as a way to confront that image of the country as backwards, something very appealing to socialist and progressive ranks, and the city as the space where the socialist revolution would be carried out. Intending to counter this image, Williams highlights the centrality of agriculture in peripheral economies and in the entire capitalist world system:

The common idea of a lost rural world is then not only an abstraction of this or that stage in a continuing history (and many of the stages we can be glad have gone or are going). It is in direct contradiction to any effective shape of our future, in which work on the land will have to become more rather than less important and central (Williams, 1975a, p. 300).

The effort to reclaim agriculture's place in the broader framework of capitalism sheds light on another crucial point in Williams' argument: the political task of confronting not industrialism but capitalism:

Neither will the city save the country nor the country the city. Rather the long struggle within both will become a general struggle, as in a sense it has always been (Williams, 1975a, p. 301).

Conclusion

Before we attempt to systematize the occurrences of "structure of feeling" in *The country and the city*, the reader should be aware that it is necessary to avoid understanding it as a concept that is closed (with a pre-defined outline, content, and scope) and abstract. As we have attempted to demonstrate, because it organizes a long-term historical analysis of the literature produced during the capitalist development of English agriculture, one of the main specificities of the use of structure of feeling is its pervasive and explicit character. We should recall that in previous books it is mobilized in specific parts, referring to relatively limited periods, as in *Culture and society* and *The long revolution*, respectively in the chapters "The industrial novels" and "The analysis of culture".

Using as a reference a particularly representative excerpt, from here onwards we attempt to summarize the method displayed in *The country and the city*, and, more specifically, how the idea of structure of feeling is mobilized in the book.

For what is knowable is not only a function of objects – of what is there to be known. It is also a function of subjects, of observers – of what is desired and what needs to be known. And what we have then to see, as throughout, in the country writing, is not only the reality of the rural community; it is the observer's position in and towards it; a position which is part of the community being known (Williams, 1975a, p. 165).

Here Williams presents the dimensions considered in the analysis of structures of feeling.

Its main determining factors were the writer's familial origin, their formal education, and the relations of production involved in the literary creation: direct dependence (writers subject to patronage), indirect dependence (clerics) or partial independence (writers in the market). Regarding these sometimes-implicit aspects, Williams' scrutiny of literary forms aims to identify the ways by which different classes and fractions of classes are depicted – confronting these with his own memories.

More precisely, Williams analyzes the transition between a pastoral structure of feeling to an anti-pastoral one. The former was embodied and expressed by writers subject to the patronage of large landowners (aristocracy) and identified with their mode of domination, materialized in the country-house. The latter was conveyed by increasingly independent writers, first clerics and then professional ones, that are increasingly attentive and supportive (despite certain ambivalence) to the existence of the working classes and intermediate groups.

His perspective combines social and literary history and is supported by his own biographical experience, resulting in his demand for an intellectual and political correction regarding the representation of country and rural workers. This position should be understood within the context of his longstanding disputes with the English intellectual establishment and, particularly, with two groups: on the right, literary critics, and on the left, historians.

Williams' clash with the conservative literary criticism found in Cambridge and the *Scrutiny* magazine group, under the leadership of the Leavis, involved questioning the canon espoused by *The great tradition* on the basis of a realistic criterion that highlighted a series of authors Leavis considered minor. In this dispute, Williams frames Thomas Hardy as an exponent of the English novel and not as an author limited to regional literature. Unlike more sophisticated novelists such as George Eliot and Henry James, Hardy would have achieved a properly anti-bucolic structure of feeling, attentive to the reality of the working and the rural middle classes as well as to the complexity of the changes taking place between country and city. In this view, Hardy overcame simplifying oppositions that are recurrent in English literature – of those between country and city, tradition and instruction, rural and

urban work, observation and participation – inaugurating a new literary trend in which Williams himself would partake: first as a novelist (especially with *Border country*) and later as a critic (especially with *The country and the city*). Therefore, in political terms, he fought the conservative English criticism and its elitist defence of a strong moral community based on highbrow culture, which itself is associated with a nostalgia for country-houses and the system of power that it symbolized.

On the other front of his dispute, Williams responds to the reviews and the circumstantial reservations of his fellow New Left colleagues, the Marxist historians E. P. Thompson and Perry Anderson. They questioned the supposedly abstract character of Williams's *Culture and society* and *The long revolution*, works that would have disregarded the class struggle involved in the examined historical and literary processes²⁰. This criticism paralleled the positioning of these agents within that political movement (divided by programmatic and generational lines), in which Williams occupied, in Thompson and Anderson's view, a more moderate and reformist position. It is also worth noting that, in the early years of the New Left, Williams was a Labor Party affiliate, a position he left in 1966. Thompson and Anderson, for their part, were never affiliated with the party and always took a tougher attitude towards it.

On the one hand, the importance given to social history and class struggle in *The country and the city* seems to suggest that Williams accepted the reservations levelled at his previous approach. On the other hand, as a direct descendant of rural workers (and unlike Thompson and Anderson who came from a relatively privileged background), he counters the political criticism of his colleagues by detailing his social origin, which also serves as a way to legitimize his position within English Marxism. In this direction, by affirming the structural equivalence between rural and urban workers within capitalism, as well as their struggle against it, Williams intended to combat the political disqualification of the peasantry. This defence presumed a profound critique of what he called an “ambiguity in Marxism”:

They denounced what was being done in the tearing progress of capitalism and imperialism; they insisted that men must struggle to supersede it, and they showed us some ways. But implicit in the denunciation was another set of value-judgements: the bourgeoisie had “rescued a considerable part of the population from the idiocy of rural life”; the subjected nations were “barbarian and semi-barbarian”, the dominant powers “civilised”. It was then

20. Here we refer to Thompson's review of *The long revolution*, published in the *New Left Review* in 1961, and to the interviews with Williams conducted by Anderson, Anthony Barnett and Francis Mulhern in 1977 and 1978, published in *Politics and letters* (1979).

on this kind of confidence in the singular values of modernisation and civilisation that a major distortion in the history of communism was erected. The exposed urban proletariat would learn and create new and higher forms of society: if that was all that had been said it would have been very different. But if the forms of bourgeois development contained, with whatever contradiction, values higher than “rural idiocy” or “barbarism”, then almost any programme, in the name of the urban proletariat, could be justified and imposed (Williams, 1975a, p. 303).

Therefore, Williams defends not only the equivalence between the urban and rural proletariat but also the equivalence between workers from the centre and the periphery. At last, by employing an autobiographical narrative and the structure of feeling as analytic tools, Williams managed to scrutinize the tradition of English rural literature and its social basis while also detailing his point of view. Especially in this book, structure of feeling is a tool that allows us to reconcile rigorous textual analysis with a very personal political perspective that is clearly postulated in course of the argument. In this regard, *The country and the city* was also an attempt to elaborate on both the subjective and objective impasses that are derived from his ascension through the educational and academic worlds, a development that may have brought material security and enormous recognition in the English intellectual field, but that also rendered Williams as an individual irremediably split between origin and destiny.

References

- CEVASCO, Maria Elisa. (2001), *Para ler Raymond Williams*. São Paulo, Paz e Terra.
- COLLINI, Stefan. (2019), *The nostalgic imagination: History in English criticism*. Oxford, Oxford University Press.
- DE BOLLA, Peter. (1995), “Antipictorialism in the English landscape tradition: A second look at the country and the city”. In: PRENDERGAST, Christopher (ed.). *Cultural materialism. On Raymond Williams*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 173-187.
- DINIZ, Sheyla Castro. (2020), “Esquecer Williams?': materialismo cultural, estruturas de sentimento e pesquisas sobre música popular no Brasil”. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, 1 (77): 168-183, <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v1i77p168-183>.
- ELDRIDGE, John & ELDRIDGE, Lizzie. (1994), *Raymond Williams. Making connections*. Londres; Nova York, Routledge.
- FILMER, Paul. (July 2003), “Structures of feeling and socio-cultural formations: the significance of literature and experience to Raymond Williams’s sociology of culture”. *British Journal of Sociology*, 54 (2): 199-219.

- GATTI, Vanessa Vilas Bôas. (2015), *Súditos da rebelião: estrutura de sentimento da Nova MPB (2009-2015)*. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- HIGGINS, John. (1999), *Raymond Williams. Literature, marxism and cultural materialism*. Londres e Nova York, Routledge.
- HOGGART, Richard. ([1957] 2009), *The uses of literacy: Aspects of working-class life*. Londres, Penguin.
- LEPENIES, Wolf. (1996), *As três culturas [Soziologie zwischen Literatur und Wissenschaft]*. São Paulo, Edusp.
- MIDDLETON, Stuart. (2020), "Raymond Williams's 'structure of feeling' and the problem of democratic values in Britain, 1938-1961". *Modern Intellectual History*, 17 (4): 1133-1161.
- OLIVEIRA, Luciano Dutra de. (2016), *As estruturas de sentimento: história e desenvolvimento da noção cultural por Raymond Williams*. São Paulo, dissertação de mestrado em História, Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- PASSIANI, Enio. (2009), "Afinidades seletivas: uma comparação entre as sociologias da literatura de Pierre Bourdieu e Raymond Williams". *Estudos de Sociologia*, 14 (27): 285-299.
- RIDENTI, Marcelo. (2010), *Brasilidade revolucionária*. São Paulo, Editora da Unesp.
- SANTOS, Márcia Vanessa Malcher. (2019), *O cinema contemporâneo de Pernambuco*. São Paulo, tese de doutorado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- SAYRE, Robert & LOWY, Michael. (1999), "A corrente romântica nas ciências sociais da Inglaterra: Edward P. Thompson e Raymond Williams". *Crítica Marxista*, 8: 43-67.
- SIMPSON, David. (1995), "Raymond Williams: Feeling for Structures, Voicing 'History'". In: PRENDERGAST, Christopher (ed.). *Cultural materialism. On Raymond Williams*. Minneapolis, University of Minnesota Press, pp. 29-50.
- THOMPSON, E. P. (May-June 1961), "The long revolution (Part I)". *New Left Review*, 1 (10): 24-33.
- THOMPSON, E. P. (July-August 1961), "The long revolution (Part II)". *New Left Review*, 1 (10): 34-39.
- VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. (2007), *A formação do romance inglês: ensaios teóricos*. São Paulo, Hucitec/Fapesp.
- WALLIS, Mick. (1993), "Present consciousness of a practical kind: Structure of feeling and higher education drama". In: MORGAN, W. John & PRESTON, Peter. *Raymond Williams: Politics, education, letters*. Nova York, St. Martin's Press, pp. 129-162.
- WILLIAMS, Raymond. (1990), *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WILLIAMS, Raymond. ([1957] 1993), "Fiction and The writing public". In: MCILROY, John &

- WESTWOOD, Sallie (eds.). *Border country: Raymond Williams in adult education*. Leicester, National Institute of Adult Continuing Education.
- WILLIAMS, Raymond. ([1973] 1993), *The country and the city*. Oxford, Oxford University Press.
- WILLIAMS, Raymond. ([1961] 2001), *The long revolution*. Peterborough, Ont., Broadview Press.
- WILLIAMS, Raymond. ([1958] 2011), *Cultura e sociedade: de Coleridge a Orwell*. Petrópolis, Vozes.
- WILLIAMS, Raymond. ([1960] 2013), *Border country*. Cardigan, Parthian/Library of Wales.
- WILLIAMS, Raymond. ([1979] 2013), *A política e as letras: entrevistas da New Left Review*. São Paulo, Editora Unesp.

Abstract

Structure of feeling and autobiography in The country and the city

In the context of the 50th anniversary of its publication, this article examines Raymond Williams' *The country and the city* under two key aspects. On the one hand, we attempt to explain the uses and meanings of "structure of feeling", which organizes the book's argument as a kind of analytical tool. On the other hand, we will discuss the frequent autobiographical passages that reinforce the reflective and political tone of this work.

Keywords: English literature; Structure of feeling; Autobiography; Agrarian capitalism; Industrialism.

Resumo

Estrutura de sentimento e autobiografia em O campo e a cidade

Aproveitando a efeméride dos cinquenta anos da publicação de *O campo e a cidade*, este artigo examina o livro de Raymond Williams sob dois aspectos principais. De um lado, pretendemos elucidar os usos e significados da noção "estrutura de sentimento", que nesse trabalho organiza toda a argumentação, como uma espécie de operador analítico; de outro, discutimos as frequentes referências autobiográficas, que reforçam seu tom reflexivo e político.

Palavras-chave: Literatura inglesa; Estrutura de sentimento; Autobiografia; Capitalismo agrário; Industrialismo.

Texto recebido em 06/02/2023 e aprovado em 13/04/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.207704.

LUIZ CARLOS JACKSON é professor do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo. E-mail: ljackson@usp.br.

UGO RIVETTI é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Atualmente é professor substituto junto ao Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo. Também é pesquisador do Núcleo de Sociologia da Cultura da USP. E-mail: uc.rivetti@gmail.com.

DIMITRI PINHEIRO é doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo e integra o Núcleo de Sociologia da Cultura da mesma instituição. E-mail: dimitri.pinheiro@usp.br.



Interações entre origem de classe, raça e gênero no acesso ao topo social no Brasil

José Alcides Figueiredo Santos*

<https://orcid.org/0000-0003-2606-7150>

Efeito primário e modulações

Os estudos de mobilidade social investigam o grau de transmissão intergeracional das desigualdades que se estabelece na sociedade, derivado da condição socioeconômica dos pais. Neste trabalho a mobilidade social é abordada em termos dos efeitos da origem de classe no acesso ao topo social da estrutura de classes no Brasil. Os padrões de associação que se formam, em uma abordagem diferenciada e mais complexa, serão vistos à luz das interações entre origem de classe, gênero e raça. Como parte de programa de investigação comum, foram tratados em trabalhos precedentes os efeitos independentes da origem de classe no destino ao topo social e na renda dos filhos (Figueiredo Santos, 2019 e 2020). Investigaram-se a seguir as consequências das interações entre origem de classe e gênero em diferentes níveis da distribuição da renda dos filhos e filhas (*Idem*, 2021). Por fim, foram estudados os “dois lados” dos efeitos interativos entre origem de classe e raça na renda dos filhos, ou seja, a desigualdade racial condicional à origem de classe e a desigualdade de origem de classe condicional ao grupo racial (*Idem*, 2022 e 2023b).

O atual trabalho representa um novo desdobramento do percurso acumulado, uma agregação de complexidades relevantes ao interagir três divisões sociais, porém

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

retomando o foco no acesso ao polo privilegiado no destino social, por se tratar de dimensão crítica das desigualdades de oportunidades no Brasil (Ribeiro e Carvalhaes, 2020). Nos estudos de mobilidade intergeracional no Brasil, na perspectiva de classe social, no sentido sociológico mais estrito, o artigo oferece uma contribuição diferenciada ao modelar o efeito direto da origem de classe em interações simultâneas com raça e gênero¹. Além disso, a abordagem de coorte adotada agrega uma quarta interação adicional a depender da questão focalizada. Devido à limitação de fontes de estudos no Brasil que interagem origem de classe, raça e gênero, faria menos sentido incluir no artigo uma revisão da literatura nacional, levando em conta, além disso, que tratamentos a respeito de classe, gênero e raça na mobilidade social foram objetos de revisões em estudos anteriores (Figueiredo Santos, 2019, 2021 e 2022).

Os principais elos diretos e indiretos subjacentes aos processos de reprodução intergeracional das desigualdades estão representados no triângulo analítico formado por origem social, educação e destino social (Goldthorpe, 2016). A linha de estudos desenvolvida prioriza a análise da associação direta entre origem e destino não mediada pela educação, a associação direta por nível educacional e a associação entre educação e destino social, ou seja, os retornos econômicos da educação. A investigação da associação direta entre origem e destino, após controlar a realização educacional, representa um modo de problematizar o papel da educação como grande força equalizadora nos processos de mobilidade social, visto que esta ideia supõe um efeito direto declinante da origem, ou tendendo a zero, no curso da sucessão das coortes de nascimento (Bernardi e Ballarino, 2016a; 2016b). As trajetórias de pessoas que possuem o mesmo nível educacional, porém desigualdades de origem, situadas no âmbito deste esquema analítico, servem para colocar à prova os papéis específicos ou concorrentes da origem e da educação nos processos de transmissão das desigualdades. Têm curso na literatura sociológica internacional evidências ou proposições que destacam a capacidade particularmente da educação superior em reduzir, em maior ou menor grau, ou mesmo neutralizar ou equalizar o efeito autônomo ou endógeno da origem de classe no destino social (Hout, 1988; Breen e Jonsson, 2007; Pollak e Müller, 2020). Estudos recentes que se beneficiam de novas estratégias e/ou de novos dados diferenciados sobre o grupo com educação superior

1. Em revisão da literatura (Figueiredo Santos, 2022) foi feita referência a um estudo recente que usa um indicador socioeconômico contínuo (Isei) na origem e no destino e categorizações combinadas de raça e gênero. Além disso, o artigo referido estima o efeito *total* da origem e não se propôs a analisar o efeito *direto* da origem após o controle da educação (Ribeiro, 2020). O desenho do estudo de Ribeiro foi inspirado no trabalho de Hout (2018), porém este não usa raça, talvez por restrição amostral, já que o grupo negro representa apenas 12,6% da população nos Estados Unidos em 2010, o que reflete o problema de interagir as três divisões sociais em análises estatísticas mais refinadas.

têm relativizado ou contestado a tese do papel da educação superior como grande equalizador social ou potente redutor do efeito direto da origem na transmissão intergeracional das desigualdades (Zhou, 2019; Witteveen e Attewell, 2020; Oh e Kim, 2020; Fiel, 2020). Por outro lado, possíveis lacunas ou limitações na mensuração ou tratamento de dimensões da estratificação educacional, de fatores que precedem e independem da educação formal, de indicadores mais refinados ou plenos da origem social e de processos de “seleção” endógena na transmissão intergeracional das desigualdades parecem mais subestimar o efeito da origem social no Brasil (Figueiredo Santos, 2021). Estudos e interpretações alternativas sugerem, em perspectiva inspiradora desta investigação, que o efeito direto da origem pode se afirmar em diferentes níveis educacionais. A origem privilegiada mostra-se capaz, além disso, tanto de compensar uma desvantagem educacional quanto de impulsionar o efeito da vantagem educacional adquirida (Ballarino e Bernardi, 2016; Bernardi e Gil-Hernández, 2020).

Classe social tem sido concebida como fator primário da mobilidade social no sentido de explicar por que se formam desigualdades na relação intergeracional entre origem e destino social. Nos processos de mobilidade social, por sua vez, as categorizações de raça e gênero podem agir no sentido de modificar o efeito primário de classe (Bukodi e Goldthorpe, 2021). Classe social, raça e gênero são fatores influentes distintos que não podem ser omitidos na descrição e análise do mundo social. Recortes analíticos que visam a captar efeitos médios de um fator devem ao menos estar atentos aos efeitos independentes dos demais fatores. Além disso, os modos como esses fatores se combinam e interagem podem afetar a dimensão dos efeitos e, em situações específicas, inclusive a direção dos resultados. Esta orientação geral informa a proposição organizadora do estudo de que a origem de classe exerce efeito primário no destino privilegiado cujo resultado se mostra modulado por interações entre origem, raça e gênero.

Interações estimulam o reconhecimento e a elaboração de que os efeitos não estão somente se somando no mundo social. Do ponto de vista sociológico, faz pouco sentido supor *a priori* que a existência e a operação de um ordenamento ou hierarquia não afetam e não são afetadas por outros ordenamentos sociais. Um ordenamento pode estabelecer ou facultar limites de variação a outra hierarquia (Figueiredo Santos, 2009). Os papéis combinados, específicos e interativos das divisões sociais podem variar, a depender dos resultados focalizados. Os principais resultados investigados no estudo são os efeitos total e direto da origem de classe, ao nível agregado, e das tendências temporais entre as coortes, os efeitos da origem em diferentes níveis educacionais e os retornos econômicos da educação e sua evolução temporal entre as coortes. Os fundamentos comuns e os resultados prévios da linha de estudos, as

reflexões mais gerais sobre interações entre divisões sociais e as novas complexidades abordadas foram expressos em quatro questões orientadoras da investigação.

A noção e a mensuração de classe social usadas neste estudo de mobilidade social agregam em cinco grandes agrupamentos um esquema de classe mais amplo, ajustado às especificidades da estrutura social do país (Figueiredo Santos, 2005a, 2010 e 2023a). O topo social combina as vantagens de ativos de capital, conhecimento perito e autoridade das categorias de empregadores, especialista autônomo, empregado especialista e gerente. Os empregados qualificados e os supervisores formam um segmento diferenciado com níveis parciais de qualificação escassa e autoridade. A categoria de detentores de ativos de menor valor é formada pelo autônomo com ativos e o autônomo agrícola. O trabalhador típico representa o assalariado submetido estruturalmente aos processos conjugados de controle e apropriação dos resultados do trabalho. Por fim, diferencia-se um agrupamento destituído por processos de exclusão, insuficiência e depreciação de ativos de valor. Este é composto pelas categorias de trabalhador elementar, autônomo precário, empregado doméstico, trabalhador de subsistência e trabalhador excedente (desempregado).

Fluxos entre origem e destino de classe por raça e gênero no Brasil

Foi delineado na Tabela 1 um quadro descritivo da mobilidade social absoluta no Brasil, visando a situar e contextualizar de modo abrangente a desigualdade de oportunidades de acesso aos empregos mais privilegiados do topo social no Brasil. O desenho da tabela de mobilidade social funde em uma única composição o que é definido na literatura como tabela de fluxo de saída (*outflow table*) e tabela de fluxo de entrada (*inflow table*) (Hout, 1983, pp. 11-12). O fluxo de saída corresponde ao movimento da origem de classe ao destino; ou seja, dada a origem de classe, para que destino vão os filhos. Ele expressa mais claramente a direção e a força da influência que a origem exerce sobre o destino dentro do grupo de *status*. O fluxo de entrada toma como referência a posição atual dos filhos e retrata a sua procedência; ou seja, dado o destino, qual é a composição em termos de origens. Ele mostra de que classes procedem ou são recrutados os integrantes da classe atual e, neste sentido, indica o grau de homogeneidade do recrutamento e o peso da mesma origem na composição atual dentro do agrupamento de *status*. As mudanças estruturais ao produzirem a expansão ou retração das classes afetam os resultados deste processo de mobilidade absoluta. Como os fluxos entre origem e destino foram desagregados por raça e gênero, dado o foco da investigação nas interações, a tabela não apresenta o resultado de conjunto agregado por classe. Deve-se atentar que os dados retratam fluxos no âmbito de cada agrupamento de *status*. A mobilidade social diz respeito ao grau de

associação entre a condição socioeconômica dos pais e dos filhos. Percentagens em uma tabela de tabulação cruzada representam medidas de associação e são consideradas equivalentes a probabilidades condicionais (Treiman, 2008).

As percentagens dos fluxos de saída foram calculadas na direção (onde estão 100%) das linhas horizontais que compõem a tabela. A título de exemplo, a primeira linha da tabela mostra que o homem branco com origem no topo social preservou em 47,8% a posição no topo. As percentagens dos fluxos de entrada foram calculadas na direção (onde estão 100%) das colunas verticais, formando em sequência a segunda célula após cada denominação de origem de classe. A título de exemplo, a informação da segunda linha, calculada na direção da coluna (onde estão 100%), mostra que o homem branco no topo social procedeu em 30,7% dos casos de uma origem no próprio topo social. O fluxo de entrada foi colocado em itálico para fácil identificação. Por fim, a tabela mostra no “Total” calculado na direção da linha a distribuição geral da origem não desagregada por destino e revela no “Total” calculado na direção da coluna a distribuição geral do destino não desagregada por origem. Em qualquer tabela de tabulação cruzada, o sentido comparável da percentagem de cada célula, criada pelo cruzamento de uma linha e uma coluna, é dado pela direção ou localização dos 100%.

No agrupamento formado pelo homem branco, como foi referido, o homem branco com origem no topo se destina ao topo em 47,8% dos casos e procede do topo em 30,7% dos casos do grupo de *status*. Já no conjunto da população estudada, 21,2% têm o topo social como destino e 13,6% vêm de origem no topo social (vide cada Total). Ao olhar para dados de mobilidade social absoluta deve ser considerado que a estrutura social muda no curso da evolução da sociedade. A distribuição da origem é diferente da distribuição das classes no destino. Embora os dados agreguem todas as coortes de nascimento, o que não permite ver plenamente esse processo, a diferença constatada entre origem e destino reflete o fato de que existem mais empregos no topo como destino do que existiam como origem, visto que esse padrão ocorre em todos os grupos. A possível vantagem de *status* do homem branco poderia ser revelada na comparação com outros grupos de *status*. Por outro lado, a existência de desigualdade de classe de oportunidades no homem branco se mostra no fato de que somente 13,1% tendo origem destituída atingem o topo social, contra 47,8% de origem privilegiada.

Entre homens pardos e pretos a origem no topo garante para 35,4% um destino no topo, sendo que neste grupo de *status* quem atinge topo vem em 22,7% dos casos de uma origem no próprio topo social. Este destino é alcançado por 8,6% na média agregada do grupo (Total linha) e por apenas 5,4% com origem destituída. Os três indicadores são inferiores aos do homem branco. O indicador médio é bas-

TABELA 1

Mobilidade Social Absoluta com Fluxo de Saída e Fluxo de Entrada por Origem de Classe, Raça e Gênero. Brasil, PNAD 2014

ORIGEM DE CLASSE	DESTINO DE CLASSE					
	Topo Social	Qualificado	Peq. Ativos	Trabalhador	Destituído	Total
Homem Branco (%)						
Topo Social	47,8	8,4	14,9	19,3	9,6	100,0
	30,7	13,6	13,1	8,2	5,9	13,6
Qualificado	33,7	14,0	10,8	28,3	13,2	100,0
	11,8	12,2	5,2	6,5	4,3	7,4
Peq. Ativos	13,7	5,7	24,5	27,0	29,1	100,0
	17,0	17,7	42,0	22,2	33,7	26,4
Trabalhador	20,7	10,9	10,1	40,1	18,2	100,0
	21,8	28,9	14,7	27,8	17,9	22,3
Destituído	13,1	7,7	12,7	37,6	28,9	100,0
	18,7	27,6	25,0	35,3	38,3	30,2
Total	21,2	8,5	15,4	32,2	22,8	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homem Pardo e Preto (%)						
Topo Social	35,4	10,9	10,9	27,0	15,8	100,0
	22,7	8,9	4,7	4,3	2,3	5,5
Qualificado	13,9	17,0	10,1	38,1	21,0	100,0
	7,8	12,2	3,8	5,3	2,7	4,8
Peq. Ativos	6,1	3,9	19,6	26,2	44,2	100,0
	20,6	17,0	45,0	22,2	34,2	29,1
Trabalhador	10,1	9,4	8,9	44,1	27,5	100,0
	23,2	27,8	13,8	25,3	14,5	19,8
Destituído	5,4	5,6	10,1	36,1	42,8	100,0
	25,7	34,1	32,6	42,8	46,4	40,8
Total	8,6	6,7	12,7	34,4	37,6	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulher Branca (%)						
Topo Social	49,9	13,4	7,1	16,7	12,9	100,0
	35,4	16,7	13,6	9,0	6,1	14,9
Qualificado	28,5	20,6	5,7	26,0	19,2	100,0
	11,3	14,3	6,1	7,8	5,1	8,3
Peq. Ativos	14,4	9,6	10,3	26,2	39,6	100,0
	15,7	18,5	30,7	21,6	28,8	23,0
Trabalhador	17,2	13,8	7,1	34,2	27,8	100,0
	20,8	29,5	23,3	31,3	22,4	25,5
Destituído	12,3	8,8	7,1	29,8	41,9	100,0
	16,6	21,0	26,3	30,4	37,6	28,2
Total	21,0	11,9	7,7	27,8	31,6	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

ORIGEM DE CLASSE	DESTINO DE CLASSE					
	Topo Social	Qualificado	Peq. Ativos	Trabalhador	Destituído	Total
	<i>Mulher Parda e Preta (%)</i>					
Topo Social	31,8	13,6	5,0	20,5	29,1	100,0
	<i>19,7</i>	<i>6,6</i>	<i>3,5</i>	<i>3,9</i>	<i>2,6</i>	<i>4,7</i>
Qualificado	17,6	16,8	5,3	31,4	29,0	100,0
	<i>12,8</i>	<i>9,6</i>	<i>4,4</i>	<i>7,0</i>	<i>3,1</i>	<i>5,5</i>
Peq. Ativos	5,5	8,4	8,7	17,3	60,2	100,0
	<i>19,0</i>	<i>22,9</i>	<i>22,9</i>	<i>34,1</i>	<i>18,4</i>	<i>26,3</i>
Trabalhador	8,4	11,8	5,9	31,8	42,2	100,0
	<i>25,4</i>	<i>28,0</i>	<i>20,1</i>	<i>29,4</i>	<i>18,7</i>	<i>22,9</i>
Destituído	4,3	7,8	6,3	25,1	56,6	100,0
	<i>23,0</i>	<i>32,8</i>	<i>38,0</i>	<i>41,3</i>	<i>44,8</i>	<i>40,7</i>
Total	7,5	9,6	6,7	24,7	51,4	100,0
	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Nota: Fluxo de entrada em *itálico*.

Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

tante discrepante, já que reflete implicitamente a distribuição desigual de origens entre homem branco e pardo e preto. O homem pardo e preto com origem no topo representa somente 5,5%, e aquele com origem destituída 40,8% (Total coluna). A desigualdade condicional à origem reflete melhor a influência do fator racial no processo que se segue ao ponto de partida. O fato de a discrepância racial no acesso ao topo a partir da origem destituída ser também muito mais alta do que para o homem branco mostra de forma mais clara o efeito racial no curso da trajetória.

A mulher branca com origem no topo social retém a mesma posição em 49,9% dos casos e, estando neste destino, vem em 35,4% dos casos da mesma origem privilegiada. Nesta origem ela apresenta os dois indicadores mais altos de vantagens de destino e de origem. Na média geral, a mulher branca procede desta origem em 14,9% dos casos e atinge este destino em 21,0% (vide cada Total). Entretanto, nas origens de empregado qualificado e de trabalhador típico, a mulher tem oportunidades de acesso ao topo um tanto inferiores às do homem branco. Além disso, na média geral e em todas as origens, o risco de mobilidade descendente específica para o destino destituído é maior do que o do homem branco.

A partir da origem no topo social, a mulher parda e preta se mantém no topo em 31,8% dos casos. Em quem atingiu o topo social a vantagem herdada de procedência do topo equivale a 19,7% dos casos. A dimensão racial desse padrão fica evidente ao ser comparado com a mulher branca e o homem pardo e preto. Vindo de origem

privilegiada destaca-se com força a mobilidade descendente em direção à condição destituída (29,1%). Uma tabulação desagregada revela que predominam como destino descendente neste agrupamento as posições de trabalhadora excedente ou desempregada (9,5%), empregada doméstica (8,7%) e autônoma precária (4,9%). Na média geral dos casos, 40,7% vêm de origem destituída, e 51,4% se dirigem à origem destituída, ao passo que somente 4,7% dos casos procedem do topo social e 7,5% se destinam ao topo (vide cada Total). A comparação com o homem pardo e preto particularmente na trajetória que vai da origem ao destino mostra que a mulher parda e preta sofre uma forma agravada de desigualdade de oportunidades.

Métodos

A investigação utiliza os dados do suplemento de mobilidade social da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2014, respondido pelo morador de dezesseis anos ou mais de idade selecionado aleatoriamente. A amostra analítica abarca 27887 casos com idade de 27 a 66 anos e informações válidas nas variáveis usadas nos modelos. Na definição da variável independente de origem de classe foi aplicado o critério de dominância que seleciona o emprego mais elevado entre os pais, considerando o ordenamento que vai do topo social ao agrupamento destituído (vide Tabela 1). A variável dependente binária é a classe de destino do filho no topo social, conforme critério equivalente ao usado na mensuração da origem de classe. A variável independente raça ou cor diferencia de forma binária o grupo branco e o conjunto pardo e preto, em atenção ao divisor racial fundamental no Brasil (Figueiredo Santos, 2005b). Já a variável binária de gênero diferencia homem e mulher. As variáveis de controle nos modelos são coorte ou idade, tipo de família por inserção econômica dos pais, área urbana/rural, Unidade da Federação (UF) e se a pessoa era migrante ou não, tomando como referência onde o filho morava aos quinze anos. Os tipos de família distinguem as circunstâncias em que ambos os pais trabalhavam, somente o pai, somente a mãe ou nenhum dos pais trabalhava. São justificáveis os controles determinados antes de se entrar no mercado de trabalho, visto que a maioria dos controles potenciais pode estar associada à origem social (Hällsten, 2013, pp. 667-8; Grätz, 2022). O estudo adota uma abordagem de coorte de nascimento ao analisar as mudanças temporais, de modo a contextualizar os efeitos das mudanças estruturais em fases críticas do curso de vida das pessoas (Breen e Müller, 2020). As quatro coortes mensuram intervalos de dez anos e diferenciam os indivíduos nascidos nos anos de 1948-1957, 1958-1967, 1968-1977 e 1978-1987. A educação distingue as principais transições educacionais: sem instrução, fundamental incompleto, fundamental completo, médio incompleto, médio completo, superior incompleto e

superior completo. Ao formarem interações, as variáveis originais coorte e educação foram agregadas visando a captar efeitos interativos mais precisos.

Os resultados de interesse foram estimados por regressão logística em termos de probabilidades preditas. A solução oferece a vantagem de evitar problemas de identificação escalar dos coeficientes e usar a métrica natural da probabilidade do resultado (Best e Wolf, 2015; Long e Mustillo, 2021). Ao usar interações entre as variáveis, além disso, deixa de ser válida a equivalência entre efeitos e coeficientes, o que torna supérflua a apresentação dos próprios coeficientes (Kam e Franzese Jr., 2007). Estimam-se probabilidades preditas na média dos casos, objetivando capturar um efeito médio na população (Hanmer e Kalkan, 2013). Entretanto, a regressão logística é um modelo de probabilidade não linear e não aditivo, de modo que o efeito de uma determinada variável depende dos valores de todas as outras variáveis que compõem o modelo. Nesse sentido, não existe um único modo de sumarizar o efeito, já que o efeito médio pode não ser adequado em determinadas situações (Long, 2015)². Os resultados do estudo foram comparados aos obtidos com um modelo de probabilidade linear – regressão linear com variável dependente binária –, visto que este modelo se ajusta bem à tarefa de calcular efeitos parciais médios que refletem a distribuição das variáveis explicativas na população (Wooldridge, 2010, p. 563; Angrist e Pischke, 2009, pp. 76-80; Mood, 2010, p. 78). Em revisão da literatura por especialistas de estratificação social, foi destacado que, ao focalizar efeitos causais na escala de probabilidade, o modelo de probabilidade linear oferece uma “solução conveniente e facilmente implementada” (Breen e Karlson, 2013, p. 168). Os coeficientes desse modelo estão estreitamente relacionados com os efeitos marginais médios derivados do modelo logístico. Entretanto, em modelos com vários preditores os coeficientes diferem, embora não muito, pois os dois modelos usam esquemas de ponderação diferentes (Breen, Karlson e Holm, 2018, p. 50). Comparações entre os modelos revelam que na ampla maioria dos resultados as diferenças são pequenas, o que pode ser visto como um teste de robustez ou confirmação das estimativas.

Os comandos de pós-estimação *margins* e *marginsplot* do programa *Stata* foram usados para gerar e apresentar em gráficos as probabilidades preditas. A probabilidade está sendo representada na escala dos gráficos como um número que varia de

2. O modelo logístico gera implicitamente efeitos interativos na probabilidade, devido à dependência do efeito da proximidade de valores limites. Isso significa que no modelo logístico existem as interações que são inerentes ao modelo de probabilidade e as interações que são específicas de variáveis ao formarem termos interativos introduzidos no modelo (Best e Wolf, 2015; Berry, DeMeritt e Easrey, 2010). O efeito médio pode ser pertinente, no entanto, desde que se queira estimar um efeito que se aplica a todos os casos ou, a depender das interações criadas, a todos os casos que compartilham de determinadas condições (Long, 2015). O estudo objetivou justamente estimar os efeitos da origem de classe condicionais à raça e ao gênero, assim como adicionalmente à educação e à coorte, a depender da questão de pesquisa.

0 a 1. Nos gráficos estão sendo apresentados os intervalos de confiança de 95%. As estimativas adicionais de mudanças ou diferenças entre grupos e coortes nas probabilidades preditas foram calculadas com o procedimento de pós-estimação *mlincom* para o *Stata*. As estimativas foram ajustadas ao desenho amostral complexo da PNAD pelo comando *svy* do *Stata*. Como o estudo lida com situações mais complexas, cujas estimativas envolvem interações entre quatro variáveis, que demandam mais casos para obter significância e precisão estatísticas, as interpretações dos resultados podem levar em conta, conjuntamente, a força das diferenças, os *p-values* (p) e os intervalos de confiança (IC) (Greenland *et al.*, 2016).

Questões de pesquisa e resultados

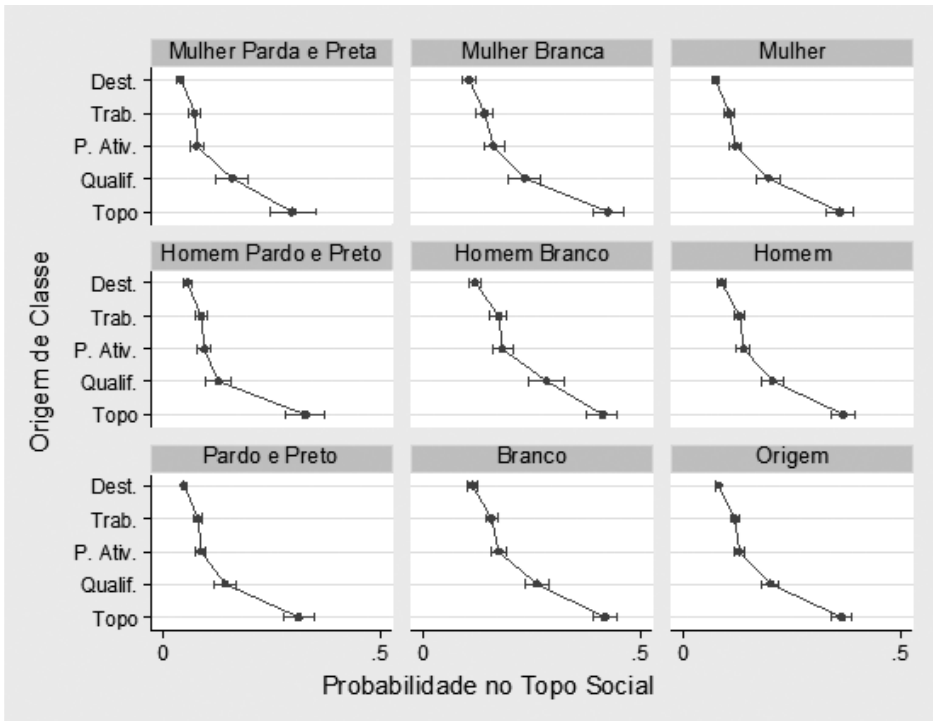
Questão 1. A associação total e a associação direta entre a origem de classe e o destino ao topo social dos filhos, condicionais à raça e ao gênero, mostram-se marcadamente ordenadas por origem de classe, porém revelam ponderáveis variações de efeitos entre os grupos de *status*?

O Gráfico 1 mostra o efeito total da origem na probabilidade de o filho estar no topo social. São apresentados os efeitos nas interações de origem de classe com raça e gênero e sem estas combinações, ou seja, o efeito médio por raça, ou gênero, ou mesmo puramente por origem de classe, que servem para balizar as alterações introduzidas pelas interações. O efeito total capta a influência de todos os fatores que estão associados direta ou indiretamente à origem de classe. O efeito total serve também como uma base de comparação com o Gráfico 2 para situar o papel ou força do efeito direto na realização socioeconômica dos filhos.

Percebe-se em primeiro lugar que o efeito da origem de classe se impõe em todos os grupos de *status*, já que os pontos do gráfico acompanham o desenho formado puramente por origem de classe. A vantagem de origem é maior e a desvantagem de origem é menor no grupo branco em ambos os gêneros. Na origem no topo social a mulher branca lidera a oportunidade de estar também no topo social (0,427), e o homem branco fica bem perto (0,412). Na origem em destituído o homem branco está em menor desvantagem (0,119), e a mulher branca fica também bem perto (0,105). A distância entre origem no topo e em empregado qualificado é maior no homem pardo e preto e menor no homem branco, já que esta origem vantajosa tem desempenho muito pior no grupo pardo e preto. As diferenças absolutas de raça (subtração entre probabilidades) são maiores no topo social e em empregado qualificado. As diferenças relativas de raça (razão entre probabilidades) são maiores em categorias abaixo. Todas as diferenças raciais condicionais à origem de classe e

GRÁFICO 1

Efeito Total da Origem de Classe no Acesso ao Topo Social, por Gênero e Raça, com Intervalo de Confiança de 95%. Brasil, PNAD 2014



Nota: Foram usadas abreviações de Destituído (Dest.), Trabalhador (Trab.), Pequenos Ativos (P. Ativ.) e Qualificado (Qual.). Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

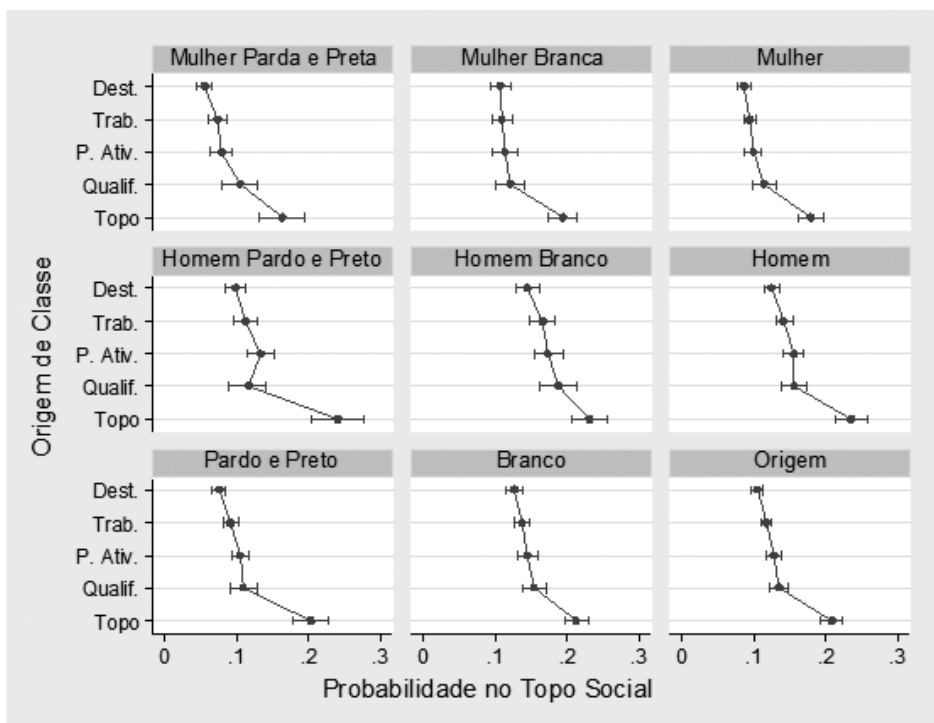
a gênero são estatisticamente significativas. Já as diferenças de gênero condicionais à origem de classe e ao grupo racial não atingem significância estatística ou em dois casos elas são pequenas. O resultado testemunha a generalização da desigualdade racial e a neutralização da desigualdade de gênero quando os contextos de origem e o outro *status* são igualados ou controlados.

O Gráfico 2 mostra o efeito direto da origem de classe, após o controle da educação do filho, condicional às categorizações de *status*. A escala do gráfico é menor devido ao papel da mediação educacional, que reduz o efeito particularmente na origem no topo social. A probabilidade predita do efeito direto equivale à probabilidade esperada ao se remover do efeito total a mediação educacional, ou seja, a distribuição da educação por origem de classe e o efeito da própria educação no destino social. Todos os contextos mostram que existe um efeito direto majoritário ou muito forte da origem de classe, que transcende a mediação educacional.

Os efeitos diretos são maiores em termos absolutos no homem pardo e preto (0,240) e no homem branco (0,230) com origem no topo social. O fato de o efeito

GRÁFICO 2

Efeito Direto da Origem de Classe no Acesso ao Topo Social, por Gênero e Raça, com Intervalo de Confiança de 95%. Brasil, PNAD 2014



Nota: Foram usadas abreviações de Destituído (Dest.), Trabalhador (Trab.), Pequenos Ativos (P. Ativ.) e Qualificado (Qual.). Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

líquido independente da educação ser maior nestas situações revela como gênero modula o efeito primário da origem de classe. Os menores efeitos diretos são encontrados entre as mulheres pardas e pretas com origem em autônomo com ativos (0,079), trabalhador típico (0,073) e destituído de ativos (0,055). A probabilidade esperada de estar no topo social independe (ao ficar praticamente inalterada) do controle da desigualdade educacional na trajetória desta categoria. As diferenças raciais condicionais à origem de classe e ao gênero não são estatisticamente significativas nas origens no topo social e em empregado qualificação para a mulher. Já as diferenças de gênero condicionais à origem de classe e ao grupo racial atingem significância estatística em quase todos os casos, com exceção do pardo e preto com origem em empregado qualificado. O controle da mediação educacional faz com que a diferença racial se apague em três contextos com vantagens de origem, o que mostra o papel da educação na discrepância no efeito total nestes casos. A equiparação do efeito líquido confirma a primazia da origem de classe sobre raça. Já a mediação

educacional revela um papel mais amplo no efeito de gênero, condicional à origem e à raça, assim como faz emergir uma maior autonomia do efeito de gênero.

Na origem no topo social, o efeito direto representa 55,9% do total no homem branco e 55,0% na mulher parda e preta, o que revela o papel mais relevante (embora não majoritário) da mediação educacional nesta origem, mesmo para os grupos de *status* polares. Na origem de empregado qualificado o efeito direto representa 66,0% do total no homem branco e 71,0% na mulher parda e preta. Esses padrões testemunham a força do condicionamento de origem. Nas demais categorias de origem o efeito direto atinge uma percentagem ainda maior, pois retrata o que seria esperado sem a marcante desvantagem educacional da categoria de origem. Na origem de destituído, em particular, o efeito direto supera o efeito total. Ocorre um processo mais geral de “mediação negativa” da educação, de modo que o controle estatístico dessa desvantagem gera um aumento do efeito direto (Figueiredo Santos, 2019).

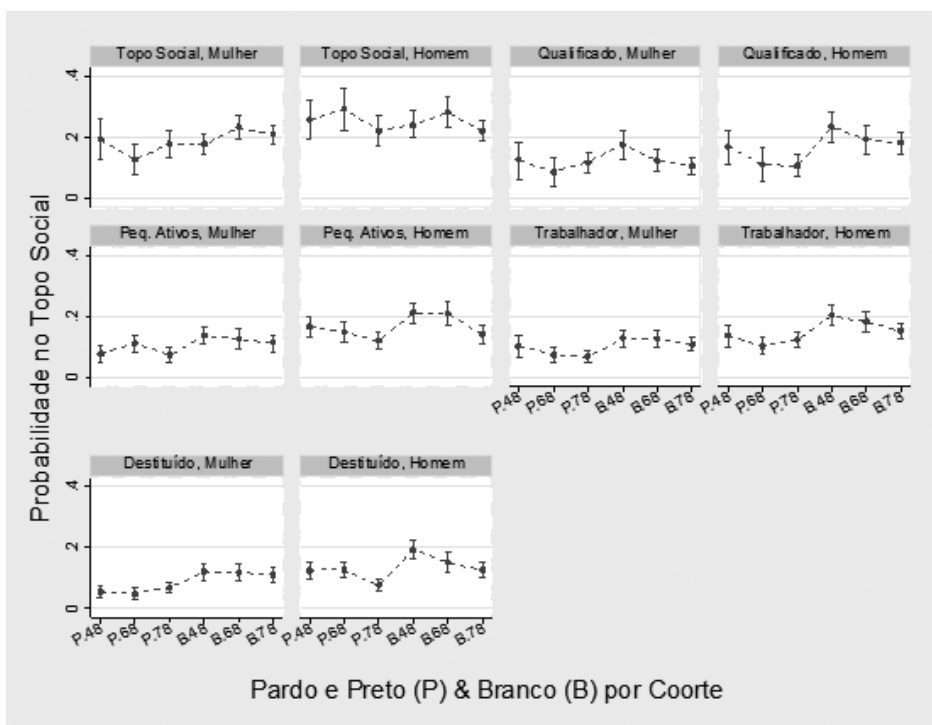
Questão 2. A associação direta entre origem de classe e acesso ao topo social tem persistido ou se reduzido no curso da sucessão das coortes e os resultados variam por raça e gênero?

A análise do efeito direto da origem no destino representa um modo de testar a ideia equalizadora sobre o papel da educação na mobilidade social. O efeito direto representa uma estimativa de desigualdade de oportunidades puramente associada às diferenças de origem, supondo que os indivíduos tivessem a mesma educação. A tese equalizadora pressupõe que a expansão educacional e o enfraquecimento da desigualdade educacional levariam ao declínio da influência “residual” da origem no destino (Pollak e Müller, 2020). O efeito direto da origem, neste sentido, exclui do efeito estimado a parte da vantagem ou desvantagem de origem que é mediada pela educação. A avaliação de tendências e discrepâncias deve estar sempre ciente de que o efeito direto da origem é um efeito líquido que desconsidera as desigualdades herdadas por intermédio da distribuição da educação e dos retornos econômicos da educação.

No tratamento da questão de pesquisa foram estimados efeitos recorrendo a interações entre as variáveis de origem de classe, coorte, raça e gênero. No Gráfico 3 optou-se por mostrar a evolução entre as coortes da probabilidade predita de raça por origem de classe e gênero. Na sequência aparece primeiro o grupo pardo e preto com a respectiva coorte (P.48) e depois o grupo branco (B.48). As duas primeiras coortes foram fundidas, gerando um intervalo de vinte anos (1948-1967), visando a contornar o fato de a coorte mais antiga ter bem menos casos nos cruzamentos das quatro variáveis que estão sendo interagidas. A escolha não compromete a análise da

GRÁFICO 3

Efeito Direto da Origem de Classe no Acesso ao Topo Social, por Coorte, Gênero e Raça, com Intervalo de Confiança de 95%. Brasil, PNAD 2014



Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

tendência temporal no curso dos processos de mudança, em que se destacariam as alterações nas coortes mais recentes, em contraponto com o passado, ao passo que preserva a capacidade de detectar efeitos, o que de outro modo não seria factível devido ao grau de imprecisão das estimativas. Todas as probabilidades preditas pontuais são estatisticamente significativas. O problema de pesquisa envolve em particular as estimativas de *mudanças* e *diferenças* nas probabilidades entre a primeira coorte de nascimento (fundida) e a coorte mais recente de 1978-1987. As mudanças estimadas não envolvem a coorte intermediária, já que o interesse principal foi olhar para o intervalo mais longo.

Na origem no topo social não é certo que tenha ocorrido em algum grupo de *status* uma diminuição do efeito direto, independente da educação adquirida, na probabilidade de o filho estar em um emprego privilegiado. As mudanças da distribuição da educação e no seu valor não neutralizaram o efeito endógeno da origem privilegiada no destino dentro de todos os grupos de *status*. O homem branco ostenta a maior probabilidade (0,221) e a mulher parda e preta a menor (0,180) na coorte

mais recente. Em termos de desigualdade de *status*, a ausência de alteração poderia significar que na origem no topo social o padrão do passado se manteve. Entretanto, na origem no topo social, tanto na primeira coorte quanto na coorte mais recente, nenhum contraste de *status* se mostra estatisticamente significativo.

Na origem em empregado qualificado, passaram por retrações de vantagens entre as coortes a mulher branca (-0,070) e o homem pardo e preto (-0,064; $p = 0,059$), embora a evolução negativa do homem branco também mereça registro (-0,053; $p = 0,103$). Na coorte mais recente, o homem branco mantém o maior efeito (0,181) e uma vantagem significativa (+0,075) em relação ao homem pardo e preto (0,106), que fica próximo aos demais grupos de *status*. Na origem de controladores de pequenos ativos, a evolução foi desfavorável para o homem branco (-0,71) e o homem pardo e preto (-0,046). Nesta origem, o homem branco ainda assim consegue firmar na coorte mais recente uma melhor perspectiva (0,142) entre os grupos de *status*. Nesta origem e coorte, somente a vantagem racial da mulher branca (0,113; +0,039) atinge significância estatística devido à posição bem pior da mulher parda e preta (0,074).

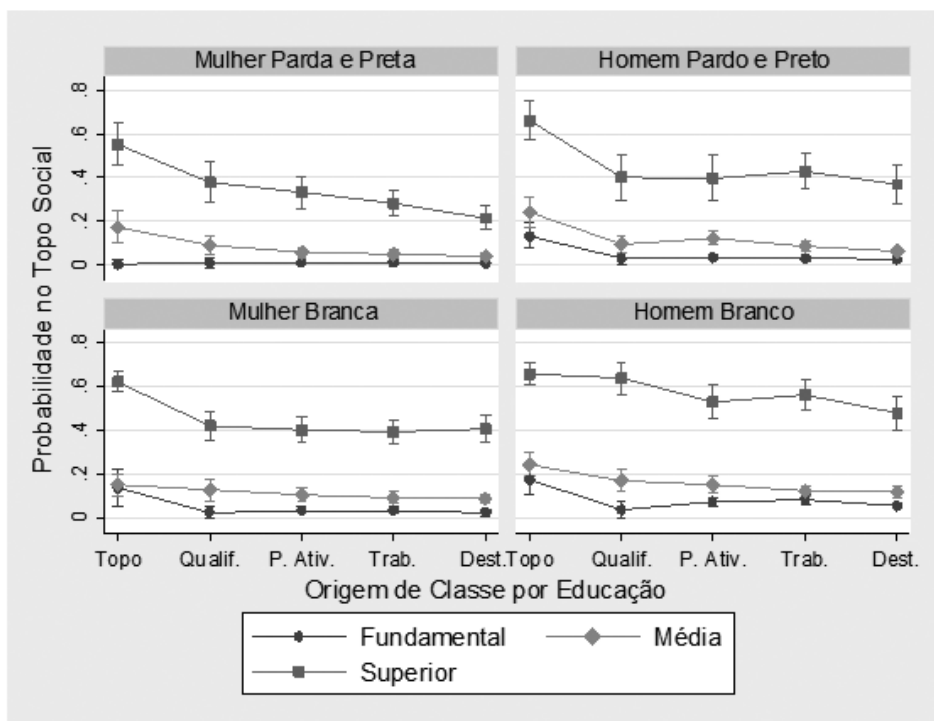
Tendo origem em trabalhador típico, a trajetória foi desfavorável ao homem branco (-0,051). A tendência para a mulher parda e preta nesta mesma origem, apesar da imprecisão da estimativa, deve também ser lembrada (-0,034; $p=0,081$). Em que pese essa tendência de queda constatada, na coorte mais recente o homem branco ainda está à frente em oportunidade herdada (0,153). Nesta origem e coorte, ocorre uma vantagem do grupo branco no universo feminino (+0,04) e uma diferença incerta no universo masculino (+0,03; $p = 0,092$). Por fim, em quem veio de origem destituída, a queda afetou o homem branco (-0,066) e o homem pardo e preto (-0,051). Embora tenha sofrido a retração mais forte, na coorte mais recente o homem branco ainda mantém a melhor posição relativa (0,129) nesta origem. Nesta origem e coorte, as vantagens do grupo branco entre homens (+0,053) e entre mulheres (+0,041) são ponderáveis e estatisticamente significativas.

Questão 3. O efeito da origem de classe no acesso ao topo social é maior ou menor nos níveis maiores de educação e existem ponderáveis alterações do efeito por raça e gênero?

As estimativas realizadas servem para testar e discutir o papel de níveis maiores de educação obtidos, especialmente a educação superior completa, em um possível enfraquecimento ou mesmo neutralização do efeito direto em particular de origens mais vantajosas no destino dos filhos. Visando a captar efeitos interativos mais precisos, devido às quatro interações entre origem, educação, raça e gênero, a educação

GRÁFICO 4

Efeito Direto da Origem de Classe no Acesso ao Topo Social, por Educação, Gênero e Raça, com Intervalo de Confiança de 95%. Brasil, PNAD 2014



Nota: Foram usadas abreviações de Destituído (Dest.), Trabalhador (Trab.), Pequenos Ativos (P. Ativ.) e Qualificado (Qual.). Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

foi agregada em três níveis, ou seja, médio incompleto, fundamental completo ou menos; médio completo ou superior incompleto; superior completo.

Em todos os contextos considerados no Gráfico 4, a educação superior não neutraliza o efeito da origem no topo social. Em termos absolutos a educação superior se associa a uma elevada vantagem da origem no topo social em todos os grupos de *status*, que varia de 0,663 no homem a 0,553 na mulher, ambos do grupo pardo e preto. No âmbito do topo somente as diferenças do homem branco (+0,102; $p = 0,059$) e do homem pardo e preto (+0,110; $p = 0,080$) em relação à mulher parda e preta apresentam um efeito ponderável com um grau de incerteza menor. As diferenças da origem no topo social, em relação às demais origens, são fortes em todo o grupo pardo e preto, assim como na mulher branca, sendo que no homem branco elas são menores, pois as demais origens estão em posições mais elevadas. Nele a diferença do topo em relação ao empregado qualificado é mínima (0,019)

e sem significância estatística. A educação superior torna incertas as diferenças do empregado qualificado em relação às origens inferiores no homem pardo e preto e na mulher branca. A mulher parda e preta com educação superior está em situação pior em relação aos outros grupos de *status*, se vier de origens desvantajosas. Já o homem pardo e preto e a mulher branca, vindos de origens desvantajosas, estão em melhor situação, na comparação de *status*, ao obterem educação superior completa.

O efeito da educação média completa, condicional à origem de classe, gera majoritariamente um ganho diferenciado, em relação ao fundamental, embora menor. A origem no topo social gera uma vantagem compensatória, em certo grau, ao proteger o destino do filho que fracassa na educação, por obter somente o fundamental. Na maioria das circunstâncias o homem branco tem o melhor desempenho entre os grupos que possuem somente educação fundamental. A mulher parda e preta, sem origem no topo ou em empregado qualificado, tem a pior trajetória em todos os grupos de *status*.

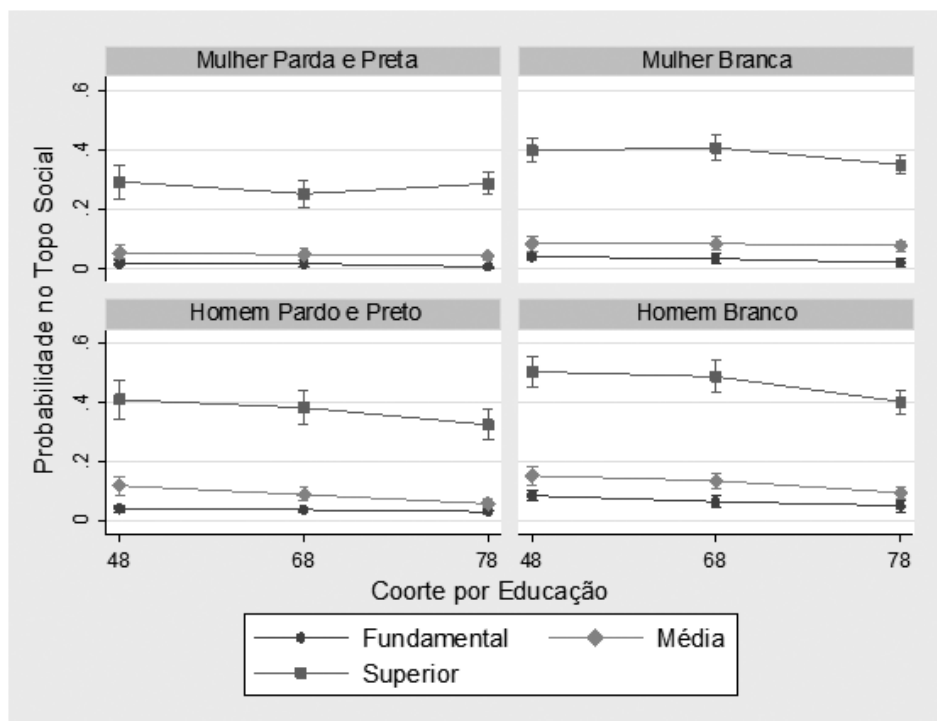
Questão 4. Os retornos econômicos da educação têm aumentado ou diminuído no tempo e em que medida as interações entre educação, raça e gênero afetam as vantagens e desvantagens observadas?

As estimativas de probabilidades preditas de acesso a emprego no topo social foram realizadas com base em interações entre as variáveis de educação, coorte, raça e gênero. A origem de classe foi incluída somente como controle para dissociar os retornos da educação do efeito de origem. Visando a captar efeitos interativos mais precisos, devido às quatro interações, a educação foi agregada em três níveis em uma nova solução, a fim de maximizar o número de casos nas interações entre coorte e educação por raça e gênero. A nova agregação educacional ficou composta de educação fundamental completa ou inferior, educação média completa ou incompleta e educação superior completa ou incompleta. A combinação dos níveis de educação superior completa e incompleta preserva a afinidade ou proximidade educacional e já foi usada em estudos de mobilidade social no Brasil (Torche e Ribeiro, 2010). As interpretações de resultados complexos, como estes, levam em conta, conjuntamente, a força das diferenças, os *p-values* (p) e os intervalos de confiança (IC). Na consideração das alterações nos retornos são comparadas a coorte fundida de 1948-1967 e a mais recente de 1978-1987.

Os retornos econômicos da educação superior sofrem retrações inequívocas para o homem branco (-0,101) e o homem pardo e preto (-0,084). Na coorte mais recente, os retornos continuam mais favoráveis ao homem branco (0,403) em comparação com o homem pardo e preto (0,324). Uma queda de menor grau pode ter acontecido

GRÁFICO 5

Retornos da Educação no Acesso ao Topo Social, por Nível Educacional, Coorte, Gênero e Raça, com Intervalo de Confiança de 95%. Brasil, PNAD 2014



Fonte: Elaboração do autor com base nos microdados da PNAD 2014.

também com a mulher branca (-0,02; $p = 0,067$). Na coorte mais recente, a mulher branca mantém retornos (0,351) que ainda suplantam os da mulher parda e preta (0,286). O homem branco foi o único grupo a passar por uma queda na educação média (-0,056), além de experimentar retração dos retornos da educação fundamental (-0,035). Alguma leve diminuição de retornos da educação fundamental pode ter ocorrido também com a mulher branca (-0,02; $p = 0,067$) e a mulher parda e preta (-0,01; $p = 0,067$). Nenhuma combinação de *status* social, nos níveis educacionais mensurados, obteve retornos ascendentes ao nível agregado da média dos casos da categoria. Entretanto, as mulheres preservaram os retornos na educação superior em vigor no passado, porém estes estavam em patamares inferiores aos homens. Nestas estimativas não foi possível interagir, por questões técnicas, com as origens de classe que se distribuem de forma desigual e se associam a heterogeneidades de retornos da educação³.

3. Estudos anteriores mostraram que os retornos variam por origem de classe tanto em geral quanto em decorrência das interações com raça ou gênero (Figueiredo Santos, 2021, 2022 e 2023b). Entretanto,

Conclusão

Em função de limitações de dados e de técnicas empregadas, o presente trabalho não teria como se beneficiar de um desenho causal de investigação e, por isso, não faz extrapolações causais das evidências empíricas. Regra geral, os estudos de mobilidade social mostram o seu potencial ao descortinar ou trazer à superfície, com evidências sólidas, os amplos padrões de associação que emergem nas relações entre origem e destino social (Torche, 2015). Estabelecer generalizações empíricas envolve um processo de inferência que resulta em conhecimento novo ao enveredar no domínio do que ainda não se sabe sobre o mundo ou cujo conhecimento não está firmemente consolidado (Gerring, 2012, p. 108). A conclusão pretende compor um quadro geral, sintético e consolidado das regularidades empíricas que emergiram das interações entre origem de classe, raça e gênero no acesso às posições de classe mais privilegiadas no Brasil nas dimensões de propriedade, autoridade e conhecimento perito.

O estudo demonstrou que o efeito total da origem se impõe no âmbito de todos os grupos de *status*. O quadro delineado varia em particular por raça, já que em geral o grupo branco está em melhor situação quando as oportunidades são melhores ou piores. O efeito direto da origem, não mediado pela educação, é majoritário ou mais forte em todas as circunstâncias. Na origem no topo social, o papel da mediação educacional se mostra maior. Em todos os grupos abaixo do empregado qualificado ocorre uma mediação negativa da educação, que faz com que o efeito direto se aproxime ou supere o efeito total. Gênero modula o efeito direto primário da origem de classe nos níveis absolutos de probabilidade do resultado.

Na sucessão das coortes, a origem no topo social preservou a sua vantagem endógena em todos os grupos de *status* ao nível do efeito direto. Nesta origem, as discrepâncias de *status* não atingem significância estatística nas coortes mais antiga e mais recente. Em meio a certas retrações, na origem em empregado qualificado a vantagem branca se mantém no universo masculino. Na origem em pequenos ativos as alterações ainda preservaram na coorte mais recente a vantagem branca no universo feminino. Na origem de trabalhador típico a diferença racial se manteve somente no universo feminino, devido à tendência desfavorável ao homem branco. Já na origem destituída, o grupo branco exerce vantagem ponderável no efeito direto em ambos os universos de gênero.

O efeito da origem no topo social não é neutralizado pela educação superior, já que o seu retorno econômico está em posição mais elevada em todos os grupos de

mostrou-se inviável fazer estimativas introduzindo uma quinta interação com a origem de classe, devido aos incontornáveis problemas de insuficiência de casos e imprecisão das estimativas.

status. Entretanto, os efeitos são modulados por interações, visto que as distâncias em relação às demais origens ficam menores no homem branco. No empregado qualificado e em origens desvantajosas ocorrem diferentes tipos de variações do efeito da educação superior por combinações de raça e gênero, porém a mulher parda e preta tendeu a ter no geral evolução pior. O efeito da educação média, embora menor, gera um ganho diferenciado em relação à educação fundamental na maioria das situações. Além disso, a origem no topo gera uma vantagem compensatória em quem fracassa na escola em todos os grupos de *status*. Nas circunstâncias abaixo do topo social, apenas o homem branco consegue certo ganho de posse somente da educação fundamental.

Os retornos da educação mostram uma evolução geral, variável por grupos de *status*, sem crescimento de ganhos ou com ganhos declinantes. Os retornos da educação superior evoluíram negativamente para os homens. Os retornos da educação superior das mulheres foram preservados em relação aos níveis mais baixos do passado. Em ambos os gêneros, o grupo branco ainda mantém na coorte mais recente as oportunidades mais altas em quem possui educação superior. O homem branco, por outro lado, foi o único grupo a sofrer retrocessos nos retornos à educação média. Estudos anteriores, no entanto, constataram uma heterogeneidade de retornos a depender das interações entre origem de classe e categorização de *status* (Figueiredo Santos, 2021 e 2023b). Entretanto, revelou-se inviável contemplar neste estudo a diferenciação de retornos da educação por interações simultâneas que incluíssem a origem de classe.

As interações entre origem de classe, raça e gênero permitiram ver a força da origem nos grupos de *status* e a sua variação para mais ou menos a depender dos contextos. A origem de classe se mostrou fator primário da mobilidade social em todos os critérios e resultados considerados. Em todos os grupos o efeito total da origem de classe mostra um ordenamento dominante, e o efeito direto responde por parte majoritária do efeito total. O efeito direto da origem privilegiada se exerce em grau mais elevado ao nível da educação superior. A origem no topo social gera uma vantagem compensatória em quem atinge somente o nível fundamental de educação. Foram revelados efeitos secundários relevantes e variados das divisões de *status*. Entre as especificidades e variações de efeitos, em decorrência das interações, foram considerados em particular os padrões do grupo branco, do homem, do homem branco e da mulher parda e preta. Tanto vantagens quanto desvantagens de oportunidades se mostraram moduladas em função das interações entre origem de classe, raça e gênero.

Referências Bibliográficas

- ANGRIST, Joshua D. & PISCHKE, Jorn-Steffen. (2009), *Mostly harmless econometrics*. New Jersey, Princeton.
- BALLARINO, Gabriele & BERNARDI, Fabrizio (2016), “The intergenerational transmission of inequality and education in fourteen countries: a comparison”. In: BERNARDI, Fabrizio; BALLARINO, Gabriele. (ed.). *Education, occupation and social origin*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 255-281.
- BERNARDI, Fabrizio & BALLARINO, Gabriele. (2016a), Gabriele. *Education, occupation and social origin: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- BERNARDI, Fabrizio & BALLARINO, Gabriele. (2016b), “Introduction: education as the great equalizer: a theoretical framework”. In: BERNARDI, Fabrizio & BALLARINO, Gabriele (ed.). *Education, occupation and social origin: a comparative analysis of the transmission of socio-economic inequalities*. Cheltenham, Edward Elgar Publishing, pp. 1-19.
- BERNARDI, Fabrizio & GIL-HERNÁNDEZ, Carlos J. (2020), “The social-origins gap in labour market outcomes: compensatory and boosting advantages”. *European Sociological Review*, 37 (1): 32-48. Disponível em <https://doi.org/10.1093/esr/jcaa034>.
- BERRY, William D. & DEMERITT, Jacqueline H. R. & EASREY, Justin. (2010), “Testing for interaction in binary logit and probit models: Is a product term essential?”. *American Journal of Political Science*, 54 (1): 248-266.
- BEST, Henning & WOLF, Christof. (2015), “Logistic regression”. In: BEST, Henning & WOLF, Christof (ed.). *The sage handbook of regression analysis and causal inference*. Los Angeles, Sage, pp. 153-171.
- BREEN, Richard & JONSSON, Jan O. (2007), “Explaining change in social fluidity: educational equalization and educational expansion in twentieth-century Sweden”. *American Journal of Sociology*, 112 (6): 1775-1810. Disponível em <https://doi.org/10.1086/508790>.
- BREEN, Richard & KARLSON, Kristian Bernt (2013), “Counterfactual causal analysis and nonlinear probability models”. In: MORGAN, Stephen L. (ed.). *Handbook of causal analysis for social research*. Londres, Springer, pp. 167-187.
- BREEN, Richard & KARLSON, Kristian Bernt & HOLM, Anders. (2018), “Interpreting and understanding logits, probits, and other nonlinear probability models”. *Annual Review of Sociology*, 44: 39-54. Disponível em <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-073117-041429>.
- BREEN, Richard & MÜLLER, Walter. (2020), *Education and intergenerational social mobility in Europe and the United States*. Stanford, Stanford University Press.
- BUKODI, Erzsébet & GOLDTHORPE, John. (2021), “Primary factors in intergenerational class mobility in Europe: results from the application of a topological model”. *European Sociological Review*, 37 (1): 1-17. Disponível em <https://doi.org/10.1093/esr/jcaa028>.

- FIEL, Jeremy E. (2020), "Great equalizer or great selector? Reconsidering education as a moderator of intergenerational transmissions". *Sociology of Education*, 93 (4): 353-71. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0038040720927886>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005a), "Uma classificação socioeconômica para o Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 20 (58): 27-45. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000200002>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2005b), "Efeitos de classe na desigualdade racial no Brasil". *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, 48 (1): 21-65. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000100003>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2009), "A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 24 (70): 37-60. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000200003>
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2010), "Comprehending the class structure specificity in Brazil". *South African Review of Sociology*, 41 (3): 24-44. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1080/21528586.2010.516119>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2019), "Origem de classe e destino ao topo social no Brasil". *Revista Brasileira de Sociologia*, 7 (16): 82-104, 2019. Disponível em <https://doi.org/10.20336/rbs.492>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2020), "Origem de classe e chances de vida no Brasil". *Revista de Ciências Sociais*, 51 (1): 249-90. Disponível em <http://dx.doi.org/10.36517/rcs.51.1.a02>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2021), "Origem de classe, gênero e transmissão das desigualdades no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 31 (107): 1-28. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/3610711/2021>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2022), "Desigualdade racial na transmissão intergeracional da herança de classe social". *Sociologias*, Porto Alegre, 24 (59): 328-360. Disponível em <http://doi.org/10.1590/15174522-112756>.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2023a), "Fundamentos e aplicações de uma tipologia de classes para o Brasil". In: POMPEU, João Cláudio *et al.* (org.). *Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas*. Brasília, Ipea. (Livro em processo de editoração).
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2023b, no prelo), "Interações entre origem de classe e raça na transmissão das desigualdades no Brasil". In: POMPEU, João Cláudio *et al.* (org.). *Dinâmica econômica, mudanças sociais e novas pautas de políticas públicas*. Brasília, Ipea.
- GERRING, John. (2012), *Social science methodology: a criterial framework*. 2. ed. Cambridge, Cambridge University Press.
- GOLDTHORPE, John. (2016), "Social class mobility in modern Britain: changing structure, constant process". *Journal of the British Academy*, 4: 89-111. Disponível em <https://doi.org/10.5871/jba/004.089>.

- GRÄTZ, Michael. (2022), "When less conditioning provides better estimates: overcontrol and endogenous selection biases in research on intergenerational mobility". *Quality & Quantity*, 56 (5): 3769-3793. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s11135-021-01310-8>.
- GREENLAND, Sander *et al.* (2016), "Statistical tests, P values, confidence intervals, and power: a guide to misinterpretations". *European Journal of Epidemiology*, 31 (4): 337-350. Disponível em <https://doi.org/10.1007/s10654-016-0149-3>.
- HÄLLSTEN, Martin. (2013), "The class-origin wage gap: heterogeneity in education and variations across market segments". *The British Journal of Sociology*, 64 (4): 662-690. Disponível em <https://doi.org/10.1111/1468-4446.12040>.
- HANMER, Michael J. & KALKAN, Kerem Ozan. (2013), "Behind the curve: Clarifying the best approach to calculating predicted probabilities and marginal effects from limited dependent variable models". *American Journal of Political Science*, 57 (1): 263-277. Disponível em <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2012.00602.x>.
- HOUT, Michael (1983), *Mobility tables*. Beverly Hills, Sage.
- HOUT, Michael (1988), "More universalism, less structural mobility: the American occupational structure in the 1980s". *American Journal of Sociology*, 93 (6): 1358-1400. Disponível em <https://doi.org/10.1086/228904>
- HOUT, Michael. (2018), "Americans' occupational status reflects the status of both of their parents". *Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America*, 115 (38): 9527-9532.
- KAM, Cindy & FRANZESE JR., Robert J. (2007), *Modeling and interpreting interactive hypotheses in regression analysis: a refresher and some practical advice*. Ann Arbor, University of Michigan Press.
- LONG, J. Scott. (2015), "Regression models for nominal and ordinal outcomes". In: BEST, Henning & WOLF, Christof (ed.). *The sage handbook of regression analysis and causal inference*. Los Angeles, Sage, pp. 173-203.
- LONG, J. Scott & MUSTILLO, Sarah A. (2021), "Using predictions and marginal effects to compare groups in regression models for binary outcomes". *Sociological Methods & Research*, 50 (3): 1284-1320. Disponível em <https://doi.org/10.1177/0049124118799374>.
- MOOD, Carina (2010), "Logistic regression: Why we cannot do what we think we can do". *European Sociological Review*, 26 (1): 67-82. Disponível em <https://doi.org/10.1093/esr/jcp006>.
- OH, Byeongdon & KIM, ChangHwan. (2020), "Broken promise of college? New educational sorting mechanisms for intergenerational association in the 21st century". *Social Science Research*, 86, 102375: 1-15. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2019.102375>.
- POLLAK, Reinhard & MÜLLER, Walter. (2020), "Education as an equalizing force: How declining educational inequality and educational expansion have contributed to more social fluidity in Germany". In: BREEN, Richard & MÜLLER, Walter. *Education and intergenerational social mobility in Europe and the United States*. Stanford, Stanford University Press, pp. 122-149.

- RIBEIRO, Carlos Antônio. (2020), “Mudanças nas famílias dos jovens e tendências da mobilidade social de brancos e negros no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 39 (2): 257-279. Disponível em <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020002>.
- RIBEIRO, Carlos Antônio & CARVALHAES, Flávio. (2020), “Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2018”. *BIB*, São Paulo, 92: 1-46.
- TORCHE, Florencia. (2015), “Intergenerational mobility and equality of opportunity”. *European Journal of Sociology*, 53 (6): 343-371. Disponível em <https://doi.org/10.1017/S0003975615000181>.
- TORCHE, Florencia & RIBEIRO, Carlos Antônio (2010), “Pathways of change in social mobility: Industrialization, education and growing fluidity in Brazil”. *Research in Social Stratification and Mobility*, 28 (3): 291-307. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2010.03.005>.
- TREIMAN, Donald J. (2008), *Quantitative data analysis: Doing social research to test ideas*. San Francisco, Jossey-Bass.
- WITTEVEEN, Dirk & ATTEWELL, Paul. (2020), “Reconsidering the meritocratic power of a college degree”. *Research in Social Stratification and Mobility*, 66, 100479: 1-14. Disponível em <https://doi.org/10.1016/j.rssm.2020.100479>.
- WOOLDRIDGE, J. M. (2010), *Econometric analysis of cross section and panel data*. 2. ed. Cambridge, The MIT Press.
- ZHOU, Xiang. (2019), “Equalization or selection: reassessing the ‘meritocratic power’ of a college degree in intergenerational income mobility”. *American Sociological Review*, 84 (3): 459-85. Disponível em <https://doi.org/10.1177/00031224198449925>.

Resumo

Interações entre origem de classe, raça e gênero no acesso ao topo social no Brasil

A desigualdade de acesso ao topo privilegiado da estrutura social no Brasil é analisada à luz das complexas interações entre origem de classe, raça e gênero. Questões de pesquisa tratam da associação total e direta entre origem e destino, a associação direta por nível educacional e os retornos econômicos da educação, adotando uma abordagem de coorte para analisar as mudanças temporais. Os efeitos são estimados em probabilidades preditas usando modelos logísticos com os dados de mobilidade social da PNAD 2014. A origem de classe hierarquiza as oportunidades nos diferentes resultados, que são por sua vez modulados pelas interações entre origem, raça e gênero. Palavras-chave: Mobilidade social; Classe, raça e gênero; Desigualdade de oportunidades; Efeitos interativos.

Abstract

Interactions between class origin, race and gender in access to the social top in Brazil

The inequality of access to the privileged top of the social structure in Brazil is analyzed in light of the complex interactions between class origin, race and gender. Research questions address the full and direct association between origin and destination, the direct association by educational level, and the economic returns to education by taking a cohort approach when analyzing temporal changes. Effects are estimated in predicted probabilities using logistic models with social mobility data from PNAD 2014. Class origin ranks opportunities in different outcomes which are in turn modulated by interactions between origin, race and gender.

Keywords: Social mobility; Class, Race and gender; Inequality of opportunity; Interactive effects.

Texto recebido em 09/01/2023 e aprovado em 11/04/2023.

DOI:10.11606/0103-2070.ts.2023.206600.

JOSÉ ALCIDES FIGUEIREDO SANTOS é professor titular (aposentado) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professor convidado do Centro de Pesquisas Sociais da UFJF. Integra desde a sua criação o Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Doutorou-se em sociologia pelo IUPERJ e realizou pós-doutorado na Universidade de Wisconsin-Madison com o sociólogo Erik Olin Wright. Desigualdade social, estratificação social e análise de classes representam as principais áreas de interesse e pesquisa. Desenvolve estudos com uma tipologia de classes ajustada às especificidades da estrutura social do país. Tem diversos artigos sobre classe social, raça, gênero, saúde, renda e mobilidade social, publicados nos principais periódicos de ciências sociais do país. Nos últimos tempos desenvolve linhas de pesquisa sobre desigualdade de saúde e de mobilidade intergeracional no Brasil. As publicações do autor encontram-se disponíveis no *ResearchGate*: http://www.researchgate.net/profile/Jose_Alcides_Santos. E-mail: josealcidesf@yahoo.com.br.



A gestão empresarial das memórias sensíveis

Poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro

Roberta Sampaio Guimarães*

<https://orcid.org/0000-0003-3393-4398>

João Paulo Macedo e Castro**

<https://orcid.org/0000-0001-5002-4615>

O Cais do Valongo foi palco de uma terrível tragédia humana. No início do século XIX, a administração colonial portuguesa ergueu o atracadouro na região portuária da cidade do Rio de Janeiro, por onde historiadores estimam terem aportado 900 mil africanos escravizados. No afã de modernizar a então capital republicana do país, no lumiar do século XX a Prefeitura soterrou o local e sobre ele construiu uma praça. Em 2011, uma equipe arqueológica desvelou suas ruínas e diversos objetos de uso religioso e cotidiano, ação seguida do registro do conjunto como “sítio arqueológico e histórico de memória sensível” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em reconhecimento ao sofrimento dos afrodescendentes no Brasil (Iphan e PCRJ, 2016). Após obras e estudos, em 2017 a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) o inscreveu como patrimônio mundial.

Neste artigo, recorremos a documentos oficiais, trabalho de campo e literatura especializada para a análise dos feixes de poder que possibilitaram a inscrição do Cais do Valongo como patrimônio mundial. Destacamos três cenários: a promoção, a partir do final dos anos 1970, de um projeto nacional conciliatório entre pleitos populares e privatização da economia, que possibilitou a incorporação de ativistas dos movimentos negros em instâncias da administração pública; a legitimação

* Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

** Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

internacional das agendas afro-brasileiras através do projeto *A Rota do Escravo* da Unesco, articulado nos anos 1990; e a comunhão de interesses públicos-privados no incremento da indústria turística durante a execução da operação urbana *Porto Maravilha*, na região portuária carioca, nas duas primeiras décadas do século XXI¹.

Argumentamos que a inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo como patrimônio mundial foi impulsionada pelo manejo de habilidades gerenciais e pela ideia corrente de que uma memória cultural só se estabeleceria se fosse competitiva. Entre conflitos, disputas e adesões, os atores sociais institucionalizados (ou que buscavam ampliar suas presenças na administração pública) se voltaram então para a participação em grupos de trabalho, audiências públicas e seminários de capacitação. Nesses encontros, orientaram-se sobre estratégias orçamentárias, políticas de fomento e métodos de elaboração de editais e captação de recursos voltados para a difusão do patrimônio e do turismo cultural, tendo em vista a inserção do local na indústria cultural.

Desse modo, postulamos que uma gestão empresarial das identidades culturais foi operada por meio de métodos e procedimentos técnicos, impondo-se como modelo de ação política. Pois, através de esforços para o desempenho econômico do sítio (e de outros lugares a ele associados, via criação do *Circuito de Herança Africana*), os agentes sociais desenvolveram formas de governar reguladas pela concorrência, transformando-se em sujeitos de racionalidade neoliberal (Laval, 2018). No decurso de negociações, cooperações e parcerias com agentes imbuídos de diferentes poderes, o discurso de identidade afro-brasileira se integrou então às novas dinâmicas de acumulação do capital e de mercantilização cultural, fazendo com que os sentidos e práticas em torno do cais agregassem as lógicas do dever de memória e da regulação concorrencial.

Negociações sociais e modos de comunicar a dor

Memoriais, monumentos, filmes, autobiografias, testemunhos e outras formas de inscrição de memórias ligadas a eventos dolorosos têm se proliferado em diferentes contextos socioculturais, suscitando formas novas de enquadramento histórico e

1. Os dados e análises apresentados neste artigo foram baseados em pesquisas sobre os processos de reconhecimento da memória negra na região portuária no Rio de Janeiro (Guimarães, 2012, 2013, 2014, 2016) e sobre os processos de formação do Estado brasileiro e suas modalidades de operação (Castro, 2009; Guimarães e Castro, 2021). As atividades recentes de pesquisa contaram com o financiamento da bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (Faperj, 2018-2022) para o projeto *As mediações de arquitetos e urbanistas nos processos de patrimonialização da cidade do Rio de Janeiro*, coordenado por Roberta Sampaio Guimarães.

de gestão de conflitos. No caso da tragédia da escravidão no Brasil, foi por meio do registro dos vestígios do Cais do Valongo como “sítio arqueológico de memória sensível” que o Estado brasileiro expressou seu reconhecimento ao sofrimento do povo africano frente à migração forçada, em uma sinédoque que dotaria o bem de “ressonância cultural” (Greenblatt, 1991, p. 42).

Essa indexação patrimonial como evento traumático nos fez indagar sobre as negociações que haviam sido travadas em torno de tópicos controversos, como a nomeação dos agentes envolvidos nos atos violentos e os limites impostos aos modos de comunicar a dor. A gênese de tais questões remontavam aos debates que despontaram ao final dos anos 1970 sobre o Holocausto, os presos políticos das ditaduras latino-americanas, as comissões de verdade e reconciliação na África pós-apartheid, entre outros episódios ligados ao colonialismo e às guerras mundiais. Foi nesse contexto que, de forma inédita, a Unesco arrolou como patrimônios mundiais dois sítios que evocavam ideias de atrocidade, dor e vergonha: o campo de concentração nazista alemão de Auschwitz-Birkenau; e a prisão de Robben Island, local de detenção do líder sul-africano Nelson Mandela. Lugares e instituições que, ao representarem o legado de massacres, genocídios, prisões e guerras, foram chamados por alguns pesquisadores de “patrimônios difíceis” (Logan e Reeves, 2009; MacDonald, 2009).

Entre reflexões sobre o passado e expectativas de superação das fissuras sociais, diversas sociedades e grupos se voltaram para a fabricação de uma nova consciência de si e para a reelaboração pública de suas memórias coletivas. Nesse cenário, o Holocausto se consolidou como figura de linguagem universal do trauma, e as recordações do genocídio do povo judeu serviram de metáfora para variadas circunstâncias (Huyssen, 2000). Um alargamento de sentidos que se mostrou capaz de abarcar outras vozes que denunciavam experiências de sofrimento ou de violação de direitos humanos. Vozes que desejavam visibilizar o que antes parecia indizível (Wierviorka, 1998).

A ascendência do léxico do dever e direito de memória munuiu comunidades políticas de noções como reconhecimento, reparação e justiça, possibilitando a construção social da violência e das figuras das vítimas e algozes (Ledoux, 2016; Fassin e Rechtman, 2011). Em suas falas, essas coletividades fundiram então diferentes ciclos e momentos, conformando um tempo social único que se apresentasse apto a comunicar sentimentos de dor, heroísmo e resistência, a ocupar espaços institucionais, jurídicos e científicos e a embasar ações pedagógicas, artísticas e culturais. Um arroubo memorialista que invadiu desde narrativas sobre conflitos locais até massacres de proporções mundiais, em que a própria articulação da ideia de patrimônio se tornou “uma maneira de viver as rupturas, de reconhecê-las e reduzi-las, referindo-se a elas, elegendo-as, produzindo semióforos. [...] um recurso para o tempo de crise” (Hartog, 2006, p. 272).

Assim, propomos que modalidades de transmissão de memórias e de formação de uma opinião pública sobre eventos do passado, tais como filmes, museus, monumentos, *sites* na internet, novelas, músicas etc., passaram a compor uma modalidade de gestão de eventos violentos. O que não é o mesmo que acusar todo e qualquer produto cultural de manipulação política, mercadorização ou banalização do sofrimento. Seguimos apenas a sugestão de Huyssen (2014) de que eles constituiriam a própria memória cultural e, portanto, buscamos acioná-los como uma chave de entendimento sobre as formas de as sociedades lidarem com suas fissuras.

É à luz dessas considerações que analisamos os feixes de poder que promoveram o sítio arqueológico Cais do Valongo. Não temos, contudo, a intenção de fazer uma sociogênese da construção da identidade afro-brasileira ou de abarcar a diversidade dos atores envolvidos e de seus embates políticos. O que desejamos é apresentar alguns cenários de formulação da narrativa oficial sobre a participação do país no tráfico escravista, sua circulação por instâncias administrativas, a legitimação por ritos estatais, e os produtos culturais que a difundiram e consolidaram (Bourdieu, 2012).

A criação de um lugar estatal para a identidade afro-brasileira

Discussões sobre as memórias sensíveis brasileiras ecoaram ao final dos anos 1970, quando se iniciou a redemocratização do país após o golpe civil-militar de 1964. A emergência de uma classe trabalhadora apta a liderar as primeiras greves e a agregar diversas demandas populares e progressistas foi o indício das transformações que estavam em curso. As formas da sociedade brasileira de lidar com a violência e garantir a efetivação de direitos civis e sociais passaram então a ser debatidas a partir de eventos diversos, como os relativos às perseguições e prisões políticas ocorridas nos governos militares, aos efeitos do colonialismo sob as populações indígenas e afrodescendentes e às agressões sofridas por segmentos vulneráveis, como mulheres, crianças e idosos. Discussões difíceis porque, entre outros aspectos, apresentavam o risco de cristalizar identidades e excluir grupos e experiências desarticulados ou não reconhecidos (Sarti, 2011).

Foi nesse contexto que militantes e organizações de vários estados fundaram em 1978 o Movimento Negro Unificado (MNU) e projetaram à nação uma agenda de afirmação da identidade afro-brasileira. Suas lideranças haviam nascido entre os anos 1940 e 1950, em famílias das camadas populares e dos estratos médios urbanos. Ao ingressarem nas universidades durante a ditadura, depararam com mobilizações estudantis, formações partidárias clandestinas e ideários da esquerda marxista (Rios, 2012). Manifestações de cunho racial também lhes serviram de inspiração, como a associação de poetas de língua francesa *Négritude*, o jornal *Quilombo* de Abdias

do Nascimento, as lutas pela descolonização dos países africanos e os grupos norte-americanos Black Power e Panteras Negras (Alberti e Pereira, 2007). No embalo das transformações nacionais e internacionais, esses ativistas constituíram um campo de forças capaz de articular pautas próprias, pleitear espaços dentro da máquina da administração pública e contestar o discurso hegemônico de “democracia racial”, que celebrava a suposta convivência harmônica entre grupos culturais-raciais brasileiros (Guimarães, 2001).

A consolidação política do movimento possibilitou que elessem parlamentares comprometidos com a causa afro-brasileira e receptivos aos temas da compensação, reparação e indenização aos danos causados pela escravidão e à luta pelo controle de sua narrativa histórica (Santos, 2018). Afetadas pelo espírito memorialista da época, algumas lideranças então vocalizaram um sentimento de perda da África autêntica, lugar utópico que seria conectado às forças ancestrais, à natureza e à religiosidade. E, do mesmo modo como ocorrido com outras comunidades políticas que emergiram nessa época, elas exprimiram uma espécie de “nostalgia vicária, de segunda mão”, vislumbrando ser possível (e desejável) o resgate de práticas culturais tidas como tradicionais por meio de sua transmissão em livros, filmes, arquivos, museus e outros suportes de memória (Berliner, 2018, p. 20).

O momento era propício para releituras da identidade nacional, já que durante a transição política diversas instituições governamentais reformularam suas condutas. Entre elas o Iphan, que até então havia atuado na proteção de memórias da elite branca, tombando bens como igrejas católicas, fortes militares e edificações de estilos arquitetônicos consagrados. Diante dos novos ares democráticos, a partir de 1979 o órgão começou a rever seus conceitos e procedimentos, iniciando processos de preservação de expressões da cultura e do cotidiano popular (Gonçalves, 1996). Após uma fase de divergências e embates, seus conselheiros por fim arrolaram os primeiros bens relativos à memória negra: o terreiro de candomblé Casa Branca do Engenho Velho, na Bahia (1984), e o Conjunto Histórico e Paisagístico de Serra da Barriga, em Alagoas (1985).

As celebrações e protestos que ocorreram em 1988 em torno dos cem anos da abolição da escravidão no Brasil e da Assembleia Nacional Constituinte fecharam o período de transição política. Denúncias sobre as dificuldades de inserção econômica do negro no sistema de classes e sobre as barreiras sociais impostas pelo preconceito racial tomaram as ruas, universidades e jornais (Hanchard, 2001). Como desdobramento dessas mobilizações, os parlamentares inseriram três novos dispositivos legais na Constituição: a proteção das manifestações culturais afro-brasileiras como patrimônio nacional; o direito a terra aos remanescentes das comunidades quilombolas; e a criminalização do racismo com pena de prisão inafiançável. Tais conquistas

sedimentaram na esfera pública a ideia de que os afrodescendentes compõem um segmento cultural distinto em relação aos demais grupos nacionais, e obrigaram o Estado a prever políticas raciais de acesso a bens e serviços econômicos e simbólicos.

Ainda que essas políticas tenham tardado a se concretizar e que perdurassem os limites sociais, o período deixou como legado a inserção da cultura afro-brasileira no âmbito estatal e a circulação pela administração pública de lideranças dos movimentos negros e de discursos identitários desvinculados a premissas de integração nacional. Com a aquisição de novas competências políticas e gerenciais, em poucos anos expoentes da causa afro-brasileira se engajaram em agendas e projetos de alcance internacional, deparando-se com dinâmicas próprias aos programas de cooperação das agências multilaterais.

As memórias do tráfico atlântico na agenda diplomática brasileira

Se no despontar da Nova República brasileira as demandas identitárias se firmaram nas malhas da administração pública, na década de 1990 elas ganharam visibilidade com a globalização das questões de natureza cultural. Nas estratégias mobilizadas por grupos e movimentos via acordos multilaterais, uma relação de dupla satisfação então se estabeleceu: para os operadores nacionais, foi a oportunidade de se apropriarem de capital estrangeiro e obterem reconhecimento social interno; e para as agências, além dos aportes financeiros, foi a chance de capturarem as nações para suas cosmovisões e definições de valores universais, alargando suas áreas de influência (Dezalay e Garth, 2002). A força dessas organizações internacionais variou ao longo do tempo, bem como as relações que estabeleceram com as gestões administrativas e políticas das nações da América Latina, Ásia e África. Mas, no cômputo geral, suas resoluções obtiveram ampla adesão, passando a desempenhar importante papel nos embates locais e na configuração das arenas de disputas (Ferguson, 1994; Escobar, 1995; Castro, 2009)².

Foi o que se observou na centralidade obtida pela Unesco no processo de construção da narrativa histórica da escravidão do povo negro, em resposta a demandas por reparação lideradas pelo Haiti e por alguns países africanos que passavam por mudanças de regime político após o fim da Guerra Fria. Na sua 27^a Conferência

2. Vale lembrar que a agência já havia atuado no Brasil durante os anos 1950, quando organizou junto a universidades nacionais um projeto que buscava compreender as propaladas relações raciais harmônicas do país, engajando pesquisadores como Roger Bastide, Oracy Nogueira e Florestan Fernandes. A intenção era transformar os dados encontrados em políticas públicas voltadas a contextos de conflito social, para promover neles projetos de desenvolvimento econômico e de otimização da produção capitalista (Maio, 1999).

Geral (1993), a agência aprovou o projeto *A Rota do Escravo*, com a proposta de promover uma reflexão pluridisciplinar sobre as causas, modalidades e consequências do tráfico atlântico (Unesco, 1997, p. 3). O lançamento oficial do projeto ocorreu no ano seguinte, em Benin, quando foi noticiada a formação de um Comitê Científico Internacional composto por pesquisadores da Europa, África e América. Dois anos depois, nele foram também incorporados representantes brasileiros, refletindo o acúmulo das articulações do movimento negro e do meio acadêmico nacional. A missão do comitê era orientar grupos de trabalho na catalogação e preservação de arquivos, bibliografias, fontes documentais e tradições orais, com vistas a produzir um conhecimento integrado sobre a diáspora negra e alimentar um banco de dados das expedições, rotas comerciais e portos. Ao final, essas informações serviriam de apoio a programas educacionais, exposições, publicações, sítios de memória, atividades turísticas etc. (Unesco, 1994).

A aplicação de instrumentos e mecanismos de cooperação permitiu, portanto, o fortalecimento dos laços entre diversos países e centros de pesquisa, construindo uma autoridade científica transnacional sobre a escravidão. Mas suas premissas passaram por reformulações em 2001, ano em que a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata em Durban, África do Sul. Nela, países africanos reivindicaram que os Estados Unidos, algumas nações europeias e o Brasil formulassem políticas de reconhecimento das contribuições culturais, econômicas e científicas dos afrodescendentes, admitissem a persistência da discriminação racial e pagassem uma indenização pelos benéficos que obtiveram com a escravidão e por outras injustiças do passado. Contudo, não houve consenso sobre o processo de aferição histórica do que havia ocorrido durante os mais de três séculos de comércio escravista e sobre as formas como os negros haviam sido afetados pela escravidão. Tampouco sobre como seria calculada a indenização, quem assumiria seu pagamento e quem teria o direito a recebê-la (Domingues, 2018).

Diante dos impasses, algumas vezes, em vez de compensação financeira, preconizaram o perdão da dívida externa dos países africanos, argumentando que esse modo de reparação, além de portar um teor moral, seria mais exequível. Outras vezes, como a do diretor do *A Rota do Escravo* à época, defenderam a necessidade de uma reparação ética e histórico-científica, o que consolidou as narrativas fomentadas pelo projeto e incentivou a adesão de novos países. Com isso, suas ações passaram a abarcar novos temas, relativos à resistência dos afrodescendentes, às modalidades contemporâneas de escravidão e à luta contra o racismo. Incluíram ainda um programa específico para a preservação de lugares e edifícios da memória da escravidão e de sua promoção através do turismo cultural (Unesco, 2003).

No Brasil, somou-se a esse movimento de promoção das memórias do tráfico atlântico o processo de revisão das estratégias diplomáticas do governo federal junto aos países africanos. Desde a redemocratização, o Partido dos Trabalhadores (PT) havia catalisado as demandas populares da sociedade brasileira e apresentado, por três eleições presidenciais consecutivas, a candidatura do operário Luiz Inácio Lula da Silva. Mas foi só na campanha de 2002, quando o partido reviu suas posições tidas como mais radicais e firmou um compromisso com o modelo econômico neoliberal, que ele conquistou o poder. Por treze anos, os governos petistas se alinharam às elites políticas e financeiras enquanto promoviam medidas econômicas de cunho distributivo, em uma composição de diferentes forças sociais que encarnou o sonho da almejada democracia calorosa e cordial.

Ao consolidarem a base política interna, as gestões petistas garantiram a liderança do país na América Latina e aspiraram a ampliar seu comércio internacional através da formação de um bloco econômico composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (países do acrônimo Brics). Estimulados por mecanismos de cooperação, por proteções fiscais e insumos governamentais, pela alta das *commodities* e pela exploração de petróleo *offshore*, setores de exportação nacional como o das indústrias de construção civil, de produção de carne bovina, do agronegócio e da mineração receberam grande fluxo de investimentos. E como 90% das exportações e importações eram realizadas via rotas do oceano Atlântico, o governo buscou estreitar as relações com os países costeiros africanos (Costa, 2012).

Desse modo, só no primeiro mandato de Lula a presença diplomática do país na África cresceu de dezoito para trinta embaixadas e dois consulados. O mesmo movimento foi feito por parte dos países africanos, que de dezesseis embaixadores passaram a contar com 25 situados em Brasília (Ribeiro, 2010). A aproximação foi ainda apoiada por mudanças nos discursos exteriores sobre a identidade nacional, com o governo propalando que a população era birracial (branca e preta) em vez de misturada, como operado no sistema de classificação múltiplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Essa era uma alteração significativa da interpretação dos dados, visto que em 2010 o censo havia indicado que os “pardos” representavam 43% dos brasileiros e os “pretos”, 8%. Ambas as categorias foram somadas no discurso birracial, o que alçou os “negros” à maioria da população (Cicalo, 2013). Ademais, o presidente defendeu que o país deveria superar o racismo e discutir sua dívida histórica em relação ao papel desempenhado no comércio escravista, fala que subvertia as abordagens diplomáticas anteriores, que evitavam o tópico problemático da escravidão.

Tais orientações científicas, políticas, econômicas e diplomáticas estimularam a indexação de sujeitos e lugares do país à cultura afro-brasileira, incentivando a orga-

nização de nichos turísticos. Como desdobramento, em agosto de 2012 o projeto *A Rota do Escravo* e o governo federal lançaram a candidatura do Cais do Valongo como patrimônio mundial, no âmbito do Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: Gestão dos Sítios Históricos Ligados ao Tráfico Negro e à Escravidão. Organizado em Brasília, o evento contou com a presença de representantes dos ministérios da Educação, Cultura, Justiça e Relações Internacionais, de autarquias e órgãos governamentais, de entidades religiosas, de movimentos sociais e de pesquisadores brasileiros e internacionais, muitos deles dos países africanos (ONU Brasil, 2012). Embora seu objetivo explícito fosse elaborar um guia conceitual e metodológico para futuros gestores de sítios históricos relacionados à escravidão, os principais efeitos do seminário foram a unificação das narrativas sobre o tema no país e a legitimação da candidatura como uma ação de Estado.

A territorialização das memórias afro-brasileiras na região portuária carioca

Uma mirada sobre o processo de territorialização das memórias afro-brasileiras no Rio de Janeiro ajuda na compreensão das dinâmicas locais que sustentaram a patrimonialização do Cais do Valongo. Em 1983, ainda no contexto de redemocratização, o primeiro governo estadual eleito pelo voto direto se mostrou favorável às iniciativas de promoção da igualdade racial. Comandada pelo governador Leonel Brizola e pelo seu vice, o antropólogo Darcy Ribeiro, a gestão incorporou lideranças negras a cargos e atividades governamentais e afinou-se às iniciativas nacionais de celebração da cultura negra. Surgiram assim os primeiros símbolos identitários nas regiões central e portuária na cidade: a passarela de desfiles carnavalescos do Sambódromo (1985), a monumental cabeça de bronze em homenagem a Zumbi dos Palmares (1986) e o patrimônio cultural da Pedra do Sal (1987) (Guimarães, 2014).

Na década seguinte, contudo, uma nova correlação de forças políticas fez emergir no âmbito da administração pública municipal um conjunto de projetos que pretendia rentabilizar os territórios urbanos por meio da atração de investimentos financeiros e do fomento às indústrias turísticas e imobiliárias. A região portuária, que abrigava à época amplos galpões, terrenos e imóveis públicos desativados e era local de residência, comércio e lazer das classes populares, foi visada como uma das áreas prioritárias de intervenção. Inspirados em processos de reurbanização de frentes marítimas implementados em Gênova, Barcelona, Porto, Baltimore e Manchester, os gestores cariocas conceberam o plano *Porto do Rio* (PCRJ, 2001). Nessa orientação política, eles se pautaram menos pela lógica de reconhecimento da diversidade e mais pela normalização disciplinar, acionando um pacote de procedimentos ordenadores de territórios, comportamentos e moralidades (Foucault, 1976).

Como justificativa para suas ações, a Prefeitura então mobilizou um léxico de combate à desordem e à pobreza que atribuía a degradação dos bairros portuários aos maus usos de seus habitantes, conjugando acusações de serem insalubres, violentos e favelados a uma nova gramática jurídico-normativa baseada em noções de legalidade. Nessa batalha moral, seus gestores construíram largos e praças, retiraram moradias improvisadas debaixo de viadutos e restringiram o comércio ambulante. Já nas ditas favelas perigosas, uniram programas de infraestrutura aos de policiamento ostensivo. E, na esfera dos discursos patrimoniais, classificaram alguns morros como portadores de alto valor histórico, paisagístico e cultural, desenvolvendo neles programas de incentivo ao turismo e à residência da classe média. Associaram ainda a herança da região apenas à cultura portuguesa, encapsulando a presença negra na história encerrada da escravidão. No conjunto das ações, transmitiram, portanto, a mensagem de que alguns espaços e modos de vida compunham a memória da cidade e deveriam ser preservados, enquanto outros, percebidos como inautênticos e contingentes, poderiam ser trocados, extintos ou vendidos (Guimarães, 2013).

Porém, com o avançar dos governos petistas as agendas raciais e identitárias fortaleceram-se mais uma vez, desdobrando-se na criação de políticas afirmativas como a que instituiu o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas e as que definiram cotas nas universidades e nos concursos públicos em geral³. Nesse novo quadro nacional, os movimentos negros do Rio de Janeiro conseguiram reorganizar suas gramáticas políticas e estratégias de luta perante as administrações estaduais e municipais, liderando pleitos como o de titulação do quilombo urbano da Pedra do Sal e o de fixação do bloco de carnaval Afoxé Filhos de Gandhi em um sobrado arruinado da região portuária (Guimarães, 2012, 2016). Mas, se é inegável que os movimentos sociais ganharam maior espaço de ação, também foi notório o favorecimento dos arranjos políticos e econômicos que permitiram a institucionalização das intervenções.

Desse modo, o Ministério do Planejamento e a Superintendência do Patrimônio da União lideraram a criação do Grupo Executivo Interministerial da Área Portuária do Rio de Janeiro. Em 2009, o grupo aprovou a operação urbana consorciada *Porto Maravilha* e formou uma empresa mista para contratar e gerir agentes privados na

3. Referimo-nos à Lei n. 10.639/2003, que estabeleceu a inclusão e obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas diretrizes curriculares da educação básica; à Lei n. 12.711/2011, que obrigou universidades e institutos federais a cederem ao menos 50% de suas vagas aos candidatos egressos de escola pública e, dentro dessa reserva, estipulou regras para destinar vagas a alunos de baixa renda, negros (que correspondem à parcela de pretos e pardos), indígenas e com deficiência; e à Lei n. 12.990/2014, que determinou a reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos aos negros, desde que o número de vagas oferecidas no concurso fosse igual ou superior a três.

execução de obras e na prestação de serviços públicos municipais – a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região Portuária (Cdurp). O vínculo do governo federal com a operação foi então determinante para o êxito dos projetos, através da compra de Certificados do Potencial Adicional de Construção (Cepacs)⁴ pela Caixa Econômica Federal e da cessão de grandes terrenos (Sarue, 2016). Com a alegação de promover os Jogos Olímpicos de 2016, vultosos investimentos aportaram na região, via programas de mobilidade, lazer, turismo, segurança pública etc. No âmbito cultural, a parceria entre a Prefeitura e a Fundação Roberto Marinho inaugurou dois equipamentos: o Museu de Arte do Rio (2013) e o Museu do Amanhã (2015).

As políticas de preservação patrimonial, por sua vez, receberam uma previsão orçamentária de 3% do valor arrecadado com os Cepacs. As coletividades que então se mostraram aptas a captar o recurso foram aquelas institucionalizadas havia mais tempo e que, por sua *expertise* gerencial, conseguiram mobilizar a opinião pública e apresentar projetos adequados aos requisitos exigidos por financiamentos e editais. Como a rede de ativistas e pesquisadores conectada ao *A Rota do Escravo*, que em 2010 iniciou a elaboração do *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil* (Labhoi, 2013). Assim, se levarmos em conta a sólida participação do Brasil nesse projeto internacional e o papel estratégico dos países africanos nas relações comerciais, deduzimos que já estava programado o encontro dos vestígios do Cais do Valongo em janeiro de 2011 pela equipe arqueológica contratada pelo *Porto Maravilha*⁵.

A confluência de interesses foi confirmada pela pronta adesão da Prefeitura. Em poucos meses, o Instituto Pereira Passos, vinculado à Secretaria Municipal de Urbanismo, apresentou um projeto arquitetônico para exibir 1.350 m² da área escavada – segundo arquitetas municipais, a maior janela que foi possível para não inviabilizar outras obras. No seu desenho, a orientação turística foi destacada pela inclusão de escadas, rampas de acesso e arquibancadas para contemplação⁶. Em novembro do mesmo ano, o prefeito então decretou a formação de um grupo de trabalho para construir o *Circuito de Herança Africana*, com a participação de órgãos municipais de promoção da igualdade racial e de lideranças dos movimentos negros e das reli-

4. O Estatuto da Cidade criou o instrumento do Cepac visando a financiar obras previstas em Operações Urbanas e desonerar os municípios, que com isso não precisariam utilizar seus recursos orçamentários. No entanto, diversos urbanistas e economistas consideraram escandaloso que todos os certificados do *Porto Maravilha* tenham sido comprados por um banco público.

5. Ademais, a contratação de uma equipe arqueológica pelo *Porto Maravilha* atendia exigências das legislações federal e municipal sobre impactos ambientais que tornavam obrigatório o monitoramento de qualquer intervenção no subsolo (Lima *et al.*, 2016).

6. Entrevista com Juliana Jabor e Renata Jardim, realizada por Roberta Guimarães em 9 de dezembro de 2014.

giões de matriz africana. O grupo selecionou os pontos da região que reforçariam os sentidos testemunhais da cidade negra: além do Cais do Valongo, foram incluídos a Pedra do Sal, o Jardim Suspenso do Valongo, o cemitério dos Pretos Novos, o Centro Cultural José Bonifácio e o largo do Depósito (atual largo dos Estivadores).

Após esses esforços para tornar o patrimônio visível e inteligível, em abril de 2012 o Iphan registrou o Cais do Valongo como sítio arqueológico e histórico. Três meses depois, todos os agentes envolvidos na patrimonialização se reuniram para inaugurá-lo com um “ritual de limpeza e purificação” comandado por mães de santo, que teve como objetivo “aliviar a carga de dor e medo que marcava o local” (Iphan e PCRJ, 2016, p. 82)⁷. Com a operação dessa performance mágico-religiosa, eles comunicaram os aspectos simbólicos do lugar e sua associação à cultura afro-brasileira e às memórias da escravidão, mensagem que reverberou para a sociedade mais ampla graças à cobertura jornalística.

Foi assim, como coroamento dessa sequência de eventos, que em agosto de 2012 ocorreu o Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura em Brasília, citado ao final do tópico anterior. Nele, a Unesco oficializou a inclusão do sítio arqueológico Cais do Valongo no *A Rota do Escravo* e, junto com o governo federal, lançou sua candidatura a patrimônio mundial. A relevância do local foi então assumida como política de Estado, o que abriu um novo conjunto de ações para conformá-lo à gramática das “memórias sensíveis” e fabricá-lo como mercadoria cultural rentável.

A gestão empresarial das memórias sensíveis da escravidão

Durante quatro anos o Iphan, a Secretaria Municipal de Urbanismo e a empresa mista Cdurp desenvolveram ações de adequação do Cais do Valongo aos parâmetros exigidos pela Unesco, através da realização de levantamentos topográficos, estudos arqueológicos e planos de conservação, proteção, gestão, monitoramento e documentação do local. Foi ainda tecida uma história única sobre a relevância do atracadouro no contexto do tráfico atlântico, com a seleção e interpretação de fatos e eventos a serem promovidos em políticas de difusão da memória da escravidão. Essas pesquisas foram supervisionadas pelo Iphan e pela Prefeitura e coordenadas por um grupo de trabalho liderado pela rede de pesquisadores brasileiros articulados ao Comitê Científico do *A Rota do Escravo*.

7. Iniciativa depois incluída no Calendário Oficial de Eventos e Datas Comemorativas da Cidade pela Lei 5820/2014, que definiu o segundo sábado do mês de julho como o Dia da Lavagem Simbólica do Cais do Valongo. Nessa data, lideranças religiosas, ativistas, administradores públicos e jornalistas performavam a relação do local com a África e presentificavam narrativas de dor e sofrimento da escravidão.

Ao mesmo tempo, suas ações foram promovidas pelo recém-inaugurado Museu de Arte do Rio, que estava na época sob gestão do Instituto Odeon, associação privada qualificada como Organização Social (OS). Em maio de 2014, o museu inaugurou a exposição *Do Valongo à Favela. Imaginário e Periferia*, apresentando uma narrativa que confluía com as orientações interpretativas do *A Rota do Escravo*⁸. Mantida na programação por doze meses, graças ao financiamento da empresa de mineração Vale e do banco Itaú, a exposição tanto fortaleceu a legitimidade social do sítio arqueológico, ao articular seu primeiro discurso público de cunho pedagógico, quanto sinalizou a captura dos mecanismos de gestão e financiamento do bem por entidades privadas, via parcerias chanceladas pelo poder público.

A *Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial* foi apresentada à Unesco em janeiro de 2016, contendo 443 páginas de textos, fotografias, pinturas, mapas e plantas que expunham procedimentos técnicos, narrativas históricas e culturais, avaliações de especialistas e argumentos sobre as contribuições dos afrodescendentes para a sociedade brasileira. A base da justificativa era a “excepcionalidade” do cais frente aos demais portos escravagistas do mundo, a partir de dois critérios preestabelecidos pela agência para o reconhecimento de patrimônios mundiais: o local apresentaria “um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização desaparecida” (critério III) e estaria “diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias ou crenças, ou com obras artísticas ou literárias de significado universal excepcional” (critério VI) (Iphan e PCRJ, 2016, pp. 12-13).

No caso do Cais do Valongo, não se tratava de qualquer tradição, mas de uma que pretendia evocar um evento trágico. Por isso, a *Minuta da Declaração de Valor Universal Excepcional* reforçou seu caráter de testemunho doloroso por meio da comparação do cais com os primeiros lugares reconhecidos pela Unesco como “sítios de memória sensível”: o campo de concentração nazista alemão de Auschwitz-Birkenau, que teria em comum com a experiência da escravidão a “privação da liberdade de uma pessoa, perda da soberania sobre seu próprio corpo e da sua condição de cidadão”; e o cárcere de Robben Island na África do Sul, que no *apartheid* havia contido “aqueles que o poder dominante desejava manter confinados, distantes do restante da sociedade”, e simbolizaria “o triunfo do espírito humano, da liberdade e da democracia sobre a opressão” (Iphan e PCRJ, 2016, pp. 138-139). Desse modo, a conexão com os eventos globais foi estabelecida via evocação do Holocausto, tropo

8. De acordo com o diretor-presidente do Instituto Odeon, o objetivo era estabelecer um elo entre o passado do cais, “maior entreposto de venda de escravos do mundo [...] que demarca a tragédia da escravidão e da diáspora africana”, e o presente da favela, “traço mais manifesto da nova exclusão dos libertos” (Gradim, 2014, p. 5).

universal do trauma, e Robben Island, símbolo da superação do passado de dor e segregação racial por meio da resistência e da luta.

A união dos arranjos institucionais, procedimentos técnicos e discursos globalizados foi exitosa, e o Cais do Valongo recebeu o título de Patrimônio Mundial em 2017, abrindo uma nova etapa de articulações políticas, investimentos financeiros e difusão cultural. Por meio de iniciativas como publicações, teses, dissertações, exposições, visitas guiadas, festivais de arte e cinema etc., diversos segmentos sociais se mobilizaram para a produção da memória pública da escravidão atlântica e/ou por ela foram abarcados, desde a faixa escolar, passando por grupos mais especializados até o público geral da cidade e os turistas nacionais e internacionais⁹.

Novas organizações privadas também emergiram no cenário de administração do cais, colocando-se como intermediárias dos processos de captação e gestão de recursos. Como o Instituto de Desenvolvimento e Gestão (IDG), que se define como uma organização privada sem fins lucrativos que presta consultorias para a concepção, modelagem, formatação e gestão de projetos, incluindo desenvolvimento de escopo, captação de recursos, enquadramento em leis de incentivo e gestão durante sua implementação. Em 2017, o IDG se estabeleceu como Relações Comunitárias do Museu do Amanhã, realizando programas e atividades junto a moradores, escolas e instituições culturais da região portuária. Após essa inserção, no ano seguinte o instituto se tornou gestor de uma doação de 2 milhões de reais, proveniente de um fundo do Consulado Geral dos Estados Unidos, que seria destinado a obras de restauro, limpeza, higienização, conservação e consolidação do sítio histórico. Em seguida, em setembro de 2019, coube também a ele a gestão da segunda fase de obras do local, voltada para melhorias na infraestrutura e sinalização, com instalação de módulos expositivos contando a história da Pequena África, de guarda-corpo, iluminação cênica monumental, sinalização direcional, sistema de segurança por câmeras, além da manutenção das ações educativas e comunicativas. Dessa vez, os recursos foram oriundos da State Grid Brazil Holding, através da linha de financia-

9. Entre as iniciativas que ocorreram após o título de Patrimônio Mundial da Unesco, destacamos algumas que abrangeram grande público: a profusão de roteiros turísticos privados, ofertados via *site TripAdvisor*; a organização pelo Instituto Pretos Novos de passeios gratuitos regulares para a população e escolas públicas, através de verba disponibilizada pela CDURP (Pacheco e Schicchi, 2022); e a oferta de diferentes modalidades de visitas guiadas idealizadas por movimentos sociais, alunos de cursos de turismo e associações civis (Gonçalves, 2021). Em novembro de 2018, o Cais do Valongo foi também tombado como patrimônio histórico e cultural do Estado do Rio de Janeiro, momento em que se inaugurou a exposição *Cartografia da Africanidade Fluminense*, na Casa França-Brasil (Carneiro e Pinheiro, 2022). Além disso, nota-se a difusão do imaginário relacionado ao local através de romances como *O crime do Cais do Valongo*, escrito por Eliane Alvez Cruz (publicado pela editora Malê em 2018) e da exposição inaugurada no Museu de Arte do Rio em setembro de 2022, baseada no romance *Um defeito de cor*, escrito por Ana Maria Gonçalves (publicado pela editora Record em 2006).

mento Investimentos Sociais de Empresas (ISE), disponibilizada pelo BNDES, sem divulgação de valores.

Assim, a máquina de circulação de recursos manteve-se ativada durante todo o processo de aprimoramento dos mecanismos de concorrência do sítio histórico e do circuito turístico por ele promovido, através de estratégias e metodologias de planejamento, gestão, financiamento e promoção pública. Manteve-se também em movimento a engrenagem dos projetos de desenvolvimento, assistência e cooperação, com suas organizações, consultores e especialistas. Nesse aparato econômico e político, os sentimentos de dor e sofrimento atribuídos ao Cais do Valongo tornaram-se importante peça de propaganda dos métodos de gestão empresarial do *Porto Maravilha*. Pois, enquanto contrapartida patrimonial mais promovida e celebrada pelo plano, produziu um efeito de naturalização dos meios de implementar diversos projetos, legitimando as práticas de governo das populações e territórios via parcerias público-privadas.

Governar memórias, empreender mercados

Hoje o Cais do Valongo é considerado um caso patrimonial de sucesso. Ainda que mudanças nas gestões municipais tenham sido sentidas no aumento ou diminuição de recursos para sua conservação e promoção, o que reverberou na imprensa como fases de degradação do mobiliário e da falta de sua conservação e limpeza, o sítio arqueológico conseguiu se estabelecer como circuito visitado por diversas escolas e oferecido por guias turísticos e agências de viagem. Assim, dentro do competitivo mercado das memórias, e levando em conta inclusive o contexto de desinvestimento em políticas raciais da gestão federal de Jair Bolsonaro (2019-2022) e de desaquecimento da indústria turística em função da pandemia da Covid-19, podemos afirmar que o espaço se tornou uma referência na promoção da memória pública da escravidão.

Na tentativa de explicar tal êxito patrimonial incomum, buscamos demonstrar que a construção simbólica do Cais do Valongo deveu-se a uma longa trajetória de mobilização de estratégias locais, nacionais e internacionais, atreladas às agendas políticas afro-brasileiras e sustentadas por um campo de forças composto por administradores públicos, movimentos sociais, intelectuais, legisladores, entre outros. A redemocratização política no final da ditadura militar foi então contexto crucial no processo de institucionalização de uma narrativa única sobre a escravidão do povo africano no Brasil, já que possibilitou a incorporação de ativistas negros às instâncias estatais e fez com que se tornassem hábeis no manejo das regras e procedimentos que orientavam as ações públicas e as relações administrativas. Assim, mesmo que as políticas raciais e identitárias tenham tido eventuais recuos nas agendas governa-

mentais, a presença de suas pautas permaneceu por meio de indivíduos e entidades que atuavam em programas, conselhos e representações públicas.

Os sentidos e significados das memórias relacionadas com a escravidão no Brasil foram ainda impulsionados pela adoção de léxicos e procedimentos próprios às agências multilaterais, com destaque para o papel desempenhado pelo projeto *A Rota do Escravo* da Unesco durante os anos 1990. A elaboração de estratégias de cooperação fez circular conceitos como os de direitos humanos, dívida histórica e reparação e estimulou a aquisição de novas condutas e habilidades voltadas para o financiamento de projetos. Nas dinâmicas governamentais, as pautas, temas e léxicos promovidos no âmbito da agência multilateral foram ressignificados, abrangendo novos agentes e reordenando os discursos sobre o lugar dos afrodescendentes na cultura nacional.

Viu-se então a emergência patrimonial de categorias como “dor”, “sofrimento” e “resistência” na organização de projetos que buscavam inserir o país no competitivo mercado turístico dos lugares de “memórias sensíveis”. Unido a outros fatores, como a retomada das agendas raciais nas gestões federais do PT a partir de 2003, o fortalecimento das relações diplomáticas e comerciais com os países africanos e o alinhamento de agentes políticos e econômicos durante a implementação do *Porto Maravilha*, formou-se o quadro necessário para a inscrição do sítio arqueológico do Cais do Valongo como patrimônio mundial.

Destacamos, portanto, que foi a partir de uma articulação social complexa que o discurso de identidade afro-brasileira se integrou às novas dinâmicas da acumulação do capital e de mercantilização de práticas culturais. Já que, no decurso de negociações, cooperações e parcerias com agentes imbuídos de diferentes poderes, seus sentidos agregaram as lógicas do dever de memória e da regulação concorrencial. As memórias traumáticas da escravidão indexadas ao “sítio arqueológico de memória sensível” se apresentaram, por fim, como um discurso multifacetado: étnico, identitário, turístico e econômico.

Referências Bibliográficas

- ALBERTI, Verena & PEREIRA, Amílcar. (2007), “Significados da África para o movimento negro do Brasil”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 39: 25-56, janeiro.
- BERLINER, David. (2018), *Perdre sa culture*. Bruxelles, Zone Sensibles.
- BOURDIEU, Pierre. (2012), *Sur l'État. Cours au Collège de France 1989-1992*. Paris, Seuil.
- CARNEIRO, Sandra de Sá & PINHEIRO, Márcia Leitão. (2022), “Cais do Valongo (RJ): apropriações, memórias e celebrações”. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, 12 (03).

- CASTRO, João Paulo Macedo. (2009), *A invenção da juventude violenta. Análise da elaboração de uma política pública*. Rio de Janeiro, E-papers; Laced/Museu Nacional.
- CICALO, André. (2013), "From racial mixture to black nation: Racialising discourses in Brazil's African affairs". *Bulletin of Latin American Research*. DOI:10.1111/blr.12063, consultado em 18/11/2019.
- COSTA, Wanderley Messias da. (2012), "Projeção do Brasil no Atlântico Sul: geopolítica e estratégia". *Revista USP*, São Paulo, 95: 9-22, nov.
- DEZALAY, Yves & GARTH, Bryant. (2002), *La mondialisation des guerres de palais. La restructuration du pouvoir d'état en Amérique Latine, entre notables du droit et Chicago Boys*. Paris, Seuil.
- DOMINGUES, Petrônio. (2018), "Agenciar raça, reinventar a nação: o Movimento pelas Reparações no Brasil". *Análise Social*, Lisboa, 53 (227): 332-361, jan.
- ESCOBAR, Arturo. (1995), *Encountering development. The making and the unmaking of the Third World*. Princeton, Princeton University Press.
- FASSIN, Didier & RECHTMAN, Richard. (2011), *L'empire du traumatisme. Enquête sur la condition de victime*. Paris, Flammarion.
- FERGUSON, James. (1994), *The anti-politics machine. "Development", depoliticization and bureaucratic power in Lesotho*. Minneapolis, Londres, University of Minnesota Press.
- FOUCAULT, Michel. (1976), *Il faut défendre la société. Cours au Collège de France*. Paris, Gallimard/Seuil.
- GONÇALVES, José Reginaldo. (1996), *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/Iphan.
- GONÇALVES, Renata de Sá. (2021), "Walking through Rio de Janeiro's 'Little Africa': places and contested borders". *Vibrant: Virtual Brazilian Anthropology*, Brasília, 18.
- GRADIM, Carlos. (2014), *Do Valongo à favela. Imaginário e periferia*. Rio de Janeiro, MAR/ Instituto Odeon.
- GREENBLATT, Stephen. (1991), "O novo historicismo: ressonância e encantamento". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 4 (8): 244-261.
- GUIMARÃES, Antonio Sergio. (2001), "Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 61: 147-162, nov.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2012), "De monumento negro a território étnico: os usos do patrimônio na produção de espaços urbanos diferenciados". In: TAMASO, Izabela & FERREIRA FILHO, Manuel (orgs.). *Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília/Goiania, ABA, pp. 299-318.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2013), "O encontro mítico de Pereira Passos com a Pequena África: narrativas de passado e formas de habitar na Zona Portuária carioca". In: GUIMARÃES, Roberta Sampaio & GONÇALVES, José Reginaldo & BITAR, Nina (orgs.). *A alma das coisas: patrimônios, materialidade e ressonância*. Rio de Janeiro, Mauad x, pp. 47-78.

- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2014), *A utopia da Pequena África. Projetos urbanísticos, patrimônios e conflitos na Zona Portuária carioca*. Rio de Janeiro, FGV.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio. (2016), “Patrimônios e conflitos de um afoxé na reurbanização da região portuária carioca”. *Mana*, Rio de Janeiro, 22: 311-340, maio.
- GUIMARÃES, Roberta Sampaio & CASTRO, João Paulo Macedo. (2021), “Gouverner les ‘mémoires sensibles’: les réseaux de pouvoir à l’œuvre dans l’accès du Brésil à ‘La route de l’esclave’ et dans le classement du site archéologique du quai de Valongo à Rio de Janeiro”. *Brésil(s): Sciences Humaines Et Sociales*, Paris, 20: 1-17, nov.
- HANCHARD, Michael George. (2001), *Orfeu e o poder: o movimento Negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)*. Rio de Janeiro, EdUERJ.
- HARTOG, François. (2006), “Tempo e patrimônio”. *Varia Historia*, Belo Horizonte, 22 (36): 261-273, jul.
- HUYSSSEN, Andreas. (2000), *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano.
- IPHAN & PCRJ. (2016), “Sítio arqueológico Cais do Valongo. Proposta de Inscrição na Lista do Patrimônio Mundial”. http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossie_Cais_do_Valongo-versao_Portugues.pdf, consultado em 25/11/2018.
- LABHOI. (2013), “Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil”. <http://www.labhoi.uff.br/memoriadotrafico/>, consultado em 09/11/2022.
- LAVAL, Christian. (2018), *Foucault, Bourdieu et la question néolibérale*. Paris, La Découverte.
- LEDoux, Sébastien. (2016), *Le Devoir de mémoire. Une formule et son histoire*. Paris, CNRS.
- LIMA, Tânia Andrade *et al.* (2016), “Em busca do Cais do Valongo, Rio de Janeiro, século XIX”. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, 24 (1): 299-391, jan.
- LOGAN, William & REEVES, Keir (eds.). (2009), “Introduction: remembering places of pain and shame”. In: *Places of pain and shame: dealing with “difficult heritage”*. Londres, Routledge, pp.1-14.
- MACDONALD, Sharon. (2009), *Difficult heritage: negotiating the Nazi past in Nuremberg and beyond*. Londres, Routledge.
- MAIO, Marcos Chor. (1999), “O Projeto Unesco e a agenda das ciências sociais do Brasil dos anos 40 e 50”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, 14 (41): 141-158, out.
- ONU BRASIL. (2012), “Seminário Internacional Herança, Identidade, Educação e Cultura: Gestão dos Sítios Históricos Ligados ao Tráfico Negro e à Escravidão”. <https://nacoesunidas.org/unesco-e-fundacao-palmares-comemoram-resultados-do-seminario-internacional-sobre-memoria-da-escravidao/>, consultado em 07/05/2020.
- PACHECO, Bianca Teixeira Moret & SCHICCHI, Maria Cristina da Silva. (2022), “Porto Maravilha: entre a imagem e a memória”. *Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, 20.

- RIBEIRO, Claudio Oliveira. (2010), “*Adjustment changes: a política africana do Brasil no pós-guerra fria*”. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, 18 (35): 55-79, fevereiro.
- RIOS, Flávia. (2012), “O protesto negro no Brasil contemporâneo (1978-2010)”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, 85: 41-79, maio.
- SANTOS, Fernanda Barros dos. (2018), “Estado e movimentos sociais negros (1980-2010)”. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, 10 (25): 144-82, nov.
- SARTI, Cynthia. (2011), “A vítima como figura contemporânea”. *Caderno CRH*, Salvador, 24 (61): 51-61, abr.
- SARUE, Betina. (2016), “Os capitais urbanos do Porto Maravilha”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 35 (2): 79-97, jul.
- UNESCO. (1994), “Première Session du Comité Scientifique International du projet La Route de l’esclave”. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000098517_fre/PDF/098517freb.pdf.mult, consultado em 08/01/2020.
- UNESCO. (1997), “Projet La Route de l’esclave”. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114427_fre/PDF/114427freo.pdf.multi, consultado em 05/01/2020.
- UNESCO. (2003), “La Route de l’esclave”. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000146546_fre/PDF/146546fre.pdf.multi, consultado em 05/01/2020.
- WIERVORKA, Annette. (1998), *L'Ère du témoin*. Paris, Plon.

Resumo

A gestão empresarial das memórias sensíveis: Poderes, sentidos e práticas em torno do Cais do Valongo no Rio de Janeiro/RJ

Neste artigo, analisamos os feixes de poder que possibilitaram a inscrição do sítio arqueológico Cais do Valongo como patrimônio mundial. Através de documentos, trabalho de campo e literatura especializada, destacamos três cenários: a incorporação de ativistas dos movimentos negros à administração pública no final dos anos 1970, a legitimação internacional das agendas afro-brasileiras pelo projeto *A Rota do Escravo* da Unesco e o incremento à indústria turística durante a operação urbana *Porto Maravilha* no início do século XXI. Argumentamos que a territorialização das memórias da escravidão foi impulsionada por uma gestão empresarial das identidades culturais, em que métodos e procedimentos técnicos se impuseram como modelo de ação política. Desse modo, concluímos que o discurso da identidade afro-brasileira se integrou às novas dinâmicas de acumulação do capital e de mercantilização cultural, com os sentidos e práticas em torno do cais agregando as lógicas do dever de memória e da regulação concorrencial. Palavras-chave: Patrimônio cultural; Escravidão; Unesco; Porto Maravilha; Sítio arqueológico Cais do Valongo.

Abstract

Business management of sensitive memories: powers, meanings and practices around Cais do Valongo in Rio de Janeiro/RJ

In this article, we analyze the nets of power that allowed the inscription of the archaeological site Cais do Valongo as a World Heritage Site. Through documents, fieldwork, and specialized literature, we highlight three scenarios: the incorporation of black activists into public administration in the late 1970s, the international legitimacy of Afro-Brazilian agendas by Unesco's Slave Route project and the increase to the tourism industry during the urban operation Porto Maravilha at the beginning of the 21st century. We argue that the territorialization of the memories of slavery was driven by a business management of cultural identities, in which technical methods and procedures were imposed as a model of political action. In this way, we conclude that the Afro-Brazilian identity discourse was integrated into the new dynamics of capital accumulation and cultural commodification, with the meanings and practices around the wharf aggregating the logic of the duty of memory and competition regulation.

Keywords: Cultural heritage; Slavery; Unesco; Port Wonder; Archaeological site Cais do Valongo.

Texto recebido em 12/11/2022 e aprovado em 01/03/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.204420.

ROBERTA SAMPAIO GUIMARÃES é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia e do Departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ). E-mail: guimaraes.roberta45@gmail.com.

JOÃO PAULO MACEDO E CASTRO é professor associado da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (FCS/Unirio). E-mail: castro.jpm@gmail.com.



Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição¹

Oswaldo Truzzi*

<http://orcid.org/0000-0002-9046-5092>

Rogério da Palma**

<http://orcid.org/0000-0002-9848-1791>

Karl Monsma***

<http://orcid.org/0000-0001-9568-1774>

As duas décadas seguintes ao pós-abolição configuram-se como um momento chave para se observarem elementos que indicam a continuidade ou a ressignificação da subalternidade socioeconômica da população negra, um momento histórico em que lugares e hierarquias sociais construídos durante séculos se desmancham. As categorias senhor e escravo, essenciais para se entenderem as sociedades escravistas, deixavam de fazer sentido nessa nova realidade social. Seria errôneo encarar as sociedades pós-emancipação como uma ruptura radical. No entanto, também não é correto afirmar que a abolição foi apenas a formalização de uma situação que já estava resolvida. Isso porque ela não representou somente o fim de uma relação de propriedade, mas também a perda das referências fundamentais na constituição da identificação de escravos e senhores de terra. A extinção jurídica do binômio senhor/escravo, a partir do 13 de maio, comprometia vínculos pessoais e referências de autoridade, e não somente relações de trabalho. Não eram apenas os trabalhadores que os proprietários perdiam, mas igualmente suas próprias posições hierárquicas. Havia todo um “lugar social” construído desde o período colonial em torno

* Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

** Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Paranaíba, Brasil.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil.

1. Agradecemos o apoio da Fapesp (proc. 2015/20577-6) e do CNPq (proc. 308322/2018-5), que possibilitaram a realização da pesquisa geradora do presente artigo.

dessas duas categorias, que agora era desconstruído (Albuquerque, 2009, p. 113; Fraga Filho, 2006)².

Importa então investigar, de um ponto de vista teórico e empírico, como se expressou esse panorama político-social que fixou assimetrias de poder, que sistematicamente criou vantagens e desvantagens para os indivíduos, a depender do grupo racial no qual se inseriam. Em outras palavras, importa examinar em que medida, a despeito da abolição prescrever uma suposta igualdade cidadã, o racismo se cristalizou e passou a ser encarado como normal, natural, no seio das relações sociais.

Para tanto, o presente artigo se divide em três seções. A primeira discute os conceitos de raça, racismo, racismo estrutural e processos de racialização que irão produzir a subcidadania negra. Em seguida, analisam-se o contexto e as fontes a partir das quais serão ressaltadas dimensões empíricas da subalternidade negra. Por fim, apresentam-se e analisam-se propriamente tais dimensões que, vislumbradas em seu conjunto, compõem um cenário indicativo da subalternidade da população negra no pós-abolição, em um município característico da economia cafeeira do oeste paulista.

Dimensões teóricas da subalternidade negra

Na segunda metade século XX, estudos nas áreas da genética e da biomedicina demonstraram que todos os seres humanos fazem parte do mesmo grupo biológico. Sendo assim, diferenças psicológicas, morais e intelectuais, e até mesmo físicas, não podem derivar, de forma alguma, de diferenças propriamente raciais. Tais considerações, como era de se esperar, repercutiram nas Ciências Sociais, principalmente entre os estudiosos das formas de racismo. Enquanto alguns preferiram eliminar de vez o termo “raça” do vocabulário de suas análises sociais, outros optaram por manter a sua utilização, com a ressalva de estarem tratando, sempre, de uma “construção social”.

As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre sua transmissão de essências entre gerações [...]. Só nesse campo a ideia de raça faz sentido. O que são raças para a sociologia, portanto? São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc. [...] (Guimarães, 2003, p. 97).

2. Há vasta bibliografia que aborda a problemática do pós-abolição, tanto nacional como internacional. Além das duas obras citadas, mencionem-se Andrews (1998), Cunha e Gomes (2007), Garcia (1988, 2003), Mattos (2013), Monsma (2016), Palma e Truzzi (2018, 2021), Cooper *et al.* (2005) e Holt (1992), entre outras.

Se as raças não existem para a Biologia, ela existe e existiu no imaginário e na representação coletivos de diversas populações. Raça seria, cientificamente falando, uma construção social, carregada de ideologia e, por causa disso, um termo que oculta algo não proclamado: relações de poder (Munanga, 2005).

Se as raças não existem no plano objetivo, elas são, contudo, uma construção histórica que cria diferenças hierarquizantes³. Sua construção e reprodução remetem a uma luta simbólica e política pela classificação hierárquica dos grupos sociais. Pode-se afirmar, a partir disso, que o conceito de raça, ao se referir a relações de poder e à formatação de uma forma específica de desigualdade, ganha sentido, para os cientistas sociais, como estratégia para se pensar um fenômeno específico de subalternização social: o racismo⁴. Monsma (2017, p. 69), ao buscar extrapolar o alcance do conceito de racismo para além do paradigma colonial, o define como “a dominação sistemática de um grupo étnico por outro, acompanhada por representações e ideologias que essencializam e depreciam o povo subordinado, servindo para justificar a exploração ou exclusão material”.

Atualmente, as pesquisas sobre as relações raciais nas Ciências Humanas são bastante variadas, mas adotam uma perspectiva que desnaturaliza completamente a ideia de raça. “Raça é uma construção discursiva, um conceito classificatório importante na produção da diferença, um significante flutuante, deslizante, que significa diferentes coisas em diferentes épocas e lugares.” (Hall, 2015, p. 1). Ao se historicizar a ideia de raça, permite-se compreendê-la como um fenômeno que apresenta diferentes significados em diferentes contextos sociais. Sendo assim, o próprio racismo precisa ser conjugado no plural, pois adquire formas específicas, particulares e únicas, dependendo de como as representações acerca da ideia de raça são operacionalizadas. Apesar de mundial em suas manifestações, o racismo precisa, desse modo, ser visto de acordo com as especificidades históricas de cada sociedade.

Apesar dos diferentes significados assumidos em cada contexto histórico, é possível identificar uma constante na noção de raça: é associada à ideia de que a humanidade pode ser subdividida em diferentes grupos, que mantêm entre si uma relação de superioridade/inferioridade, sendo

3. “Racialização é o nome dado a este processo de construção social de raças [...], é o ‘termo usado para descrever processos sociais, culturais, econômicos e psicológicos que fazem raça importante e as formas que raça é usada como uma base para desigualdade e discriminação’, sendo que o principal produto do processo de racialização é a classificação de pessoas em categorias raciais e a criação de hierarquias entre estas categorias.” (Souza, 2017, p. 23).
4. Alguns autores são categóricos em afirmar que o racismo é o fenômeno responsável pela criação das “raças sociais” e não o contrário. “É o racismo e os processos de racialização que devem ocupar o centro da análise, não as ‘relações raciais’, termo que substancializa as ‘raças’” (Monsma, 2016, p. 53).

que cada um deles se distingue dos demais em razão de características inatas, compartilhadas entre seus membros. Trata-se de uma concepção que, em sua essência, diz respeito às relações de poder e necessidade de controle, sendo constantemente invocada para justificar práticas de dominação de um grupo sobre outro (Lima, 2019, p. 12).

Atualmente, um conceito bastante em voga é o de racismo estrutural, ou sistêmico (Bonilla-Silva, 1997; 2020). Esse termo surgiu para definir o racismo não como um comportamento individual, mas sim como um processo político que estrutura posições sociais. Dito de outra maneira, o racismo se configura, sempre, como uma relação social de poder que cria vantagens e desvantagens (não circunstanciais) no processo de competição pelos bens materiais e simbólicos de uma determinada sociedade. Ele só existe se há uma estrutura social capaz de criar grupos, sujeitos e subjetividades e organizá-los a partir de determinadas relações de poder.

A tese central é a de que o racismo é sempre estrutural, ou seja, de que ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade. Em suma, o que queremos explicitar é que o racismo é a manifestação normal de uma sociedade, e não um fenômeno patológico que expressa algum tipo de anormalidade. O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea [...]. As expressões do racismo no cotidiano, seja nas relações interpessoais, seja na dinâmica das instituições, são manifestações de algo mais profundo, que se desenvolve nas entranhas políticas e econômicas da sociedade (Almeida, 2019, pp. 20-21).

Diferentemente da discriminação racial (a qual pode ser definida como qualquer tratamento desigual a membros de um grupo racialmente identificado) e do preconceito racial (juízo baseado em estereótipos, que pode resultar em discriminação, contra membros de um grupo racialmente identificado), o racismo tem um caráter sistêmico.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019, p. 32).

Tal definição privilegia dois aspectos na análise do racismo: destaca a dimensão do poder presente nesse fenômeno (o racismo estrutural pode ser conceituado como uma tecnologia de exercício de poder), bem como o compreende para além das suas manifestações propriamente individuais. Dito em outras palavras, não é

no nível individual que conseguimos compreender o racismo. Mais do que produzido pelos indivíduos, suas relações de poder produzem indivíduos; constituem sujeitos. Os indivíduos precisam aprender a se comportar de maneira racista em instituições racistas. Estas últimas, por sua vez, só existem em sociedades racialmente estruturadas⁵.

Monsma, inspirado na teoria social de Pierre Bourdieu, pauta-se no conceito de “*habitus* racial”, para refletir sobre como os indivíduos internalizam e reproduzem o racismo das estruturas sociais.

Uma teoria do racismo não deve focar somente os sistemas ideológicos mais ou menos elaborados por intelectuais, como o racismo científico do final do século XIX e início do XX. Também precisa abordar a racialização das instituições sociais, por um lado, e a internalização do racismo como um aspecto do *habitus*, por outro. As instituições, como o Estado, a escola, a polícia, a igreja e a família, incorporam categorias raciais e tratam os integrantes dessas categorias de maneira diferenciada. O *habitus* racial consiste em: 1) categorias raciais de percepção e classificação dos outros e de si mesmo; 2) percepções, associadas às categorias raciais, de capacidades, tendências comportamentais e qualidade morais; 3) disposições corporais e emoções – de atração ou repulsão, confiança ou suspeita, segurança ou medo – a respeito das pessoas racialmente categorizadas; 4) esquemas de ação diferentes a respeito das pessoas de categorias “raciais” distintas. Internaliza-se o *habitus* racial pela experiência em um mundo social racializado (Monsma, 2016, p. 52).

Assim, o racismo é reproduzido a partir de toda uma complexa engrenagem social que o torna um elemento sistemático em determinadas sociedades, passando das instituições para o *habitus* dos indivíduos. Segundo esse autor, são cinco as principais dimensões de reprodução do racismo: instituições racializadas; redes sociais racializadas; representações e ideologias racializadas; rotinas de interação racializadas; e o *habitus* racial.

Também é correto afirmar que o racismo estrutural não pode ser considerado um fenômeno estático. Para perceber a sua temporalidade, é preciso recorrer a uma noção que leve em conta o caráter dinâmico e fragmentado das estruturas sociais.

5. Aqui reside a diferença entre *racismo estrutural* e *racismo institucional*. Instituições racistas só existem de maneira articulada em uma sociedade estruturalmente racista. “As instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um de seus componentes orgânicos. Dito de modo mais direto: as instituições são racistas porque a sociedade é racista. [...] O racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido” (Almeida, 2019, p. 47). Tanto os comportamentos individuais como os processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção.

Portanto, a fim de abordar os (des)caminhos da construção da liberdade negra como um fenômeno político, é preciso entendê-los como parte de um *processo social*.

Nesse sentido, não há como pensar a construção e a contestação da liberdade negra, no pós-abolição, sem levar em conta a remodelação do racismo estrutural após o fim da escravidão. A subalternização da cidadania negra passa pela subalternização social da população negra. Resumindo, somente é possível entender o processo de construção da (sub)cidadania negra constatando-se que ele se estabelece por meio de uma disputa (desigual, tensa e difusa), na qual há, por um lado, a tentativa de manutenção das hierarquias raciais como elemento estruturante da sociedade (o racismo) e, por outro lado, as lutas por afirmação da liberdade negra – liberdade encarada aqui não como abstração, mas como elemento chave na experiência histórica de populações que foram escravizadas.

No restante deste artigo, busca-se explorar múltiplas dimensões empíricas da subalternidade negra. Nosso foco não são os processos por meio dos quais ela foi historicamente produzida, mas sim seus resultados concretos, em um período chave que constitui o início do século XX, quando as hierarquias sociais já se encontravam razoavelmente estabilizadas, cerca de duas décadas após a abolição. Para tanto, lançaremos mão de fontes variadas, dentre as quais uma delas se destaca – um censo nominativo municipal –, que, por sua singularidade, reúne informações bastante sugestivas e instigantes no sentido de revelar aspectos pouco explorados pela historiografia e sociologia das relações raciais paulista⁶.

O contexto e a relevância da fonte

Em São Carlos, município localizado na região central do estado, a formação de uma população estabelecida iniciou-se ainda na primeira metade do século XIX, com as primeiras fazendas mantidas a braço escravo (Truzzi, 2007). O município apresenta uma singularidade significativa, pois a época de sua “fundação”, em 1857, situa-se entre datas que desafiavam, de um ponto de vista legal, o regime escravista: as leis Eusébio de Queiroz (1850, que buscava extinguir o tráfico negreiro) e Rio Branco (ou do Ventre Livre, de 1871).

Não obstante, a perspectiva de a região abrigar cada vez mais lavouras comerciais determinou que os escravos, mesmo a um custo maior, fossem trazidos de outras regiões. Em 1874, o município contava com cerca de 1600 escravos, número este que mais que duplicaria apenas doze anos depois. Somados eles aos pardos e pretos

6. Como referências de artigos que utilizaram pioneiramente o censo de 1907, consultar Truzzi e Bassanezi (2009) e Monsma (2010).

já à época libertos ou que nasceram livres, a população negra compunha um contingente de 5.950 indivíduos e representava o maior contingente étnico-racial do município, perfazendo 37% da população, composta ainda por brasileiros brancos (32%), caboclos (18%) e estrangeiros (13%) (vide adiante a tabela 2).

Uma aproximação razoável a respeito da origem da população negra pôde ser realizada por meio de registros paroquiais de casamento de escravos, forros e libertos, entre 1860 e 1888, ano da abolição.

TABELA 1
Origem dos cônjuges (escravos, forros e libertos), São Carlos, 1860-1888

REGIÃO	N	%
Bahia	295	35,5
Quadrilátero do açúcar	152	18,3
São Carlos	97	11,7
Estados do Norte e Nordeste (menos Bahia)	79	9,5
Minas Gerais	78	9,5
Municípios vizinhos a São Carlos	64	7,7
Africanos	43	5,2
Vale do Paraíba	22	2,6
TOTAL	830	100

Fonte: Cúria Diocesana, São Carlos, Livros de Registros de Casamentos, vários anos.

Tais fontes indicam uma população relativamente heterogênea quanto à origem, fruto do tráfico interprovincial de escravos, sendo diminuto o percentual de africanos que se casaram no período. Mais da metade dos negros proveio ou da Bahia ou de regiões mais antigas do estado de São Paulo, em particular do chamado “Quadrilátero do açúcar”, área poligonal de ocupação mais antiga, delimitada pelos municípios de Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiá.

Em 1884 a chegada da ferrovia representou um impulso decisivo à economia cafeeira da região, acompanhada do incremento da importação de famílias de colonos de origem europeia, sobretudo italiana. Esse aporte relativamente diversificado tornou-se evidente já no prelúdio do novo século. Em 1899, uma estatística agrícola organizada pelo Club da Lavoura local consignava um total de 15688 trabalhadores no meio rural, onde os italianos somavam dois terços de toda a força de trabalho, seguidos de longe por espanhóis (9%), brasileiros negros (8%), brasileiros brancos (7%), portugueses (6%) e imigrantes de outras nacionalidades (5%) (Truzzi, 2004).

Oito anos depois, um levantamento censitário realizado no município em 1907, que abrangeu a compilação de informações variadas⁷ referentes a 38.642 indivíduos que então o habitavam, confirmou o porte das alterações demográficas ocorridas entre 1886 e 1907.

TABELA 2
População segundo nacionalidade e cor (São Carlos, 1886 e 1907)

ANO	Brasileiros Branco	Estrangeiros Branco	Caboclos	Pardos	Mulatos	Pretos	Total
1886	5.209 (32,3%)	2.039 (12,7%)	2.906 (18,0%)	1.957 (12,2%)	-	3.993 (24,8%)	16.104 (100%)
1907	18.568 (48,1%)	15.258 (39,4%)	-	-	1001 (2,6%)	3.815 (9,9%)	38.642 (100%)

Fonte: São Paulo (1888); Recenseamento de 1907, São Carlos.

A população de São Carlos mais que duplicou no período, tendo sua composição racial fortemente alterada, graças, sobretudo, ao grande fluxo de imigrantes. Assim, mesmo que as categorias raciais não coincidam exatamente, em 1886, dos 16.104 indivíduos que habitavam o município, 37% foram arrolados como pretos ou pardos. Já em 1907, pretos e mulatos não ultrapassavam um oitavo da população do município⁸.

Em 1886, dos 5.950 indivíduos arrolados como pretos ou pardos, mais da metade (2.982) permanecia sob o jugo da escravidão, 1.277 foram indicados como *ingênuos*, filhos livres de mulher escrava (frutos da aplicação da Lei do Ventre Livre de 1871), enquanto os libertos ou já nascidos livres somavam 1.681 indivíduos. Sendo assim, apenas dois anos antes da abolição, uma estimativa conservadora do percentual de pretos ou pardos, ainda escravizados ou pelo menos nascidos em famílias escravas, rondava os 80% em São Carlos.

Com a chegada massiva de imigrantes estrangeiros, estes saltaram de 12,7% da população em 1886 (mais da metade já eram italianos), para 39,4% em 1907 (quase três quartos italianos)⁹. Além disso, a população branca foi também incrementada pelo fluxo de brasileiros brancos (cujo volume absoluto mais do que triplicou) que

7. A saber: nome, idade, sexo, estado civil, profissão, cor e nacionalidade. Também o censo recolheu duas informações binárias (sim / não) referentes a “ser ou não proprietário” e a “saber ou não ler” (Truzzi e Bassanezi, 2009).

8. Provavelmente os caboclos de 1886 foram subsumidos em 1907 seja como brancos ou mulatos, dependendo da cor e também da posição social de cada indivíduo. O mesmo deve ter ocorrido com a categoria pardo, um atributo que, em épocas próximas à abolição, serviu também para designar, em algumas áreas do país, a condição de livres (Mattos, 2013).

9. Se incluirmos os filhos de imigrantes que nasceram no Brasil, o número é muito maior.

acorreram ao município, atraídos pela prosperidade de suas lavouras. O resultado foi o decréscimo não apenas absoluto da população negra¹⁰, mas sobretudo relativo, de 37% da população total em 1886 para apenas 12,5% em 1907. Da população negra presente em 1907, mulatos somavam pouco mais de um quinto do total.

Busca-se aqui analisar e discutir as características de inserção social e econômica da população negra em São Carlos nessa época e daí derivar um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição. O Censo Municipal realizado neste município em 1907 constitui uma fonte primária relevante, que supre a ausência de levantamentos populacionais que trabalhem a variável cor no período em questão. De fato, o censo seguinte ao recenseamento geral realizado na província de São Paulo em 1886, foi feito nacionalmente em 1890, porém contou com inúmeras deficiências, reconhecidas pelo próprio prefaciador¹¹.

Ademais, como é sabido, durante o início do século XX, os censos nacionais de 1900 e 1920 não incluíram a variável cor em sua coleta de dados. Para piorar, tanto os censos nacionais de 1910 como o de 1930 não foram realizados por motivos de instabilidade política (Piza e Rosemberg, 1998-1999)¹². Em São Paulo, fez-se um censo estadual em 1934, mas que ainda não incluiu a variável cor. Assim sendo, há uma lacuna de mais de meio século entre o recenseamento estadual de 1886 e o censo nacional de 1940, o primeiro recenseamento confiável, na era republicana, no qual a variável cor foi considerada. Em face de tal apagão de dados censitários a respeito da composição racial da população, o referido censo de 1907, ainda que de abrangência municipal, assume um papel privilegiado na investigação da população negra no pós-abolição em áreas do oeste paulista onde se desenvolveu a economia cafeeira. Além de apresentar um censo absolutamente singular, São Carlos também abrigava números significativos, tanto de negros quanto de imigrantes, por estar na fronteira da expansão da economia do café na época da abolição.

Dimensões empíricas da subalternidade da população negra no pós-abolição

A partir dos dados fornecidos pelo Censo de 1907, quatro dimensões da subalternidade da população negra foram exploradas e analisadas: instrução (mediada pela

10. O número absoluto de negros mudou pouco. Certamente alguns foram embora depois de 1888, mas houve também crescimento vegetativo dessa população após a abolição, porque todos de repente ficaram livres para se casarem.

11. “[...] ao apresentar hoje a synopse do recenseamento de 1890, não aconselho aos que de seus algarismos se forem servir, que o façam, senão com todo critério, não devendo considerar a segunda [sic] operação censitária da República, mais que um segundo ensaio de recenseamento e quiça em condições inferiores ao primeiro [...]” (Bassanezi, 1998).

12. Ver também: “Censos demográficos”, *Memória IBGE*.

capacidade de leitura e frequência à escola), ocupações (tanto no meio rural quanto urbano, incluindo-se as de certo prestígio), distribuição espacial da população negra no tecido urbano e no meio rural e, por último, a composição racial das famílias. A tais variáveis foi acrescida uma, relativa à inserção social e política, desdobrada aqui na capacidade associativa e de interlocução do grupo com as elites, e na ocupação de cargos na política formal do município. Na medida do possível, tais variáveis foram cotejadas de modo comparativo com outros grupos sociais, especialmente de imigrantes e seus descendentes no município.

Instrução

No tocante à instrução, o censo de 1907 distingue entre os que sabiam e os que não sabiam ler. No total do município, considerando-se a população de no mínimo doze anos de idade (23.773 indivíduos), apenas 35% da população sabia ler. Havia, porém, diferenças bastante acentuadas entre os meios urbano e rural (nesse último, apenas 28% da população foi registrada como tendo capacidade de leitura; já no meio urbano, quase 60%) e entre homens e mulheres (43% dos homens e 27% das mulheres).

Para nossos fins, cruzando-se a capacidade de leitura com a variável cor e nacionalidade, observa-se que 39% dos brasileiros com no mínimo doze anos sabiam ler, sendo que, entre esses, o contingente mais prejudicado era justamente o de negros, em que apenas 14% dos indivíduos o faziam. Ao se discriminar pretos de mulatos, observam-se diferenças significativas, pois entre os primeiros a capacidade de leitura se limitava a 11% dos indivíduos, enquanto entre os últimos alcançava 25%.

Já entre os estrangeiros, espanhóis, portugueses e italianos exibiam taxas que variavam entre 30% e 32%, seguidos por turcos (43%) e alemães, esses últimos contando com 64% do grupo com capacidade de leitura.

No tocante à frequência à escola, configura-se um quadro que beira a total exclusão escolar da população negra. O próprio censo registra 95 estudantes, todos no meio urbano, sendo quarenta do sexo masculino e 55 do sexo feminino. Estas eram todas brancas, enquanto entre os quarenta estudantes masculinos, havia apenas dois mulatos¹³.

Infelizmente não há dados sobre a composição racial do alunado em nenhuma das doze instituições de ensino particulares estabelecidas na cidade desde 1887, mas é razoável se supor que o atendimento à população negra fosse inexistente ou pelo

13. Mesmo que incompleto, provavelmente arrolando apenas os indivíduos que se dedicavam integralmente aos estudos e deixando de fora, por exemplo, filhos de colonos que eventualmente frequentassem escolas rurais, ou outros na cidade que, além de estudarem, também trabalhassem no comércio ou em ofícios diversos, a contundência dos dados do censo não deixa de ser expressiva.

menos muito raro (Aragão, 2003). Já na esfera educacional pública, um almanaque publicado em 1905 menciona existirem no município quinze escolas mantidas pelos poderes públicos municipais e estaduais (Augusto, 2007, p. 47). Entretanto, somente em 1904 foram concluídas as obras do primeiro grupo escolar público da cidade (o segundo seria instalado apenas em 1919). A escassa frequência da população negra à escola pode ser atestada pelo exame dos livros de matrícula de 1907, que registram os nomes dos pais dos 177 alunos matriculados¹⁴. Tais nomes foram cruzados com as informações do censo de 1907, para se obterem a cor e a nacionalidade. Considerando-se todo o universo, havia apenas quatro alunos filhos de casais de cor preta, um aluno filho de um casal de mulatos e outro filho de um casal “misto”, no qual um dos pais era branco e o outro, preto.

Por contraste, é oportuno ainda notar que a volumosa comunidade italiana urbana, organizada em torno da Società Dante Alighieri desde 1902, inaugurou sua sede própria e edifício escolar em 1908, sob a presença de autoridades municipais, de representantes de associações italianas e de expressiva delegação vinda da capital, que incluía os industriais beneméritos Francesco Matarazzo e Egídio Pinotti Gamba, os professores Antonio Carini (então diretor do Instituto Pasteur) e Antonio Piccarolo (diretor do jornal *Avanti*). Ao longo de quase quatro décadas, essa escola marcou gerações de alunos que a frequentaram, mas é improvável, pelo seu próprio caráter preponderantemente étnico, que abrigasse negros, a não ser excepcionalmente, entre o corpo discente.

Por outro lado, pouco sabemos o que sucedia na área educacional no meio rural. Dentre os 66 professores arrolados pelo censo de 1907, três quartos deles (49) residiam no núcleo urbano principal, e nenhum nos bairros rurais onde a população negra era sobrerrepresentada. Mais uma vez não temos informações sobre a regularidade do funcionamento do ensino nessas fazendas e muito menos acerca da composição racial do corpo discente nas mesmas.

Ocupações

Em relação às ocupações, convém desde logo distinguir os meios rural e urbano. Em 1907, o censo registra que mais de três quartos da população do município habitavam o meio rural (Truzzi e Bassanezi, 2009). Adotou-se também aqui o universo de indivíduos com no mínimo doze anos de idade, embora fosse comum o emprego de crianças de menor idade nas lides rurais. Como era de se esperar, o grosso da população rural do município, cerca de dois terços, estava empregada sob

14. Os livros mencionados encontram-se na Unidade Especial de Informação e Memória da UFSCar.

o regime do colonato, os italianos compoendo cerca de 60% do contingente, seguidos por brasileiros brancos (15%), negros (10%), espanhóis (8%) e portugueses (6%). O quadro a seguir evidencia as ocupações rurais com mais de cinquenta indivíduos, por cor e nacionalidade.

TABELA 3

Ocupações Rurais com mais de 50 indivíduos, por cor e nacionalidade (São Carlos, 1907)*

	Brtot	Brbr	Brp	Brm	Ital	Port	Esp	Alem	Turq	Div	total
Colono	3.016	1.848	990	178	7.132	706	971	89	0	152	12.066
Lavrador	1.328	1.144	139	45	504	88	15	16	1	3	1.955
Camarada	819	326	383	110	330	99	40	10	1	11	1.310
Empregado	219	99	92	28	59	19	2	1	3	0	303
Administrador	165	155	8	2	34	6	6	0	0	1	212
Empreiteiro	89	64	19	6	43	29	0	2	1	0	164
Negociante	32	32	0	0	80	10	9	0	14	1	146
Carroceiro**	66	28	37	1	35	3	5	0	0	0	109
Ferrováriário***	32	30	0	2	6	16	7	1	0	2	64
Cozinheiro	45	8	26	11	10	1	0	0	0	1	57

* Brtot (total de brasileiros), Brbr (brasileiros brancos), Brp (brasileiros pretos), Brm (brasileiros mulatos), Ital (italianos), Port (portugueses), Esp (espanhóis), Alem (alemães), Turq (turcos), Div (diversos); **inclui carreiros; ***inclui empregados da Cia. Paulista, empregados de estação, empregados estrada de ferro, chefes de estação.

Fonte: Recenseamento 1907.

Entre os 3.016 brasileiros colonos, 990 eram pretos e 178 mulatos. “Chama atenção aqui a presença significativa de famílias de colonos negros (tanto pretos quanto mulatos), mais numerosos do que colonos portugueses ou espanhóis, ao arrepio do que normalmente é referido na literatura” (Truzzi e Bassanezi, 2009; Barbosa, 1943, p. 51), que ora atribui a tal grupo ocupações mais periféricas no latifúndio cafeeiro (como a de camaradas), ora indica o abandono das fazendas por ocasião da abolição da escravidão. Não obstante a não exclusão dos negros do regime do colonato (Monsma, 2010), é bastante significativa a presença da população negra entre camaradas. Também eram majoritários em ocupações menos qualificadas como as de empregado, carroceiro e cozinheira (a única das profissões elencadas na tabela na qual as mulheres predominavam, tanto para todos os grupos [81%], quanto para

TABELA 4

Ocupações Urbanas com mais de 50 indivíduos, por cor e nacionalidade (São Carlos, 1907)

PROFISSÃO	Brtot	Brbr	Brp	Brm	Ital	Port	Esp	Alem	Turq	Div	Total
Negociante	87	82	2	3	190	26	15	4	46	2	370
Camarada	169	57	101	11	120	51	18	1	0	7	366
Lavrador	237	194	30	13	38	35	21	2	0	2	335
Empregado	221	161	52	8	76	32	10	0	1	7	347
Costureira	125	110	11	4	45	10	3	4	0	2	189
Cozinheiro	145	31	105	9	18	0	0	2	0	2	167
Criado	93	40	50	3	25	4	3	1	0	4	130
Lavadeira	97	39	51	7	23	2	3	1	0	0	126
Ferroviário*	65	52	11	2	11	37	11	0	0	0	124
Carroceiro**	16	7	9	0	68	6	0	0	0	0	90
Sapateiro	18	18	0	0	57	0	0	0	0	3	78
Estudante	60	58	0	2	1	0	0	0	0	0	61
Alfaiate	19	18	0	1	38	1	0	0	0	0	58
Trabalhador	27	19	8	0	28	3	0	0	0	0	58

* Brtot (total de brasileiros), Brbr (brasileiros brancos), Brp (brasileiros pretos), Brm (brasileiros mulatos), Ital (italianos), Port (portugueses), Esp (espanhóis), Alem (alemães), Turq (turcos), Div (diversos); **inclui carreiros; ***inclui empregados da Cia. Paulista, empregados de estação, empregados estrada de ferro, chefes de estação.

Fonte: Recenseamento de 1907.

pretos e mulatos [84%])¹⁵. Em contrapartida, negros eram escassos, relativamente a brasileiros brancos e italianos, nas ocupações de administrador e lavrador, esta última uma categoria um tanto ambígua, mas que guarda uma forte correlação com a propriedade da terra (Truzzi e Bassanezi, 2009). Por fim, não havia um único negociante negro no meio rural.

15. Tanto no meio rural quanto no meio urbano, o cruzamento das variáveis gênero e profissão fica prejudicado para vários itens nos quais a ocupação do homem “contamina”, por assim dizer, a ocupação da esposa, como nos casos de lavrador, empreiteiro e construtor, com percentuais pouco críveis, ao redor de 40%, para as mulheres. Isso não ocorre na vasta categoria do colonato, regido por contratos familiares, ainda que vigesse certa divisão de trabalho por gênero nas unidades familiares (Matos, Truzzi e Conceição, 2018). A “contaminação” tampouco parece ocorrer no sentido inverso, da mulher para o homem.

TABELA 5
Ocupações com certo prestígio (21 anos ou mais), por cor e nacionalidade

GRUPOS	Brtot	Brbr	Brp	Brm	Ital	Port	Esp	Alem	Turq	Div	Total
Advogados/juiz	8	8	-	-	-	-	-	-	-	-	8
Médicos	9	9	-	-	1	-	-	-	-	-	10
Farmacêuticos	19	19	-	-	2	-	-	-	-	-	21
Engenheiros	1	1	-	-	-	-	-	3	-	-	4
Professores	17	17	-	-	6	2	-	-	-	2	27
Func. público	8	8	-	-	2	3	-	-	-	-	13
Chefes estação	13	13	-	-	1	1	-	-	-	-	15
Banqueiros	2	2	-	-	1	-	-	-	-	-	3
Industriais	2	1	1	-	11	2	2	1	-	1	19
Comerciantes	34	34	-	-	19	7	1	-	1	-	62
Negociantes	41	36	2	3	175	28	17	3	34	2	300
Administradores	95	90	3	2	16	5	4	-	-	-	120
Diretores	1	1	-	-	7	1	1	-	-	1	11
Feitores	7	5	1	1	3	11	-	-	-	-	21
Total	257	244	7	6	244	60	25	7	35	6	634

* Brtot (total de brasileiros), Brbr (brasileiros brancos), Brp (brasileiros pretos), Brm (brasileiros mulatos), Ital (italianos), Port (portugueses), Esp (espanhóis), Alem (alemães), Turq (turcos), Div (diversos); **inclui carreiros; ***inclui empregados da Cia. Paulista, empregados de estação, empregados estrada de ferro, chefes de estação.

Fonte: Recenseamento de 1907.

Em relação à propriedade da terra, os brasileiros brancos também se destacavam dos brasileiros negros. Das 313 propriedades rurais arroladas pela Estatística Agrícola referente ao ano agrícola 1904-1905, realizada pelo governo do estado, apenas nove puderam ser identificadas como pertencentes a negros (sete de proprietários de cor preta e duas pertencentes ao mesmo mulato) indicados no censo de 1907. Eram todas de porte pequeno, com áreas variando entre 1 e 50 alqueires paulistas, exceto uma de porte médio, com 236 alqueires. O valor delas também era modesto: cinco dessas propriedades eram avaliadas entre meio e três contos de réis, enquanto as outras quatro valiam entre quinze e trinta contos de réis. Para se ter uma ideia do

que isso significa em relação ao conjunto das propriedades rurais no município, elas representavam 3% do número, 0,8% da área e 0,3% do valor. Os italianos, embora na época ainda recém-chegados, já detinham 12% do número, 1,7% da área e 1,3% do valor das propriedades rurais em São Carlos (Truzzi, 2004, pp. 61-126).

No meio urbano, o padrão de subalternidade das ocupações da população negra se mantém, pois é patente que os negros são mais abundantes entre cozinheiros (cerca de 95% mulheres), lavadeiras (todas mulheres) e criados (mais de 80% mulheres), além de disputarem com os italianos a ocupação de camaradas residentes em área urbana.

Tal padrão é confirmado quando se analisa a tabela seguinte, que reúne categorias ocupacionais de certo prestígio no município. Observa-se a ausência de negros em várias categorias (nenhum advogado, juiz, médico, farmacêutico, engenheiro, professor, funcionário público, chefe de estação, banqueiro, comerciante ou diretor), ou a sua presença diminuta quando comparada a outros grupos sociais. Embora representassem 12,5% da população do município, os negros ocupavam apenas 2% (13, todos homens, em 634) das ocupações aqui cotadas como de certo prestígio.

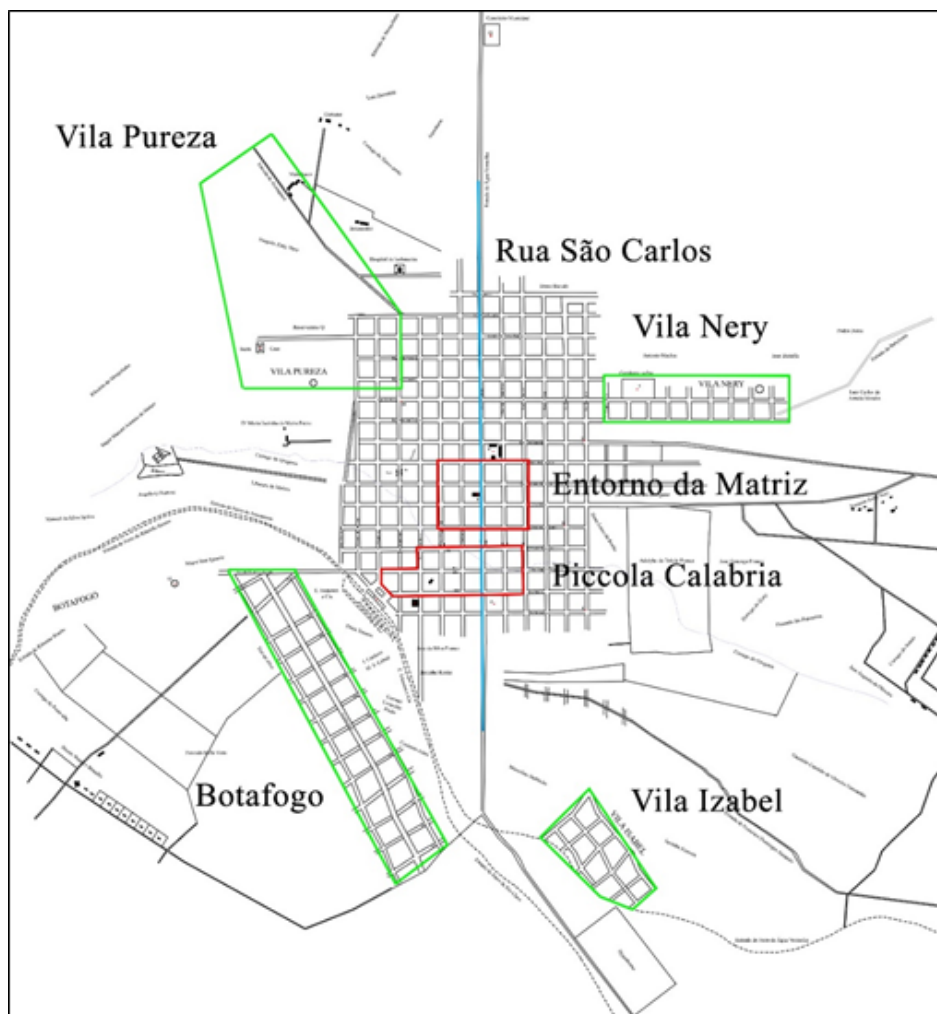
Distribuição no tecido urbano e no meio rural

Como o censo de 1907 distribuiu espacialmente a população urbana em uma zona central, quatro bairros periféricos e regiões de subúrbios, puderam-se ainda constatar os primórdios da marginalização dos negros no tecido urbano do município. Volante (2021) analisou a composição étnico-racial de áreas destacadas do tecido urbano: a então rua São Carlos (principal eixo viário da cidade), o entorno da matriz, a região conhecida como Piccola Calabria e os quatro bairros periféricos da cidade. Os negros (pretos e mulatos) encontravam-se muito mais concentrados em três destes quatro bairros exteriores ao núcleo urbano central: as vilas Pureza (47%), Isabel (42%) e Nery (30%), enquanto a média para o tecido urbano como um todo era de apenas 14% (mapa 1). Assim, ao se considerar a periferia urbana da época, composta pelos quatro bairros mais exteriores ao núcleo urbano central e mais a zona referenciada no censo como “subúrbios”, observa-se que a chance de um negro (preto ou mulato) habitar a periferia era quase o dobro daquela de um brasileiro branco ou de um estrangeiro (Truzzi e Bassanezi, 2009).

Não significa que não havia brancos na periferia, mas sim que os negros nessas áreas eram relativamente sobre-representados (com exceção do bairro do Botafogo). A maioria da população negra que aí residia executava atividades ligadas ao meio rural – na figura dos camaradas –, e outras consideradas menos qualificadas, como doceiros, cozinheiros e quitandeiros. Por outro lado, tampouco significa que não havia negros residindo em áreas urbanas mais centrais. Muitos deles residiam inclusive

MAPA 1

Núcleo urbano de São Carlos com regiões em destaque (cerca de 1908)



Fonte: Volante 2021, p. 106.

no núcleo mais central, em áreas no entorno da matriz, onde exerciam ocupações como as de cozinheiro, pedreiro, criado ou empregado, atestando um regime de evidente segmentação ocupacional¹⁶.

Já no meio rural como um todo, os negros representavam cerca de 12% da população. Mas havia também bairros rurais onde a população negra era muito mais numerosa, a par de outros onde era bem mais escassa. Exemplificando os extremos,

16. Para uma análise mais detalhada, por bairros na cidade, consultar Volante (2021).

TABELA 6

Distribuição da população da cidade de São Carlos por categorias raciais – 1907

LOCAL	Entorno da Matriz	Piccola Calabria	Rua São Carlos	Vila Pureza	Vila Izabel	Vila Nery	Botafogo	Total	
COR	Branços	1587 (22) (89)	1290 (18) (93)	750 (11) (92)	106 (1) (53)	95 (1) (58)	306 (4) (70)	3 (1) (98)	7345 (100) (86)
	Pretos	154 (15) (9)	72 (7) (5)	44 (4) (5)	89 (9) (45)	54 (5) (33)	108 (11) (24)	2 (0) (2)	1014 (100) (12)
	Mulatos	39 (17) (2)	19 (8) (1)	20 (9) (2)	4 (2) (2)	14 (6) (9)	24 (11) (6)	0 (0) (0)	225 (100) (3)
Total	1780 (21) (100)	1381 (16) (100)	814 (9) (100)	199 (2) (100)	163 (2) (100)	438 (5) (100)	95 (1) (100)	8584 (100) (100)	

Nota: Percentuais das linhas e colunas entre parênteses.

Fonte: Volante, 2021, p. 108

o bairro de Fortaleza, localizado na divisa com Araraquara, abrigava 26% de negros, ao passo que estes somavam apenas 3% e 7% nos bairros de Canchim e Colônia, respectivamente (Canchim e Colônia eram também os bairros onde havia menor percentual de brasileiros brancos). Significativamente, Fortaleza é o bairro rural com menor incidência de imigrantes (e de italianos), enquanto Canchim e Colônia representam os bairros rurais onde estes se encontram mais representados. Tais dados sugerem disputas no mercado de trabalho rural, com negros alinhados com brasileiros brancos (provavelmente pobres), de um lado, e imigrantes (italianos especialmente) de outro.

Composição racial familiar

O censo de São Carlos em 1907, ao registrar nominalmente cada indivíduo e sua cor, fornece muitas pistas sobre a constituição das famílias. A análise, contudo, não pode ser exaustiva, seja porque há indivíduos casados cujo cônjuge não se encontra sucessivamente listado no censo, seja pela ocorrência provável de uniões consensuais, nem sempre evidentes, e certamente mais comuns em estratos populacionais menos favorecidos. Mesmo assim, em um percorrer atento e minucioso às páginas manuscritas do censo, normalmente se podem perceber a estruturação dos núcleos familiares, sua composição e configuração racial. Neste sentido, em meio aos 38642 indivíduos arrolados no censo, foram identificados 6208 casais. As tabelas abaixo expõem a configuração racial desses casais.

TABELA 7
Composição racial dos casais identificados no censo. São Carlos, 1907

homens	Negros*	Branco	Total
mulheres			
Negras*	694 (96,0) (92,2)	29 (4,0) (0,5)	723 (100) (11,7)
Branca	59 (1,1) (7,8)	5426 (98,9) (99,5)	5485 (100) (88,3)
Total	753 (12,1) (100)	5455 (87,9) (100)	6208 (100) (100)

Nota: *Pretos(as) e mulatos(as) (percentuais das linhas e colunas entre parênteses).

Para exemplificar, tomemos o universo de casais brancos. Os dados devem ser lidos da seguinte forma: do total de 6208 casais, 5426 eram compostos por homem branco e mulher branca; 99,5% dos homens brancos tinham por cônjuge mulheres brancas, e 98,9% das mulheres brancas tinham por cônjuge homens brancos. Do mesmo modo, 694 casais eram formados por homens negros e mulheres negras; 92,2% dos homens negros esposavam mulheres negras, e 96% das mulheres negras esposavam homens negros.

Do ponto de vista da constituição racial das famílias, os dados configuram um alto grau de endogamia racial. De fato, menos de 8% do total de homens negros eram maridos de mulheres brancas, e apenas 4% das mulheres negras eram esposas de homens brancos.

Pode-se ainda desdobrar a população negra entre pretos(as) e mulatos(as), conforme indica a tabela seguinte.

TABELA 8
Composição racial dos casais identificados no censo, levando-se em conta a distinção entre pretos e mulatos. São Carlos, 1907

HOMENS	Pretos	Mulatos	Branco	Total
MULHERES				
Pretas	537	18	13 (2,3)	568
Mulatas	23	116	16 (10,3)	155
Branca	42 (7,0)	17 (11,3)	5426	5485
Total	602	151	5455	6208

Nota: percentuais das linhas e colunas entre parênteses.

Observam-se então diferenças até certo ponto significativas, pois enquanto apenas 7% dos homens pretos eram maridos de mulheres brancas, entre homens mulatos, mais de 11% o faziam. Do mesmo modo, enquanto apenas pouco mais de 2% das mulheres pretas eram esposas de homens brancos, entre mulheres mulatas, mais de 10% o faziam.

De qualquer modo, o que os dados evidenciam é um contexto de forte racialização na composição das famílias. Tais números lançam (mais) evidências empíricas para a contestação da chamada “ideologia da mestiçagem”, muito presente na formação da identidade nacional. A partir do início do século XX, a miscigenação, antes combatida, passou a ser elogiada e utilizada a serviço do progresso da nação. Pela primeira vez, difunde-se a ideia de que é possível o Brasil modernizar-se (mesmo) sendo um país mestiço, “destacando a herança negra e a mestiçagem no que elas poderiam aportar de positivo à nação” Truzzi, 2012, p. 521).

Ora, de acordo com as informações contidas no recenseamento de São Carlos, podemos perceber que a ideia de mestiçagem, além de historicamente ser em parte fruto da violência sexual contra as mulheres escravas, estava ligada à ideologia do branqueamento, que pregava a branquitude como modelo a ser alcançado. Isso explica, por exemplo, por que os(as) mulatos(as) apresentam números ligeiramente superiores aos de pretos(as), de exogamia interracial. Assim, é curioso que a mestiçagem crescente da população seja apresentada como prova de inexistência de racismo¹⁷, quando na verdade atesta a vigência de um sistema racializado no qual o indivíduo é ranqueado segundo a proximidade da cor de sua pele com o ideal branco.

Inserção social e política

Discriminados pelo restante da sociedade, também parece que os negros só lograram se organizar mais tardiamente, em 1928, quando fundaram uma associação (até hoje existente), cujo núcleo era composto por ferroviários detentores de um emprego digno¹⁸. Observe-se que tais aspectos contrastam em ampla medida com a situação de italianos que fundaram desde o século XIX pelo menos duas associações (uma delas logo passou a manter uma escola para seus filhos), que frequentavam ativamente as lojas maçônicas locais (Lotumulo e Tolentino, 2000), dispunham de profissionais com algum prestígio (como indicado na tabela 5) e ainda controlavam (excetuando-se os negócios diretamente relacionados ao café) o comércio, os ofícios

17. Assim como a afirmação comum de que “o dinheiro embranquece”.

18. O almanaque publicado em São Carlos em 1915 (p. 133) faz menção à associação Luís Gama, fundada em 1908 e presidida por um pedreiro, que justamente residia nos arrabaldes da cidade. Contudo, não se conseguiu apurar mais nada sobre tal sodalício.

artesanais e várias indústrias da cidade, mantendo certa interlocução ativa com as elites oligárquicas que dominavam política e economicamente o município. Nada disso acontecia com os negros. Pode-se conjecturar que isso se deve à heterogeneidade da população negra, como já apontamos inicialmente, mas os italianos também eram heterogêneos, regionalmente falando; só que eram brancos (Truzzi, 2015, pp. 34-35).

Por fim, uma curta, mas sugestiva, menção à representação formal de negros na política local: é incrível que o primeiro negro (na verdade, mulato) a pisar a Câmara como vereador só o fez na década de 1980, e mesmo assim não assumindo plenamente a condição de ser negro.

Considerações finais

O conjunto de evidências empíricas acima apresentadas indicam processos cumulativos que, juntos, corroboraram, menos de duas décadas após a abolição, a inferiorização dos negros na sociedade. A combinação de tais evidências acarretou o efeito de reiterar e produzir subalternidade social. Tais resultados sugerem um padrão estrutural de subalternização entre a população negra no oeste paulista no pós-abolição, manifesto em diversas dimensões sociais, como o acesso à instrução praticamente nulo, o perfil ocupacional mais desqualificado, a distribuição espacial mais periférica no tecido urbano, a composição familiar racialmente endógena e a tardia e até hoje incompleta inserção social e política. A interligação dessas condições acabou por arquitetar um “lugar social” de subalternidade para aqueles que não se enquadravam nos preceitos da branquitude.

O que é o racismo estrutural senão a inserção de indivíduos e famílias em uma estrutura social racializada, na qual em todos os espaços de poder os negros ocupam uma condição subalterna? Sendo assim, podemos pensar a desigualdade racial como um fenômeno articulado e reproduzido em diversos campos da vida social, que se reforçam mutuamente. Enquanto processo político historicamente herdado e reinventado, o racismo estrutural é uma assimetria social predominante em diversos espaços e instituições, a qual acaba por racializar as classes sociais. É o que demonstram as condições gerais da população negra em um município representativo da economia cafeeira paulista no pós-abolição em uma época de “apagão censitário” na qual muito poucos dados acerca da população negra se encontram disponíveis.

Raça, classe social, *status* e gênero constituem categorias que se conjugam até hoje, sendo impossível compreender as consequências de um desses eixos de desigualdade e dominação sem levar em conta o outro. Aqui seguimos a literatura interseccional (Piscitelli, 2008) – até hoje concentrada principalmente na análise da situação de mulheres de grupos raciais ou étnicos subalternos, mas que merece aplicação mais

ampla –, que salienta os ganhos analíticos possibilitados ao focar as combinações de categorias que correspondem à experiência e às identidades dos grupos humanos, bem como as relações entre os grupos assim definidos e suas continuidades e mudanças ao longo do tempo.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, Wlamyra. (2009), *O jogo da dissimulação. Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras.
- ALMEIDA, Silvio L. (2019), *Racismo estrutural*. São Paulo, Pólen.
- ANDREWS, George R. (1998), *Negros e brancos em São Paulo*. Bauru, Edusc.
- ARAGÃO, E. (2003), “Raça, nação, classe e a educação para o trabalho: a marginalização do trabalhador nacional livre na primeira industrialização em São Paulo (1880-1920)”. *Pro-Posições*, 14 (2): 147-175.
- AUGUSTO, Joaquim (ed.). (2007), *Almanáque de S. Carlos 1905*. São Carlos: EduFSCar e Imesp.
- BARBOSA, C. (1943), *Glossário do trabalho agrícola e profissões São Paulo*. São Paulo, Secr. Agric., Ind. e Com. do Estado.
- BASSANEZI, Maria S. (1998), *São Paulo do passado. Dados demográficos, 1890*. Campinas, Nepo/Unicamp. Disponível em <https://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/censos/1890.pdf>; consultado em 11/8/2021.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. (2020), *Racismo sem racistas*. São Paulo, Perspectiva.
- BONILLA-SILVA, Eduardo. (1997), “Rethinking racism: Toward a structural interpretation”. *American Sociological Review*, 62 (3), pp. 465-480, jun.
- “CENSOS DEMOGRÁFICOS”. *Memória IBGE*, <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>, consultado em 9/8/2021.
- COOPER, Frederick *et al.* (2005), *Além da escravidão: investigação sobre raça, trabalho e cidadania*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- CUNHA, Olívia & GOMES, Flávio. (2007), *Quase-cidadão. Histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da FGV.
- FRAGA FILHO, Walter. (2006), *Encruzilhadas da liberdade. História de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, Ed. Unicamp.
- GARCIA, Afrânio. (2003), “A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro”. *Sociologias*, 10.
- GARCIA, Afrânio. (1988), “Libertos e sujeitos: sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 3 (7): 6-41.
- GUIMARÃES, Antonio S. (2003), “Como trabalhar com raça em Sociologia”. *Educação & Pesquisa*, S. Paulo, 29 (1): 93- 107, jan./jun.

- HALL, Stuart. (2015), “Raça, o Significante Flutuante”. *Z Cultural*, ano VIII, n. 2.
- HOLT, Thomas. (1992), *The problem of freedom. Race, labor, and politics in Jamaica and Britain, 1832-1938*. Baltimore, Johns Hopkins UP.
- LIMA, Emanuel F. (2019), “Racismo no plural: ensaio sobre o conceito de racismos”. In: LIMA, Emanuel F.; SANTOS, Fernanda; NAKASHIMA, Henry & TEDESCHI, Losandro. *Ensaio sobre racismos*. São Paulo, Balão.
- LOTUMULO JR., J. & TOLENTINO, Mario. (2000), *O centenário de um ideal: a história da Loja Maçônica ‘Eterno Segredo’*. Piracicaba, C. N. Ed.
- MATOS, Maria I. *et al.* (2018), “Mulheres imigrantes: presença e ocultamento (interiores de São Paulo, 1880-1930)”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 35 (3).
- MATTOS, Hebe. (2013), *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, Século XIX)*. 3. ed. Campinas, Ed. Unicamp.
- MONSMA, KARL. (2016), *A reprodução do racismo. Fazendeiros, negros e imigrantes no oeste paulista (1880-1914)*. São Carlos: EdUFScar.
- MONSMA, KARL. (2017), “Como pensar o racismo: o paradigma colonial e a abordagem da sociologia histórica”. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, 48: 53-82.
- MONSMA, KARL. (2010), “Vantagens de imigrantes e desvantagens de negros: emprego, propriedade, estrutura familiar e alfabetização depois da abolição no oeste paulista”. *Dados*, 53 (3): 509-543.
- MUNANGA, Kabengele. (2004), “Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia”. In: *Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira*, [s.l.], [s.n.].
- PALMA, Rogerio da. (2021), *Racismo e liberdade. Relações interracialis e a construção da (sub) cidadania negra*. São Paulo, Alameda Editorial.
- PALMA, Rogerio da (2021). “Subalternização e dependência”. *Estudos de Sociologia*, 25: 423-443.
- PALMA, Rogerio da & TRUZZI, Oswaldo. (2018), “A dependência reconstruída: a trajetória do escravo Felício no Oeste Paulista (1847-1920)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 34 (99): 1-20.
- PISCITELLI, Adriana. (2008), “Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras”. *Sociedade e Cultura*, Goiânia, 11 (2).
- PIZA, Edith & ROSEMBERG, Fulvia. (1998), “Cor nos censos brasileiros”. *Revista USP*, 40.
- SOUZA, Eloísio M. (2017), “Processos de racialização: inteligibilidade, hibridade e identidade racial em evidência”. *Economia e Gestão*, Belo Horizonte, 17 (48): 23-42, set./dez.
- TRUZZI, Oswaldo. (2012), “Assimilação resignificada: Novas interpretações de um velho conceito”. *Dados*, 55 (2): 517-553.
- TRUZZI, Oswaldo (2007). *Café e indústria: São Carlos (1850-1950)*. 3. ed. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; São Carlos, EdUFScar.
- TRUZZI, Oswaldo (2004). *Fontes estatístico-nominativas da propriedade rural em São Carlos, 1873-1940*. São Carlos, EdUFScar.

- TRUZZI, Oswaldo (2015). *Italianidade no interior paulista: percursos e descaminhos de uma identidade étnica (1880-1950)*. São Paulo: Editora Unesp.
- TRUZZI, Oswaldo & BASSANEZI, Maria S. (2009). "População, grupos étnico-raciais e economia cafeeira". *Revista Brasileira de Estudos de População*, 26: 197-218.
- VOLANTE, João P. (2021), *Processos pioneiros de diferenciação socioespacial urbana no oeste paulista: o caso de São Carlos (1880-1914)*. São Carlos, dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, PPGS-UFSCar.

Resumo

Em busca de um padrão de subalternidade de populações negras no oeste paulista no pós-abolição
As duas décadas seguintes ao pós-abolição configuram-se como um momento chave para se observarem elementos que indicam a continuidade ou a ressignificação da subalternidade socioeconômica da população negra. Após discutir os conceitos de raça, racismo, racismo estrutural e processos de racialização que irão produzir a subcidadania negra, o presente artigo busca ressaltar, a partir de um escopo variado de fontes, dimensões empíricas da subalternidade negra com base no estudo aprofundado de um município característico da economia cafeeira do oeste paulista. Palavras-chave: População negra; Subalternidade negra; Racismo; Oeste paulista; Pós-abolição; Economia cafeeira

Abstract

Searching for a pattern of subordination of black populations in Western São Paulo in the post-abolition period
The two decades following post-abolition represent a key moment to observe continuities or re-significations of the socioeconomic subalternity of the Black population. By discussing the concepts of race, racism, structural racism and racialization processes that will produce Black sub-citizenship, this article seeks to highlight, from a varied scope of sources, empirical dimensions of Black subalternity based on the in-depth study of a characteristic city of the western São Paulo coffee economy. Keywords: Black population; Black subalternity; Racism; Western São Paulo; Post-abolition; Coffee economy.

Texto recebido em 28/10/2022 e aprovado em 11/05/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.203882.

OSWALDO MÁRIO SERRA TRUZZI é professor titular sênior da Universidade Federal de São Carlos, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Possui doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1993), mestrado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas – SP (1985), curso de especialização em Gestão Pública na HEC, École des Hautes Études Commerciales (1983) e curso de graduação em Engenharia de Produção pela Universidade de São Paulo (1979). Foi *visiting scholar*, como bolsista Fulbright, na Universidade de Chicago (1992), onde realizou estágios de pós-doutorado (1996, 2000 e 2006), assim como na Universidad Nacional de San Martín (2022). Trabalhou como pesquisador do Idesp entre os anos de 1990 e 2002 e coordenou, entre 1998 e 2000, e entre 2007 e 2009, o Grupo de Trabalho Migrações Internacionais da ANPOCS. É pesquisador do CNPq e membro da Coordenação de Área de Ciências Humanas e Sociais (CHS I) da Fapesp. E-mail: truzzi@ufscar.br.

ROGERIO DA PALMA é professor adjunto da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (unidade Paranaíba). Graduiu-se em Ciências Sociais (2007) pela Universidade Federal de São Carlos. Possui mestrado (2010) e doutorado (2014) em Sociologia pela mesma instituição. Com uma bolsa de doutorado sanduíche ofertada pela Capes, foi *visiting scholar* na University of Michigan (EUA) durante o ano de 2013. Desde 2015, leciona e orienta pesquisas nos cursos de Ciências Sociais e no ProfHistória. Atualmente, coordena o curso de Licenciatura em Ciências Sociais, modalidade EAD, da UEMS. E-mail: rpalma@uems.br.

KARL MARTIN MONSMA é professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Possui graduação em Sociologia – University of California Santa Cruz (1981), mestrado e doutorado em Sociologia – University of Michigan – Ann Arbor (1985 e 1992). Fez pós-doutorado em Sociologia na USP (1996), em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ (2004) e em Sociologia no Hamburger Institut für Sozialforschung, Alemanha (2017-2018). Já foi professor de Sociologia na Northwestern University, EUA, (1992-1997), professor adjunto de Sociologia na Universidade Federal de São Carlos (1997-2005) e professor titular de História e Sociologia na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (2005-2010). Também foi professor visitante na USP, na UFRGS, na UFPel, na Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires e na Universidade Pública de Cabo Verde. É pesquisador do CNPq. E-mail: karlmonsma@hotmail.com.



Adeus ao fim da história

Uma análise crítica da crise da democracia

Dmitri Cerboncini Fernandes*

<https://orcid.org/0000-0002-4584-8625>

Mariana Cardozo Batista de Oliveira**

<https://orcid.org/0000-0002-6269-0348>

Introdução: Para uma crítica crítica das críticas da crise da democracia

Se há um espectro que na atualidade ronda a Europa – e o resto do mundo globalizado, por conseguinte –, é o espectro da crise. Farta bibliografia lançada nos últimos cinco anos comprova o temor de um novo final dos tempos. E muitas dessas publicações se vertem sobre uma crise em específico: a do sistema racional-ocidental de governança denominado de democracia liberal. Os alertas sugerem a exaustão desta que foi hipostasiada como forma única e final de organização política, social e representativa após a queda da União Soviética (Kurz, 2009, p. 5), e que se encontra em operação contínua na maior parte do globo desde o término da Segunda Guerra Mundial¹. Não por menos: o mito da modernização capitalista sem fim (Kurz, 1993), modernização esta dotada de progressos econômico, social, político e cultural, do qual a democracia é rebento e guia, ao mesmo tempo, deu à mostra seus limites, levando-nos a presenciar o recrudescimento inaudito do extremismo, da intolerância, da violência, da miséria, do preconceito, da desigualdade, do morticínio, da guerra, da acelerada destruição da natureza e do meio ambiente, em suma, da ruptura de

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

** Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, Brasil.

1. O cientista político norte-americano Francis Fukuyama chegou a dizer que teríamos atingido o fim da História, isto é, que a democracia liberal seria a forma acabada e última da vida humana em sociedade. Ver Fukuyama (1989).

quase todos os pactos e laços sociais que tornariam, em tese, a própria vida democrática – e a vida em si – possível². Ironia do destino, enseja-se aos outrora acusados de alarmistas ou apocalípticos serem recuperados neste instante, e justamente pela sensatez tardia de seus escritos.

Como Marx bem nos ensinou, no entanto, raios não costumam irromper em céu de brigadeiro, assim como crises, no mundo social, não soem vir à luz de uma hora a outra, sem qualquer razão que a anteceda. Nesse sentido, é inegável que o longamente gestado *crash* financeiro de 2008 – momento da bancarrota do capitalismo de cassino (Kurz, 2015) – figure antes no rol de punção da crosta do que de fato inopinado. A generalização do desalento e do desespero foi das periferias mais recônditas, ou seja, dos lugares em que desde sempre tiveram residência fixa, ao coração do capitalismo, o que, de início, deu voz a atores até então adormecidos, à esquerda e à direita, a depender do contexto. Tais movimentos, provenientes da quebra da “normalidade institucional”, encheram os olhos de alguns. Quantos não foram os que viram o esgotamento do capitalismo em sua forma neoliberal dando boas-vindas a organizações jovens, horizontais e espontâneas, fomentadas ineditamente no meio digital e que viriam a dar novo sopro à combalida democracia da partidocracia, (Castells, 2018, p. 73) – versão que no Brasil se expressa pelo engessamento do emedebismo (Nobre, 2022). Brotados à margem das velhas estruturas, respostas atuais às crises atuais; assim foram encarados em um primeiro momento o *Occupy Wall Street* (Negri e Hardt, 2016), os rebentos da precarização do emprego mundial, o precariado (Standing, 2013), a Primavera Árabe (Negri e Hardt, 2011; Wallerstein, 2011; Castells, 2013), os Indignados espanhóis (Castells, 2013) ou, no caso brasileiro, as chamadas Jornadas de Junho de 2013 (Bringel, 2013; Singer, 2013), entre outros.

No entanto, a flor de lótus brotada do lodo capitalista murcho, e a Besta do Apocalipse, montada por Trump, Bolsonaro, Orban, Duterte, Le Pen, Meloni, Modi, Morawiecki e companhia, chegou a galope. Desconcertados, acadêmicos lançavam-se à compreensão do que sucedia lançando mão do que tinham à disposição. Foi assim que tais figuras e suas maltas receberam as alcunhas de nova direita, autoritários, populistas, neofascistas, democratas iliberais etc. e, neste ponto, em meados de 2018, começam a pulular os livros, coletâneas e artigos mencionados sobre a possível crise terminal da democracia e a ameaça de sua desintegração³. Tal enguiço das instituições

2. Existem infíndos dados que apontam nessa direção, e provenientes de estudos financiados por instituições “insuspeitas” nesse sentido, como Banco Mundial, Crédit Suisse, FMI etc. Ver Marques (2019).

3. Brown sublinha a dificuldade apresentada pelos acadêmicos para apreender o fenômeno: “Nós temos dificuldade até mesmo com a nomenclatura: trata-se de autoritarismo, fascismo, populismo, democracia não liberal, liberalismo antidemocrático, plutocracia de extrema direita? Ou outra coisa?” (Brown, 2019, p. 10).

democráticas foi doravante enquadrado por diversos estudiosos, compondo um *continuum* de correntes⁴. Encontram-se diagnósticos e soluções envoltos em capas que vão desde o típico liberalismo institucionalista anglo-saxão (Levitsky e Ziblatt, 2018; Mounk, 2019; Runciman, 2018), em estudos sociológicos fincados na perspectiva institucionalista de viés social-democrata, tanto europeia quanto norte-americana (Castells, 2018; Przeworski, 2020), até algo próximo ao que (auto)definem como teoria crítica, marxismo, neomarxismo ou foucaultianismo (Brown, 2019; Streeck, 2018; Nobre, 2022).

A despeito dessa pletora de possibilidades, existe uma tendência unificante: a pressuposição de que o regime democrático e suas instituições em crise – sejam elas quais forem – devam ser compreendidos em separado do sistema totalizante que dirige nossas vidas, quer dizer, do capitalismo. Fatores sociais e histórico-econômicos atinentes à modernização capitalista figuram nessas obras, no máximo, como variáveis causais justapostas e episódicas a serem contabilizadas no jogo político, conformando uma espécie de mosaico analítico que se movimenta em um circuito fechado. Esses fatores, considerados de antemão heterônomos à esfera política, podem, segundo tais estudos, apenas “interferir” na endogeneidade de seu funcionamento, jamais a integrando de modo imanente.

Desse modo, parte dos teóricos supra, que ainda operam com o conceito de capitalismo, se fia mormente na crítica ao que denominam de neoliberalismo⁵. Esse capitalismo politicamente “mau”, proveniente de fins dos anos 1970 supostamente por arbítrio dos governos Ronald Reagan e Margareth Thatcher (Dardot e Laval, 2016; Brown, 2019) – traição de rentistas contraposta ao “bom” capitalismo social-democrata do pós-Segunda Guerra, conforme defende abertamente Streeck (2018, p. 17) –, teria dado à luz crises estruturais que estariam na base do que vivenciamos na democracia atual (Przeworski, 2020, p. 14). São elencados como resultantes dessa dinâmica o engessamento do raio de ação da esquerda (Nobre, 2022, p. 28; Brown, 2019; Streeck, 2018), a capitalização à extrema-direita do ressentimento de partes desclassificadas da população (Brown, 2019, p. 14; Hochschild, 2016), o aumento da desigualdade (Castells, 2018, p. 13; Przeworski, 2020, p. 14) e a imposição de

4. As produções foram selecionadas no intento de representarem a variedade de filiações teóricas, sobretudo de livros, ou seja, de obras mais densas que tratem basicamente da crise da democracia liberal. Temos ciência de que com essa seleção não esgotamos nem o assunto nem a crítica àqueles que se ocuparam dele.

5. Uma definição que pode se ajustar à maioria das teorizações mobilizadas é a de Brown: “O neoliberalismo é mais comumente associado a um conjunto de políticas que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigáveis para investidores estrangeiros” (Brown, 2019, pp. 28-29).

uma mentalidade geral individualista e predatória, que rapta a vida política de nossos dias (Brown, 2019; Dardot e Laval, 2016).

Já a outra parte dos estudiosos faz recair a ênfase analítica na questão da falta de legitimidade da representação política da atualidade e em seus correspondentes valores ideais corrompidos, subvertidos ou esquecidos. Mounk (2019) e Levitsky e Ziblatt (2018), por exemplo, preconizam que, se a democracia fenece, significa que a sanha de líderes astutos, clientelistas, corruptos e mal-intencionados (Mounk, 2019, p. 8; Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 17), a ausência de composições propositivas e pactos suprapartidários (Mounk, 2019, p. 9; Levitsky e Ziblatt, 2018, p. 246) ou um povo despreparado para conviver com regras objetivas e consuetudinárias foram fatores que a deixaram à míngua. Caberia encontrar um ponto de equilíbrio entre uma representatividade de demandas populares que não degenerasse em populismo, bem como uma filtragem institucional liberal que não se tornasse elitismo (Mounk, 2019, p. 27). Ao contrário dos estudos assinalados acima, que enquadram o capitalismo como ente estritamente político, mas que ao menos o levam em consideração, aqui se trata de conceito ausente das teorizações, como se entendido tal qual pano de fundo natural de nossas vidas.

As gradações sublinhadas entre tais estudos, no entanto, quando vistas mais de perto se esfrelam, na medida em que se referem tão somente à seleção, ao arranjo e à disposição de elementos episódicos e aleatórios que possam ser causais à identificada crise. Há um intercâmbio entre variáveis fortuitas que figuram como relevantes na explicação causal teórica, mas nada para além de combinações mais ou menos idealistas, mais ou menos materialistas e muitas vezes vistas como que “brotadas” feito cogumelos a “influenciar” o âmbito político-democrático. Aqui operaria o princípio analítico norteador que Horkheimer caracterizou como o caro à teoria tradicional nos idos da década de 1930:

[...] Este estabelecer a relação entre a mera percepção ou constatação do fato concreto e a ordem conceitual do nosso saber chama-se explicação teórica. Pressupondo-se as circunstâncias a, b, c, d, deve-se esperar a ocorrência q; desaparecendo p, espera-se a ocorrência r, advindo g, então espera-se a ocorrência s [...]. É o modo de existência da teoria em sentido tradicional. [...] Ainda que para o próprio cientista só os motivos imanentes sejam válidos como determinantes (Horkheimer, 1983, pp. 120-122).

As vias analíticas disponíveis, por mais variegadas que aparentem ser, operam por meio da mesma separação *a priori* entre o que é visto como proveniente de âmbitos distintos da esfera política, aqueles provenientes da própria política, e suas conjunções resultantes. Requerem, por conseguinte, a explicação dessa esfera tão somente

por meio da subsunção da economia, da história, da sociabilidade capitalista e de seus movimentos fetichizados ao reino da política emancipada. No entanto, esse movimento metodológico não configura novidade; tal maneira de as ciências sociais encararem o mundo era asseverada explicitamente já há mais de quarenta anos por Jürgen Habermas, em sua Teoria da Ação Comunicativa⁶. A asserção que conferia a prerrogativa de dissociar para analisar – o “cartesianismo” subjacente a todas essas correntes teóricas – pressupõe a separação essencial entre capitalismo e democracia, ou seja, a separação analítica da esfera da economia e a da política, como se se tratasse de fenômenos de naturezas distintas e conflituosas, apenas.

Entre capitalismo e democracia há uma tensão indissolúvel; com eles competem pela prioridade, sobretudo, dois princípios opostos de integração social [...]. Os dois imperativos se confrontam mormente na esfera pública política (Habermas, 1988, p. 507)⁷.

O mesmo Habermas iria ainda mais longe, chancelando não só o movimento dissociativo antevisto, isto é, o da separação essencial entre, em última instância, as esferas política e econômica, mas ainda o isolamento de fatores visando ao escrutínio de uma única esfera. Em texto diverso, ao criticar a pretensão de erigir uma abordagem totalizante à modernidade e suas instituições, Habermas hipostasia teoricamente a dissociação, conferindo a dignidade da modernidade na diferenciação das esferas de valor resultante do processo de racionalização: “A dignidade própria da modernidade cultural consiste naquilo que Max Weber denominou a diferenciação específica das esferas de valor” (Habermas, 2002, p. 161). Sem a pretensão de entrarmos nas minúcias dos argumentos de Habermas, no entanto, o que foge ao objetivo deste artigo, cumpre ressaltar possíveis antecedentes dos tipos de análise em pauta, que compreendem a quase totalidade dos estudos disponíveis sobre a crise, conforme exposto⁸.

Por outro lado, existe um veio nas ciências sociais que toma como ponto de partida a identidade basal entre o capitalismo e suas instituições, dentre as quais o Estado, a economia e a política em seus fundamentos. Tal tradição finca origem na crítica marxista à relação problemática instaurada no interstício entre a emancipação política

6. O estatuto da obra de Habermas perante seus antecessores da Teoria Crítica, dentre eles o citado como antípoda Max Horkheimer, é problemático e envolve inúmeras discussões. Ao passo que existem aqueles que o consideram herdeiro do legado da Teoria Crítica, como Wiggershaus (2001) e Durand-Gasselin (2012), há outros que contestam essa herança, como Neumann (2008) e Rodier (2022).

7. Tradução dos autores.

8. Outros autores de referência, provenientes de escolas completamente distintas da de Habermas, como Robert Dahl, por exemplo, defendem um ponto de vista teórico muito próximo ao antes apresentado, demonstrando a ubiquidade de tal pressuposto das análises formais nas ciências sociais que envolvam a relação problemática entre democracia e capitalismo. Ver Dahl (2001).

do Estado e a sociedade civil burguesa, e se desenvolveu ao longo do século XX em meio a estudos que não deixaram de lado a atenção a diversos níveis de dissociação. Para além de apreensões conjunturais e parciais que os tentassem elucidar, uma razão ínsita deveria ser recuperada, movimentando a combinação da compreensão das partes em meio a um todo dialeticamente integrado. A relação da democracia e do capitalismo não envolveria, em suma, nem “dois princípios opostos de integração social”, como queria o reformista Habermas (2002), nem “princípios antitéticos”, como imaginava a autora marxista Ellen Wood (2003, p. 8); pelo contrário, no máximo, trata-se de duas faces da mesma moeda, literalmente.

Partindo do escrutínio da imposição histórica do sistema capitalista, de suas instituições, categorias e de seu modo peculiar de evolução, o alemão Robert Kurz (1943-2012), oriundo do grupo que editava a revista com o sintomático nome de *Krisis*⁹, se ocupou desde a década de 1980 do processo denominado por ele de colapso da modernização (Kurz, 1993). Kurz defendia pressuposto contrário ao dos autores antes vistos: o de que não bastava se acercar dos elementos causais e episódicos às crises por meio de seus isolamentos e posterior correlação; antes, era mister compreender a própria gestação das crises – inclusive a do âmbito representativo – em meio à totalidade irracional do sistema produtor de mercadorias.

Propomos neste artigo, por conseguinte, apresentar uma possibilidade de compreensão e elucidação da crise atual distinta das elencadas. Para tanto, iniciamos com o exame de alguns escritos de Karl Marx, em que ele põe a lume as contradições entre sociedade civil burguesa e Estado já quando da instauração do capitalismo em países europeus e norte-americanos. O escamoteamento das fissuras basilares desta nova sociedade seria levado a cabo em meio à representação política universal formalista, baseada no Estado politicamente emancipado e em seus instrumentos legitimadores, como o direito. No entanto, um antagonismo insolúvel subjaz à convivência conflitante e, ao mesmo tempo, necessariamente complementar entre as razões política e econômica, motivo pelo qual uma crise estrutural e endêmica, incapaz de ser ultrapassada por meio de reformas e rearranjos atinentes ao próprio sistema capitalista, encontra-se no fundamento da forma de representação política.

Seguiremos, então, pontuando as contribuições de Robert Kurz, que se apoiam na constatação dessa mesma crise basal e insuperável presente em Marx¹⁰. Kurz se verte, por meio de seu ferramental crítico, sobre as aporias dos séculos XX e XXI, momentos em que a ascensão da extrema-direita, o esgotamento e a impotência da

9. Para maiores informações sobre o grupo *Krisis*, seus componentes, contribuições e desdobramentos, como o grupo *Exit!*, ver Jappe (2006, p. 69-70) e o site http://www.obeco-online.org/cisao_krisis.htm, consultado em 19/03/2023.

10. A relação da obra de Kurz com Marx e os marxismos foi tratada por Regatieri (2009).

esquerda, a barbárie e o asselvajamento das relações sociais em meio à democracia representativa se fizeram presentes em conjunção com as derrocadas de modelos de processo de valoração do capital. Inspirado sobretudo na chancela “esotérica” de Marx (Exit!, 2007), isto é, nos achados do clássico que pouca ou quase nenhuma atenção tiveram ao longo do tempo por parte de movimentos sociais, do marxismo pretensamente oficial ou do acadêmico, o alemão ensaia uma interpretação da crise da democracia atual articulada com as dinâmicas de racionalização econômicas e políticas de longo prazo (Kurz, 2009). Marx e Kurz, nesse sentido, tocam profundamente nas feridas da atualidade.

Ao frisarem a indissociabilidade entre democracia, capitalismo e crise, demonstram que sem uma crítica que tome as próprias categorias provenientes do mundo burguês, naturalizadas ao longo do tempo, não há possibilidade de qualquer emancipação, sequer de uma compreensão científica ajustada ao que ocorre. Tencionamos com isso a apresentação de novos horizontes interpretativos calcados nessa tradição clássica das ciências sociais tão malbaratada – tanto por pretensos adeptos do denominado marxismo quanto por contumazes detratores –, mas que, aparentemente e à revelia de determinados prognósticos, ainda tem muito a dizer em e sobre nossos dias.

Marx, o homem e o cidadão

Além de célebre e celebrada, a obra de Karl Marx suscitou controvérsias variadas ao longo do tempo¹¹. Situação normal para um “clássico”, cujo princípio tende a ser a permanência e a pertinência de certas questões levantadas – que transcendem suas próprias épocas e são capazes de dizer algo novo sobre distintas temporalidades¹². Marx, no entanto, diferentemente de outros reputados fundadores das ciências sociais, como Max Weber ou Émile Durkheim – estes geralmente restritos às discussões internas aos muros científicos da academia –, viu seus escritos serem largamente apropriados por profissionais da política, líderes sindicais, movimentos sociais etc., tendo sido, talvez, um dos mais exitosos teóricos do século XIX no que tange à ressonância de suas ideias.

11. Desde querelas disparatadas, como a de se alguns de seus rebentos eram ou não panfleto antissemita (Birnbaum, 2004), outros de justificativa para totalitarismos (Bensaïd, 2010), até questões mais pertinentes, como a de se existiria uma teoria do Estado em sua obra (Bobbio, 1983). Mesmo intérpretes mais simpáticos acentuaram que faltavam elementos em determinado instante, como, por exemplo, o sujeito da história, isto é, o elo com o materialismo científico, carência que tornaria certos textos sem síntese coerente e ainda dotados de tinturas hegelianas, filosofantes ou liberais-democráticas (Löwy, 2002, p. 25; Bensaïd, 2010, p. 27).

12. Ver Alexander (1999).

Tal fato, se por um lado, ensejou a ubiquidade de algumas de suas contribuições, como, por exemplo, a luta de classes, o papel do proletariado na realização da história e a revolução como horizonte final, por outro, criou um circuito quase religioso de devotos-intérpretes-seguidores mais ou menos legítimos, mais ou menos autorizados a dissertarem sobre a “verdade” de sua herança. E esse movimento de vulgarização, politização, religiosificação e, em certos casos, estatização de sua obra deixou de lado ou obnubilou certas virtudes que ou restaram restritas aos mesmos muros que cercaram Durkheim e Weber, ou foram desenvolvidas por livres-pensadores, marginais ou extra-acadêmicos, como Robert Kurz. O que realmente interessava aos marxistas ortodoxos em geral, na maior parte do tempo – e ao próprio Marx enquanto agente político datado e pautado em suas descobertas, frise-se –, era a articulação de uma positividade ontologizante (Kouvelakis, 2000), encarnada no proletariado, na luta de classes, na revolução ou em outras temáticas caras ao que Kurz denomina de “marxismo exotérico”, o que ensinava a luta dentro da política e por meio da política¹³.

Em contrapartida, a crítica categórica, radical e negativa sobre a sociedade capitalista que Marx esboçou em diversos de seus textos só foi posta em relevo de modo sistemático em meados do século XX pela denominada Escola de Frankfurt, tendo, a partir de então, percorrido alguns caminhos (Jay, 2008; Wiggerhaus, 2001; e Durand-Gasselain, 2012). Furtando-se à possibilidade de engajamento político imediato, na maior parte das vezes, desenvolveu-se em meio a ambientes e critérios bem distintos das correntes “exotéricas” mencionadas, investidas dotadas de tintura predominantemente científico-filosófica¹⁴. No entanto, talvez seja essa corrente “fria” politicamente e “esotérica” teoricamente a que mais se conecta com o mundo atual. Ela se situa em referência a um problema bem específico, conforme salienta Bensaïd (2010, p. 22): “[...] a cisão no centro da sociedade moderna”. A cisão diz respeito, sobretudo, aos resultados políticos, econômicos e sociais provenientes da emancipação política do Estado. Cabe ressaltar que seus antecedentes se enraízam no chamado Antigo Regime, onde não havia a separação entre sociedade civil e Estado, significando que ocorria na totalidade do corpo social uma determinação política em forma de estamentos de nascença e, por conseguinte, também na distribuição dos bens. Essa determinação era garantida pelo poder real que, por sua vez, encontrava legitimidade em meio à religião, não ao voto representativo ou à soberania popular, conforme esclarece Marx:

13. Kurz denomina ironicamente de marxismo exotérico a parte da obra de Marx que foi apropriada pelos movimentos sociais de esquerda, pelo leninismo, pela social-democracia e por todos os seus desdobramentos. Ver Exit!, 2007.

14. Para uma análise do estatuto da política democrática em Adorno e Horkheimer (1985), ver Puzone (2021).

Qual era o caráter da sociedade antiga? Uma palavra basta para caracterizá-la: a feudalidade. A sociedade burguesa antiga possuía um caráter político imediato, isto é, os elementos da vida burguesa, como, p. ex., a posse ou a família ou o modo de trabalho, foram elevados à condição de elementos da vida estatal nas formas da suserania, do estamento e da corporação. Nessas formas, eles determinavam a relação de cada indivíduo com a totalidade do Estado, ou seja, sua relação política, ou seja, sua relação de separação e exclusão dos demais componentes da sociedade (Marx, 2010, p. 51).

Com o advento do mundo burguês há, portanto, um processo de separação dessas duas entidades, isto é, a do Estado político e a da sociedade civil burguesa. Composto o movimento da modernidade que o sociólogo Max Weber chamaria de processo de racionalização (Weber, 2006, pp. 328-337), o Estado se despe por fim de sua veste religiosa, racionalizando-se em termos de seus próprios fundamentos, isto é, adotando uma linguagem e um *modus operandi* puramente políticos, atinentes à “estatalidade”, ao passo que a sociedade civil não mais se encontra determinada por razões imediatamente políticas, como soía ocorrer com os antigos estamentos:

A emancipação política representa concomitantemente a dissolução da sociedade antiga, sobre a qual está baseado o sistema estatal alienado do povo, o poder do soberano. A revolução política é a revolução da sociedade burguesa.

[...] A revolução política superou o caráter político da sociedade burguesa. Ela decompôs a sociedade burguesa em seus componentes mais simples, ou seja, nos indivíduos, por um lado, e, por outro, nos elementos materiais e espirituais que compõem o teor vital, a situação burguesa desses indivíduos (Marx, 2010, pp. 51-52).

Ora, é exatamente quando se firmam as simultâneas e contraditoriamente entrelaçadas autopoieses do Estado e da sociedade civil, isto é, do Estado emancipado politicamente e a da sociedade civil emancipada do Estado que, de acordo com Marx, se constitui uma crise insolúvel, estrutural e que precede todas as demais que vivenciamos na modernidade. Essa crise fundamental vincula-se a um movimento dissociativo antagônico, sem resolução, movimento este que Marx percebe existir por meio da declaração legislativa de fundação desse mundo novo, cujo teor e espírito são seguidos pelas constituições de quase todos os países até hoje: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1791, acordada no fervor da Revolução Francesa. Como um ato falho freudiano coletivo, o “homem” e o “cidadão” figuram enquanto representações quiméricas separadas, que revelam a clivagem do mundo que assoma. Direitos do homem, como Marx bem sublinha, nada mais passam do que os direitos do humano burguês, que se circunscrevem à

igualdade, liberdade, segurança e propriedade privada (Marx, 2010, p. 48). Tais atributos próprios à sociedade burguesa seriam elevados à categoria de “naturais” e garantidos à força de polícia, em última instância, por meio desse mesmo Estado político emancipado:

A constituição do Estado político e a dissolução da sociedade burguesa nos indivíduos interdependentes – cuja relação é baseada no direito, assim como a relação do homem que vivia no estamento e na guilda era baseada no privilégio – se efetivam em um só e mesmo ato. O homem, na qualidade de membro da sociedade burguesa, o homem apolítico, necessariamente se apresenta então como o homem natural. Os *droits de l'homme* se apresentam como *droits naturels*, pois a atividade consciente se concentra no ato político. O homem egoísta é o resultado passivo, que simplesmente está dado, da sociedade dissolvida, objeto da certeza imediata, portanto, objeto natural (Marx, 2010, p. 53).

Marx aqui inicia a dissecação da interpenetração problemática que ocorre entre o Estado e a sociedade civil burguesa. Um processo de dupla transfiguração sucede às costas da consciência dos partícipes: por um lado, há a transformação tácita dos interesses burgueses, logo, atinentes à vida econômica, em razões políticas, e, por outro, há a transformação tácita dos interesses políticos estatais em razões econômicas burguesas. O reino de tudo o que faça parte da sociedade civil emancipada, isto é, o econômico, o reino do homem, da diferença, da sobrevivência, passa a ser encarado fenomenicamente pelo Estado como mera questão de escolha individual, racional etc., perdendo seu caráter político imediato, consoante ocorria no tempo da feudalidade pré-burguesa. No entanto, essa pretensa despolitização da sociedade burguesa e de seus elementos constituintes, conforme Marx bem situa, não passa de uma protodespolitização, no bojo de uma emancipação muito específica, a político-burguesa, bem como a politização do Estado emancipado se apresenta de modo muito peculiar: do modo econômico burguês. Vejamos.

O Estado emancipado se constituirá, como já averiguamos, enquanto entidade opositora ao Antigo Regime, e isso significa que consignará os seguintes atributos ideais políticos: 1) universalidade – o outro Estado se voltava à garantia das desigualdades de nascimento –, 2) princípio da justiça – o outro Estado assegurava a diferenciação do direito perante os estamentos –, 3) assegurador da liberdade – o outro Estado regulamentava imediatamente as possibilidades de existência social de sua população –, e 4) permeabilidade à vontade popular – o outro Estado era legitimado por meio de forças divinas, logo, impermeáveis à vontade popular. Marx demonstra que, embora a representação de tais atributos burgueses tenha uma razão de ser, existe uma continuidade material com a sociedade anterior escamoteada, a

desmentir esses próprios atributos. A vinculação que se dá entre Estado e sociedade civil passa, sobretudo, pelo papel desempenhado pelo novo Estado, o da manutenção “limpa, natural e justa” dos interesses mesquinhos da sociedade civil emancipada, cuja finalidade é, justamente, ser burguesa, isto é, acumular capital, propriedade privada, separar os indivíduos, policiar, diferenciar classes:

[...] A comunidade política é rebaixada pelos emancipadores à condição de mero meio para a conservação desses assim chamados direitos humanos e que, portanto, o *citoyen* é declarado como serviçal do *homme* egoísta. [...] a vida política se declara como um simples meio, cujo fim é a vida da sociedade burguesa (Marx, 2010, pp. 50-51).

A universalidade, a justiça, a liberdade e a participação estatais, os atributos “essenciais” políticos da estatalidade, não passariam, destarte, à primeira vista, de uma fachada eficiente e necessária ao funcionamento material do mundo burguês, do resultado da transfiguração sócio-histórica que vimos acima. Fachada esta, no entanto, que encontra justificativa e plausibilidade na própria condição material de vida da sociedade civil burguesa, espécie de operação de hipostasia categórica, processo analisado por Marx em meio à conceituação do fetichismo da mercadoria (Marx, 1983, p. 71)¹⁵. Ora, o princípio ideal de *universalidade* se origina da própria dinâmica do universal-material burguês, qual seja, o mercado, um ente cujos indivíduos componentes, as mercadorias, não importando qualidade ou procedência, “dançam” entre si (Marx, 1983, p. 70), constituindo a totalidade concreta e universal da sociedade civil burguesa. Em segundo lugar, sublinhe-se que as trocas entre as mercadorias são regidas por um princípio de equivalência, de equidade, de busca de cotejo pelo mesmo valor (Marx, 1983, p. 59), forjando, assim, as categorias da *justiça* laica, de que o Estado se faz representante único e guardião por meio do direito, de seus agentes e de sua aplicação. Em terceiro, o movimento eternizado de troca das mercadorias pressupõe a *liberdade* de produção, de contratação, de comércio e de amanho do lucro, liberdade garantida e mantida pelo próprio ofício da legalidade estatal. E em último lugar, a participação nas transações das mercadorias enseja a aparência de *participação* no mundo sensível, de permeabilidade nas decisões possíveis a serem tomadas – entre a escolha de um sabão ou outro, no mundo da sociedade civil, ou de um partido político ou outro, no mundo político da estatalidade.

Vimos, portanto, que as categorias com as quais o Estado emancipado opera enquanto “puramente” político são homólogas às da materialidade econômica da

15. Cabe citar também o desenvolvimento realizado por Lukács (2018) em torno da categoria de reificação, inspirado na teoria marxista do fetiche da mercadoria.

sociedade civil burguesa, ao passo que a sociedade civil burguesa, ao atuar de modo “puramente” econômico, logo, “apolítico”, tem a necessidade premente de fazer uso da estatalidade, isto é, das categorias políticas visando sua automanutenção. Para além dessa concordância tácita, desse quiproquó complementar entre as esferas do Estado e da sociedade civil, existe, no entanto, um movimento centrífugo de lado a lado, em que o Estado por vezes pretende suprimir a sociedade civil, e a sociedade civil, por seu turno, pretende suprimir o Estado. Tais movimentos dizem respeito justamente ao processo de emancipação de cada uma dessas esferas complementares e antagônicas: suas autopoieses entrelaçadas e contraditórias, idênticas em essência e diferentes em forma, entram em conflito quando de suas tentativas de realização plena, ocasionando crises como as relatadas por Marx no instante da instauração do Estado emancipado burguês via revolução:

Nos momentos em que está particularmente autoconfiante, a vida política procura esmagar seu pressuposto, a sociedade burguesa e seus elementos, e constituir-se como a vida real e sem contradição do gênero humano. No entanto, ela só consegue fazer isso caindo em contradição violenta com suas próprias pré-condições de vida, ou seja, declarando a revolução como permanente, e, em consequência disso, o drama político termina tão necessariamente com a restauração da religião, da propriedade privada, de todos os elementos da sociedade burguesa, quanto a guerra termina com a paz (Marx, 2010, p. 42).

Marx neste excerto descreve o que viria a ser o movimento de ascensão de todos os tipos de autoritarismos, populismos e outras formas de governo que afirmam os princípios estatais, da esquerda à direita: trata-se de o Estado emancipado querer fazer valerem suas prerrogativas políticas contra sua contrapartida material, a própria sociedade civil burguesa. O oposto, contudo, também é verdadeiro: em determinados momentos, a sociedade civil burguesa tenciona suprimir seu ente “espiritual” político-organizativo, o Estado, e aí se encontram todos os tipos de afirmação de experiência e tentativas de *laissez-faire* econômico – inclusive, com todas as mediações históricas possíveis levadas em consideração, o neoliberalismo atual.

Chegamos, assim, a uma explicação geral em Marx das crises políticas periódicas que acometem o capitalismo em sua fundação: os ciclos de valorização e desvalorização do capital impelem a apenas, e tão somente, duas “saídas” político-econômicas, ou duas soluções possíveis – em meio a infindas combinações conjunturais, claro, que dependem, por sua vez, da organização interna dos países, da fatia correspondente a cada um no bolo do capitalismo mundial, do nível de desenvolvimento alcançado em termos de Estado-nação, de suas culturas próprias, da distribuição de classes, partidos e estamentos internos etc. – dentro do arcabouço sócio-histórico-político

constituído: a supressão de princípios estatais pela economia, ou dos princípios da economia pelos do Estado.

Longe de reduzir a política à economia, trata-se, sim, de reconhecer a impossibilidade de se ultrapassar o antagonismo fundamental e imanente em que repousa o mundo burguês por meio dos próprios instrumentos ínsitos ao mundo burguês, onde crises representam nada mais do que a normalidade de uma situação de contradição velada, de uma clivagem insuperável. Logo, trata-se também de reconhecer a incapacidade de os princípios do Estado – ou os da economia, tomados como entes naturais, universais e dissociados – darem conta dessa situação. Pois como Marx diria,

[...] o Estado não pode eliminar a contradição entre a função e a boa vontade da administração, de um lado, e os seus meios e possibilidades, de outro, sem eliminar a si mesmo, uma vez que repousa sobre essa contradição. Ele repousa sobre a contradição entre vida privada e pública, sobre a contradição entre os interesses gerais e os interesses particulares. [...] Se o Estado moderno quisesse acabar com a impotência da sua administração, teria que acabar com a atual vida privada. Se ele quisesse eliminar a vida privada, deveria eliminar a si mesmo, uma vez que ele só existe como antítese dela (Marx, 2011, pp. 148-149).

Esta impotência estatal de que falava Marx é reconhecida, de um modo ou de outro, embora por palavras e meios diferentes, por todos os autores da contemporaneidade que trataram da crise da democracia. “Partidocracia”, “emedebismo”, “imobilismo”, “cooptação da esquerda”, “traição à social-democracia”, “impaciência popular com as instituições liberais” são os modos fenomênicos a partir dos quais essa letargia estrutural é apreendida teoricamente. O outro lado da moeda, os arroubos que tencionam afirmar princípios dinâmicos contra a inércia cara ao todo do sistema são vislumbrados como autoritarismo, populismo, iliberalismo, extremismo etc. – e, de fato, não deixam de representar um grito de desespero que expressa a tentativa de escape da camisa de força desse jogo Estado-economia democrático-burguês, cujas mangas esquerda e direita encontram-se atadas em um nó cego. E desse modo, a organização em torno de partidos e instituições liberais democráticas manterá o antagonismo atuante, em um circuito fechado e velado, a salvo de críticas e da possibilidade de sua superação real.

Kurz e o colapso da democracia de mercado

A cisão entre “homem” e “cidadão”, isto é, entre as esferas política e econômica e as contradições daí advindas permanecem em Robert Kurz como ribalta ao desenro-

lar da tragédia política burguesa em suas crises cíclicas. No entanto, Kurz estende, atualiza e aprofunda a crítica categorial de Marx em relação ao quiproquó assinalado. Em sua teoria crítica do valor, ele articulará o fenômeno do fetiche da mercadoria¹⁶ com a cisão fundamental da modernidade; isto é, o fetiche passa a ser encarado como mediador entre as produções material e cultural-simbólica, inclusive com os efeitos incidentes sobre a esfera político-estatal:

[...] A política e suas formas de existência institucionais, Estado, democracia e nação, formam apenas o outro polo do sistema de fetiche moderno, que é constituído pela forma jurídica dos sujeitos burgueses. As categorias económicas e político-jurídicas são as duas faces da mesma medalha. O moderno sujeito de todas as classes é um esquizo-sujeito, dividido entre *homo economicus* e *homo politicus*, entre *bourgeois* e *citoyen* (Exit!, 2007, texto eletrônico).

No entanto, para além de apenas hipostasiar tais antagonismos categoriais em termos abstratos e atemporais, Kurz incrementa a compreensão da teoria do valor de Marx atendo-se às metamorfoses concretas do capital em meio à sua evolução de longo prazo. Se Marx, no século XIX, logrou captar as linhas gerais de desenvolvimento do capitalismo na incipiência da realização totalitária do universo das mercadorias, Kurz renova o argumento à passagem dos séculos XX e XXI, quando a moderna sociedade capitalista passa a se encontrar no limiar de sua implosão – contraditoriamente, no mesmo instante em que atinge sua plena imposição, com a queda da União Soviética (Kurz, 1993). Kurz vaticina que vivenciamos mais do que mera crise passageira já ao menos desde a década de 1970, quando o colapso das instituições originadas no capitalismo, dentre estas, claro, o sistema denominado por Kurz (2020, p. 30) de democracia de mercado, desvelou-se a toda marcha. E a explicação para tal passa pelo esgotamento da sociedade baseada no valor, quer dizer, da transformação do trabalho vivo abstrato em trabalho morto encarnado em mercadorias, crise que leva de roldão a vida social a uma situação-limite insuperável. Com a terceira revolução industrial, a da microeletrônica integrada aos processos de manufatura, pela primeira vez na história do capitalismo o trabalho enquanto base de produção de valor se tornou supérfluo, conduzindo o sistema como um todo a um mergulho em abismo sem volta:

Todas as crises até hoje foram *crises de imposição* da relação de capital, que ainda tinha à sua frente um espaço de desenvolvimento histórico. Precisamente por isso, os movimentos sociais podiam ocupar positivamente cada surto de acumulação que se seguia, e não eram

16. Para a articulação entre a teoria crítica do valor e o fetiche da mercadoria, ver também Jappe (2016).

forçados a uma *crítica categorial* das formas sociais. Com a terceira revolução industrial da microelectrónica, contudo, o capital esbarra no seu *limite interno absoluto* predito por Marx. O “trabalho abstracto”, como substância do capital, é tornado supérfluo pelo próprio processo capitalista, numa medida tal que se esvaem os mecanismos de compensação até aqui vigentes. [...] *A crise categorial* exige agora pela primeira vez uma *crítica categorial* (Exit!, 2007, texto eletrónico).

O que se coloca em jogo em razão dessa crise terminal e sem solução à vista, que faz eclodirem eventos que arriscam a própria continuidade das vidas biológica – como as crises ecológica e energética – e social – como o esboroar da organização institucional de comando em termos de Estado-nações e a caducidade do trabalho enquanto criador de valor (Krisis, 1999) –, é a inviabilização material da sociedade burguesa em todos os aspectos, práticas, instituições e categorias imanentes, não apenas no tocante aos processos decisórios democráticos. Mas em se tratando especificamente de democracia nesse contexto, Kurz menciona que:

A estatalidade em geral, de que a democracia é a forma suprema e mais pura, constitui, portanto, a outra face de uma paradoxal insociabilidade dos indivíduos reais, que são comandados pelo automovimento cego do dinheiro. Estando todos eles submetidos ao processo de valorização capitalista, só podem proceder entre si, na sua práxis social, como pessoas jurídicas. Mas as pessoas jurídicas não são senão “representantes das mercadorias”, e, uma vez que os seres humanos têm de se relacionar entre si deste modo, como meros representantes das categorias económicas tornadas independentes deles, os seres humanos não podem formar uma comunidade real. Pois os indivíduos, na sua vida quotidiana real, são de facto membros de uma comunidade enquanto cidadãos, mas na sua reprodução material são exactamente o oposto a uma comunidade, embora os meios de produção há muito tempo tenham assumido um carácter social. Longe de considerar a juridificação, a estatalidade e a democracia como solução da miséria socioeconómica, o outro Marx, escondido, vê aí apenas o reverso dessa mesma miséria. E é precisamente neste ponto que ele se tornou hoje extremamente actual (Kurz, 2006, pp. 78-79).

A crítica categórica de Marx antes referida, portanto, é a que enseja a Kurz a compreensão dos eventos de crise. As soluções que tanto o Estado quanto a sociedade civil possam fornecer nesse instante, seja com a radicalização do liberalismo económico e o conseqüente advento do neoliberalismo – frise-se que muito mais como efeito da crise estrutural assinalada, não como causa, tal qual defendido por quase todos os autores citados –, seja com alguma espécie de condução de desenvolvimento político-estatal, seja com uma suposta maior participação popular – “democratizar

a democracia” (Wood, 2003; Santos, 2002)¹⁷, “esferas públicas oposicionais” (Negt, 2007) –, ou ainda com a preservação do elitismo via instituições liberais, não passam de paliativos truncados, de formas idênticas, porém reversas, de soluções dentro dos limites da autonomização antagonica complementar de cada um dos lados da cisão:

Enquanto o liberalismo sempre criticou apenas a administração externa e burocrática da sociedade pelo Estado, para em compensação favorecer o mercado e a sua pretensa liberdade, a crítica radical do Estado feita por Marx vê no mercado apenas o reverso da mesma medalha: o autoritarismo do Estado é o equivalente complementar do autoritarismo do mercado, o totalitarismo político é apenas uma manifestação do totalitarismo econômico. Em ambos os lados desta relação os indivíduos continuam sem ser livres, porque numa das armadilhas estão entregues à burocracia, na outra, aos poderes da concorrência anônima (Kurz, 2006, p. 79).

Decerto que, com Kurz, a deslegitimação dos processos decisórios democráticos, longe de fato fortuito, contextual ou exclusivamente político, deve ser compreendida, destarte, no bojo do mesmo enguiço de outros fenômenos vinculados ao esgotamento geral do capitalismo. Óbvio que existem mediações entre as diversas crises entrevistadas e o fenômeno político; no entanto, em sua compreensão, os eventos constituintes da crise encontram-se intrinsecamente entrelaçados à totalidade capitalista. O desemprego estrutural, por exemplo, incitaria o asselvajamento das relações sociais, suscitado este pela competição em torno da sobrevivência em um mundo em que o trabalho é obrigatório, porém cada vez mais escasso.

Extremismos diversos aqui encontram terreno fértil, bem como todos os tipos de preconceitos nacionais, regionais, a misoginia, o racismo, a homofobia, ante doenças mentais etc. Além do mais, os desenvolvimentos desiguais combinados de países centrais e periféricos engendram efeitos deletérios variados, como a imigração forçada, as guerras de rapina por petróleo, tráfico de drogas, a violência universalmente disseminada etc., finalizando na derrocada do sistema de Estado-nações, empobrecidos e incapazes de controlar os fluxos de capital em um mundo financeirizado globalmente (Kurz, 1997, pp. 91-118).

Estes e outros infindos problemas constituem questões insolúveis para a estatalidade hipostasiada em seu suprassumo prático, quer dizer, a vida democrática. O mundo em que reinam as mercadorias não reinam os humanos, diria o Marx do fetiche da mercadoria; em outras palavras, o sentido último da sociedade civil burguesa realizada, quer dizer, o impulso compulsivo, impessoal e irracional ao lucro pelo lucro não gera qualquer tipo de solidariedade estatal abstrata comunitária,

17. Ver a crítica de Kurz (2009, p. 426) a essas soluções.

pelo contrário: o que temos como resultado é a democracia, na prática, como uma esfera de pseudodecisão em pleno esboroamento, restringindo-se a uma espécie de gerenciamento do terror e da miséria permanentemente em crise:

No fim do século XX já ninguém acredita realmente na política, nem mesmo os próprios políticos. Mas o mercado, mais uma vez chamado para fazer face ao decaimento da força funcional da esfera estatal e política, é incapaz de criar qualquer comunidade humana, mesmo abstracta, com a sua concorrência anónima; por isso mesmo foi necessário o isolamento daquela esfera estatal abstracta. Assim, o contexto formal em si cindido, social e não-social, irreal-ideal e sujo-quotidiano começa a asselvajar-se, juntamente com os indivíduos nele incluídos. A realidade da concorrência dissolve a idealidade abstracta da cidadania democrática (Kurz, 2006, p. 79).

Ao contrário do voluntarismo, das panaceias conspiratórias, do personalismo, do partidarismo e do classismo reinantes em quase todos os diagnósticos de crise mundo afora, Kurz situa tal configuração de dissolução da cidadania democrática no rol de uma dominação sistêmica sem sujeito (Kurz, 2010, pp. 213-297). A longa história de imposição do capital e de seus próprios critérios sociais aparentemente objetivos e impessoais¹⁸ teria conduzido a sociedade à naturalização de determinadas categorias basilares, que demarcariam uma zona cinzenta, espécie de *doxa* por meio da qual convivem tanto a direita quanto a esquerda políticas, ou mesmo as alternâncias cada vez mais frequentes entre o Estado de Direito e seus “estados de exceção” intrínsecos:

Essas formas fundamentais do “valor”, da mercadoria, do dinheiro, do salário, do preço, do lucro e da rentabilidade, que constituíram o moderno sistema de mercado produtor de mercadorias, assim como as suas instituições democráticas complementares, surgiram por meio da atividade social humana e se processam por meio de agentes humanos, mas, no decorrer de um longo processo, se tornaram autonomizadas, como “segunda natureza” de um *sistema sem sujeito* (Kurz, 2020, pp. 26-27).

Por consequência, desde os piores irracionalismos, como o próprio nazismo, (Kurz, 2020, p. 34) até o mais equilibrado “bom senso” centrista se vinculam

18. Roswitha Scholz, também partícipe dos grupos Krisis/Exit!, demonstra que, por trás da pretensa neutralidade das categorias emanadas do capital, existem atributos estruturais sem os quais o capital não teria se realizado de forma totalitária, como os de masculinidade, branquitude e ocidentalidade. Sobre a democracia, ela diz que “[...] sempre foi uma constituição androcêntrica” (Scholz, 2020, p. 18). Para a importante discussão sobre o desenvolvimento da teoria do valor-cisão, que não pode ser desenvolvida aqui, ver também Scholz (1992) e (2019).

profundamente aos próprios desdobramentos do capitalismo, não consistindo em corpos estranhos que surgem como espécie de enfermidade exterior à “normalidade” democrático-burguesa. Sem deixar de levar em conta o que viriam a ser os avanços do advento da democracia burguesa, Kurz sublinha o outro lado da moeda: a emancipação em relação aos antigos estamentos personalistas carrega consigo a sujeição à dominação impessoal das mercadorias, forma de enquadramento total a limitar as possibilidades reais de liberdade:

O mundo democrático, assim, é um mundo de “coerções surdas” (Marx), que se faz perceptível em muitas formas fenomênicas. O grande resultado histórico emancipatório da democracia foi o fato de que todos podem se tornar um indivíduo [*Selbst*] sem barreiras estamentais; mas gradualmente tornou-se evidente que tornar-se indivíduo [*Selbstwerdung*] tinha um preço terrível. Em lugar da sujeição pessoal a um “senhor” definido por nascimento, entrou a sujeição à dominação impessoal e muito mais total do dinheiro. Todos têm o direito de ser aquilo que a sociedade da mercadoria total fez deles. Todos podem defender os “seus interesses”, mesmo “como” sem-tetos; mas é essa categoria mesma do “interesse” baseado na forma-mercadoria que os prende estruturalmente à sua miséria. A democracia é a liberdade de morrer, pelo menos para uma parcela crescente da humanidade (Kurz, 2020, p. 32).

Essa “livre escolha da morte” articulada ao mundo das mercadorias, isto é, ao cerne da reprodução da própria sociedade civil, representa um dos sintomas reveladores do núcleo repressivo da democracia de mercado, existente às costas da autorrepresentação da “democracia como solução histórica, universal e eterna” (Kurz, 2020, p. 22) para todos os problemas:

Não é difícil de decifrar a assim chamada economia de mercado como o núcleo repressivo da dominação democrática, pois a submissão incondicional de todos os momentos da vida à lógica e às coerções do mercado (seja ele “livre” ou “planejado”) é a característica central de todas as democracias modernas (Kurz, 2020, p. 25).

Mais uma vez, trata-se da sociedade civil impondo seus atributos contra sua cara-metade antagonista, o Estado, tornado mera representação caduca que nada mais ou muito pouco tem a fazer, independentemente de partidos ou regimes, sejam os capitalistas ou os pretensamente socialistas, senão administrar crises advindas da lógica sistêmica do capital. Crises estas que, para Kurz, estão muito distantes de serem mitigadas por meio de categorias provenientes do mesmo circuito em que se encerram tanto a democracia quanto o capitalismo. Não há espaço para uma verdadeira autocrítica dos democratas capitalistas ou socialistas, uma vez que suas convicções

se pautam em realizações de um repertório evolucionista-iluminista, desvinculadas de uma crítica efetiva do atual estado de coisas:

A democracia deveria ser, supostamente, o oposto do capitalismo. Essa ilusão “politicista” busca sempre isolar como emancipatória a promessa iluminista abstrata da autonomia, responsabilidade, “autoadministração operária” (Trotsky), “razão discursiva” (Habermas), “democracia de base” etc., e mobilizar a mesma lógica contra o outro lado, o lado repressivo carente de conceito (Kurz, 2020, p. 25).

A liberdade decisória – apanágio da autorresponsabilização proveniente do ideário iluminista kantiano e cultivada como o cerne da democracia – é desvendada por Kurz como coerção ditatorial e, desse modo, a identidade entre sociedade civil e Estado, por fim, vem à tona de um modo mais claro e chocante do que o próprio Marx podia ter vislumbrado em sua época, acenando para a não superação do impasse crítico:

Liberdade significa ter de subjugar todos os recursos e desejos impiedosamente sempre à mesma forma-dinheiro sem sujeito. Esse é o “fetiche” moderno do qual falava Marx, e isso constitui o caráter de dominação da democracia. O corolário é que jamais ocorre ao pensamento democrático, em todas as suas variantes, a ideia de mobilizar e organizar os recursos e a riqueza social de outra maneira que não na forma da mercadoria e do dinheiro, e que com isso a sua suposta liberalidade e humanidade coloca para si mesma, como limite intransponível, as próprias leis sistêmicas da forma-mercadoria moderna. [...] A democracia não é o oposto do capitalismo, e sim a maneira pela qual o “povo” organizado de modo capitalista se “autodenomina” segundo critérios capitalistas, com fúria cega e destrutiva (Kurz, 2020, pp. 28-29).

Fúria cega e destrutiva que não faltam para compor o cenário das crises que não “rondam” a democracia, como querem os democratas, mas que constituem tacitamente a própria democracia, forma de organização social essencialmente capitalista. A racionalidade masculino-branca-ocidental e suas instituições de base e categorias – como a democracia –, chamadas para dar conta de seus próprios movimentos autodestrutivos, não surtem mais efeitos senão aprofundar a devastação (Kurz, 2010, p. 37); sinal de que a necessidade de uma teoria crítica negativa atualizada, sem condescendência para com o existente e merecedora desse nome é mais do que urgente, e Kurz figura em relação a essa teoria crítica a ser constantemente reconstruída como digno representante.

Considerações finais

Muito se tem falado nos últimos tempos sobre “negacionismo”. A esquerda democrática, cientistas sociais, jornalistas bem-informados e outras figuras iluministas de proa imputam ao irracionalismo da extrema-direita religiosa, sobretudo, a disseminação de credices que têm por base a negação das conquistas racionais-científicas. Assim, tanto descobertas como a vacina, a de que a Terra é um globo que gira em torno do Sol ou a teoria da evolução de Darwin são postas em xeque por uma escumalha ignorante, que transferiria tal modo de visão de mundo também para a esfera da política, preferindo acreditar em fantasias que contrariam o saber racional e as informações “corretas”, logo, escolhendo charlatões, populistas e extremistas para os governar.

Ora, o que tais arautos do iluminismo não percebem é que eles também, de uma forma ou de outra, se aferram a um tipo determinado de negacionismo. Ao preferirem ignorar, em alguns casos, a própria existência do capitalismo e seus efeitos deletérios por sobre toda a vida social; ao escolherem crer nas “virtudes distributivas” do mercado e do capitalismo “domado”, enxergando o “neoliberalismo” como único problema; ao se aferrarem ao evolucionismo subjacente à modernização democrático-capitalista, que afirma que todos, um dia, “chegarão lá”; ao propugnarem uma volta ao tempo “glorioso” das benesses da social-democracia em plena falência estrutural dos Estados-nação e do fim do trabalho; ao fecharem os olhos para os vínculos intrínsecos entre a destruição do meio ambiente, a impossibilidade de vida na Terra e o automatismo do mundo do capital, que se embasa no aumento exponencial da produtividade cega; ao fiarem piamente em que ainda haverá uma revolução do “proletariado” ou qualquer outro juízo final laico; ao confiarem nas instituições democrático-burguesas como capazes de dar conta das crises que se agigantam; ao negarem os vínculos indissociáveis entre a destrutividade da racionalidade branco-ocidental-masculina, o capitalismo e suas categorias históricas – dentre as quais a democracia e seus aparatos; em todos esses casos e outros não listados existe, da mesma forma, uma espécie de negacionismo. Mais sofisticado do que o primário irracionalismo frisado acima, é verdade, mas não deixa de ser talvez ainda mais perverso, pois propugnado muitas vezes pelos herdeiros da Razão, quer dizer, por aqueles de quem se esperariam as “soluções” racionais e a reflexividade radical capazes de dar sobrevida a este mundo.

Marx e Kurz, a contrapelo, demonstram que a tarefa é muito mais penosa e complexa do que parece: uma crítica categórica negativa tende a não confortar o ego dos que projetam seu narcisismo sobre o mundo social, algo muito caro ao Ocidente desde o projeto iluminista. A manipulação de políticas, de movimentos e partidos nos moldes existentes se mostra inócua e ultrapassada, e parece ser justamente sobre isso que os “racionais” tendem a desejar a agradável insciência, cada qual em seus

negacionismos peculiares. Cabe escolhermos, a partir daí, parafraseando Marx, se desejamos viver confortavelmente o nosso “terror sem fim” – caso continuemos a encarar as crises da forma atual, sejam as referentes à democracia ou não –, com a ressalva de que o “fim com terror” se aproxima de modo cada vez mais célere, e nada depois dele aparenta aguardar por nós.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. (1985), *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.
- ALEXANDER, Jeffrey C. (1999), “A importância dos clássicos”. In: GIDDENS, Anthony & TURNER, Jonathan. *Teoria social hoje*. São Paulo, Editora Unesp.
- BENSAÏD, Daniel. (2010), Apresentação e Posfácio. In: MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Editora Boitempo.
- BIRNBAUM, Pierre. (2004), *Géographie de l'espoir*. Paris, Gallimard.
- BOBBIO, Norberto. (1983), *Qual socialismo?* Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BRINGEL, Breno. (2013), “Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013”. *Insight e Inteligência*, 62: 42-53. Disponível em <http://www.insightinteligencia.com.br/62/PDFs/pdf3.pdf>, consultado em 19/03/2023.
- BROWN, Wendy. (2019), *Nas ruínas do neoliberalismo: A ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Santos, Editora Politeia.
- CASTELLS, Manuel. (2013), *Redes de indignação e esperança: Movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CASTELLS, Manuel. (2018), *Ruptura: a crise da democracia mundial*. Rio de Janeiro, Zahar.
- DAHL, Robert. (2001), *Sobre a democracia*. Brasília, Editora da UNB.
- DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. (2016), *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo, Editora Boitempo.
- DURAND-GASSELIN, Jean-Marc. (2012), *L'École de Francfort*. Paris, Éditions Gallimard.
- EXIT!. (2007), “Crítica do capitalismo para o século XXI”. *O Beco On-line*. Disponível em http://www.obeco-online.org/exit_projecto_teorico.htm, consultado em 19/03/2023.
- FUKUYAMA, Francis. (1989), “The end of history?”. *The National Interest*, 16: 3-18.
- HABERMAS, Jürgen. (2002), *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo, Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen. (1988), *Theorie des kommunikativen Handelns*, vol. II. Frankfurt am Main, Suhrkamp.
- HOCHSCHILD, Arlie. (2016), *Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right*. Nova York, The New Press.

- HORKHEIMER, Max. (1983), “Teoria tradicional e teoria crítica”. In: BENJAMIN, Walter *et al.* *Textos escolhidos*. São Paulo, Abril Cultural, pp. 117-154. (Col. Os Pensadores).
- JAPPE, Anselm. (2006), *As aventuras da mercadoria: Para uma nova crítica do valor*. São Paulo, Antígona.
- JAPPE, Anselm. (2016), *El fetichismo de la mercancía (y su secreto)*. La Rioja, Pepitas de Calabaza.
- JAY, Martin. (2008), *A imaginação dialética*. São Paulo, Contraponto.
- KOUVELAKIS, Stahis. “Commentaire”. In: MARX, Karl. (2000), *L’Introduction à la critique de la philosophie du droit de Hegel*. Paris, Ellipse.
- KRISIS. (1999), “Manifesto contra o Trabalho”. *Krisis: Kritik der Warengesellschaft*. Disponível em <https://www.krisis.org/1999/manifesto-contra-o-trabalho>, consultado em 19/03/2023.
- KURZ, Robert. (2020), *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro, Consequência.
- KURZ, Robert. (2006), *Ler Marx! Os textos mais importantes de Karl Marx para o século XXI, editados e comentados por Robert Kurz*. Tradução de Boaventura Antunes.
- KURZ, Robert. (1993), *O colapso da modernização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- KURZ, Robert. (2009), *O livro negro do capitalismo: Um canto de despedida da economia de mercado*. Tradução de Boaventura Nunes e André Villar Gomez.
- KURZ, Robert. (1997), *Os últimos combates*. Petrópolis, Editora Vozes.
- KURZ, Robert. (2015), *Poder mundial e dinheiro mundial: Crônicas do capitalismo em declínio*. Rio de Janeiro, Consequência Editora.
- KURZ, Robert. (2010), *Razão sangrenta*. São Paulo, Editora Hedra.
- LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. (2018), *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar.
- LÖWY, Michael. (2002), *A teoria da revolução no Jovem Marx*. Petrópolis, Vozes.
- LUKÁCS, Gyorgy. (2018), *História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARQUES, Luiz. (2019), *Capitalismo e colapso ambiental*. Campinas, Editora da Unicamp.
- MARX, Karl. (2011), “Glosas críticas marginais ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’. De um prussiano”. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, 3, 1: 145-155.
- MARX, Karl. (1983), *O Capital: Crítica da economia política*. Livro 1: O processo de produção do capital. São Paulo, Editora Nova Cultural.
- MARX, Karl. (2010), *Sobre a questão judaica*. São Paulo, Editora Boitempo.
- MOUNK, Yascha. (2019), *O povo contra a democracia: Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la*. São Paulo, Companhia das Letras.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. (2011), “Arabs are democracy’s new pioneers”. *The Guardian*, 24 fev. Disponível em <https://www.theguardian.com/commentisfree/2011/feb/24/arabs-democracy-latin-america>, consultado em 19/03/2023.
- NEGRI, Antonio & HARDT, Michael. (2016), *Declaração: Isto não é um manifesto*. São Paulo, n-1 Edições.

- NEGT, Oskar. (2007), *L'espace public oppositionnel*. Paris, Payot et Rivages.
- NEUMANN, Alexander. (2008), "Le courant chaud de l'École de Francfort". *Variations*, 12: 1-14.
Disponível em <https://journals.openedition.org/variations/238>, consultado em 19/03/2023.
- NOBRE, Marcos. (2022), *Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo, Todavia.
- PRZEWORSKI, Adam. (2020), *Crises da democracia*. Rio de Janeiro, Zahar Editora.
- PUZONE, Vladimir. (2021), "Por uma teoria crítica do autoritarismo: Democracia formal e relações de dominação burguesas". *Constelaciones: Revista de Teoría Crítica*, 13: 286-311.
- REGATIERI, Ricardo Pagliuso. (2009), *Negatividade e ruptura: Configurações da crítica de Robert Kurz*. São Paulo, dissertação de mestrado em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- RODIER, Clément. (2022), "Habermas Contre l'École de Francfort". *Actuel Marx*, 1: 131-146.
- RUNCIMAN, David. (2018), *Como a democracia chega ao fim*. São Paulo, Todavia.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. (2002), *Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- SCHOLZ, Roswitha. (2019), *Le Sexe du capitalisme: "Masculinité" et "féminité" comme piliers du patriarcat producteur de marchandises*. Paris, Crise et Critique.
- SCHOLZ, Roswitha. (1992), "O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos". *O Beco On-line*. Disponível em <http://www.obeco-online.org/rst1.htm>, consultado em 19/03/2023.
- SCHOLZ, Roswitha. (2020), Prefácio. In: KURZ, Robert. *A democracia devora seus filhos*. Rio de Janeiro, Consequência.
- SINGER, André. (2013), "Brasil, junho de 2013: Classes e ideologias cruzadas". *Novos Estudos Cebrap*, 97: 23-40. Disponível em <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?lang=pt>, consultado em 19/03/2023.
- STANDING, Guy. (2013), *O precariado: a nova classe perigosa*. São Paulo, Autêntica Editora.
- STRECK, Wolfgang. (2018), *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo, Editora Boitempo.
- WALLERSTEIN, Immanuel. (2011), "Os ventos da mudança". Tradução de Antonio Martins. *Outras Palavras*, 2 mar. Disponível em <https://outraspalavras.net/sem-categoria/os-ventos-da-mudanca/>, consultado em 19/03/2023.
- WEBER, Max. (2006), *Sociologia das religiões e consideração intermediária*. Lisboa, Relógio D'Água Editora.
- WIGGERSHAUS, Rolf. (2001), *A Escola de Frankfurt*. Rio de Janeiro, Editora Bertrand.
- WOOD, Ellen Meiksins. (2003), *Democracia contra capitalismo: A renovação do materialismo histórico*. São Paulo, Boitempo.

Resumo

Adeus ao fim da História: Uma análise crítica da crise da democracia

Existe na atualidade certo consenso sobre a crise atravessada pela democracia liberal e suas instituições. O artigo, em um primeiro momento, passa em revista obras que se vertem sobre o tema no intento de demonstrar suas insuficiências, tanto em termos de diagnósticos quanto de soluções. Em um segundo momento há a proposta de um modo distinto de se encarar a crise da democracia, modo este ensejado por Marx: a forma crítico-categorial. De acordo com essa outra vertente, tratar-se-ia de fenômeno estrutural, imanente ao próprio capitalismo, não de evento conjuntural e atinente tão somente à esfera política. Finalizamos o artigo com o escrutínio dos trabalhos de Robert Kurz sobre o assunto, autor que dá prosseguimento às contribuições sublinhadas de Marx na tentativa de interpretação dos eventos dos séculos XX e XXI.

Palavras-chave: Sociologia da Crise; Capitalismo; Marxismo; Crítica categorial; Crise da Democracia.

Abstract

Farewell to the End of History: A Critical Analysis of the crisis of democracy

There is currently a certain consensus on the crisis that liberal democracy and its institutions are going through. The article, at first, reviews works that deal with the subject in an attempt to demonstrate its insufficiencies, both in terms of diagnoses and solutions. In a second moment, there is the proposal of a different way of facing the crisis of democracy, a way that Marx envisioned: the categorical-critical way. According to this other perspective, it would be a structural phenomenon, immanent to capitalism itself, not a conjunctural event and related only to the political sphere. We end the article with a scrutiny of Robert Kurz's works on the subject, an author who continues Marx's underlined contributions in an attempt to interpret the events of the 20th and 21st centuries.

Keywords: Sociology of crisis; Capitalism; Marxism; Categorical criticism; Crisis of Democracy.

Texto recebido em 21/06/2023 e aprovado em 06/07/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.213462.

DMITRI CERBONCINI FERNANDES é professor associado do Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: dmitri.fernandes@uff.br.

MARIANA CARDOZO BATISTA DE OLIVEIRA é doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: mariana.batista-deoliveira@gmail.com.



A disputa pelo “universal”

Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a arena transnacional das ciências sociais na Guerra Fria (1964-1988)¹

Lidiane Soares Rodrigues*

<https://orcid.org/0000-0003-2011-9888>

Não desejava ser visto como um especialista em Brasil, nem em América Latina.

Celso Furtado, 1997.

[...] universalizou pois escreveu em inglês, o latim de nossos dias.

Fernando Henrique Cardoso, 1976a.

Introdução

Assegurada a autonomia relativa das ciências sociais, e, portanto, sua irredutibilidade às determinações econômicas, é incontornável constatar que a dinâmica de seus intercâmbios transnacionais reproduz as assimetrias geopolíticas entre os países (Gingras, 2002; Sapiro, 2013). A preponderância de uns sobre os outros tem sido objeto de estudos no âmbito de uma sociologia histórica, que identificam a estruturação do espaço de intercâmbio transnacional, na segunda metade do século XX, em (a) um

* Universidade Federal do ABC, Santo André, Brasil.

1. Agradeço a Rosa Freire d'Aguiar, Glauber Sezerino, Adrián Gorelik, Alexandre Barbosa, Darlan Barbosa e Plínio de Arruda Sampaio Jr., assim como aos pareceristas da *Tempo Social*, a leitura e a discussão dos argumentos deste texto, e a Maurice Aymard o acesso aos arquivos de Fernand Braudel. A pesquisa que o originou foi viabilizada parcialmente por bolsas da Fapesp e da Capes (em modalidade Print e do acordo Cofecub). Agradeço também a Sergio Miceli, pois foi seu convite para uma coletânea que me levou a esta pesquisa.

centro bipolar, dominado pelos Estados Unidos da América (EUA) e por certos países europeus; (b) regiões semiperiféricas; e (c) regiões periféricas (Heilbron, Guillot e Jeanpierre, 2008). Desse modo, as propriedades sociais e simbólicas adquiridas no circuito de diplomação das universidades do “centro bipolar” se tornaram pré-requisitos da participação transnacional efetiva – por exemplo: publicar e ser citado, impactar e liderar equipes de trabalho, obter financiamentos de pesquisa em larga escala, ganhar prêmios de relevo. E, a despeito dos esforços em favor de relações menos assimétricas, permanecem escassas as chances de integração e reconhecimento de um *scholar* periférico nos polos centrais do espaço transnacional (Heilbron, Sorá e Boncourt, 2018; Sapiro, 2013, 2014).

Os casos de Celso Furtado (1920-2004) e Fernando Henrique Cardoso (1931) apresentam interesse sociológico por contrariarem essa tendência. Nos anos que sucederam o estabelecimento do regime militar no Brasil (1964), ambos padeceram do exílio político, atuaram como funcionários internacionais e lecionaram em universidades estrangeiras. Em princípio, nada de extraordinário para a geração de acadêmicos qualificados exilados pelas ditaduras latino-americanas. No entanto, suas obras foram *efetivamente* integradas no “centro bipolar” do espaço transnacional: disputaram explicações, ganharam paradas, perderam outras. Em suma, os pares não passaram incólumes às suas obras. Ademais, foram ungidos pela consagração, ainda que em países com posições diversas na hierarquia do espaço.

A presente análise explora tal façanha, adotando a hipótese segundo a qual entre as *posições* objetivas, o *percurso* que conduz a elas e o *conteúdo das tomadas de posição* existem nexos que vale a pena examinar (Bourdieu, 1989, p. 47). Inicialmente, caracteriza o cenário intelectual e político no qual Celso Furtado e Fernando Henrique conviveram em Santiago do Chile, em 1964. Em seguida, reconstitui suas atividades profissionais nas décadas seguintes, privilegiando a fração de suas obras orientada *para e pelos* interlocutores do “centro bipolar” do espaço transnacional. Finalmente, discute os efeitos de anamnese promovidos pela consagração e pelas reviravoltas da política partidária nacional, das quais ambos são investidos pelos respectivos gerenciadores de sua longevidade simbólica.

Caminhos cruzados, rumos opostos

Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso estreitaram laços em Santiago do Chile, em 1964, num cenário conturbado de perseguição política, busca por estabilidade profissional e desarranjo das teses da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal). Esta seção trata de como ambos chegaram à “capital mundial da esquerda” (Cáceres, 2016) e como saíram dela.

O Ato Institucional n. 1, decretado imediatamente após o estabelecimento do regime militar, em março de 1964, cassou os direitos políticos de Celso Furtado por dez anos. Por qual motivo?

Nascido em Pombal, no sertão da Paraíba, numa família de bacharéis em descenso socioeconômico e próxima às elites burocráticas do estado, aos vinte anos ele migrou para o Rio de Janeiro, para cursar a Faculdade Nacional de Direito. Começou a trabalhar como jornalista, ingressou no funcionalismo público, e, pela Força Expedicionária Brasileira (FEB), foi lutar na Segunda Guerra Mundial. De volta ao Brasil, licenciou-se, para ir à França doutorar-se em Economia. Em seu retorno, integrou o quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Martínez Cabañas e Eugenio Castillo visitaram essa instituição, em busca de um brasileiro para compor a equipe do argentino Raúl Prebisch (1901-1986), diretor da Cepal, organismo instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948, com sede em Santiago do Chile. A oportunidade não suscitou interesse de nenhum brasileiro senão de Celso Furtado. Ele trabalhou na Cepal entre 1949 e 1958, quando dela se desligou e assumiu uma diretoria no Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no Brasil – fruto de seu constante intercâmbio e de vínculos com os economistas brasileiros, dos quais jamais descuidou em qualquer período que passou no estrangeiro. A partir do BNDES, tornou-se o mentor da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), instituição estabelecida em 1961, por ele idealizada e meticulosamente articulada junto à presidência de Juscelino Kubitschek (1956-1961). À frente da Sudene, empenhou-se em tirar proveito da guerra fria (Caravaca e Espeche, 2021). Ele explorou habilidosamente as fissuras entre os quadros do Departamento de Estado estadunidense, mais e menos inclinados à militância anticomunista, e que ele conheceu por dentro já na Cepal. Por um lado, a pobreza do Nordeste brasileiro tornou-se assunto internacional, pois os Estados Unidos temiam outra Revolução Cubana (1959), e o advento das Ligas Camponesas, com a liderança de Francisco Julião, parecia anunciá-la. Por outro lado, a administração dos Kennedy e sua “Aliança para o Progresso” representavam um canal para a negociação de verbas e favoreciam intercâmbios com a Sudene (Furtado, 1997a; 1997b; 1997c).

Em 1962, ele se tornou ministro do Planejamento, pasta criada pelo presidente João Goulart (1961-1964), e mentor do Plano Trienal, cujo desiderato principal consistia em combinar crescimento econômico com distribuição de renda. O acúmulo de rusgas políticas com oligarquias nordestinas e elites dirigentes conservadoras, na atuação da Sudene e no Ministério do Planejamento, concorreram para que fosse visto como um comunista pelo regime militar e seus apoiadores (nacionais e estrangeiros), e como um “vendido ao imperialismo”, pela esquerda revolucionária – dinâmica da representação simbólica típica da guerra fria (Iber, 2015; Ridenti, 2022).

Ele poderia ir para o Chile, a convite do Instituto Latino-Americano para Estudos de Desenvolvimento (Ilpes), ligado à Cepal; para os Estados Unidos, a convite da Universidade de Yale, de Harvard e de Columbia; e, também, para a França. Optou pelo Ilpes, em Santiago do Chile, polo de atração da primeira diáspora brasileira após o golpe de 1964.

Diferentemente de Celso Furtado, o regime autoritário não havia cassado Fernando Henrique Cardoso, que ali estava como autoexilado. Por qual motivo?

Nascido em 1931, no Rio de Janeiro, em uma família de militares cuja participação na vida política remonta ao século XIX, sua inclinação para funções de mando vinha do berço e em sua carreira iniciática ela já se realizava plenamente (Garcia Jr., 2004, p. 289). Ele cursou ciências sociais na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP). Florestan Fernandes (1920-1995), que regia a Sociologia I nessa instituição, nele reconheceu tal talento, transformando-o no operador político das condições de afirmação dessa cátedra. Em 1964, Cardoso despontava como liderança do grupo modernizador no interior da reitoria da USP, transitava com desembaraço entre as elites dirigentes do estado e era admirado como leitor da obra de Karl Marx "no original" (Rodrigues, 2019).

Uma vez qualificado como subversivo pelo regime autoritário e convocado a prestar depoimento, ele optou pelo autoexílio, valendo-se de uma carteira sólida, porém pouco alargada, de contatos internacionais, dependentes do circuito do grupo de sociologia do trabalho de Alain Touraine, de quem se tornara amigo poucos anos antes. Começou a peregrinação pela Argentina. Lá, por meio de Nuno Fidelino de Figueiredo (na Cepal desde 1957), recebeu o convite de José Medina Echevarría (1903-1997), idealizador do Ilpes, para se tornar diretor de pesquisas nesse novo estabelecimento, cujo propósito consistia em introduzir a perspectiva sociológica nas discussões dos economistas (Franco, 2013). Aceitou e partiu para Santiago.

No Ilpes, Celso Furtado havia proposto um círculo de leitura dos primeiros textos da Cepal. O sociólogo e o economista estabeleceram, a partir de então, mútua confiança, amizade e uma convergência interpretativa, tão inesperada que Fernando Henrique Cardoso afirmou: "o Celso está trabalhando numa direção bem mais próxima à minha do que parecia em seus livros anteriores" (Cardoso, 1964).

E qual era a direção comum? Tratava-se da constatação de que a concomitância entre regimes autoritários, crescimento econômico e concentração da riqueza demonstrava que "a industrialização não leva necessariamente à autonomia de decisão e ao desenvolvimento autossustentado" (Furtado, 1997c, p. 74). Ou seja, as ideias iniciais da Cepal estavam equivocadas, e eram solapadas as apostas no Estado Nacional como demiurgo da industrialização, e desta como trilha preferencial do desenvolvimento latino-americano (Fajardo, 2021; Beigel, 2014; Rosenthal, 2004;

Assidon, 2002; Bielschowsky, 2000). A partir daí, suas obras se bifurcaram: Celso Furtado se dedicará à teorização do subdesenvolvimento; Cardoso, à da dependência. As duas orientações no espaço discursivo (teoria do subdesenvolvimento/teoria da dependência) consistem em respostas ao padrão competitivo enfrentado por cada um deles, segundo orientações distintas na arena transnacional. Vejamos.

O jovem sociólogo autoexilado, de 34 anos, sai na frente, empenhando-se em protagonizar os ventos da autocrítica das teses outrora encarnadas pelo honorável economista, Celso Furtado. Com efeito, a crítica à Cepal caberia à geração seguinte à de Prebisch e Furtado. No interior dela, a competição em torno de quais foram os “limites interpretativos” da Cepal será acirradíssima, e, em que pese a badalação paulistana em torno do “cosmopolitismo” do sociólogo (Rodrigues, 2021), Fernando Henrique Cardoso não a venceu de bate-pronto no debate junto aos pares do “centro bipolar”.

Em 1967, publicou os resultados do debate no Ilpes, com Enzo Faletto, *Dependência e desenvolvimento na América Latina (DDAL)*. Se a bibliografia a respeito das numerosas vertentes de autocrítica cepalina dá destaque a *DDAL* (Ruvituso, 2020), raras vezes atina que dificilmente uma teoria estaria tão encalacrada em lances disciplinares competitivos na arena transnacional dos organismos atrelados à ONU. Afirmar que as condições econômicas não explicam por si próprias as situações de dependência, visto que estas resultam das estruturas políticas sustentadas por grupos sociais de interesses, consistia também em desbancar a Economia em favor da Sociologia, em antepor o Ilpes à Cepal. Ele cumpria à risca a tarefa designada por Echevarría:

Como o objetivo deste ensaio é *explicar os processos econômicos enquanto processos sociais*, requer-se buscar um ponto de intersecção teórico, onde *o poder econômico se expresse como dominação social, isto é, como política*; pois é através do processo *político* que uma *classe* ou grupo *econômico* tenta *estabelecer um sistema de relações sociais* que lhe permita impor ao conjunto da sociedade um modo de produção próprio [...]. Os *modos de relação econômica, por sua vez, delimitam os marcos em que se dá a ação política* (Cardoso e Faletto, 1970, p. 23 – sublinhados meus).

Já Furtado permaneceu três meses em Santiago e seguiu para New Haven, onde trabalhou, por um ano, como pesquisador no Centro de Estudos do Desenvolvimento da Universidade de Yale, fez conferências pelo país afora e participou de debates sobre o Terceiro Mundo. Não se adaptou. Preteriu os Estados Unidos em favor da França, onde amargou duas décadas de exílio, como professor da Sorbonne. A aposentadoria e a perseguição política surpreenderam-no no auge de suas realizações

e o lançaram numa encruzilhada. Aos 44 anos, seu horizonte dos possíveis *parecia* reaberto, porém fechava-se irremediavelmente: a derrota política era prenúncio do empuxo que o acantonaria numa posição dominada *entre* dominantes, não apenas nos quadros políticos nacionais, porém também no âmbito do espaço transnacional da ciência econômica.

Cardoso permaneceu em Santiago por três anos, publicou *DDAL*, antes de ir para Paris lecionar na Universidade de Nanterre, a convite de Touraine. Em 1968, voltou ao Brasil, ganhou cátedra de Política na USP, mas foi aposentado compulsoriamente e impedido de lecionar. Diferentemente de 1964, não se exilou, e tampouco sua carteira de relações internacionais era tão restrita. Ele a ampliou e a adensou, à frente do Ilpes, podendo acioná-la, para obter confiança e financiamento da Fundação Ford (FF), para a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), instituição em que se fixou até a abertura política, acolhendo perseguidos pelo regime autoritário.

Os caminhos do economista e do sociólogo cruzaram-se em Santiago, e, em seguida, os rumos de suas carreiras se arresvam: o antigo professor universitário, Fernando Henrique Cardoso, se converterá em pesquisador e funcionário internacional da Ford, sediado em São Paulo. Já Celso Furtado, inversamente, passará dessa condição àquela.

O latino-americanismo na França, Celso Furtado e a Sorbonne

As migrações podem ser compreendidas pelas condições desfavoráveis do ponto de saída e atrativas do ponto de chegada. Segundo Celso Furtado, seu rechaço aos Estados Unidos atrelava-se ao modelo científico estadunidense, cujo pressuposto era a irrelevância do pensamento latino-americano:

[...] [havia alguns] com bom conhecimento do pensamento latino-americano em matéria de *desenvolvimento* [...]. Mas esse *pensamento parecia ser de total irrelevância para as pessoas de maior influência* [...] concordavam comigo [...] [sobre a necessidade do] enfoque interdisciplinar [e de um] novo quadro conceitual dentro da própria economia. Mas a verdade é que ninguém se atrevia a afastar-se do paradigma dominante, *temendo uma inevitável desqualificação acadêmica*. Até então, não me *apercebera do verdadeiro terrorismo que exerce na economia a escola do pensamento dominante*. [...] É fácil criticá-lo, diziam-me, mas se sairmos dele perderemos o pouco de *consistência científica* que obtivemos até agora (Furtado, 1997c, pp. 153-154 – sublinhados meus).

A sua percepção inédita ligava-se à inédita posição que passara a ocupar. Não era uma novidade a inclinação "anti-Cepal" dos Estados Unidos, vivida de modo dramá-

tico, na Cepal, na Sudene, em incidentes pessoais e profissionais (dentre outros, as negociações fracassadas pela suspeita de seu comunismo). Mas sua derrota política e seu exílio o eram. Daí buscar preservar-se do “clima geral” de “pouca simpatia por alguém que se fizera notório por atividades ditas ‘subversivas’ na América Latina” (Furtado, 1997c, p. 173) num país em que tal insígnia era, ao contrário, motivo de apreciação – a França.

Havia uma convergência auspiciosa entre seus projetos e os rumos políticos do latino-americanismo do hexágono, comandado pelo general De Gaulle. Na geopolítica da guerra fria, De Gaulle tratava de afirmar a autonomia francesa frente aos Estados Unidos. Daí desvencilhar-se da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), reconhecer o governo de Mao Tsé-Tung e, entre outros lances, disputar o mercado econômico e cultural da América Latina, guiado pelo diagnóstico segundo o qual a cooperação científica acumulada junto ao continente estava sendo negligenciada (Tournès, 2011; Martinière e Chonchol, 1985).

Para Celso Furtado, De Gaulle “marcara o país recentrando-o e restaurando-lhe a consciência de um destino histórico próprio”, a despeito de a França “acumular considerável atraso *vis-à-vis* dos países que formam a vanguarda da civilização material moderna” (Furtado, 1997c, p. 175): as afinidades entre o modo como percebe o cenário francês e seu próprio projeto para o Brasil são evidentes.

A dinâmica do latino-americanismo no país era movida pela rivalidade com os Estados Unidos, como parte da equação do antiamericanismo francês típico da guerra fria (Scot, 2016, p. 385). O espaço dos latino-americanistas ia se segmentando. De um lado, o de “burocratas e políticos”, do qual Furtado não se aproximou. De outro, o “midiático” e o “universitário”, que ele explorou. Os expoentes deste último haviam pertencido às missões universitárias brasileiras dos anos 1930, formavam “latino-americanistas” franceses, e recebiam latino-americanos exilados. Já o “midiático” se adensava em função do interesse crescente da opinião pública francesa pelo continente, após a Revolução Cubana (Martinière e Chonchol, 1985; Bianconi, 2014).

Celso Furtado se movimentou com clareza cardinal nestes dois últimos segmentos do espaço intelectual latino-americanista francês. Nomeado por decreto presidencial de De Gaulle, em 1965, assumiu a cátedra de Desenvolvimento Econômico na Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris (posteriormente, “Paris I Panthéon-Sorbonne”). Concomitantemente, lecionou no Instituto de Altos Estudos da América Latina e no Instituto de Estudos do Desenvolvimento Econômico e Social. Suas aulas atraíam tantos interessados que, a fim de acomodá-los, elas foram deslocadas para o espaçoso Anfiteatro VIII da Sorbonne, na Praça do Panthéon. Pudera.

Sabia ele que Paris era “caixa de ressonância mundial para o Terceiro Mundo” (Furtado, 1997c, p. 175), e que “a simpatia” suscitada pelo continente “era reflexo da repulsa que provocava a dominação sobre ela exercida por empresas e autoridades norte-americanas” (Furtado, 1997c, p. 177). Aceitou organizar o número especial sobre o Brasil na revista de Jean-Paul Sartre, *Les Temps Modernes*. Por qual motivo?

[...] não porque me sobre tempo. Mas porque considero importante que contribuamos para modificar a imagem de nosso país [...]. A velha geração de brasileiristas^[2] (Bastide, Byé, Monbeig...) tende a passar para um segundo plano. [...] existe um *certo ceticismo com respeito ao valor de qualquer estudo que se faça sobre o nosso país, em face dos enormes recursos que os americanos estão pondo nessa tarefa*. Isso é de preocupar [...] *será ainda mais de lamentar que o mundo tenda a pensar e decidir sobre o Brasil partindo exclusivamente dos ingredientes preparados nos Estados Unidos ou sob direção americana* (Celso Furtado para Fernando Henrique Cardoso. Paris, 2 de janeiro de 1966a – sublinhados meus).

A restrição de tempo e a urgência das causas impõem certas práticas. O economista passou a expor suas teses por meio de títulos capazes de dizer muito em pouco espaço: “L’hégémonie des États-Unis et l’avenir de l’Amérique latine” (*Esprit*, juillet-août 1966); “Sécurité américaine et révolution latino-américaine” (*Le Monde*, 5 et 6 janvier 1966); “La concentration du pouvoir économique aux États-Unis et ses projections en Amérique Latine” (*Esprit*, avril 1969). Tratava-se de garantir já na moldura semântica dos ensaios, isto é, no título (Genette, 2009), a afirmação do substancial: as possibilidades de soberania política do continente eram indissociáveis do exercício do domínio imperialista estadunidense. É também o que se observa na junção, em 1970, de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (de 1966) com *Um projeto para o Brasil* (1968), para publicar em volume único com o título *Les États-Unis et le sous-développement de l’Amérique Latine*. Segundo ele, o objetivo era realçar “os aspectos externos determinantes do subdesenvolvimento” (Furtado, 1970, p. 21). Contudo, não se realçam “determinantes” quaisquer para qualquer público, porém as estadunidenses (particularmente, as que dizem respeito aos liames entre seu Estado, a instabilidade política no “hemisfério sul” e suas grandes empresas multinacionais) para o leitor francês.

O apreço pela França, que remontaria à educação familiar de Celso Furtado (Barboza, 2023), foi reforçado em seu exílio parisiense e favoreceu sua inserção na tradição de pensamento desse país, segundo a qual a América Latina *se fez* contra os Estados

2. Desnecessário dizer que não se trata de um “erro” de grafia, mas de indício de que a categoria “brasileiristas” ainda não tinha a estabilidade semântica que adquiriu depois.

Unidos (Martinière, 1982, p. 25). Não surpreende a correspondência *ipsis litteris* entre o antiamericanismo do hexágono e seus princípios de apreciação e de depreciação, tanto os de caráter científico quanto os de gosto e estilo de vida. Por se tratar de um economista, chama a atenção que tenha incorporado a representação hexagonal do estadunidense como um filisteu destituído de gosto, discernimento e imaginação política, e dotado de apetite insaciável por dinheiro (Scot, 2016; Tilly, 1992; Bourdieu, 1992):

[...] é pouco comum entre os norte-americanos que alguém se isole para ler nos fins de semana. O mais corrente é dedicar-se a uma atividade *manual* e participar de grupos formados por vizinhos. A conversa é de preferência *simplória* [...]. Se eu ocasionalmente me referia a um livro que estava lendo, é possível que alguém inserisse um comentário pertinente. Mas, mesmo entre pessoas de nível cultural elevado [...] *atividade estritamente intelectual é vista como dilettantismo*. Ademais, a *forte preocupação com a carreira pessoal* tende a exacerbar a competição entre indivíduos (Furtado, 1997c, p. 139 – sublinhados meus).

Paris: o “universal” em disputa

Do ponto de vista sociológico, as leis que regram o mundo econômico não foram “descobertas” pelos economistas, mas foram por eles construídas, na reordenação geopolítica global, no pós-guerra, da qual foram agentes decisivos (Bourdieu, 1998). E das iniciativas da filantropia americana, a ação da Fundação Ford, na Europa e, em particular, na França, que teve como alvo prioritário a reconstrução das escolas de Economia – era uma das frentes desta reordenação (Tournès, 2011; Fourcarde, 2006; Guilhot, 2005). Tratava-se de desenvolver em concomitância as ciências sociais nos Estados Unidos e na Europa, a fim de formar um segmento de “intelectuais compartilhando os mesmos esquemas de pensamento de uma parte a outra do Atlântico, favorecendo assim a coesão do campo atlântico contra a União Soviética” (Tournès, 2011, p. 289; Parmar, 2015).

Daí resulta um campo globalmente estruturado, no qual se observa a antecedência de organismos e convenções internacionais em relação às nacionais e locais – ou seja, “a internacionalização lidera a regionalização, e não o contrário” (Fourcarde, 2006, p. 174). Por isso, os campos nacionais dos economistas pressupõem a formação e a circulação não nacionais, segmentando-se em “US-oriented” e “US-non-oriented”. O centro dinâmico dominante da produção de convenções científicas da área encontra-se na trinca Harvard, MIT e Yale. Além disso, a socialização dos agentes e seus ritos de instituição investem-nos de uma *illusio* inquebrantável a respeito da cientificidade de sua disciplina, da universalidade de suas asserções e de sua superioridade intelectual e moral.

Essa última propriedade foi incorporada plenamente por Celso Furtado, portador de predisposições conformes a ela (Barboza, 2023). Contudo, tal senso de superioridade será uma das alavancas voltadas contra as demais propriedades do campo econômico – isto é, a “cientificidade” e a “universalidade” de suas leis. E cumpre esclarecer: nada seria mais distante da perspectiva furtadiana do que antepor ao universalismo *um* particularismo – tendência hodierna. Ao contrário. Como ele sublinha: “eu assistia razão a De Gaulle quando sustentava: ‘Ninguém nos dá lição de universalismo’” (Furtado, 1997c, p. 175). Efetivamente, é orientado por princípios “universais” que Celso Furtado intenta desbancar o universalismo de seus pares e elabora a “teoria do subdesenvolvimento”.

Para Furtado, o universalismo economista consistia num equívoco na medida em que subordinava, sem consideração científica consequente, todas as experiências nacionais à dos países “desenvolvidos”. Insistiu, copiosamente, que a “economia” tal como ensinada, compreendida e *construída* é estadunidense e, portanto, está longe de corresponder às leis universais que sustenta. Elaborou o oxímoro segundo o qual elas são “universais” no contexto particular dos Estados Unidos. Em contrapartida, para ele, a teoria deveria abstrair as leis que regem simultaneamente centro e periferia, desenvolvimento e subdesenvolvimento – ademais, em perspectiva diacrônica. Daí afirmar que o erro crucial da perspectiva estadunidense está em ignorar que o *desenvolvimento* produziu o *subdesenvolvimento*, e em defender que este último seja um estágio necessário da linha evolutiva que levaria ao primeiro (Furtado, 1997c, pp. 155-156). Essa tomada de posição dirigia-se contra o economista Walt Whitman Rostow (1916-2003), que publicou, em 1960, *The stages of economic growth: a non communist manifesto*, livro em que apresentava a teoria segundo a qual *todas* as sociedades apresentariam cinco estágios que as conduziriam ao patamar do desenvolvimento.

O trecho de *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* é exemplar:

O subdesenvolvimento deve ser compreendido como um fenômeno da história moderna, coetâneo do desenvolvimento [...] [*ele não é*] *uma “fase” do processo de desenvolvimento*, fase essa que seria necessariamente superada sempre que atuassem conjuntamente certos fatores. Pelo fato mesmo de que são coetâneos das economias desenvolvidas, isto é, das economias que provocaram e lideraram o processo de formação de um sistema econômico de base mundial, os atuais países subdesenvolvidos *não podem repetir a experiência dessas economias. É em confronto com o desenvolvimento que teremos de captar o que é específico ao subdesenvolvimento* (Furtado, 1966b, p. 3 – sublinhados meus).

A denúncia da particularidade da pretensão universalista era uma frente de batalha numa luta obstinada e mais ampla em torno da legitimidade da enuncia-

ção de leis gerais: “não desejava ser visto como um especialista em Brasil, nem em América Latina” (Furtado, 1997). Com efeito, como foram atreladas aos objetos a mesma assimetria que os caracteriza fora do espaço científico, e à credibilidade dos cientistas a posição que seus países ocupam na hierarquia geopolítica global, então “os trabalhos teóricos em torno do crescimento alcançavam relevo” se tratassem “da dinâmica das economias desenvolvidas”. Porém, quando tratavam “de regiões ‘atrasadas’ confundiam-se com os estudos de ‘áreas’, de escasso prestígio nos círculos acadêmicos” (Furtado, 1997c, p. 148). Dito de modo simples: como o Terceiro Mundo é uma “área”, a seus intelectuais dá-se o direito a análises empíricas, e como o primeiro é (base de) teoria, seus nativos emitem abstrações gerais legitimamente. O apelo pela superação da assimetria entre os pares é o mesmo da denúncia da particularidade do universal em economia:

Ao discutir o tema do poder econômico em termos os mais amplos possíveis, eu me empenhava em fazer que *os nossos problemas fossem encarados como de interesse geral, devendo todos os povos contribuir para sua solução. Era necessário fazer compreender que somos todos interdependentes, que as soluções têm que ser globais*. Eu tinha presente no espírito o bloqueio criado no mundo universitário norte-americano pela compartimentação de temas e problemas. *Não desejava ser visto como um especialista em Brasil, nem mesmo em América Latina*. Sabia que nada se compreende de Terceiro Mundo se não se parte de uma visão global da economia internacional, e em especial da dinâmica das economias dominantes. A verdade é que, para perceber o que se passa na América Latina, é essencial partir do estudo dos Estados Unidos, e, pelo que eu saiba, não existia então nenhum centro dedicado ao estudo desse país como um sistema de poder mundial, nem mesmo na Europa Ocidental (Furtado, 1997c, p. 178 – sublinhados meus).

Ademais, as contrapartidas entre o espaço discursivo e o morfológico são notáveis. Enquanto as escolas estadunidenses iam se tornando dominantes, ele opta por se fixar na França; enquanto elas apostam nos mecanismos de fechamento de grupo (tais como a disciplinarização e o hermetismo da linguagem, por meio da modelização matemática), em direção oposta, ele se dirige à tradição da Economia Política e à interdisciplinaridade com áreas dominadas, como a História e a Geografia (Bourdieu, 1984): “o estudo das estruturas subdesenvolvidas não permite mais isolar as variáveis econômicas das não econômicas” (Furtado, 1970, p. 11).

A combinação entre domínio de uma tradição e posição objetivamente dominada incita os agentes às “revoluções simbólicas” em seus respectivos campos (Bourdieu, 1984, 1989, 1996). Celso Furtado corresponde, precisamente, a este caso, ao identificar os *erros* das convenções “gerais” em matéria de política econômica global e de

desenvolvimento, ao transformar em particularidade as convenções tomadas como universais – ao virar de ponta-cabeça a lógica dos economistas *mainstream*. Essa posição, no "centro bipolar" não anglófono, lhe confere visibilidade, consagração e reconhecimento junto ao Terceiro Mundo, justamente o polo que ocupa na geopolítica global uma posição homóloga à dele no campo profissional (Lebaron, 2002).

A despeito de seus problemas com a diplomacia brasileira e estadunidense, ele se manteve em circulação: constam pelo menos três viagens profissionais ao Brasil (em 1968, em 1971 e em 1975, para oferecer um seminário na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP). Em missão das Nações Unidas, no decênio de 1970, fez diversas viagens a países da África, da Ásia e da América Latina. Além disso, foi professor visitante na American University, em Washington, em 1972; e, no ano seguinte, como *fellow* do King's College, ocupou a cátedra Simon Bolívar em Cambridge (Inglaterra). Em 1976, atuou como professor visitante na Universidade de Columbia (Nova York). Em 1982, desvincilhou-se da Sorbonne, mantendo-se como diretor de pesquisas e de seminários na École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS). Nesse ínterim, integrou o Conselho Acadêmico da recém-criada Universidade das Nações Unidas, em Tóquio (UNU) e recebeu um mandato do Committee for Development Planning (da ONU). Como, desde 1972, ele se aproximou do grupo de intelectuais em torno do jornal *Opinião*, com o qual passou a colaborar por convite de Fernando Gasparian, ao intensificar suas viagens ao Brasil, em função da Lei da Anistia, reintegrou-se à vida política, filiando-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – e teve fim seu exílio.

O latino-americanismo nos Estados Unidos, Fernando Henrique Cardoso e o Cebrap

Enquanto Celso Furtado trabalhava na Sorbonne, Fernando Henrique Cardoso trabalhava no Cebrap. O primeiro integrava-se ao latino-americanismo francês opondo-se ao campo intelectual estadunidense. Já o segundo logrou fazer dessa oposição um modo de integração a esse mesmo espaço intelectual. Como foi possível tamanha proeza?

Houve um crescimento notável de estímulos financeiros e institucionais aos estudos latino-americanistas, nos Estados Unidos, após o alinhamento de Cuba à União Soviética, em 1961 (Delpar, 2008). Os indícios de adensamento da área consistem tanto em sua institucionalização – com a criação da Latin American Studies Association (Lasa) e de sua revista *Latin American Research Review* (LARR),

em 1966 – quanto em sua segmentação competitiva geracional. Já em 1970, o grupo dos jovens “West Coast intellectuals” rompeu com a Lasa, criando um organismo e uma revista concorrente, a Union of Radical Latin Americanists (Urla) e a *Latin American Perspectives* (LAP). Segundo eles, a Lasa era conivente com a política externa imperialista dos Estados Unidos.

Daí se lançarem como os introdutores da “teoria da dependência” nos Estados Unidos (Delpar, 2008; Blomström e Hettne, 1984), resultado de uma homologia posicional. Os “West Coast” que se opunham à direção da Lasa, por nela reconhecerem um equivalente do *establishment* estadunidense, e os “dependentistas” se opunham à “teoria da modernização”, uma versão sociológica das etapas econômicas de Rostow, que orientava a ação de quadros dirigentes e a política externa dos Estados Unidos. Por meio dos “West Coast”, a tomada de posição em relação à “teoria da dependência” vai se tornando um dos atípicos das disputas do campo intelectual estadunidense, e os intelectuais latino-americanos nele vão sendo integrados.

Sob a liderança de Ronald Chilcote, a LAP promoveu debates sobre a teoria da dependência, e transformaram André Gunder Frank (1929-2005) – autor de *Capitalism and underdevelopment in Latin America*, que sustentava que a dependência no continente só poderia ser superada pela revolução socialista – na “personificação” dela nos Estados Unidos (Delpar, 2008; 2020b; Kay, 2010; Blomström, Hettne, 1984).

Em contrapartida, embora *DDAL* já contasse com traduções e circulasse na praça havia sete anos (Ruvituso, 2020), não catapultava Fernando Henrique Cardoso ao centro do “centro bipolar” (Rodrigues, 2022). O sociólogo estava ciente disso. E nada satisfeito. Assim, quando foi convidado pela LAP para comentar obras, além de não disfarçar o desgosto em ser comentarista (e não comentado), não poupou artilharia: descredibilizou os autores em exame, desqualificou autores estadunidenses e aproveitou a chance para reivindicar a leitura e a tradução de seu próprio livro para o inglês, o que só ocorreria em 1979, doze anos depois da primeira edição de *DDAL* em espanhol:

Para começar [Raúl Fernández e José F. Ocampo] endereçam o fogo do ataque teórico a uma entidade abstrata criada por divulgadores norte-americanos: os “dependentistas”. É difícil ser preciso criticando em bloco autores e interpretações que *discordam entre si* em pontos significativos. Na verdade, *a parte central da crítica se dirige a André Gunder Frank* [...] por extensão [...] *entram no mesmo saco todos os “dependentistas”* [...] não fosse pelos nomes próprios hispânicos dos autores, eu pensaria que *eles não leem castelhano e português, tal a pobreza da bibliografia usada*, quase sempre (com a exceção do livro que escrevi com Faletto, que é mencionado na bibliografia, mas na verdade não foi analisado) baseada em publicações em inglês (Cardoso, 1974a, p. 66 – sublinhados meus).

A insistência (iniciada no excerto acima) segundo a qual os “dependentistas” são muito diferentes entre si é ensejo para o empenho em diferenciar-se de Frank, e, simultaneamente, do “ismo” em questão (Boschetti, 2014):

[...] se [Fernández/Ocampo] fossem mais cuidadosos teriam *distinguido* entre os que eles chamam de “dependentistas” e as diversas interpretações. Veriam inclusive que Frank, ao criticar os que caracterizariam, segundo ele, a estrutura agrária brasileira do “feudal”, *endereçou a crítica também a mim*. E, se fossem mais cuidadosos e rigorosos ainda, veriam que Frank se equivocou: sem jamais ter pensado tal *barbaridade histórica*, [...] jamais aceitei que “já que não é feudal é capitalista”... (Cardoso, 1974a, p. 67 – sublinhados meus).

O texto em destaque é apenas um dentre tantos em que adota a mesma estratégia. De um lado, mirando a posição ocupada por Frank, empenha-se incansavelmente por distinguir suas ideias das dele. De outro lado, descredibiliza as práticas de leitura do próprio espaço intelectual estadunidense, girando a crítica em seu favor. Isso porque a consagração de Frank e a indistinção entre este autor e ele são o mote do decreto a respeito da ignorância dos Estados Unidos sobre os intelectuais da América Latina.

Esse exercício não vingaria, entretanto, se o conteúdo da distinção contra Frank não interpelasse as inquietações dos interlocutores estadunidenses. E, bem ponderadas as coisas, ele caía como uma luva para o estado das demandas acadêmicas e ideológicas do período.

Tratava-se, então, de opor-se à esquerda (fosse a “marxista” à la Frank, fosse a cepalina) *sem* girar à direita, e de opor-se à direita (à la Rostow), *sem* girar à esquerda revolucionária. Portanto, desbancar os dois lados, criando um terceiro palatável, com o melhor de ambos: o contorcionismo é típico do processo de diferenciação do espectro ideológico da guerra fria que redundará na *doxa* da democracia liberal como modelo global ideal (Rodrigues, 2020; Guillhot, 2005). Era a tal ginástica que ele se referia ao afirmar, em calculado tom de fastio: “não é fácil ser intelectual [de esquerda] nas sociedades da periferia do sistema capitalista.” (Cardoso e Serra, 1979). A disputa das categorias de classificação esquadrinha a topografia das posições:

[...] a crítica não se orienta apenas contra a “direita”, mas também contra setores, *em geral preponderantes, da esquerda intelectual*. Teoricamente, é insatisfatório substituir as análises inspiradas na teoria do desenvolvimento *por outras tantas que existem, de forma geral e indeterminada, em que o processo do desenvolvimento capitalista se dá em proveito da burguesia e de que nas condições da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo internacional ele é uma expressão do imperialismo* (Cardoso, 1971b, pp. 27-28 – sublinhados meus).

A Lasa o convidou para proferir uma conferência em seu congresso em Atlanta, em 1976, e ele explorou ao máximo a oportunidade. Claramente aludindo aos diversos balanços bibliográficos de época, nos quais seu livro não figurava em destaque, rebaixou os latino-americanistas estadunidenses e sua esquerda marxista, assinalando seu desconhecimento do debate entre latino-americanos. O princípio gerador mais elementar de suas intervenções orientadas *para e pela* competição do enquadramento da percepção da teoria da dependência, no meio estadunidense, seguia a dinâmica do “pertencer e distinguir-se” – isto é, sou um deles (dependentista), mas melhor do que eles (autor de uma obra única). Por isso, a despeito da solenidade da ocasião, não se furtou a emitir ironias e classificações pejorativas, a fim de tomar distância e de rebaixar os autores a ela associados. Referindo-se à linhagem “revolucionária”, classificou-a de: “marxistas evolucionistas embrutecidos” (Cardoso, [1976a] 1993, p. 132); “corrente de marxismo vulgar” (Cardoso, [1976a] 1993, p. 131) – entre outros termos injuriosos. Ilustre-se o tom da conferência com sua abertura:

[...] um *observador* que desembarcasse de um “objeto não identificado” de órbita lunar e chegasse às reuniões dos latino-americanistas nos últimos anos daria razão aos antropólogos estruturalistas. Diria que se repetem versões de um mesmo *mito*: dependência e desenvolvimento, exploração e riqueza, atraso e alta tecnologia, desemprego e alta concentração de renda. Levemente *entediado*, nosso ser do outro mundo diria: “*o cérebro desta gente deve limitar as imagens e o pensamento deles a oposições binárias*”. E com a sensação de entrar numa discussão em que *a imaginação está acorrentada* a modelos preestabelecidos que volto a debater o significado das análises sobre dependência. Não obstante, pelo simples fato de estar aqui, *como se fosse um dos founding fathers da dependência*, endosso o consumo cerimonial do tema (Cardoso, [1976a] 1993, p. 125 – sublinhados meus).

Em 1982, a *LARR* promoveu novo debate sobre a teoria da dependência. Desta vez, a motivação era nada mais nada menos do que a publicação de *DDAL* em inglês. Enquanto Tulio Halperin-Donghi (1924-2014), historiador argentino, exilado nos Estados Unidos desde 1966, interveio em favor de Fernando Henrique Cardoso, o cientista político estadunidense Robert Packenham o fez contra. Trata-se de um indício inequívoco da alteração da posição do brasileiro: seu livro passou a segmentar interlocutores em pró e contra, situando-o, portanto, no centro das controvérsias, e ele se afirmou como autor – isto é, traduzido, lido e comentado, saindo do limbo opaco da posição de “comentarista”, com a qual iniciou sua saga.

O texto elogioso de Halperin-Donghi reproduz *ipsis litteris* os princípios de percepção que Fernando Henrique Cardoso havia trabalhado para fazerem valer na recepção de sua obra, notadamente: ele se distingue de Frank (Halperin-Donghi,

1982, p. 116); ele não endossa as apostas políticas revolucionárias de Frank, Régis Debray, Rui Mauro Marini e outros “marxistas vulgares” (Halperin-Donghi, 1982, p. 117); os argumentos de Frank são tão fracos que sequer os *scholars* à direita se dão ao trabalho de lhe responder (Halperin-Donghi, 1982, p. 121). Packenham, em contrapartida, coloca em dúvida tal qualificação de *DDAL*, analisando minuciosamente as mudanças preparadas para a edição em inglês. E, assim, reforça a posição do sociólogo no centro do debate, trabalhando em favor de sua visibilidade. Documenta uma dimensão decisiva da vida social das ideias: Cardoso havia criado demanda pela tradução de seu livro, preparando os quadros de recepção dela. O conteúdo da leitura já estava socialmente estabelecido (Rodrigues, 2022). Daí, o esparneio de Packenham:

[...] [é preciso] uma precaução crucial: cuidado com a síndrome do “*todo mundo sabe*”. Há características da dependência em geral, e da abordagem de Cardoso mais especificamente, que “*todo mundo sabe*”. [...] muitas pessoas, incluindo acadêmicos, estão preparadas para endossar, ou descartar [...] argumentos sobre o trabalho de Cardoso sem sequer considerar as evidências com base no fato de que “*todos sabem*” que ele fez ou não fez este ou aquele argumento. O próprio Cardoso frequentemente usa esta técnica para defender seu trabalho e atacar o trabalho de outros. Neste tipo de situação o melhor caminho é prestar muita atenção às evidências do que realmente foi e não foi dito e ser cético em relação às reivindicações que não são apoiadas por citações e provas (Packenham, 1982, p. 132 – sublinhados meus).

No período em que Celso Furtado tinha sede em Paris, foram muitas as viagens de Fernando Henrique Cardoso ao estrangeiro, porém fugazes e motivadas por convites – jamais por dificuldades políticas. Três anos depois de Celso Furtado, ele ocupou a cátedra Simon Bolívar em Cambridge (Inglaterra, 1976). Na França, também foi professor visitante no Instituto de Estudos sobre o Desenvolvimento Econômico e Social, em 1977, e diretor associado de estudos na Maison des Sciences de l’Homme (MSH) e na EHESS, em 1980. Nos Estados Unidos, ele foi professor visitante em três ocasiões: em 1972 (Institute of Political Sciences, Universidade da Califórnia, Stanford); em 1975 (Institute for Advanced Study, Princeton, New Jersey); em 1981 (Departamento de Sociologia, Universidade da Califórnia, Berkeley). É notável que os laços do sociólogo são mais estreitos com os Estados Unidos: com mais frequência do que Celso Furtado, ele foi convidado por instituições desse país; e com mais intensidade do que os países europeus, esse país atesta o interesse constante por sua obra e sua figura. Antes de se tornar presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA), em 1983, Fernando Henrique Cardoso foi agraciado com insígnias institucionalizadas de reconhecimento. As universidades dos Estados Unidos deram

início à coleção de 31 títulos de *doutor honoris causa*, concedendo-lhe o primeiro deles em 1978 – ocasião na qual foi saudado por ser alguém que:

[...] abriu novos caminhos para a compreensão da relação entre as nações industriais avançadas e o Terceiro Mundo. Para além da sua formação acadêmica, você incorporou as bandeiras políticas das pessoas oprimidas do seu país, o Brasil. Numa era de incerteza e de cepticismo, você mostrou clareza de propósito e percepção; ameaçado pela perseguição política, você mostrou coragem e convicção. [...] (Nova Jersey, s/a, 1978).

O que as tomadas de posição devem às posições?

A convergência interpretativa sedimentada no Chile autoriza afirmar que o trecho abaixo poderia ter sido escrito por ambos. Trata-se de uma dimensão analítica:

[...] os empresários que operam na Nação, mas não são “nacionais”, se orientam por uma visão “internacionalizante” e tendem a controlar os setores mais modernos e de maior desenvolvimento tecnológico [...] [nem eles] nem o setor ideologicamente nacional-populista [...] expressam em suas ideologias a “vocaçao de domínio” que caracterizaria uma classe ascendente que constrói uma Nação. [...] Ora, toda a literatura especializada ressalta o fato de que o empresariado moderno, nos países altamente industrializados, torna-se ao contrário, cada vez mais atuante politicamente e mostra que o controle do Estado se transforma no instrumento decisivo da política empresarial. [Porém] [...] *desde o momento em que o sistema capitalista internacional de produção industrial se internaliza nas nações dependentes, deixa de existir uma relação necessária entre “desenvolvimento, independência nacional e burguesia industrial”*. [...] Isso indica, uma vez mais, *a especificidade estrutural da situação das sociedades industriais e dependentes* (Cardoso, 1971a, pp. 202-204 – sublinhados meus).

No entanto, do ponto de vista da dimensão das estratégias políticas de afirmação da América Latina, as perspectivas encontradas nas obras são divergentes. Segundo *DDAL*: a superação ou a manutenção dos bloqueios à autonomização nacional não são determinadas apenas por condições econômicas. Porém, pelo “jogo de poder que permitirá a utilização em sentido variável dessas condições econômicas” (Cardoso e Faletto, 1970, p. 142). A lógica do argumento do sociólogo (“depende do jogo”) não corresponde à do economista, para quem a segurança da soberania dos Estados Unidos se tornou o primado geopolítico incontornável:

Nós nos damos conta de que a margem de autodeterminação na busca dos meios para fazer face à tendência à estagnação se reduz na medida em que *os imperativos de segurança dos EUA*

impõem aos governos nacionais uma alienação de sua soberania. Esta diferença de situação histórica explica [...] a disparidade das atitudes que se observa correntemente nos povos latino-americanos e nos do Terceiro Mundo. O otimismo desses últimos se opõe à revolta [dos primeiros] [...] (Furtado, 1970, p. 30 – sublinhados meus).

A partir do momento em que se define a “segurança” dos EUA como incluindo a manutenção do status quo social da região latino-americana, é perfeitamente claro que a autonomia dos países dessa região [...] para superintender o próprio desenvolvimento fica reduzida a pouca coisa. [...] É esse um problema que nunca foi objeto de discussão aberta nos círculos governamentais desse país, sendo a “ajuda econômica” considerada pelo Congresso como simples complemento da “ajuda militar, que é definida no âmbito estrito da política de segurança. [...]” (Furtado, 1970, pp. 41 – sublinhados meus).

A despeito do trabalho convergente de ambos para a afirmação de valor do pensamento latino-americano, a definição econômica de (sub)desenvolvimento e a sociológica de “dependência” resultaram de posições objetivas e estratégias muito distintas no espaço transnacional. Fernando Henrique Cardoso, ao responder a “que fazer?” com uma sentença aberta (“depende do jogo”), transporta o princípio gerador das estratégias de sua trajetória transnacional vitoriosa para a discussão “teórica”. Ademais, articulada às estratégias de diferenciação de Frank, acima apresentadas, a plasticidade dessa resposta torna compreensível a torrencial discussão em torno do livro: como ele não responde, cada leitor pode encontrar sua própria resposta.

Em contrapartida, se Celso Furtado responde à mesma indagação com um diagnóstico fechado (o custo da segurança estadunidense é a soberania da periferia), é porque os dramas de seu percurso o tornam mais sensível às determinações inexoráveis.

Essas diferenças deram origem a um conjunto de acusações políticas que opuseram ambos como “entreguista” e “estatista”. Corretas ou não, o exame objetivante ambiciona uma explicação sociológica e amoral dessas diferenças. Para tanto, são cruciais, de um lado, as origens sociais de ambos e, de outro, as distintas estratégias de afirmação intelectual no cenário transnacional com epicentro nos Estados Unidos. Comece-se por este último ponto.

Ambas as *posições e tomadas de posição* na afanosa arena científica transnacional foram objetivamente constituídas como parte da “guerra fria científica” – porém, formuladas enquanto tais apenas por Celso Furtado, que sofreu seus condicionamentos. Em contrapartida, a guerra fria inexistente na obra de Fernando Henrique Cardoso, assim como o problema da soberania dos Estados Unidos – referenciado indiretamente, em sentenças de rechaço à “esquerda”, como a destacada acima: as *“condições da América Latina e do desenvolvimento do capitalismo internacional [não*

se resumem a] uma expressão do imperialismo” (Cardoso, 1971b, pp. 27-28). Ademais, as dinâmicas do latino-americanismo estadunidense e francês são diferentes, assim como a posição assumida por cada um deles no espaço transnacional de suas disciplinas (economia e sociologia).

Celso Furtado, em pleno domínio da tradição disciplinar, foi marcado por uma trajetória profissional e política de descenso que o acantonou no polo dominado de sua área. O confronto com os Estados Unidos foi constante, tendo como plataforma o antiamericanismo francês. Ele reúne todos os atributos típicos da predisposição à revolução simbólica contra o *mainstream*. Já Fernando Henrique Cardoso disputou uma posição no espaço estadunidense e a conquistou com louros e glórias. É compreensível que em seus diagnósticos encontre-se menos confronto que sentenças como a realçada acima, redundando sempre no “dependerá da negociação”. Para Celso Furtado, os Estados Unidos foram um problema e estiveram no coração de seu processo de descenso da política para o magistério; para o sociólogo, os Estados Unidos foram a tábua de salvação simbólica, e sua consagração neste país fez parte do giro de seu ascenso do universo intelectual para a esfera da política.

Com efeito, o ponto final de suas trajetórias é o culminar de curvas invertidas de ascensão rumo ao topo do Estado nacional e de descenso dele. Fernando Henrique Cardoso ascende de acadêmico a senador (1978), ministro (1992) e, finalmente, presidente da República (1994-2002). Já Celso Furtado, após ter exercido posições de dirigente (funcionário da ONU, liderança do BNDES e da Sudene, ministro do Planejamento, entre 1948-1964), declina a um posto de professor (1965-1983) – e, posteriormente, ocupa posições de destaque diplomático e simbólico, sem jamais voltar ao centro da direção político-econômica do país. Não surpreende que Cardoso sustente o “depende do jogo” e que Furtado assinale insistentemente bloqueios e limitações. Os percursos e posições incidem no ângulo pelo qual caracterizam o nexo entre desenvolvimento e dependência.

Suas origens sociais também incidiram em tomadas de posições opostas. O exame de conjunto da trajetória de Fernando Henrique Cardoso faz de seu período acadêmico uma fase de acumulação de trunfos para o exercício da política profissional – universo no qual nada como peixe n’água. É como ele próprio se concebe: “Meu pai era político. Essa dimensão está no meu sangue” (Leoni, 1997, p. 44). Da leitura da biografia de Celso Furtado, em oposição ao “peixe n’água” encontra-se sempre um “estranho no ninho”, também resultado da transmissão de herança paterna. Esta, contudo, dilacerada entre ocupar uma posição diminuta entre as elites paraibanas e se perceber dotado de capital cultural e valores morais elevados (Barboza, 2023). O modo como caracteriza os políticos profissionais que logrou dobrar e convencer de seus projetos ilustra, de ponta a ponta, a distância crítica, a desconfiança, e a dimi-

nuta consideração moral e intelectual, em tudo oposta à da sedução que tal universo exerceu sobre Fernando Henrique Cardoso:

Tudo era dito, de alguma forma, para agradar-lhe o ouvido, confortá-lo. *Não se requer muita perspicácia para descobrir o que certa pessoa gosta de ouvir. E o que gostamos de ouvir retrata nosso caráter.* No final da recepção, encontrei uma maneira de desembuchar algo que me atravessava a garganta, e disse: "Deve ser difícil para um presidente ver a realidade tal qual é, se todas as pessoas que dele se aproximam procuram dizer o que é agradável ouvir". Goulart voltou-se para mim com aquele franzimento de testa que lhe era característico, e ficou mudo, mas seu olhar parecia dizer: que impertinente! Pude, assim, comprovar que ele tomara a sério o essencial do que ouvira (Furtado, 1997b, p. 265 – sublinhados meus).

Consideração final

Adotando a hipótese segundo a qual entre o espaço social e as construções simbólicas que nele emergem existem correlações que tornam ambos inteligíveis, tentou-se articular as *posições* objetivas e o *percurso* que levaram às *tomadas de posição* teóricas de Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso. Convém explicitar duas posturas críticas adotadas *vis-à-vis* as tendências mais usuais de abordagem de ambos.

A fração mais expressiva da fortuna crítica a eles dedicada mantém-se refém da magia da consagração de ambos, e, desse modo, as diversas controvérsias nas quais tomaram posição contra pares estrangeiros, notadamente estadunidenses, tendem a ser ignoradas. Dentre os efeitos do incensamento simbólico, destaca-se também a tendência a eternizar a condição de reconhecimento e de visibilidade dos autores, de modo que os gerenciadores de sua longevidade simbólica (isto é, biógrafos, comentadores, historiadores de disciplinas etc.) não se indagam sobre a construção social das mesmas, e, assumindo que resultem apenas do valor intrínseco às obras, encontram nelas avatares para a legitimação de suas próprias convicções.

Daí, a segunda postura crítica, isto é, propor a análise da correlação entre as carreiras profissionais, do ângulo transnacional, e as formulações teóricas dirigidas ao debate nesse espaço. A tendência de seus comentadores consiste em afirmar que suas tomadas de posição ideológicas (desenvolvimentista/entreguista) resultem de evoluções lógicas do pensamento, como se nada devessem à sócio-lógica do acirrado corpo a corpo com o espaço transnacional das ciências sociais. O exame acima contraria essa perspectiva. Ele demonstra a consistência da teoria segundo a qual as ideias e as tomadas de posição ideológicas "explicam-se antes de tudo pela posição de cada intelectual dentro de seu espaço profissional" – e não o contrário (Sapiro e Matonti, 2009, p. 5).

Referências Bibliográficas

- ASSIDON, Elsa. (2002), *Les théories économiques du développement*. Paris, La Découverte.
- BARBOZA, Darlan. (2023), *A consagração de um vivente*. São Paulo, tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
- BEIGEL, Fernanda. (2014), “Vida, muerte y resurrección de las ‘teorías de la dependencia’”. CLACSO: 287-326.
- BIANCONI, Renata. (2014), *L’œuvre de Celso Furtado à Paris: le parcours d’un intellectuel et homme d’État*. Paris, tese de doutorado, Sorbonne.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. (2000), “Cinquenta anos de pensamento na Cepal”. In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro, Record.
- BOSCHETTI, Anna. (2014), *Ismes. Du réalisme au postmodernisme*. Paris, CNRS.
- BOURDIEU, Pierre. (1996), *As regras da arte*. Trad. port. Lisboa, Editorial Presença.
- BOURDIEU, Pierre. (1998), *Contrafogos*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1992), “Deux impérialismes de l’universel”. In: FAURÉ, Christine *et al.* *L’Amérique des Français*. Paris, François Bourin, pp. 149-155.
- BOURDIEU, Pierre. (1984), *Homo academicus*. Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre. (1989), *La noblesse d’État*. Paris, Minuit.
- CÁCERES, Gonzalo. (2016), “Santiago de Chile. La capital de la izquierda”. In: PEIXOTO, F. A. & GORELIK, A. *Ciudades sudamericanas como arenas culturales*. Buenos Aires, Siglo XXI.
- CARAVACA, Jimena & Espeche, Ximena. (2021), “La Cepal en perspectiva: economía, posguerra y región en reuniones latinoamericanas (1942-1949). *Iberoamericana*, 50 (1).
- CARDOSO, Fernando Henrique. (29 jun. 1964), Carta para Florestan Fernandes. Nova York. Arquivo Fernando Henrique Cardoso.
- CARDOSO, Fernando Henrique. ([1976a] 1993), “O consumo da teoria da dependência nos Estados Unidos”. In: *As ideias e seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis, Vozes, pp. 89-107.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1971a), *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1971b), “Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência?”. *Estudos Cebrap*, 1 (1): 25-45.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (2006), *The accidental president of Brazil: A memoir*. Nova York, Public Affairs.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1974a), “The paper enemy”. *Latin American Perspectives*, 1: 66-74.
- CARDOSO, Fernando Henrique. (1982), “Um desafio aos sociólogos”, palavras proferidas na sessão inaugural do X Congresso Mundial de Sociologia, Cidade do México.
- CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, Enzo. (1970), *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, LTC.

- CARDOSO, Fernando Henrique & SERRA, José. (1979), "As desventuras da dialética da dependência". *Estudos Cebrap*, 23: 33-80.
- DELPAR, Helen. (2008), *Looking South: The evolution of Latin Americanist scholarship in the United States, 1850-1975*. Tuscaloosa, University of Alabama Press.
- FAJARDO, Margarita. (2021), *The world that Latin America created*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- FOUCARDE, Marion. (2006), "The construction of a global profession: The transnationalization of economics". *AJS*, 112 (1): 145-194.
- FRANCO, Rolando. (2013), *La invención del Ilpes*. Santiago, Publicación de las Naciones Unidas.
- FRANK, André Gunder. (1967), *Capitalism and underdevelopment in Latin America: Historical studies of Chile and Brazil*. Nova York, Monthly Review Press.
- FURTADO, Celso. (1997b), *A fantasia desfeita*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso. (1997a), *A fantasia organizada*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso. (1997c), *Ares do mundo*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso. (1965), Carta para Claudio Veliz. New Haven, 6 de maio de 1965. Arquivo Fernando Henrique Cardoso.
- FURTADO, Celso. (1966a), Carta para Fernando Henrique Cardoso. Paris, 2 de janeiro de 1966. Arquivo Fernando Henrique Cardoso.
- FURTADO, Celso. (1966b), Carta para Fernando Henrique Cardoso. Paris, 21 de dezembro de 1966. Arquivo Fernando Henrique Cardoso.
- FURTADO, Celso. (1967), Carta para Fernando Henrique Cardoso. Paris, 24 de janeiro de 1967. Arquivo Fernando Henrique Cardoso.
- FURTADO, Celso. (2021), *Correspondência intelectual (1949-2004)*. Org. Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo, Companhia das Letras.
- FURTADO, Celso. (1959), Discurso de paraninfo proferido na colação de grau dos bacharéis da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 4 dez. 1959.
- FURTADO, Celso. (1970), *Les États-Unis et le sous-développement de l'Amérique Latine*. Trad. C. Deniz da Silva. Paris, Calmann-Lévy.
- FURTADO, Celso. (1966b), *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- GARCIA JR., Afranio. (2004), "A dependência da política: Fernando Henrique Cardoso e a sociologia no Brasil". *Tempo Social*, 16 (1): 285-300. GENETTE, Gérard. (2009), *Paratextos editoriais*. São Paulo, Ateliê.
- GINGRAS, Yves. (2002), "Les formes spécifiques de l'internationalité du champ scientifique". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 141-142: 31-45.
- GUILHOT, Nicolas. (2005), *Democracy makers*. Nova York, Columbia University Press.
- HEILBRON, Johan; GUILHOT, Nicolas & Jeanpierre, LAURENT. (2008), "Toward a transnational history of the social sciences". *Journal of the History of the Behavioral Sciences*, 44 (2): 146-160.

- HEILBRON, Johan; SORÁ, Gustavo; BONCOURT, Thibaud. (2018), *The social and human sciences in global power relations*. Suíça, Palgrave Macmillan.
- HETTNE, Bjorn & BLOMSTRÖM, Magnus. (1984), "Development theory". In: *Transition, The dependency debate & beyond; third world responses*. Londres, Zed Books.
- IBER, Patrick. (2015), *Neither peace nor freedom*. Cambridge, Harvard University Press.
- KAY, Cristóbal. (2010), *Latin American theories of development and underdevelopment*. Abingdon, Routledge.
- LATIN AMERICAN PERSPECTIVES (LAP). (1974), Editorial "Debate". *Latin American Perspectives*, 1.
- LEBARON, Frédéric. (2002), "Le Nobel d'économie". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 141-142: 62-65.
- LEONI, Brigitte. (1997), *Fernando Henrique Cardoso, o Brasil do possível*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- MARTINIÈRE, Guy. (1982), *Aspects de la coopération franco-brésilienne. Transplantation culturelle et stratégie de la modernité*. Paris, Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.
- MARTINIÈRE, Guy & CHONCHOL, Jacques. (1985), *L'Amérique latine et le latino-américanisme en France*. Paris, L'Harmattan, 1985.
- MICELI, Sergio. (2001), "Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais". In: *História das ciências sociais no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Sumaré.
- PARMAR, Inderjeet. (2015), *Foundations of the American century*. Nova York, Columbia University Press.
- RIDENTI, Marcelo. (2022), *O segredo das senhoras americanas*. São Paulo, Unesp.
- ROSENTHAL, Gert. (2004), "Eclac: A commitment to a Latin American Way". In: BERTHLOT, Yves. *Unity and diversity in development ideas. Perspectives from the UN Regional Comissions*. United Nations Intellectual History Project Series, pp. 168-232.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2020), "Brazilian political scientists and the Cold War: Soviet hearts, north-American minds (1966-1988)". *Science in Context*, 33: 145-169.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2022), "Fernando Henrique Cardoso nos Estados Unidos: a obra de um scholar, um scholar como obra". *Novos Estudos Cebrap*, 41 (2): 273-293.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2019), "Poder, sexo e línguas no marxismo à brasileira". *Revista Pós-Ciências Sociais*, 16: 131-150.
- RODRIGUES, Lidiane S. (2021), "Uma internacional intelectual". In: PAULO, Heloisa *et al.* (orgs.). *Migrações e exílios no mundo contemporâneo*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 339-366.
- RUVITUSO, Clara. (2020), "Southern theories in Northern circulation: analyzing the translation of Latin American dependency theories into German". *Tapuya*, 3 (1): 92-106.
- SAPIRO, Gisèle. (2013), "Le champ est-il national?". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 200 (5): 70-85.

- SAPIRO, Gisèle. (2014), "Introduction". In: SAPIRO, Gisèle (org.). *Sciences humaines en traduction. Le livre français aux Etats-Unis, au Royaume-Uni et en Argentine*. Paris, Institut Français.
- SAPIRO, Gisèle & MATONTI, Frédérique. (2009), "L'engagement des intellectuels: nouvelles perspectives". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 176-177: 4-7.
- SCOT, Marie. (2016), "L'antiamericanisme dans la vie intellectuelle française". In: CHARLE, Christophe & JEAN PIERRE, Laurent. *La vie intellectuelle en France II. De 1914 à nos jours*. Paris, Seuil.
- TOURNÈS, Ludovic. (2011), *Sciences de l'homme et politique. Les fondations philanthropiques américaines en France au XX^e siècle*. Paris, Garnier.

Resumo

A disputa pelo "universal": Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e a arena transnacional das ciências sociais na Guerra Fria (1964-1988)

Adotando a hipótese segundo a qual entre o espaço social e as construções simbólicas que nele emergem existem correlações que tornam ambos inteligíveis, o artigo articula as *posições* objetivas e as carreiras transnacionais que condicionaram as *tomadas de posição* teóricas de Celso Furtado (1920-2004) e Fernando Henrique Cardoso (1931). Trata-se de dois casos que apresentam interesse sociológico por contrariarem as tendências assimétricas do espaço global das ciências sociais: apesar de terem origem no "sul global", suas obras foram *efetivamente* integradas no "centro"; disputaram explicações, ganharam paradas, perderam outras, seus pares não passaram incólumes a elas. Ademais, foram ungidos pela consagração, ainda que em países com posições diversas na hierarquia do espaço.

Palavras-chave: Brasil-Estados Unidos; Brasil-França; Circulação Internacional de Bens Simbólicos; Sociologia dos Intelectuais; Consagração.

Abstract

The dispute over the “universal”: Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso and the transnational arena of social sciences in the Cold War (1964-1988)

Adopting the hypothesis that there are correlations between social space and the symbolic constructions that emerge in it that make both intelligible, the article articulates the objective positions and transnational careers that conditioned the theoretical positions of Celso Furtado (1920-2004) and Fernando Henrique Cardoso (1931). These two cases are of sociological interest because they go against the asymmetric tendencies of the global space of social sciences: despite their origin in the “global south”, their works were effectively integrated in the “center”; they disputed explanations, won stops, lost others, their peers did not pass unscathed. Moreover, they were anointed by consecration, even if in countries with different positions in the hierarchy of space. Keywords: Brazil-United States; Brazil-France; International circulation of symbolic goods; Sociology of Intellectuals; Consecration.

Texto recebido em 22/06/2023 e aprovado em 10/07/2023.

DOI:10.11606/0103-2070.ts.2023.213491.

LIDIANE SOARES RODRIGUES é professora da Universidade Federal do ABC. E-mail: lidianesr-gues@gmail.com.



Interações socioestatais

Aspectos epistemológicos e contribuições a partir da Abordagem Estratégico-Relacional e da Perspectiva da Pólis

Marcelo de Souza Marques*
<https://orcid.org/0000-0003-2395-0191>

Introdução

Nos últimos anos, observa-se a sedimentação de uma nova agenda de pesquisa no Brasil voltada às relações entre as esferas institucional e societária para além de leituras essencialistas, fronteiriças e contextualistas¹. Em termos epistemológicos, essas leituras podem ser compreendidas como fundacionalistas. De forma mais ampla, perspectivas teórico-filosóficas fundacionalistas informam a existências de crenças ou proposições originárias como elementos autoevidentes, justificando a presença de fundamentos últimos na reflexão sobre a realidade social (Marchart, 2009; Mendonça, Linhares e Barros, 2016; Graeff, Nascimento e Marques, 2019).

Contra essas perspectivas, e buscando um enfoque que se pretende radicalmente relacional, dois argumentos presentes nos estudos centrados nas interações socioestatais são reveladores, quais sejam: “as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição” (Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya, 2004, p. 261) e “pensar o Estado como

* Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, Brasil.

1. Refiro-me especificamente aos esforços pautados na tese da *mútua constituição* para se pensar e analisar a relação Estado-e-sociedade. Como a entendo, essa perspectiva ontoepistemológica indica uma compreensão de Estado e sociedade *como* relação (radicalização da dimensão relacional). Vale destacar, no entanto, que a consideração e a análise das interações entre Estado e sociedade apresentam uma trajetória anterior no país, podendo ser percebida desde a década de 1970 (Soares Filho, 2023).

contexto da sociedade e vice-versa é insuficiente” (Gurza Lavalle *et al.*, 2019, p. 44). Esses argumentos indicam que o foco de uma abordagem centrada nas interações socioestatais não pode ser uma reflexão teórica e/ou análise empírica limitada à consideração das esferas institucional e societária como estando *em* relação, o que pode pressupor a presença de fundamentos e uma leitura relacionista para se pensar tanto o Estado como a sociedade (Marques, 2023a; 2023b). Radicalizando a dimensão relacional, a abordagem centrada nas interações socioestatais, ao considerar o argumento ontoepistemológico da *mútua constituição*, percebe as esferas institucional e societária *como* relação².

Dentre as diferentes contribuições de estudos que podem ser percebidos como centrados nas interações socioestatais³, destaco a crítica à leitura fronteira com relação tanto à tradição habermasiana de sociedade civil (Gurza Lavalle, 1999; 2003; 2011; Silva, 2006; Gurza Lavalle, Houtzager e Castello, 2011; Gurza Lavalle e Szwako, 2015; Burgos, 2015) como às teorias de movimentos sociais (Abers e Von Büllow, 2011; Abers, Serafim e Tatagiba, 2014; Carlos, 2015; Abers, Silva e Tatagiba, 2018, Gurza Lavalle *et al.*, 2019). Aproximando-as e tomando-as em conjunto, a primeira crítica questiona tanto (i) a atribuição de um estatuto político que fundamenta a atuação da sociedade civil, quanto (ii) o suposto princípio democrático a ela inerente, bem como desconstrói (iii) a ideia de autonomia das organizações societárias quando refletida como não relação com o Estado. Já no que diz respeito às análises sobre os movimentos sociais, a crítica é direcionada, entre outros aspectos, às concepções essencialistas que compreendem as organizações e a ação política dos movimentos como experiências extrainstitucionais e/ou necessariamente conflitivas em relação à esfera estatal. Ambas as críticas, como ressaltam Gurza Lavalle *et al.* (2019, pp. 36-42), sugerem a impossibilidade de se considerarem adequadamente as interações socioestatais com base em interpretações fronteiriças e essencialistas.

Dando um passo além em relação a essas interpretações, os estudos centrados nas interações socioestatais têm analisado, por exemplo, os processos de *encaixes institucionais* e os *efeitos dos movimentos* nas políticas públicas (Carlos, Dowbor e Albuquerque, 2017; Carlos, 2019; 2021; Tatagiba e Teixeira, 2021), informando *ligações estruturais* entre as esferas institucional e societária e, assim, fazendo

2. Esse argumento parece ter sido expressamente confirmado por Szwako em entrevista a Sanchez, Rodrigues e Braga (2022): “Para falar em termos durkheimianos, o encaixe é nossa forma elementar pela qual damos sentido ao mundo empírico. Ele carrega os pressupostos (relacionais, processuais e não externalistas) de nossa concepção de Estado, isto é, uma concepção na qual o Estado é sempre mutuamente constituído pela sociedade e dela constituinte”.
3. Nem todas as contribuições informadas partem da tese de *mútua constituição*, mas todas, partindo de uma perspectiva relacional, informam as interações socioestatais.

avançar a análise sobre as políticas e programas sociais a partir da consideração da forma como os movimentos influem sobre as políticas públicas e do fomento institucional ao engajamento das organizações societárias. Identificam-se, também, os esforços teóricos e os estudos empíricos sobre construção de *domínios de agência*, compreendidos como *encaixes* de alcance médio, de caráter estrutural e continuado, que conformam campos de políticas públicas, em especial as políticas sociais, e, de forma mais ampla, permitem importantes avanços tanto no exame dos processos de institucionalização de demandas, valores e interesses societários, quanto na análise das capacidades estatais, percebidas como produto de interações socioestatais (Gurza Lavalle *et al.*, 2019; Carlos, 2019)⁴.

Embora os enfoques centrados nas interações socioestatais não possam ser percebidos como uma abordagem unificada, pois, ainda que dialoguem entre si e considerem a tese da *mútua constituição*, partem de tradições particulares, como o institucionalismo histórico, as teorias de movimentos sociais e o conceito de sociedade civil – a despeito disso, como estou a sustentar, é possível identificar aspectos epistemológicos comuns que, uma vez explorados, permitem uma melhor localização dos argumentos centrais dessa agenda de pesquisa, sobretudo a dimensão relacional como parte de suas perspectivas ontológicas, epistemológicas e/ou metodológicas.

Tendo essa consideração como ponto de partida, o objetivo deste artigo consiste em avançar sobre as bases epistemológicas percebidas nos argumentos desse enfoque, destacando o pós-fundacionalismo, a contingência e o seu caráter relacional (Estado e sociedade *como* relação). Vale salientar que não estou a afirmar, com isso, que os estudos centrados nas interações socioestatais necessariamente sejam pós-fundacionistas, e sim que há elementos dessa perspectiva em sua estrutura teórico-conceitual. Buscando novas contribuições para pensar as interações entre as esferas institucional e societária, explorarei esses objetivos a partir da discussão de duas tradições intelec-

4. Domínios, conforme Gurza Lavalle *et al.* (2019b, pp. 51-52), “constituem esferas de competência e, neste caso, a competência diz respeito à capacidade de agir em determinado âmbito sob responsabilidade direta ou indireta do Estado, notadamente em campos de políticas sociais [...]. Domínios de agências são configurações de encaixes institucionais articulados vertical e horizontalmente que favorecem a capacidade de agir de certos atores coletivos. Favorecem-nos porque: (i) implicam o reconhecimento de que os atores têm legitimidade para agir e demandar em nome de grupos específicos ou interesses difusos (embora não concedam monopólios na representação); (ii) selecionam e processam com maior frequência problemas e demandas relevantes para esses atores (ainda que com eles não definam uma relação de exclusividade); (iii) outorgam suporte material – organizacional ou financeiro – aos atores propiciando sua estabilização (ainda que não garantam financiamento permanente); e (iv) reduzem o poder de concorrência de atores estranhos ao domínio de agência (mesmo que não entreguem aos atores favorecidos o controle sobre as barreiras de entrada). Trata-se de domínios de agência porque institucionalizam âmbitos de atuação que animam a capacidade de ação dos atores, ‘fazem-nos’ agir estimulando sua condição de agentes”.

tuais distintas, a Abordagem Estratégico-Relacional (AER) e a Perspectiva da Pólis (PP), indicando potencialidades para a agenda das interações socioestatais.

A aproximação entre essas abordagens ocorre por meio de uma primazia epistemológica e se justifica a partir de dois pontos distintos. Primeiro, embora a PP seja a corrente teórico-analítica mais facilmente encontrada nos estudos orientados pela tese da *mútua constituição* recentemente publicados no Brasil, as considerações epistemológicas exploradas neste artigo podem contribuir para uma melhor compreensão de seus pressupostos teórico-conceituais. Segundo, ao trazer a AER para o debate, pretendo indicar, ao mesmo tempo, outra “entrada” teórico-analítica na discussão sobre as interações socioestatais e possíveis contribuições para a superação de um limite indicado por Soares Filho (2023, p. 157) à agenda das interações socioestatais, qual seja: “diante do desafio de explicar relações socioestatais em espaços institucionalizados de políticas públicas, nota-se uma carência conceitual para dar conta do Estado”⁵.

Como discutirei ao longo do artigo, para uma perspectiva que percebe o Estado e sociedade *como* relação, não é possível pensar (i) o Estado fora ou acima da sociedade, (ii) a sociedade e suas instituições como resultado espontâneo e voluntaristas das interações societárias, nem (iii) o Estado e a sociedade como meros contextos recíprocos de mútua influência. Para avançar nesta direção, na primeira seção do artigo destacarei a crítica pós-fundacionalista, a contingência e a relacionalidade na construção de um olhar científico que refute os argumentos essencialistas, fronteiriças e contextualistas. Esse esforço também é relevante porque, como informado, uma vez explorados esses elementos epistemológicos, é possível uma melhor localização das abordagens centradas nas interações socioestatais. Na segunda seção, mobilizarei a AER, em Jessop, cujos primeiros contornos, datados do início da década de 1980, emergiram do interior da tradição marxista sobre a Teoria do Estado, especialmente em Poulantzas, e a PP, uma tradição intelectual que se desenvolveu no seio do institucionalismo histórico, sobretudo a partir da tradição norte-americana dos anos 1990, com destaque para as contribuições de Skocpol⁶. Nas considerações finais, saliento que, quando lidas a partir dos elementos epistemológicos pós-fundacional, contingencial e relacional, a ERA e a PP se complementam e informam elementos centrais para se pensar em termos de uma perspectiva de *mútua constituição*.

5. Em outra oportunidade (Marques, no prelo, 2023b) discuto especialmente a AER e suas consequências teórico-analíticas na percepção do Estado como uma relação social, destacando, portanto, seu caráter relacional relevante para se pensar as interações socioestatais.

6. Especialmente após o deslocamento da abordagem *State-Centered* (Skocpol, 1984 [1979]) para a *Polity-Centered Approach* (Skocpol, 1996).

Aspectos epistemológicos: nas trilhas das interações socioestatais

Estado e sociedade não existem separados na vida real; eles devem ser analisados em termos de sua inter-relação.

René Bertramsen (1991, p. 100).

Afirmar que o Estado e a sociedade não existem separadamente, e que, portanto, devem ser analisados em termos de sua inter-relação, significa aceitar a ausência de um fundamento último na compreensão do Estado e da sociedade. Ao contrário de um pensamento fundacionalista, que assegura tal existência como forma de justificação, definição e determinação em última instância do jogo estrutural, o argumento que sustenta a assertiva de Bertramsen (1991) se limita à possibilidade de estabelecimento de fundamentos contingências a partir da consideração da inter-relação inerente às esferas institucional e societária (Estado e sociedade *como* relação). Este argumento permite perceber que a forma institucional, o poder estatal e as fronteiras do Estado em relação à sociedade são de natureza relacional. Esta forma de compreensão da relação Estado-e-sociedade, como estou a sustentá-la, está balizada por uma epistemologia pós-fundacionalista percebida, mas nem sempre discutida, na literatura sobre as interações socioestatais.

O ponto de partida do pós-fundacionalismo é a crítica ao pensamento fundacional, uma longa tradição filosófica e epistemológica que surge da busca por uma explicação que sustente e fundamente a origem das coisas ou, em termos sociológicos, que permita compreender o centro que sustenta o social. Como informam Graeff, Nascimento e Marques (2019), esse princípio básico se origina e esgota em si mesmo, servindo de argumento ou legitimação para a existência dos conhecimentos dele derivados. Assim, a crença básica (fundamento) é autojustificada e, de forma arbitrária, é a partir dela que serão desenvolvidos e legitimados os demais conhecimentos sobre os objetos no mundo. Desta maneira:

[...] todo o conhecimento científico ocidental, originado da filosofia metafísica, estaria edificado sobre uma crença em um fundamento último que garantiria e justificaria o conhecimento posterior. Desta forma, o saber seria justificado através da remissão a estes princípios básicos válidos. Esta remissão, ou regresso, significa, em última análise, que sempre haverá um conhecimento anterior que justificará o conhecimento posteriormente desenvolvido e, da mesma forma, este conhecimento dependerá de uma crença anterior a ela que a justifique. Assim, se a crença A está justificada pela crença B, a crença B depende da justificação obtida na crença C e, igualmente, a crença C se justifica na crença D, seguindo, assim, de forma infinita (Graeff, Nascimento e Marques, 2019, p. 584).

Esse critério de remissão é falho tanto de um ponto de vista da justificação científica, discutida a partir da possibilidade de verificação e superação/refutação da explicação⁷, como por indicar uma causalidade sustentada pela observação sequenciada de eventos (conjunção constante) sem qualquer atenção aos mecanismos relacionais e aos fenômenos emergentes. A questão que surge é: como compreender a possibilidade de limitação da remissão, como “estabilizar” a abertura do jogo estrutural, recusando o pensamento fundacional?

É no pós-fundacionalismo que se encontra uma possibilidade de saída epistemológica para o problema. Contra a tradição fundacional, o pós-fundacionalismo sustenta a impossibilidade ontológica do estabelecimento de fundamento último que esgote o processo de estruturação/fechamento do jogo estrutural (Marchart, 2009; Mendonça e Rodrigues, 2014; Mendonça, Linhares e Barros, 2016). Isso, contudo, não significa uma negação final da noção de fundamento. Uma recusa dessa natureza atestaria a invalidação epistêmica de toda possibilidade de estabelecimento de fundamentos à estrutura, ainda que contingenciais, o que seria uma falácia epistemológica inerente ao registro antifundacionalista.

Contrariamente ao antifundacionalismo, o pós-fundacionalismo não nega a possibilidade de fundamentos, mas opera a partir do enfraquecimento do *status* ontológico da noção de fundamento como este é concebido pela tradição fundacionalista (fundamento último). Esse debilitamento ontológico indica a impossibilidade de um fundamento que defina e determine o jogo estrutural (Marchart, 2009):

O pós-fundacionalismo [...] não deve ser confundido com o *antifundacionalismo* ou com um vulgar pós-modernismo do “vale tudo”, hoje *démodé*, dado que um enfoque pós-fundacional não tem por objetivo excluir por completo essas figuras do fundamento, mas debilitar seu *status* ontológico. O debilitamento ontológico do fundamento não conduz ao suposto da ausência total de todos os fundamentos, mas sim em supor a impossibilidade de um fundamento último, o que é completamente diferente, pois implica a crescente consciência, por um lado, da contingência e, por outro lado, do político como o momento de uma fundação parcial e, em última instância, sempre falho (Marchart, 2009, p. 15).

Essa impossibilidade, portanto, não é explicada por uma suposta “impossibilidade empírica” que, diante de uma pluralidade de fundamentos possíveis, torna impossível a sua concretude. Transpondo a discussão para a análise social, a impossibilidade de estabelecimento de um fundamento último não é justificada pela multiplicidade de possíveis fundamentos em disputa em um contexto de crescente diferenciação e complexificação social. Trata-se, antes, de um argumento estrutural.

7. Referimo-nos ao critério de falseabilidade em Popper (2013).

Seguindo o pensamento pós-estruturalista derridiano, leitura que ajuda a melhor delinear o pós-fundacionalismo (Mendonça e Rodrigues, 2014; Mendonça, Linhares e Barros, 2016; Graeff, Nascimento e Marques, 2019; Marques, 2020), a impossibilidade de estabelecimento de um fundamento se encontra na noção de *falta/ausência* de um centro estável do social sobre o qual poderiam se sedimentar os fundamentos em disputa. É a falta de um centro, pois, e não a existência de uma diversidade de possíveis fundamentos em disputa, que impossibilita o estabelecimento de um fundamento último. Ou seja, trata-se de uma concepção que aceita a ideia de estrutura descentrada e que indica que, não havendo um centro estável, a sedimentação será sempre parcialmente bem-sucedida e, portanto, relativamente aberta à agência. Nesses termos, a não totalização é explicada da seguinte forma:

[...] não mais sob o conceito de finitude como assignação à empiricidade, mas sob o conceito de *jogo*. Se então a totalização não tem mais sentido, não é porque a infinidade de um campo não pode ser coberta por um olhar ou um discurso finitos, mas porque a natureza do campo – a saber, a linguagem e uma linguagem finita – exclui a totalização: este campo é com efeito o de um *jogo*, isto é, de substituições infinitas no fechamento de um conjunto finito. Este campo só permite estas substituições infinitas porque é finito, isto é, porque em vez de ser um campo inesgotável, como na hipótese clássica, em vez de ser demasiado grande, lhe falta algo, a saber, um centro que detenha e fundamente o jogo das substituições (Derrida, 2002, pp. 244-245, grifos do autor).

O que Derrida está a dizer é que a noção da *falta/ausência* destaca, ao mesmo tempo, a inexistência de um centro fundante, isto é, de um centro estável da origem do jogo estrutural, e a necessidade de estabelecimento de alguma ordem, de algum fundamento, ainda que esse seja um fundamento contingencial, sendo e não sendo fundamento, sendo e não sendo centro. O centro da estrutura deve ser entendido, portanto, em termos de *função* – uma função organizativa da estrutura, mas sempre falha do ponto de vista da totalização:

[...] o centro encerra também o jogo que abre e torna possível. Enquanto centro, é o ponto em que a substituição dos conteúdos, dos elementos, dos termos, já não é possível. No centro, é proibida a permuta ou a transformação dos elementos (que podem, aliás, ser estruturas compreendidas numa estrutura). Pelo menos sempre permaneceu *interditada* (e emprego propositalmente esta palavra). Sempre se pensou que o centro, por definição único, constituía, numa estrutura, exatamente aquilo que, comandando a estrutura, escapa à estruturalidade. Eis por que, para um pensamento clássico da estrutura, o centro pode ser dito, paradoxalmente, *na* estrutura e *fora da* estrutura. Está no centro da totalidade, e, contudo, dado que o

centro não lhe pertence, a totalidade *tem o seu centro noutro lugar*. O centro não é o centro. O conceito de estrutura centrada – embora represente a própria coerência, a condição da *episteme* como filosofia ou como ciência – é contraditoriamente coerente. E como sempre, a coerência na contradição exprime a força de um desejo. O conceito de estrutura centrada é com efeito o conceito de um jogo fundado, constituído a partir de uma imobilidade fundadora e de uma certeza tranquilizadora, ela própria subtraída ao jogo. A partir desta certeza, a angústia pode ser dominada, a qual nasce sempre de uma certa maneira de estar implicado no jogo, de ser apanhado no jogo, de ser como ser logo de início no jogo (Derrida, 2002, pp. 230-231, grifos do autor).

Não se trata, pois, nem da possibilidade de um fundamento último, nem da completa inexistência de fundamentos. O pós-fundacionalismo não nega o princípio de fundamento, mas busca subverter as premissas das perspectivas fundacionalistas (fundamento último, determinação em última instância etc.) sem cair na mera inversão, isto é, na recusa radical da possibilidade de estabelecimento de fundamentos (antifundacionalismo).

Essa estrutura de pensamento auxilia a reflexão sobre a relacionalidade do social e a verificação das relações em um plano ôntico. Nos termos aqui discutidos, é possível argumentar, no plano ontológico, sobre a relacionalidade do social, mas não é possível derivar fundamentos sobre as relações: o social, na qualidade de estruturas relacionais, não é passível de determinação nem é meramente artefactual. Isso indica que a admissão ontoepistemológica da relacionalidade não permite antecipar nenhuma necessidade de padrão relacional preexistente para se pensar os fenômenos socialmente construídos, ainda que seja possível distingui-los (*e.g.* Estado, família, religião etc.). Ou seja, não é possível dizer muito sobre como as relações e as relações de relações se estruturam espaçotemporalmente e geram efeitos emergentes, a não ser analisando os mecanismos que contingencialmente estruturam as diferentes configurações socioestatais: a assunção da *relacionalidade*, como referência ontológica do social, e seus desdobramentos ônticos evidenciam a contingência inerente à estruturalidade do social.

Em suma, considerando os elementos da crítica pós-fundacionalista, a contingência e a dimensão relacional, o argumento consiste em sustentar que a literatura sobre as interações socioestatais, especialmente aquelas pautadas na tese da *mútua constituição*, indica em sua estrutura teórico-conceitual a impossibilidade de determinação de estatutos políticos (fundamentos) sobre o Estado e da sociedade civil, como discutido, por exemplo, por Silva (2006), Gurza Lavalle (2011), Burgos (2015) e Gurza Lavalle e Szwako (2015). Ao compreender que Estado e sociedade civil são frutos de relações contingenciais e, portanto, que devem ser compreendidos a partir

dos seus contextos estratégico-relacionais espaçotemporalmente inscritos, essa literatura informa, ainda que não nos mesmos termos, se tratar de efeitos emergentes da relacionalidade do social. Esses elementos epistemológicos também se tornam relevantes, por exemplo, para uma melhor compreensão sobre os seguintes pontos: (I) a autonomia do Estado, considerando que esta não se origina nem se esgota no próprio Estado, pois encontra correlação com as *ligações estruturais* com a sociedade, como discutido por Houtzager (2004), Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004); (II) a desconstrução da ideia do Estado como um Sujeito suprassocietal, ainda que goze de certa autonomia, levando em conta a *mútua constituição* Estado-e-sociedade (relacionalidade) – elemento ainda carente de aprofundamento nessa literatura (Soares Filho, 2023); (III) a desconstrução da ideia do poder do Estado como um “espaço vazio” a ser preenchido por alguma particularidade voluntarista, pois é uma *estrutura relacional* (Bertramsen, 1991; Houtzager, 2004; Jessop, 2009; 2017); (IV) na compreensão de que o Estado não funda a sociedade; (v) bem como a sociedade não é o elemento último fundante do Estado, pois resultam de relações de mútua constituição (relacionalidade) (Houtzager e Gurza Lavalle; Acharya, 2004); (VI) e, por fim, que a sociedade civil não pode ser compreendida deslocada do seu contexto estratégico-relacional e que seu fundamento (estatuto político) não pode ser garantido aprioristicamente, pois estão imersos na contingencialidade inerente à estruturalidade do social (Silva, 2006; Szwako e Gurza Lavalle, 2019).

A partir dessas considerações, na sequência analisarei como a AER e a PP, duas tradições intelectuais distintas, porém aproximáveis através desses elementos epistemológicos, podem auxiliar na busca por uma adequada compreensão sobre o Estado e a sociedade a partir de um enfoque centrado nas interações socioestatais.

Pós-fundacionalismo, contingência e relacionalidade na Abordagem Estratégico-Relacional

Essa abordagem reconhece diferentes padrões de condensação [Estado como uma condensação institucionalmente mediada], correspondendo ao predomínio de diferentes princípios de socialização (econômico, militar, religioso, “racial”, etc.) e, portanto, pode ser usada muito além de sua estrutura teórica marxista inicial.

Bob Jessop (2009, p. 380).

O paradoxo parte-todo enfocado por Jessop (2017, pp. 104-106; 138-140) informa que o Estado é, ao mesmo tempo, um elemento constituinte da e um elemento constituído pela sociedade. Isso indica que, embora tenha certa autonomia enquanto objeto real, apresentando, portanto, lógicas mais ou menos especiais, e suas ações

incidam sobre a sociedade de forma geral, o Estado não é uma realidade institucional deslocada das relações sociais. A resolução desse paradoxo fica mais clara quando a atenção se volta à relação entre o *político*, entendido como o plano das lutas sociais presentes em uma dada formação social, e a *política*, percebida como o plano das estruturas que, ao condensarem as contradições sociais e agirem junto ao tecido social, moldam e, direta ou indiretamente, são por elas moldadas (Poulantzas, [1978] 2015; Mouffe, 2015).

A AER fornece pelo menos três argumentos básicos que ajudam nessa análise, quais sejam:

1. Embora o aparato institucional tenha recursos próprios e poderes distintos em relação a outras organizações societárias, o Estado, sendo também elemento constituído e constituinte da sociedade, depende de uma série de recursos materiais e simbólicos de diferentes instituições, tais como a família, a religião, os costumes étnicos e a economia.
2. Como destaca Jessop (2009, p. 376), ainda que as estruturas estatais possam impactar de forma diferenciada as capacidades dos diferentes agentes societários de “perseguirem interesses e estratégias particulares em contextos específicos por meio do seu controle sobre e/ou acesso (in)direto a essas capacidades estatais”, criando, por exemplo, restrições e/ou facilitações no processo de institucionalização de demandas e agendas políticas, a efetividade dessas capacidades não é um fato em si, pois elas “dependem das ligações com forças e poderes que existem e operam além dos limites formais do Estado” (*Ibidem*).
3. Desta forma, a própria natureza e a extensão da realização das capacidades estatais mantêm *ligações estruturais* estabelecidas com as instituições societárias. Por exemplo, ligações “entre políticos e funcionários do Estado e outras forças políticas e da complexa rede de interdependências estruturais e redes estratégicas que ligam o sistema estatal ao seu ambiente social mais amplo” (*Idem*, pp. 376-377). O resultado dessas *ligações* pode ser a inserção e a sedimentação significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais societárias no interior do discurso institucional, bem como a aprendizagem institucional por parte das organizações societárias.

Sobre este último ponto, argumento similar é percebido em Szwako e Gurza Lavalle (2019) a partir do conceito de “capacidades estatais cognitivas”. Conforme os autores, as dinâmicas de interação socioestatal podem gerar um processo de institucionalização de categorias, ideias e ideais das organizações societárias, incidindo sobre as capacidades de ação do Estado via políticas públicas. Similar, também, é

o conceito de “incubadores institucionais” em Houtzager (2004), para o qual as instituições, como o Estado, podem agir no sentido de potencializar a formação e a mobilização das organizações sociais por meio de seus recursos materiais e simbólicos. Por fim, também há correspondência no conceito de “programas associativos” em Tatagiba e Teixeira (2021). Conforme destacam as autoras, a concepção associativa de uma política diz respeito tanto à busca por uma melhor qualidade e sustentabilidade dirigidas aos projetos executados, como à promoção da cidadania e do empoderamento do público-alvo. A ideia básica de um “programa associativo” consiste na apropriação criativa das próprias experiências e discursos dos públicos-alvo para fortalecê-los, estimulando a organização coletiva do público-alvo das políticas – todos esses conceitos, em alguma medida, preveem *ligações estruturais como mútua constituição*.

Esse “retorno relacional do Estado”, operado pela AER e também por abordagens institucionalistas, representa um passo além de ressaltar a importância das instituições e capacidades estatais de se inserirem e produzirem efeitos sobre a sociedade. A partir dessas abordagens, compreendo que “trazer o Estado de volta” significa, antes, trazer novamente as *ligações estruturais* entre o *político* e a *política* ao debate e perceber como ambos se coproduzem. Jessop ajuda nesse sentido, ao salientar que à AER cabe examinar:

[...] como um determinado aparato estatal pode privilegiar alguns atores, algumas identidades, algumas estratégias, alguns horizontes espaciais e temporais, e algumas ações sobre outras, bem como os meios, se houver, através dos quais os atores políticos (individuais e/ou coletivo) consideram esse privilégio diferencial ao escolher um curso de ação a partir da análise do “contexto estratégico”. O que implica explorar as maneiras pelas quais o Estado, como um conjunto de instituições, tem um impacto específico e diferenciado na capacidade de várias forças políticas de perseguirem interesses e estratégias particulares por meio do acesso e controle de determinadas capacidades estatais – elas mesmas dependentes de seus efeitos nas ligações com forças e poderes além do Estado. A AER também estuda variações nessas capacidades, sua organização e exercício, e enfatiza como a natureza relacional do poder do Estado [diretamente relacionadas à esfera societária] tem efeitos sobre as capacidades estatais de projetar seu poder em esferas sociais bem além de suas próprias fronteiras institucionais (Jessop, 2009, p. 378, acréscimo meu).

Desses argumentos também se depreende que o Estado é uma necessidade contingente, o que significa que não existe um fundamento último que possa indicar sua existência, sua fonte originária de poder, tampouco sua natureza *a priori* que seja fora da relação Estado-e-sociedade:

[...] “necessidade contingente” indica tanto a determinação causal de fato (necessidade) de eventos e fenômenos quanto sua indeterminabilidade *ex ante* (contingência). Em outras palavras, eventos e fenômenos são o produto da interação não necessária entre diferentes cadeias causais para produzir um resultado definido que primeiro se tornou necessário através da articulação contingente de várias cadeias causais [...].

Além disso, se existirem “necessidades contingentes”, para explicá-las adequadamente, é necessário combinar conceitos, suposições e princípios de análise de diferentes domínios teóricos e vinculá-los a um *explanandum* teoricamente definido [...].

A “necessidade contingente” indica certas propriedades dos fenômenos “reais-concretos” e explora suas implicações ontológicas, epistemológicas, metodológicas e substantivas (Jessop, 2008, pp. 229; 230; 232).

Argumentar nestes termos não significa, vale destacar, uma virada pré-moderna, no sentido de uma nova fusão Estado-na-sociedade, nem uma leitura de dissolução do Estado como uma espécie de simples “convenção comunicativa” entre os indivíduos. O Estado não é nem uma coisa ou sujeito dotado de substância em si mesmo, nem uma simples convenção social. Em um nível conceitual (uma primeira definição), o Estado é uma relação contingencialmente construída a partir de relações-de-relações, de relações entre agentes societários-em-relação. Os contornos do seu caráter *necessário*, por essa leitura, não são dados, e, como já assinalou Mann ([1984] 1992), dizer que o monopólio da produção normativa obrigatória é a principal base da necessidade do Estado não resolve satisfatoriamente o problema da origem e do poder do Estado.

A separação entre Estado e sociedade, fruto do projeto político moderno, como já destacado por Lefort (1988), marcou a problematização da *desfundamentação* do social em relação a uma unidade fundante do poder (fundacionalismo): o rei e a monarquia como fundamentos do social nos Antigos Regimes europeus, a relação entre o Estado e a Igreja como fonte de justificação política e social etc. Todavia, isso não significou o início de uma experiência de ausência radical de fundamentos (antifundacionalismo). Não é pelo fato de o Estado moderno não ser o centro fundante do poder nas sociedades democráticas contemporâneas, que ele não seja, em última instância, uma comunidade simbólica que representa a unidade de racionalização política, econômica e cultural da sociedade, tampouco uma realidade abstrata, uma convenção. O Estado não é uma coisa nem outra, porque ele não é nem uma unidade homogênea, nem um Sujeito racionalizante e neutro que, pairando acima e fora da sociedade, é capaz de promover uma completa integração/controlar social, seja através de complexas estruturas normativo-disciplinares de controle, seja por meio

da construção de amplos consensos em torno do bem comum (Poulantzas, [1978] 2015; Jessop, 1982, 2009).

Ao contrário dessas abordagens, e seguindo a AER, compreendo o Estado como uma *relação social*⁸. *Nesses termos, o seu poder e suas capacidades, ou a origem do poder do Estado, são também relacionais. Como uma relação social*, o Estado, em seu sentido mais geral, passa a ser compreendido como o resultado contingencial da condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, o que envolve disputas em relação à organização institucional do governo e aos significados sobre o Estado⁹ (*polity*), aos conteúdos da política (*politics*) e à ação política (*policies*) junto à sociedade (Poulantzas, [1978] 2015; Jessop, 1982, 2008, 2009, 2017).

Essa definição indica que o Estado tende a comprimir uma *função* estrutural especial nas sociedades democráticas contemporâneas – na qualidade de espaço e mecanismo de dominação política –, por meio da produção de normativas obrigatórias e, em alguma medida, do equilíbrio desigual de antagonismos (não de integração ou completo controle): o Estado preenche estratégica e seletivamente a *função* operativa de fator de organização institucional entre as forças políticas em tensão numa determinada formação social. Isso não significa uma absorção de toda a estrutura societária, sobrando aos agentes societários apenas estratégias de contrapoder, tampouco que sua ação esteja orientada por uma função determinada (e.g. Estado como estrutura que age em defesa dos interesses das classes dominantes). Como não há qualquer fundamento que determine o caráter relacional do social (dimensão ontológica), será a forma como essa condensação se constituirá que dará os contornos da realidade objetual do Estado – nada pode determinar esse processo, dada a contingencialidade.

Uma rápida nota se faz necessária antes de finalizar a seção. Utilizei o termo *mediação* para fazer referência ao Estado. A *mediação*, a partir de Jessop, indica o aparato estatal não como espaço de neutralidade e equilíbrio harmonioso entre as forças políticas em uma determinada sociedade (agente mediador de conflitos), mas como um complexo institucional policêntrico, estrutural e discursivamente seletivo que, a depender da condensação institucional e discursivamente mediada das relações e das mudanças de equilíbrio político entre agentes societários em uma dada sociedade, “oferece chances desiguais a diferentes forças dentro e fora do Estado

8. Desenvolvo esse argumento da AER em outro texto (Marques, no prelo, 2023b).

9. O Estado também representa uma função semiótica (Jessop, 2005; 2017), isto é, a produção de significados que envolvem, por exemplo, os seus “papéis”. Por exemplo, o Estado deve ou não promover políticas sociais e identitárias? É preciso destacar que os sentidos do Estado são discursivamente disputados por diferentes projetos políticos.

para agirem com diferentes finalidades políticas” (Jessop, 1991, p. 93). Sua *função* estrutural especial (mediação), portanto, é radicalmente política, contingencial, estratégica, discursiva e seletivamente construída a partir da forma como as relações entre as forças políticas em tensão (*o político*) se condensam no interior do aparato estatal (*a política*):

Nunca se chega a um ponto em que, em um território determinado, o Estado esteja finalmente construído e a partir do qual funciona, por assim dizer, no piloto automático, de acordo com suas leis próprias, fixas, definidas e inevitáveis. Tampouco, sendo menos exigente, se chega a um momento em que um único projeto de Estado se torne suficientemente hegemônico que todos os administradores estatais se limitem a aplicar um modelo algorítmico de suas funções e interesses como membros de uma classe dirigente diferenciada. O que se pode afirmar com certeza do Estado, como e em que medida isso pode ser feito, depende do resultado contingente e provisório dos conflitos para a realização de “projetos estatais” mais ou menos específicos (Jessop, 2017, p. 137, grifo do autor).

A recusa de um caráter determinadamente (fundamento) e o destaque para a explicação relacional na análise do Estado se justificam devido à complexidade polimórfica e policontextual do Estado¹⁰. O que a AER busca ressaltar, e isso é fundamental neste artigo, é o argumento de que não é possível, nem salutar, seja para uma adequada explicação sobre o Estado moderno, seja para a leitura da mudança social, determinar um caráter fundante do Estado, ainda que, em um determinado contexto ou em um determinado setor, se sobressaia um traço mais ou menos específico.

Pensar a partir deste registro exige escapar tanto das abordagens centradas no Estado, as quais tendem a percebê-lo como um “Sujeito” radicalmente autônomo e uma instância neutra e racionalizante da sociedade, quanto das abordagens centradas na sociedade. Essas últimas, em especial, cambiam entre (I) uma compreensão do Estado como um instrumento de poder da classe dominante (burguesia), portanto uma unidade em si, fechada exclusivamente em torno dos interesses sociais, políticos e econômicos da classe dominante, (II) e uma leitura do Estado como um instrumento aberto às diferentes clivagens sociais em conflito na sociedade (leitura contextualista), por conseguinte uma arena, um “espaço vazio” a ser preenchido e gerido por alguma particularidade voluntarista (Marques, no prelo 2023b).

10. Essa complexidade é o que reflete as diferentes ênfases sobre o Estado: “o despotismo burocrático (Wittfogel, 1957), a autoridade tecnocrática (Bentham, 1970), um Estado étnico ou racial (Goldberg, 2002), um Estado de apartheid (baseado na separação étnica, Price, 1991), um Estado patriarcal (o patriarcado em geral, MacKinnon, 1989; Brown, 1992) ou um Estado ético-político (Gramsci, 1971)” (Jessop, 2017, p. 85).

O argumento relacional exige, pois, a recusa tanto das abordagens estadocêntricas como das sociocêntricas, porque ambas destacam uma relação de externalidade – ou relacionismo¹¹ – entre Estado e sociedade, sendo que, na verdade, são *estruturas relacionais mutuamente constitutivas*. Este segue sendo o grande desafio: pensar relacionalmente o Estado (Estado-e-sociedade) exige um esforço de concebê-lo como “parte de uma teoria mais abrangente de sociedade, mas é justamente na articulação entre Estado e sociedade que muitos dos problemas não resolvidos da teoria do Estado são localizados” (Jessop, 2009, p. 371). Pode-se acrescentar a esse desafio a promoção de um debate em um terreno em que muitos dos pressupostos das abordagens fronteiriças, essencialistas e contextualistas ainda estão sedimentados, o que exige um esforço pluritéórico e a construção de “convergências críticas” para o desenvolvimento de uma perspectiva de *mútua constituição*.

Pós-fundacionalismo, contingência e relacionalidade na Perspectiva da Pólis

Os argumentos pós-fundacionais, contingenciais e relacionais também podem ser percebidos na Perspectiva da Pólis. Isso fica claro, por exemplo, na assertiva de Houtzager, Gurza Lavalle e Acharya (2004, p. 261), para os quais “as capacidades de ação das organizações civis e do Estado são produto de uma história interativa e contingente de mútua constituição”. Nesses termos, não pode haver margens para determinações e contextualismos na explicação sobre as interações socioestatais. Tendo isso em vista, destacarei a seguir como esta tradição constrói esse argumento desde a sua principal base, o “enfoque centrado na organização política” (*Polity-Centered Approach*) em Skocpol (1996¹²), e se desenvolve em argumentos institucionalistas mais recentes.

Nessa abordagem, ao contrário de seus estudos anteriores voltados à agenda *Bringing the State Back In* (Evans, Rueschemeyer e Skocpol, 1985), cuja análise ainda concebia as organizações estatais e as elites como elementos analíticos centrais, dotados de uma autonomia tendencialmente absoluta em relação aos agentes societários e, portanto, de uma abordagem ainda centrada no Estado, Skocpol aprimorou o argumento sobre as ações e as mudanças institucionais, destacando que a análise necessitava perceber os processos políticos e “identificar os grupos ativos na política, os

11. Uma leitura relacionista só permite perceber relações *entre* fenômenos (*e.g.* sociedade civil e subsistemas) e não os fenômenos *como* relação. Desenvolvo essa crítica em outro trabalho (Marques, no prelo, 2023a) – especificamente contra a tradição habermasiana de sociedade civil.

12. Trata-se do clássico livro *Protecting Soldiers and Mothers. The political origins of social policy in the United States*, originalmente publicado em 1992 – edição em espanhol de 1996.

recursos que estes podem aportar na estruturação de alianças ou em conflitos mútuos”, buscando compreender, também, como as “mudanças nas configurações institucionais das organizações políticas nacionais proporcionam vantagens a algumas estratégias e perspectivas ideológicas e impedem outras” (Skocpol, 1996, p. 50; 51). Com isso, estruturou uma análise que informa a presença e a ação estratégica de agentes políticos na consideração das transformações institucionais, os efeitos das instituições sobre os grupos sociais e o processo de *encaixe institucional* de grupos sociais¹³.

A despeito dos ajustes de caráter relacional e da tentativa de saída do registro estadocêntrico, as críticas aos limites relacionais em sua obra se mantiveram. No ano de 2007, na ocasião do recebimento do Prêmio Johan Skytte em Ciência Política, Skocpol fez um levantamento de suas agendas de pesquisa para também rebater as críticas. Ao comentar a agenda *Bringing the State Back In*, enfatizou que os objetivos consistiam em tratar a política e a formulação de políticas públicas não como reflexo direto, um subproduto, da dinâmica social, cultural e/ou econômica. Procurava, portanto, romper com uma tradição teórica “centrada na sociedade”.

Ao propor essa mudança, Skocpol buscou uma melhor conceituação das estruturas e capacidades estatais¹⁴ “para explicar mais adequadamente como os Estados são formados e reorganizados e para explorar, em diferentes cenários, como afetam as sociedades por meio de suas intervenções – ou abstenções – e por meio de suas relações com grupos sociais” (Skocpol, 2008, p. 110). Para a autora, o projeto *Bringing the State Back In* fora mal caracterizado. Ao contrário das críticas, Skocpol (2008, p. 111) argumenta que não “estava sugerindo qualquer tipo de determinismo político” (leitura “estadocêntrica”), nem um completo descarte de abordagens “centradas na sociedade”, e sim uma “abordagem totalmente relacional”. No entanto, para a crítica, o centralismo analítico nas organizações estatais e o seu caráter contextualista não foram totalmente deslocados, mantendo-se como parte dos pilares de sua estrutura teórico-analítica: o caráter relacional parece ser sempre na direção do Estado para a sociedade, caracterizando mais um relacionismo que propriamente uma abordagem relacional¹⁵.

Apesar das críticas, com esse movimento, Skocpol obteve maior êxito no deslocamento de uma abordagem *State-Centered* para a *Polity-Centered Approach*. Isso lhe permitiu tecer críticas pertinentes a diferentes abordagens essencialistas, deterministas e demasiadamente culturalistas (abordagens centradas na sociedade) na

13. Conferir também Soares Filho (2023, pp. 144-147).

14. Informada por Skocpol, a noção de *capacidade estatal* é retomada com centralidade teórico-analítica por Gurza Lavalle *et al.* (2019, pp. 57-69) na análise da dinâmica de institucionalização dos interesses e demandas societárias.

15. Para uma leitura sobre os limites contextualista-relacionais do enfoque de Skocpol, conferir Gurza Lavalle *et al.* (2019, pp. 42-53; 60-63).

análise da origem e desenvolvimento/mudança das políticas de seguridade social nos Estados Unidos e do processo de organização social, especialmente das mulheres/mães, a partir de suas relações com a esfera política.

A despeito da persistência da explicação a partir das estruturas institucionais na análise do processo de *encaixe* das demandas sociais, tais como disposições institucionais, instituições governamentais, regras eleitorais, partidos políticos e as políticas públicas anteriores (*path dependence*), *bem como* para a explicação do processo de organização das mulheres em associações (Skocpol, 1996, pp. 54; 67; 92; 95-98; 683-687), as inovações promovidas por Skocpol possibilitaram uma leitura “mais relacional” quando comparada à agenda anterior – esta é a consideração central buscada no artigo. Com isso, forneceu à tradição histórico-institucional novas e importantes ferramentas analíticas e metodológicas para a análise das interações socioestatais e as mudanças políticas, ainda que, conforme a crítica de Gurza Lavalle *et al.* (2019, pp. 25-29; 42-52), muitos desses aspectos, especialmente os que envolvem a construção do conceito de *encaixes*, tenham permanecido subteorizados¹⁶. O trabalho de Skocpol teve importantes desdobramentos:

A abordagem ensejou desdobramentos analíticos e de pesquisa em duas direções complementares – contextual e relacional –, mas com implicações teóricas distintas para a compreensão da ação coletiva. De um lado, em registro contextualista, a proposta da autora estimulou estudos atentos à influência institucional do Estado e do sistema político sobre a disposição de agir e as capacidades de ação dos atores sociais; de outro, em registro relacional e atento à gênese, animou indagações debruçadas sobre a construção histórica dessas capacidades em termos da moldagem de encaixes institucionais ou entradas preferenciais (*points of access*) arquitetados pelos atores sociais no Estado (*engineering fit*). No primeiro caso, a adequação ou encaixe (*fit*) das formas e recursos organizacionais dos atores ao contexto macro e meso institucional favoreceria sua capacidade e disposição de agir. Corresponderia àquilo que Skocpol (2008) denominou de “efeitos indiretos” do Estado sobre a ação dos atores sociais. No segundo caso, as instituições não são contexto externo, mas produzidas no processo de construção das capacidades de ação dos atores ou, de modo mais preciso, embora abstrato, são endógenas ao processo estudado e não exógenas ou meramente contextuais (Gurza Lavalle *et al.*, 2019, p. 45).

16. A síntese da crítica dos autores é apresentada por Soares e Filho (2023, p. 147): “A principal crítica à autora é por não alcançar mecanismos teóricos atentos à caracterização da institucionalização obtida pelos atores em movimento [...]. O conceito de domínio de agência concede maior sensibilidade qualitativa à caracterização das configurações dos encaixes. Pode-se dizer que o conceito define as características associadas aos encaixes”. Para um avanço nesse sentido, que informa tipos de encaixes referentes a processos de institucionalização específicos (programático, posicional, simbólico e prático), ver a sistematização de Sanchez, Rodrigues e Braga, em entrevista com Gurza Lavalle, Carlos, Szwako e Dowbor (2022, p. 275), operada a partir de Gurza Lavalle e Szwako (2015).

Nesse processo de “virada relacional institucionalista”, o conceito de *encaixes*, bem como a sua lógica relacional e reflexiva, passou a ganhar cada vez mais importância nas leituras baseadas na Perspectiva da Pólis. Em sua apresentação seminal, os *encaixes* são percebidos como “pontos de acesso e de influência, historicamente mutáveis, permitidos pelas instituições políticas da nação” (Skocpol, 1996, p. 75). Vale destacar que, embora “permitidos pelas instituições políticas”, os *encaixes* não são simples produtos de engenharia institucional cujo objetivo seja absorver os agentes e as organizações societárias em um processo simples, e analiticamente simplista, de cooptação das organizações societárias. O conceito indica complexas interações em diferentes níveis, espaços e hierarquias políticas. Como salientam Sanchez, Rodrigues e Braga em entrevista realizada com Gurza Lavalle, Carlos, Szwako e Dowbor (2022, pp. 272-273):

O conceito de encaixes é amplo o suficiente para abarcar uma grande diversidade de instâncias empíricas, desde reuniões regulares com o poder público, participação em conselhos de políticas públicas, até a aprovação de projetos de leis, emendas constitucionais, regulações infralegais, passando pela criação de programas, órgãos, organismos, pela adoção de categorias simbólicas oriundas da linguagem dos movimentos sociais e pela adoção de instrumentos específicos de políticas públicas.

Embora a abordagem de Skocpol (1996) ainda confira certa primazia à dimensão estrutural e aos atores institucionais ou alocados na instituição (políticos e administradores), inclusive para explicar o sucesso dos *encaixes*, bem como argumente que os Estados “são organizações dotadas de autoridade e recursos – coletores de impostos, centros de autoridade cultural e guardiões dos meios de coação –, [e] lugares de ação autônoma” (Skocpol, 1996, p. 76, *acréscimo meu*), compreendo que existe margem para uma compreensão “mais relacional” na interpretação do conceito de *encaixe*. Não apenas nesse conceito em particular. De forma mais ampla, o “olhar relacional”, como já destacaram Gurza Lavalle *et al.* (2019), atravessa a contribuição de Skopol (1922).

A *Polity-Centered Approach* propõe que a análise da mudança social e da produção de políticas públicas deve se atentar tanto aos fatores societários (*o político*) como aos fatores político-institucionais (*a política*), para que, desta forma, não recaia nem em um “determinismo societário”, nem, ao contrário, em um “determinismo político” (Skocpol, 1996, p. 83). Por meio dessa leitura, o conceito de *encaixe* pode ser lido a partir de uma dimensão “mais relacional” e, como mostrarei a seguir, contingencial: *os encaixes como efeitos emergentes das relações entre Estado e sociedade*, o que significa que, para sua adequada compreensão, é preciso considerar a relação Estado-e-sociedade e sua contingencialidade inerente.

Esse argumento fica mais claro quando a atenção se volta para a indicação de Skocpol (1996, p. 75) de que os *encaixes* devem ser compreendidos a partir da relação “entre as metas e as capacidades dos diversos grupos politicamente ativos”. Por grupos politicamente ativos, Skocpol se refere, em diferentes momentos da obra, tanto aos grupos de interesses, às organizações empresariais, aos políticos eleitos, aos funcionários da burocracia e às associações de mulheres/mães, e não apenas aos grupos e atores que fazem parte da estrutura política *stricto sensu*. Por capacidades, refere-se tanto às capacidades organizacionais (e de ação desses grupos junto às instituições) quanto à capacidade de formação de alianças “dentro” e “fora” da estrutura institucional. Esse foi o caso dos grupos de mulheres e seu êxito em levar adiante as políticas de seguridade social nos Estados Unidos (Skocpol, 1996, pp. 416-680).

A despeito de certa primazia da explicação institucional na compreensão dos *encaixes* na análise de Skocpol, a autora informa que é necessário considerar a capacidade dos agentes societários tanto em se organizarem política e institucionalmente como em arquitetarem, viabilizarem, interpretarem o contexto e construírem *encaixes*:

Sem burocracias governamentais ou uma igreja estabelecida, a política federal dos Estados Unidos deixou um amplo espaço para associações voluntárias. E segundo os padrões internacionais, as estadunidenses eram mulheres altamente educadas e bem preparadas para participar da vida comunitária [...]. Nesse amplo espaço entraram grupos de mulheres dispostas a organizar as agendas do debate público e legislativo [...].

[...] os tipos de capacidades organizacionais e retóricas que as numerosas associações maternalistas aplicaram à política social dos Estados Unidos, no início do século XX, encontraram um “encaixe” surpreendentemente bom para os pontos de influência judicial e legislativa disponíveis na época, em um momento em que o *status* dos tribunais e dos partidos estava experimentando uma transformação desigual e fragmentária em direção a um sistema de governo parcialmente burocrático e orientado para grupos de interesse (Skocpol, 1996, pp. 685-686; 687).

Outro elemento a ser destacado, levando às últimas consequências a identificação de sua dimensão relacional, estratégica e contextual presente no desenvolvimento da explicação institucionalista, e que será fundamental na Perspectiva da Pólis, é que os *encaixes* são construções contextual e estrategicamente seletivas, portanto, contingencialmente estruturadas e atravessadas por disputas, seja para sua construção, seja para sua modificação ou mesmo extinção. O que determina se um ambiente institucional é receptivo ou não a processos de *encaixes* de certos grupos societários, e não de outros, é a própria configuração institucional, isto é, a forma como as forças

políticas se encontram condensadas institucional e discursivamente e constroem ou modificam as instituições.

Por esta leitura, que busca salientar as implicações mútuas entre *o político e a política no Polity-Centered Approach*, também é possível localizar as contribuições do institucionalismo histórico para se pensar, assim como na AER, o Estado como *campo* atravessado e constituído por disputas. Isso porque, como nos informa a autora:

[...] a estrutura geral das instituições políticas proporciona acesso e influência a alguns grupos e alianças, encorajando e recompensando seus esforços para configurar as políticas governamentais enquanto, simultaneamente, se nega acesso e influência a outros grupos e alianças que operam na mesma organização política nacional. Isto significa que o grau de êxito que logra qualquer grupo ou movimento politicamente ativo não é influenciado somente pela consciência de si, e a “mobilização de recursos” desta mesma força social [...] depende [também] das oportunidades relativas que as instituições políticas existentes oferecem ao grupo ou movimento em questão e, simultaneamente, das que negam a seus adversários e competidores (Skocpol, 1996, p. 91, destaque da autora; acréscimo meu).

Essa leitura relacional nos leva a uma crítica pontual sobre a forma como o conceito foi recentemente retomado por Gurza Lavalle *et al.* (2019). O caráter relacional, contingencial e politicamente tensionado que busco identificar no conceito parece ter sido relativamente esvaziado na definição dos autores na discussão sobre os *domínios de agência*, para os quais:

Encaixes, em formulação mais restritiva e relacionalmente mais radical, são aqui definidos como sedimentações institucionais de processos de interação socioestatal que *ganham vida própria* (artefatos: instrumentos, regras, leis, programas, instâncias, órgãos) e mediante os quais atores sociais são, em alguma medida, bem-sucedidos em dirigir de modo contínuo a seletividade das instituições políticas ao seu favor, ampliando sua capacidade de agir [...] um *processo em construção contínua* que supõe ação e atores [...]. Encaixes arquitetados pelos atores no Estado e domínios de agência que conferem legitimidade de agir e poder de influência na política e no processo de decisão *são construções históricas contingentes e não fatalidades* (Gurza Lavalle *et al.* 2019, p. 47; 54, destaques meus).

Primeiramente, devo ressaltar que a ideia de *sedimentação*, desde a sua tradição fenomenológica em Husserl (Marques, 2020), deve ser lida, nos termos aqui propostos, como processos graduais de institucionalização, considerando as interações socioestatais. Essa compreensão não é estranha à leitura de Gurza Lavalle *et al.* (2019): pelo contrário, como se destaca na citação anterior, os autores estão cientes

dos processos e disputas em torno da construção e manutenção (institucionalização) dos *encaixes*. No entanto, surge um problema quando informam a ideia de “ganham vida própria”, ainda que também informem tratar-se de um “processo em construção contínua” e “construções históricas contingentes e não fatalistas”.

Isso porque, como nos ajuda a pensar Ernesto Laclau (2000), a *sedimentação* informa um efeito de ocultamento da contingencialidade por meio da rotinização, conferindo aspectos de cristalização de algo que é radicalmente contingencial. Quando algo é *sedimentado* (e.g. um discurso, uma política pública, um domínio de agência etc.), “o sistema de possibilidades alternativas tende a desvanecer-se e os traços da contingência originária a apagar-se” (Laclau, 2000, p. 51). Ou seja, “o instituído tende a assumir a forma de uma mera presença objetiva”. É sobre a ideia de “presença objetiva” que destaco a crítica aos autores.

Ao longo da argumentação de Gurza Lavallo *et al.* (2019), fica claro que a compreensão dos autores se mantém fiel ao conceito original apresentado por Skocpol. Os autores evidenciam que a construção de *encaixes* não deriva necessariamente de um ato decisional, mas expressa o resultado de complexas interações processuais entre agentes societários e esfera institucional, podendo ou não ser contínuo. No entanto, como apontado, toda *sedimentação* é contingencial; está sujeita a questionamentos sobre sua validade e, portanto, a sua “presença objetiva” deve ser compreendida como sempre precariamente estabelecida.

Isso significa dizer que da mesma forma que não é possível garantir *a priori* a construção de *encaixes*, pois eles dependem das interações e mecanismos relacionais contingencialmente estruturados, uma vez instituídos, não podem ter sua manutenção definitivamente fundamentada. A ideia de *sedimentação*, em uma leitura que se pretende “relacionalmente mais radical”, como expresso por Gurza Lavallo *et al.* (2019), não pode indicar esse processo de fechamento. Isso porque os *encaixes* são passíveis de disputas políticas e de influências diretas das mudanças da configuração institucional promovidas pelas forças políticas em jogo¹⁷. Ou seja, ainda que a sua *sedimentação* seja bem-sucedida por meio do estabelecimento de leis, normas e regras, tornando-se parte da estrutura política no interior de uma trajetória institucional (*path dependence*), e, como toda política, embora inevitavelmente promovam efeitos *feedbacks* para políticas e ações futuras, os *encaixes* podem ser *reativados*, isto é, podem ser discursiva e institucionalmente questionados ou modificados.

17. Elementos desse argumento também são apresentados por Sanchez, Rodrigues e Braga (2022, pp. 273-274), no trabalho de entrevista com Gurza Lavallo, Carlos Swako e Dowbor. Como destacam: “Os encaixes, apesar de apresentarem um determinado grau de institucionalização, são passíveis de desinstitucionalização [...] os encaixes também podem ser disputados e eventualmente utilizados por atores outros aos que engajaram na sua produção”.

Esse argumento indica que é preciso considerar: (i) as ações dos agentes institucionais e societários e seus tensionamentos; (ii) os conflitos por recursos entre diferentes instituições ou a incidência direta ou indireta de uma instituição sobre a outra (*e.g.* mudanças de regras ou do entendimento sobre as regras de uma instituição podem provocar choques em outras); (iii) e disputas internas, em uma mesma instituição, pelo entendimento das regras organizativas (não necessariamente as regras precisam mudar, a mudança discursiva sobre a interpretação das regras já é suficiente para provocar alterações significativas). Essa crítica, contudo, não significa que as experiências de sedimentação institucionais não apresentem certa persistência/estabilidade. O que deve ser ressaltado é que a ideia de persistência/estabilidade não pode ser uma explicação que se origina e se esgota nas próprias experiências, uma vez cristalizadas. Mantê-la requer uma mobilização discursiva contínua de apoio político e esforços com o objetivo de contornar demandas internas e externas que são constantemente apresentadas nas interações socioestatais (Mahoney; Thelen, 2010). Afinal, as restrições sociais, políticas e econômicas são cambiantes, os princípios éticos, políticos e morais estão em constantes disputas discursivas na sociedade, o ordenamento e a interpretação das regras jurídicas e legislativas não são estáticos, bem como mudam as forças políticas das coalizões governamentais e a própria disputa política por recursos (materiais e simbólicos) no interior das instituições e entre diferentes instituições do Estado. Em suma, os instrumentos, regras, leis, programas, instâncias que estruturam as experiências institucionais podem ser alterados, podem ser politicamente desidratados ou mesmo extintos, o que se entende por *reativação* – vide as experiências recentes no contexto brasileiro durante o governo Bolsonaro. Recorrendo novamente a Laclau:

A reativação, portanto, não consiste em um retorno à situação original, mas apenas em *re-descobrir, por meio do surgimento de novos antagonismos, o caráter contingente da pretendida “objetividade”*. Mas essa redescoberta pode, por sua vez, reativar a compreensão *histórica* dos atos originários da instituição, na medida em que formas adormecidas, que eram consideradas simples objetividade e tidas como garantidas, *agora se revelam como contingentes e projetam essa contingência para suas próprias origens* (Laclau, 2000, p. 51, destaque meu).

Essa crítica parte da compreensão de que a (re)produção das estruturas é sempre tendencial, considerando que as instituições são fenômenos dinâmicos e “instrumentos distributivos carregados de implicações de poder” (Mahoney e Thelen, 2010, pp. 7-8). Nesse sentido, compartilho os argumentos de Gurza Lavalle, para o qual “nem todo ponto de acesso é, para nós, um encaixe”¹⁸. No entanto, há que se ressaltar, a

18. Resposta de Guzar Lavalle, em entrevista a Sanchez, Rodrigues e Braga (2022, p. 280), na distinção entre diferentes possibilidades de acessos ao Estado e um encaixe propriamente dito.

partir de um ponto de vista também relacional, contingencial e pós-fundacional, que qualquer resultado de um processo de institucionalização de interação socioestatal (um *encaixe* propriamente dito) nunca estará finalmente fundamentado. Se aceitássemos o argumento que indica que os *encaixes* “ganham vida própria”, haveria o risco de cair, novamente, na ideia de *autonomia absoluta* das instituições¹⁹.

Outro importante elemento a ser destacado da PP é a análise das interações entre o Estado e os agentes societários a partir da compreensão das *ligações estruturais* – como abordado na seção anterior, essa ideia também se faz presente na AER. As *ligações* são compreendidas como “arranjos institucionais – estruturas legais e organizações administrativas – e políticas públicas por meio dos quais o Estado exercita suas diversas funções produtivas, sociais e regulatórias” (Houtzager, 2004, p. 34). Como mecanismos relacionais que atam o Estado e a sociedade, refletindo “a forma e o grau de presença estatal em comunidades locais” (Houtzager, 2004, p. 166), as *ligações estruturais* podem fornecer recursos materiais e simbólicos capazes de fomentar a criação de novos interesses coletivos e encorajar a formação de organizações sociais. É a partir dessa explicação que Houtzager analisa as “raízes institucionais da ação coletiva”.

Essa construção tem suas bases no “foco toqueviliano”, já sublinhado por Skocpol (1992; 2008), acerca dos efeitos das estruturas e ações estatais sobre os grupos sociais – essa discussão se mantém em trabalhos mais recentes da autora, que passou a destacar na discussão o conceito de capital social e o engajamento cívico nos Estados Unidos e a focar a codeterminação entre as esferas estatal e societária (Skocpol, Ganz e Munson, 2000; Skocpol, 2008). A corroboração de Houtzager, ainda que o autor, ao que parece, mantenha-se centrado nas estruturas e ações estatais em relação aos grupos sociais, deve ser complementada pela compreensão das “raízes societárias da ação estatal” (Marques, no prelo, 2023b), argumento já realçado por Gurza Lavalle *et al.* (2019, p. 65). Nesses termos, as *ligações* passam a informar a relevância das instituições não como simples elementos contextuais da ação coletiva (crítica contextualista), nem como elementos dotados de vida própria, como entidades coisificadas, mas como *agente* que, em constante relação com diferentes agentes societários, está envolvido no processo de formação da ação coletiva no interior da esfera societária, também sendo por ela formatado. Ao se atentar às interações entre Estado e sociedade, o foco da PP, a partir de Houtzager, passa a ser:

19. Vale destacar que os autores (e organizadores) de *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição* recentemente indicaram, de forma mais clara, os argumentos que estou a ressaltar, evidenciando que não é possível garantir a ou assumir a ideia de *sedimentação* como algo fundamentado (“ganham vida própria”). Conferir em entrevista a Sanchez, Rodrigues e Braga (2022, pp. 285-286).

[...] interpretar como os atores estatais e societários constituem-se, tornam-se politicamente significativos e interagem através do divisor de águas privado/público para produzir uma mudança propositada [...].

A relação entre atores estatais e societários está no centro da abordagem [da Pólis]. Em vez de assumir a autonomia e coerência do Estado, assim como fizeram algumas abordagens estatistas anteriores, a abordagem da *pólis* ajuda a problematizar o Estado. Ele é visto de modo a considerar suas variações em presença e em suas relações com grupos sociais, tanto por intermédio do espaço social e geográfico [...] quanto por áreas de políticas públicas (Houtzager, 2004, pp. 31-32, destaque do autor; acréscimo meu).

É nesse sentido, por exemplo, que Houtzager (2004), em sua análise sobre a cidadanização da população rural no Brasil entre os anos de 1964 e 1995, destaca a importância do Estado e da ala progressista da Igreja Católica no processo de organização dos trabalhadores rurais e da emergência do novo sindicalismo. Disponibilizando complexas redes organizacionais, recursos materiais, apoio técnico e político, proteção e uma estrutura ideológica capaz de potencializar a formação e o desenvolvimento da ação coletiva, o Estado e a Igreja disputaram a organização desses trabalhadores em torno de seus campos organizacionais, atuando como “incubadoras institucionais” (Houtzager, 2004) segundo os projetos de suas elites. Ou seja, a partir de suas *ligações estruturais* com a esfera societária, Estado e Igreja estiveram diretamente envolvidos no processo de mobilização de organizações societárias em seus projetos de mudanças políticas, demonstrando empiricamente os limites normativos da ideia de emergência espontânea/voluntarista e de autonomia das organizações da sociedade civil – quando esta é concebida como não relação com a esfera política.

Esses elementos são contribuições extremamente relevantes para se pensar a *mútua constituição* entre as esferas societária e institucional, considerando, também, as “raízes societárias da ação estatal”, isto é, a possibilidade da inserção e da sedimentação de significados produzidos e mobilizados pelas experiências organizacionais societárias no interior do discurso institucional (Gurza Lavalle e Szwako, 2015; Szwako e Gurza Lavalle, 2019; Marques, 2022):

Assim, ao mesmo tempo em que os interesses dos atores da sociedade civil são moldados, seja à distância ou diretamente, pela capacidade acumulada (ou pela falta dela) num subcampo específico de política pública, esses atores não estatais são eles próprios estruturadores de capacidades *por meio* das interações socioestatais (Gurza Lavalle *et al.*, 2019, p. 65).

Antes de concluir a presente análise sobre as contribuições da Perspectiva da Pólis, devo fazer uma observação sobre o conceito de incubadoras(es) institucionais, que

também pode ser de grande importância para as abordagens centradas nas interações socioestatais.

Ainda que Houtzager (2004, pp. 176; 166) destaque que as organizações sociais surjam a partir da preexistência de “redes sociais locais”, e que as instituições incubadoras agem no sentido de potencializar a formação e a mobilização das organizações sociais por meio de recursos institucionais e simbólicos nas relações estabelecidas, ao longo da obra parece sobressair a ideia de *produtores de fato da ação coletiva*:

Penso que alguns agentes da elite estimulam intencionalmente a formação de grupos e desempenham o papel de incubadores institucionais para novos agentes. Esses agentes da elite atraem pessoas desorganizadas para seus campos organizacionais e ideológicos, ajudam a redefini-las como grupos sociais e apoiam sua constituição como novos agentes políticos coletivos. Enquanto a figura “aliados” pressupõe apoiar agentes existentes de várias maneiras, *os incubadores institucionais tentam criar novos atores* e desse modo reunir cisões políticas e reorientar a contestação política. Ao contrário da figura dos “aliados”, incubadores contribuem intencional e crucialmente com redes sociais locais, recursos organizacionais e material ideológico necessário para superar os obstáculos para a ação coletiva (Houtzager, 2004, p. 214, destaque meu).

Ao longo da obra, em geral, e dessa conceituação, em particular, Houtzager parece cambiar entre o argumento de (i) apoio/estímulo dos incubadores para a organização e mobilização da ação coletiva, considerando as redes sociais relacionais preexistentes²⁰, e o argumento de (ii) criação de identidades coletivas por meio da ação diretiva dos incubadores e dos interesses especiais de suas elites, aproximando-se, desta forma, da tese de artefactualidade das organizações em Cohen e Rogers (1995). Embora não discorde de que a ação diretiva ocorra, estou mais inclinado à primeira possibilidade de interpretação, a qual indica a ação de potencializadores da formação da ação coletiva a partir de complexas interações socioestatais. Assim compreendida, a incubação também passa a indicar *mútua constituição*, uma vez que na interação socioestatal ocorrem trocas de recursos institucionais e simbólicos, configurando uma *mútua aprendizagem*²¹ – Gurza Lavalle, Carlos, Szwako e Dowbor falam em “adoção de uma categoria simbólica de movimento como parte

20. Nesta compreensão, encontro correlação com o conceito de “programas associativos” desenvolvido por Tatagiba e Teixeira (2021). Ambos os conceitos podem ser importantes instrumentos para reflexões e análises empíricas voltadas às interações socioestatais.

21. Apresento essa ideia, ainda de forma embrionária, em Marques (2022). Em estudos ainda em desenvolvimento busco uma melhor apresentação.

da linguagem oficial do Estado” (Sanches, Rodrigues e Braga, 2022, p. 273); esse argumento fora antecedido por Szwako e Gurza Lavalle (2019).

Um último ponto a ser destacado é que a Perspectiva da Pólis indica que Estado e sociedade civil não podem ser compreendidos como duas realidades distintas e não relacionáveis, ou apenas indiretamente relacionáveis. Contra essa leitura, a PP promove uma *desfundamentação* epistemológica no sentido de desconstruir qualquer possibilidade de fundamentos últimos que assegurem uma forma objetual especial, portanto distinta e separada, da sociedade civil em relação à esfera estatal e vice-versa.

Assim como na AER, para a PP o Estado não está isolado da sociedade civil, e as forças políticas societárias não são experiências predeterminadas que, espontaneamente, emergem do mundo da vida sem qualquer relação com a esfera estatal e/ou econômica. Como produtos de processos históricos e contingenciais marcados por constantes interações, Estado e a sociedade civil, para essa abordagem, devem ser analisados em seus contextos históricos e institucionais relacionalmente estruturados, e não com base em princípios normativos a partir dos quais derivariam relações (im)pertinentes entre ambos (*e.g.* opinião pública, influência, perda de autonomia, colonização do mundo da vida etc.).

Considerações finais

Como abordei ao longo do artigo, a aproximação entre duas tradições teórico-analíticas distintas, e por vezes assumidas como antagônicas, foi possível a partir da identificação de aspectos epistemológicos percebidos em ambas as abordagens. Especificamente sobre a PP, esta emergiu e tem se desenvolvido como uma abordagem dotada de um caráter relacional, colocando no centro de suas análises as *ligações estruturais* em torno de arranjos institucionais que ajudam a analisar as interações entre o Estado e os agentes societários. Com a presente discussão, é possível perceber que essa abordagem fornece importantes argumentos para se pensar a sociedade civil de forma não essencialista, bem como para se analisar a criação de vínculos entre esta e o Estado, escapando dos argumentos deterministas – como a discussão sobre a perda de autonomia e a ideia de cooptação dos agentes societários no momento em que interagem cooperativamente com a esfera institucional.

Com relação à AER, seu argumento central é a necessidade de se pensar a esfera estatal para além das abordagens estadocêntricas. A partir de um enfoque relacional e realista crítico, a AER compreende o Estado simultaneamente como *campo* e como *agente*. A primeira dimensão indica um campo estratégico-relacional seletivamente estruturado, isto é, não como um simples contexto da ação dos agentes, mas como um terreno institucional assimétrico, policêntrico, atravessado por contradições e

dotado de certa autonomia – o que também se encontra, em alguma medida, na PP. A segunda dimensão informa que a agência é seletivamente orientada, considerando a condensação institucional e discursiva das forças políticas e o modo como ocorre a “atualização/realização” dos seus poderes causais. Isso significa que as estruturas não têm poder em si (*autonomia absoluta*): o poder é “atualizado/realizado” (*autonomia relativa*), o que exige uma consideração sobre as disputas pelo poder político.

Em suma, quando lidas a partir de elementos pós-fundacionais, contingenciais e relacionais, ambas se complementam e informam elementos centrais para se pensar em termos de uma *mútua constituição* entre as esferas institucional e societária. Para além dessas contribuições, objeto central do artigo, também foi possível indicar pontos neurálgicos do desenvolvimento da agenda de pesquisa sobre as interações socioestatais que consideram a referida tese. Além de apontar aspectos epistemológicos e conceitos centrais, alcançou-se informar pontos que têm sido criticados em estudos recentemente publicados. As críticas, como têm sido elaboradas até o presente momento, inclusive neste artigo, ao contrário de colocar em questão elementos centrais dessa agenda, visam a somar esforços em seu avanço.

Referências Bibliográficas

- ABERS, Rebecca N.; SERAFIM, Lizandra & TATAGIBA, Luciana. (2014), “Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: A experiência na Era Lula”. *Dados*, Rio de Janeiro, 57 (2): 325-57.
- ABERS, Rebecca N.; SILVA, Marcelo K. & TATAGIBA, Luciana. (2018), “Movimentos sociais e políticas públicas: repensando atores e oportunidades políticas”. *Lua Nova*, São Paulo, 105: 15-46.
- ABERS, Rebecca N. & VON BÜLOW, Marisa. (2011), “Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?”. *Sociologias*, Porto Alegre, 13: 52-84.
- BERTRAMSEN, René B. (1991), “From the capitalist state to the political economy”. In: BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F. & TORFING, Jacob (orgs.). *State, economy and society*. Londres, Unwin Hyman, pp. 94-145.
- BURGOS, Raul. (2015), “Sem glória, mas com certa pena: mais uma vez sobre o conceito de sociedade civil no Brasil”. In: SHEHERER-WARREN, I. & LÜCHMANN, L. H. H. (orgs.). *Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas*. Florianópolis, Editora da UFSC, pp. 161-233.
- CARLOS, Euzeneia. (2019), “A construção de encaixes institucionais e domínio de agência no movimento popular urbano: mecanismos e configurações”. In: GURZA LAVALLE, A.;

- CARLOS, E.; DOWBOR, M. & SZWAKO, J. *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro, Eduerj, pp. 165-209.
- CARLOS, Euzeneia. (2015), *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos do engajamento institucional no contexto pós-transição*. Belo Horizonte, Fino Traço.
- CARLOS, Euzeneia. (2021), “Movimentos sociais e políticas públicas: consequências na política nacional de direitos humanos”. *Dados*, 64 (4): 1-41.
- CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika & ALBUQUERQUE, Maria do Carmo. (2017), “Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas: balanço do debate e proposições analíticas”. *Civitas*, Porto Alegre, 17 (2): 360-378.
- COHEN, Joshua & ROGERS, Joel. (1995), “Secondary associations and democratic governance”. In: WRIGHT, Erik Olin (ed.). *Associations and democracy. The real utopias project*, vol. I. Londres, Verso, pp. 7-98.
- DERRIDA, Jacques. (2002), *A escritura e a diferença*. 3 ed. São Paulo, Perspectiva.
- EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (orgs.). (1985), *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila & MARQUES, Marcelo de S. (2019), “A crítica pós-fundacionalista: um debate em construção”. *Norus*, Pelotas, 7 (11): 580-599.
- GURZA LAVALLE, Adrian. (1999), “Crítica ao modelo da nova sociedade civil”. *Lua Nova*, São Paulo, 47: 121-135.
- GURZA LAVALLE, Adrian. (2011), *O estatuto político da sociedade civil: evidências da cidade do México e de São Paulo*. Brasília, DF, Cepal. Escritório no Brasil/Ipea (Textos para Discussão Cepal-Ipea, 28).
- GURZA LAVALLE, Adrian. (2003), “Sem pena nem glória: o debate sobre a sociedade civil nos anos 1990”. *Novos Estudos*, São Paulo, 66: 91-110.
- GURZA LAVALLE, Adrian & SZWAKO, José. (2015), “Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate”. *Opinião Pública*, Campinas, 21 (1): 157-187.
- GURZA LAVALLE, Adrian; HOUTZAGER, Peter P. & CASTELLO, Graziela. (2011), “A construção política das sociedades civis”. In: GURZA LAVALLE, Adrian (org.). *O horizonte da política: questões emergentes e agendas de pesquisa*. São Paulo, Editora Unesp, pp. 185-236.
- GURZA LAVALLE, Adrian; CARLOS, Euzeneia; DOWBOR, Monika & SZWAKO, José. (2019), “Movimentos sociais, institucionalização e domínios de agência”. In: GURZA LAVALLE, A.; CARLOS, E.; DOWBOR, M. & SZWAKO, J. (orgs.). *Movimentos sociais e institucionalização: políticas sociais, raça e gênero no Brasil pós-transição*. Rio de Janeiro, Eduerj, pp. 21-86.
- HOUTZAGER, Peter P. (2004), *Os últimos cidadãos. Conflito e modernização no Brasil rural (1964-1995)*. São Paulo, Globo.
- HOUTZAGER, Peter P.; GURZA LAVALLE, Adrian & ACHARYA, Arnab. (2004), “Atores da so-

- cidade civil e atores políticos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo”. In: AVRITZER, Leonardo (org.). *Participação em São Paulo*. São Paulo, Unesp, pp. 257-322.
- JESSOP, Bob. (2005), “Critical realism and the strategic-relational approach”. *New Formations*, 56: 40-53.
- JESSOP, Bob. (2017), *El Estado. Pasado, presente, futuro*. Madri, Catarata.
- JESSOP, Bob. (1991), “Foreword: On articulate articulation”. In: BERTRAMSEN, René B.; THOMSEN, Jens P. F. & TORFING, Jacob (orgs.). *State, economy and society*. Londres, Unwin Hyman, pp. XII-XXXIV.
- JESSOP, Bob. (2008), *State power. A strategic-relational approach*. Cambridge, Polity Press.
- JESSOP, Bob. (1982), *The capitalist State: Marxist theories and methods*. Oxford, Martin Robertson & Company.
- JESSOP, Bob. (2009), “The State and power”. In: CLEGG, Stewart R. & HOUGAARD, Mark (orgs.). *The sage handbook of power*. Los Angeles; Londres; Nova Delhi; Cingapura e Washington, Sage, pp. 367-382.
- LACLAU, Ernesto. (2000), *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo. 2 ed. Buenos Aires, Nueva Visión*.
- LEFORT, Claude. (1988), *Democracy and political theory*. Cambridge, Polity Press.
- MAHONEY, James & THELEN, Kathleen. (2010), “A theory of gradual institutional change”. In: MAHONEY, James & THELEN, Kathleen (orgs.). *Explaining institutional change: ambiguity, agency and power*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 1-37.
- MANN, Michael. ([1984] 1992), “O poder autônomo do Estado: Suas origens, mecanismos e resultados”. In: HALL, John. *O Estado na história*. Rio de Janeiro, Imago, pp. 163-204.
- MARCHART, Oliver. (2009), *El pensamiento político postfundacional. La diferencia política en Nancy, Lefort, Badiou y Laclau*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica.
- MARQUES, Marcelo de S. (2023a), “Interações socioestatais: mútua constituição entre a sociedade civil e a esfera estatal”. *Opinião Pública* [no prelo].
- MARQUES, Marcelo de S. (2022), *Interações socioestatais: mútua constituição entre os Coletivos Culturais e o Estado no Espírito Santo*. 361f. Porto Alegre, tese de doutorado em Sociologia, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- MARQUES, Marcelo de S. (2023b), “O Estado como uma relação social: consequências teórico-analíticas da (re)leitura relacional”. *Sociedade & Estado* [no prelo].
- MARQUES, Marcelo de S. (2020), “Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos”. *Dados*, Rio de Janeiro, 63 (2): 1-33.
- MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Léo P. (2014), “Do estruturalismo ao pós-estruturalismo: entre fundamentar e desfundamentar”. In: MENDONÇA, Daniel & RODRIGUES, Léo P. (orgs.). *Pós-estruturalismo e teoria do discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2 ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, pp. 27-45.

- MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de Freitas & BARROS, Sebastián. (2016), “O fundamento como ‘fundamento ausente’ nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau”. *Sociologias*, Porto Alegre, 18 (41).
- MOUFFE, Chantal. (2015), *Sobre o político*. São Paulo, WMF Martins Fontes.
- POPPER, Karl R. (2013), *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix.
- POULANTZAS, Nicos. ([1978] 2015), *O Estado, o poder, o socialismo*. São Paulo, Paz & Terra.
- SANCHES, Beatriz R.; RODRIGUES, Fernando P. & BRAGA, Victoria L. (2022), *Falando de institucionalização e movimentos sociais: usos, vantagens e limites da abordagem de encaixes institucionais e domínios de agência*. Entrevista de Adrian Gurza Lavalle, Euzeneia Carlos, José Szwako e Monika Dowbor. *Política & Sociedade*, Florianópolis, 12, (51): 270-296.
- SILVA, Marcelo K. (2006), “Sociedade civil e construção democrática: do maniqueísmo essencialista à abordagem relacional”. *Sociologias*, Porto Alegre, 8 (16): 156-178.
- SKOCPOL, Theda. (2008), “Bringing the State Back In: Retrospect and prospect”. *Scandinavian Political Studies*, 31 (2): 109-124.
- SKOCPOL, Theda. (1985), “Bringing the State Back In: Strategies of analysis in current research”. In: EVANS, Peter B.; RUESCHEMEYER, Dietrich & SKOCPOL, Theda (orgs.). *Bringing the State Back In*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 3-43.
- SKOCPOL, Theda. ([1979]1984), *Los Estados y las revoluciones sociales. Un análisis comparativo de Francia, Rusia y China*. México, DF, Fondo de Cultura Económica.
- SKOCPOL, Theda. (1996), *Los orígenes de la política social en los Estados Unidos*. Madri, Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales.
- SKOCPOL, Theda; GANZ, Marshall & MUNSON, Zaid. (2000), “A Nation of Organizers: The Institutional Origins of Civic Voluntarism in the United States”. *American Political Science Review*, 94 (3): 527-546, 2000.
- SOARES FILHO, M. F. V. (2023), “Estado e sociedade no Brasil. A tese da mútua constituição e as políticas públicas”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 42 (1): 143-160.
- SZWAKO, José & GURZA LAVALLE, Adrian. (2019), “Seeing like a social movement: Institucionalização simbólica e capacidades estatais cognitivas”. *Novos Estudos Cebrap*, 38 (2): 411-434.
- TATAGIBA, Luciana & TEIXEIRA, Ana C. C. (orgs.). (2021), *Movimentos sociais e políticas públicas*. São Paulo, Editora Unesp.

Resumo

Interações socioestatais: aspectos epistemológicos e contribuições a partir da Abordagem Estratégico-Relacional e da Perspectiva da Pólis

Recentemente, passou-se a observar a sedimentação de uma nova agenda de pesquisa no Brasil voltada às relações entre Estado e sociedade civil. Contra leituras essencialistas, fronteiriças e contextualistas, essa abordagem, denominada de interações socioestatais, tem assumido como perspectiva ontoepistemológica o argumento de que as esferas societária e institucional são fenômenos mutuamente constitutivos. Inserindo-se nessa agenda, objetiva-se avançar sobre as bases epistemológicas percebidas nos argumentos desse enfoque, destacando o pós-fundacionalismo, a contingência e ressaltando seu caráter relacional. Buscando novas contribuições, esses objetivos são explorados a partir da discussão de duas tradições intelectuais distintas, a Abordagem Estratégico-Relacional (AER) e a Perspectiva da Pólis (PP). Conclui-se que, quando lidas a partir dessas bases epistemológicas, ambas se complementam e informam elementos centrais para se pensar em termos de uma perspectiva de mútua constituição.

Palavras-chave: Interações socioestatais; Pós-fundacionalismo; Contingência; Relacionalidade; Mútua constituição.

Abstract

Socio-state interactions: epistemological aspects and contributions from the Strategic-Relational Approach and the Polis Perspective

Recently, there has been observed the sedimentation of a new research agenda in Brazil focused on the relations between the State and civil society. Against essentialists, bordering and contextualis readings, this approach, named socio-state interactions, has been assuming as an ontoepistemological perspective the argument that socio and institutional spheres are phenomena that constitutes themselves mutually. Incorporating itself within this agenda, the objective is to make progress in the perceived epistemological foundations underlying the arguments of this approach, emphasizing post-foundationalism, contingency, and highlighting its relational nature. Seeking new contributions, these objectives are explored through the discussion of two distinct intellectual traditions, the Strategic-Relational Approach (AER) and the Polis Perspective (PP). We conclude that when examined through these epistemological foundations, both approaches complement each other and provide essential elements for considering a perspective of mutual constitution.

Keywords: Socio-stateinteractions; Post-foundationalism; Contingence; Relationality; Mutua constitution.

Texto recebido em 12/01/2023 e aprovado em 09/07/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.206694.

MARCELO DE SOUZA MARQUES é doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador de pós-doutoramento com bolsa da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), sob supervisão da doutora Euzeneia Carlos. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGS/Ufes). Integrante do Núcleo Participação e Democracia (Nupad/Ufes). E-mail: marcelo.marques.cso@gmail.com.



O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas

Um estudo de caso em Belo Horizonte

Daniely Reis*

<https://orcid.org/0000-0003-1331-7405>

Ludmila Ribeiro*

<https://orcid.org/0000-0003-4304-2254>

Introdução

O Brasil vivencia um processo de intensificação do encarceramento como a principal forma de punição e exercício do controle penal. Em consequência disso, o país conta com a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 850 mil presos, o que equivale a 384 pessoas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil habitantes (FBSP, 2022). Os delitos relacionados com as drogas despontam entre as principais razões para o encarceramento, correspondendo a mais de 232 mil indivíduos presos, conforme dados do Sistema de Informações do Departamento Penitenciário Nacional – Sisdepen referentes ao período de janeiro a julho de 2020.

A entrada em vigor da chamada Nova Lei de Drogas é apontada como uma das principais razões para crescimento agudo da população prisional (Campos e Alvarez, 2017), uma vez que, a partir de 2006, a quantidade de pessoas aprisionadas aumentou exponencialmente e continua crescendo até os dias atuais (Borges, 2018; Igarapé, 2015). Marcelo da Silveira Campos (2015) sustenta que o acirramento do encarceramento no Brasil após a Nova Lei de Drogas tem relação com a tentativa de introdução de um dispositivo “médico-criminal”, que vislumbrava o fim da prisão para usuários de drogas (vistos como doentes); enquanto que para o traficante se

* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

destinaram o recrudescimento e o discurso da repressão criminal, tendo em vista tratar-se de um inimigo perigoso. Porém, conforme elabora Campos (2015), tal dispositivo médico-criminal se configurou pela metade, tendo prevalência a tônica punitiva, diante da imprecisa delimitação dos elementos que configurariam determinada situação como tráfico e/ou como uso. Tal como disposto na própria lei 11.343/2006, cabe aos operadores considerarem as circunstâncias em que o sujeito foi detido, bem como o seu passado criminal.

No entender de Campos (2015), esse dispositivo não se fez também em decorrência da ausência de entendimento sobre os propósitos da nova lei. Desde a sua aprovação, houve grande resistência em deslocar o usuário de drogas para outro sistema que não o criminal (o de saúde e assistência social, por exemplo), ao mesmo tempo que houve uma ampliação da criminalização por tráfico, produzindo uma nova maneira de controle penal de usuários e também de traficantes (Grillo, Policarpo e Verissimo, 2011). A política de matriz proibicionista e punitivista que decretou “guerra às drogas”, a partir de 2006, apresenta o traficante como inimigo público que precisa ser combatido e retirado de circulação, cabendo-lhe apenas o controle pelas agências penais.

Ainda colocando em contexto o cenário de encarceramento no Brasil, outro dado relevante diz respeito à composição racial das pessoas presas. Conforme dados do anuário de segurança pública (FBSP, 2022), a maior parte das pessoas encarceradas no país é identificada como negra; isto é, o número de pretos e pardos no sistema prisional em 2021 corresponde a mais de 68% da população prisional, um percentual superior aos 58% de 2001, quando essa informação começou a ser coletada. Por sua vez, os dados do último censo demográfico (2010) apontam que 43,4% da população brasileira são considerados pardos e 7,5% pretos, o que demonstra a nítida sobre-representação de negros (pretos e pardos) entre a população brasileira encarcerada e o aumento do encarceramento desse grupo em comparação aos demais de raça/cor.

O acentuado índice de encarceramento e a focalização em determinado grupo caracterizam o fenômeno denominado de encarceramento em massa (Borges, 2018). Trata-se de um crescimento, de forma acelerada, massificada da população prisional que possui também um direcionamento, um perfil bastante específico daqueles que são selecionados pelo sistema de justiça criminal. Para David Garland (2008), o encarceramento em massa é uma estratégia “concebida para tornar delinquentes inócuos em um número muito expressivo, por períodos também expressivos” (Garland, 2008, p. 71).

O caráter racialmente seletivo do sistema de justiça criminal pode ser evidenciado tanto pela maior presença de negros encarcerados (FBSP, 2022), mas também por

estudos que evidenciaram que pessoas negras são os alvos preferenciais das ações policiais (Sinhorretto *et al.*, 2020) e das prisões em flagrante (Sinhorretto e Moraes, 2018). Os negros são também os mais suscetíveis à prisão preventiva no início do processo (Lages e Ribeiro, 2019) e às condenações ao final dele (Adorno, 1995). Essas evidências reforçam o apontamento feito pelo Comitê sobre a Eliminação da Discriminação Racial da ONU, que, em visita ao Brasil apurou “uma cultura de perfilamento e discriminação racial em todos os níveis do sistema de justiça” (ONU, 2020, p. 3). Isso significa dizer que as agências de aplicação da lei brasileiras associam sistematicamente práticas criminosas a um conjunto de características raciais que, por sua vez, servem de base para abordagens, revistas minuciosas e outras decisões tomadas no interior do sistema de justiça criminal.

Nesse sentido, o sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo (Borges, 2018; Moreira, 2019) não só porque consiste em uma racionalidade que estrutura a nossa sociedade, da qual as instituições e atores que compõem o sistema de justiça não estão isentos (Almeida, 2018), mas também porque existem mecanismos que sustentam a lógica de funcionamento da justiça e colocam negros(as) em posição de desvantagens e, portanto, mantêm as hierarquias raciais. Cabe-nos, portanto, perguntar como o racismo se expressa no sistema de justiça criminal? Em que medida a incriminação por tráfico está atrelada à perpetuação do racismo? E, nesse sentido, qual é a contribuição da Nova Lei de Drogas para a presença massiva de negros no sistema de justiça criminal?

Em uma perspectiva que considera a condição racial dos sujeitos, buscamos investigar dinâmicas ou fatores que concorrem para desvantagens de negros(as) perante a justiça criminal ou que propiciam eventual incriminação diferencial de negros, sendo capazes de explicar a presença massiva desse grupo racial no sistema de justiça. Para essa empreitada nos valeremos de dados de natureza quantitativa e qualitativa.

Para a análise quantitativa, tomaremos como base os registros criminais de 747 processos de tráfico de drogas arquivados em Belo Horizonte entre 2007 e 2017. Trata-se de um estudo de natureza documental, com vistas à análise retrospectiva de processos já encerrados (Vargas e Ribeiro, 2008). É, assim, uma investigação que toma os registros administrativos como fonte de informação para a pesquisa social, quantificando-os por meio de um formulário, para posterior apresentação dos padrões de seleção e filtragem. Por sua vez, a análise qualitativa consiste de entrevistas realizadas com operadores do direito (magistrados, defensores e promotores) que atuavam nas varas de tóxicos de Belo Horizonte em 2018, e que no exercício de suas atividades interpretam e aplicam a Lei 11.343/2006.

A emergência da Nova Lei de Drogas: um novo sistema racial? (sub.)

O século XX representou um marco para a repressão às drogas, haja vista a edição de instrumentos normativos que compuseram o sistema internacional de controle de drogas, acompanhados por políticas e discursos proibicionistas (Boiteux, 2015). Entre eles está o do presidente dos Estados Unidos Richard Nixon, que declarou “guerra às drogas” e colocou a pauta para ser enfrentada como “inimigo público número 1” do país (Alexander, 2017). É nesse contexto que a produção, o comércio e o consumo de drogas passaram a ser representados globalmente como algo tão perigoso, que exigia medidas excepcionais e rigorosas, tal qual uma operação de guerra (Boiteux, 2015). A construção de uma ameaça iminente, bem como a ideia de que há um inimigo comum são elementos fundamentais para justificar a intervenção do sistema penal e expandir o poder repressivo e punitivo em relação às drogas, que, no caso da América Latina, contou em boa medida com as ideias e o financiamento norte-americano (Huggins, 1987).

O controle sobre as drogas ilícitas vigente está estruturado em três Convenções das Nações Unidas, datadas de 1961, 1971 e 1988. A Convenção Única da ONU sobre Entorpecentes de 1961 proíbe o fumo, consumo, mastigação de ópio, folha de coca e resina da cannabis, bem como qualquer outro uso não medicinal, e estabelece prazos para a eliminação desses entorpecentes. Essa normativa tinha um enfoque repressivo, pois, apesar de explicitar “a preocupação com a saúde física e mental da população”, não trouxe mecanismos para tanto, previu apenas o controle e a repressão absoluta do uso e do comércio (Boiteux *et al.*, 2017 p. 235). Contudo, vale anotar que esse enfoque foi ponderado pela emenda trazida alguns anos mais tarde pelo Protocolo de 1972¹, que sinalizou para a adoção de políticas menos repressivas de tratamento e penas alternativas para usuários. Expandindo o escopo do sistema internacional de controle de drogas para abarcar também drogas sintéticas, em 1971, foi editada a Convenção da ONU sobre Substâncias Psicotrópicas, com o argumento de que as drogas sintéticas apresentavam efeitos tão nocivos quanto outros narcóticos.

Por fim, a terceira convenção de drogas vigente, a Convenção das Nações Unidas contra o Tráfico Ilícito de Estupefacientes e Substâncias Psicotrópicas, datada de 1988, incide de forma mais intensa sobre o comércio e a produção de drogas, expandindo o enfoque repressivo também para combater modalidades “colaterais” ao tráfico, como organizações criminosas, lavagem de dinheiro e extradição de traficantes. Conforme esclarecem Boiteux *et al.*, (2017), a Convenção de 1988 se

1. Este protocolo constitui base jurídica para países europeus que adotam políticas de redução de danos, alternativas ao encarceramento e tratamento para usuários de drogas (Boiteux *et al.*, 2009).

direcionou a enfraquecer o poder econômico do tráfico e a engajar os Estados em uma cooperação internacional para aumento da repressão que permitia, inclusive, a adoção de medidas ainda mais severas do que as previstas na Convenção, caso fosse necessário para o alcance do objetivo. Para tal, foi estratégica a utilização de “textos dramáticos”, que também remetiam à gravidade incalculável do tráfico (Pádua e Boiteux, 2013, p. 236).

Com o propósito de alcançar um “mundo livre de drogas”, foram traçadas políticas de cooperação para alinhar os países em torno do combate e punição severa do tráfico, que se apresentava como desafio coletivo global. Na perspectiva de (co) responsabilização dos países, foi o cenário internacional que influenciou a formulação de leis e de políticas repressivas em âmbito nacional, sendo impossível ignorar o papel dos Estados Unidos no financiamento de algumas ações, treinamento de policiais e, ainda, em ditar o “modelo” do que deveria ser implementado em outras regiões (Huggins, 1987; Alexander, 2017).

O Brasil estava sintonizado com o modelo transnacional de repressão às drogas desde a ditadura militar (Boiteux, 2015). Pode-se observar que as premissas da Convenção Única de entorpecentes de 1961 estavam presentes nas principais legislações sobre drogas e vigoram até hoje; sobretudo, a ideia de que se trata de um grave mal, um perigo social e econômico” que prejudica a “saúde física e moral da humanidade” (Campos, 2015 p. 29). Em 1971, foi editada a Lei 5.726, na qual usuários e traficantes recebiam o mesmo tratamento jurídico, com previsão de pena de um a seis anos de reclusão e multa. Já em 1976, a Lei 6.368 estabeleceu diferenciações entre comerciantes e usuários de drogas, mantendo, porém, o tratamento criminal para usuários, punidos com pena de detenção de seis meses a dois anos e multa, enquanto traficantes eram penalizados com reclusão de três a quinze anos e multa. Já a Nova Lei de Drogas (Lei 11.343/2006), promulgada trinta anos após a lei de 1976, manteve a tendência de considerar a norma penal meio eficiente de impedir o abuso de drogas. Assim, previu como crimes as mesmas condutas da Lei anterior, porém aumentou para cinco anos a pena mínima atribuída para o crime de tráfico (artigo 33 da Lei 11.343/2006). Com isso, vedou a conversão da pena de privação de liberdade em uma pena restritiva de direitos, já que para tal substituição é preciso que a pena de prisão não exceda quatro anos (Campos, 2015, e Boiteux, 2009).

Essa Nova Lei inovou ao prever penas alternativas para a conduta de uso, ou seja, não há previsão de pena privativa de liberdade para aquele que adquirir, guardar, transportar, trazer consigo ou cultivar drogas para consumo próprio (artigo 28 da Lei 11.343/2006²). Assim, em relação ao usuário, é considerada um avanço em

2. “Art. 28. Quem adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo

comparação com a lei anterior, já que houve uma redução, ao menos em termos legislativos, do controle penal dispensado ao usuário, passando a ser despenalizada sua conduta. Ressalte-se, porém, que a conduta de uso de drogas continuou sendo criminalizada, de modo que os usuários, mesmo sendo reconhecidos, desde o debate do processo legislativo, como sujeitos passíveis das políticas de prevenção e de saúde, continuaram sendo objeto da política criminal, ainda que recebendo penas alternativas à prisão (Campos, 2015).

Na perspectiva punitivista que marca a política antidrogas no país, o aumento de pena por tráfico de drogas inserido pela Lei 11.343/2006 teria o poder dissuasório, isto é, de desestimular o uso e o comércio de substâncias entorpecentes na medida em que é intensificada a pena (Boiteux, 2015). Em que pese a norma penal estipular a diferenciação de tratamento entre traficantes e usuários, dispondo sobre o fim da pena privativa de liberdade para os casos de uso próprio, na prática, a Lei de Drogas gerou impactos indesejados, principalmente no que diz respeito à redução dos índices de encarceramento e às políticas de prevenção e saúde vinculadas às drogas (Campos e Alvarez, 2017). O caráter repressivo do dispositivo criminal preponderou e trouxe consequências graves, sobretudo em países marcados pela exclusão social e por desigualdades sociorraciais, como o Brasil (Boiteux *et al.*, 2009). Em termos práticos, a Lei apresenta dificuldades para a diferenciação entre os sujeitos aos quais serão dirigidas ações de prevenção e tratamento (usuários) e os que serão objeto da intervenção máxima do direito penal, a privação de liberdade (Grillo, Policarpo e Verissimo, 2011).

Ao analisar o histórico e o entendimento dos parlamentares à época da tramitação da Lei de Drogas (2002 a 2006), Campos (2015) chama a atenção para a existência de um “elemento racional e calculado de poder” (p. 37), utilizado para conceber o usuário e o traficante e estabelecer o que será cabível a cada um. As tensões existentes entre prevenção e coerção levavam em consideração elementos morais, socioeconômicos e a já constatada incapacidade dos serviços públicos de saúde em absorver a demanda por tratamento do uso abusivo de drogas. O autor aponta que, naquele momento de elaboração legislativa, a descriminalização do usuário já não era o objetivo, mas tão somente o fim da privação de liberdade.

Isso significa que o processo de invenção da Lei de Drogas e a conceituação de traficantes e usuários são permeados por dinâmicas de poder complexas e “obscuras” (Campos, 2015 p. 35), que vão desembocar no que temos hoje: uma legislação que

peçoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas: I – advertência sobre os efeitos das drogas; II – prestação de serviços à comunidade; III – medida educativa de comparecimento a programa ou curso educativo.”

estabelece tratamento diferenciado para usuários e traficantes, mas estranhamente não traz critérios legais objetivos para tal distinção. Como consequência prática desse jogo de gestão de usuários e traficantes, temos um efeito desastroso: o reavivamento do rótulo de drogados (usuários e traficantes) como sujeitos criminosos e o enquadramento de jovens, negros e pobres nesse rótulo (Anunciação *et al.*, 2020). Enquanto o discurso médico, do tratamento, parece ter sido mitigado e destinado a grupos sociais e raciais privilegiados, para um determinado perfil da população, a aposta parece ter sido na legislação penal e no discurso criminal como formas eficazes de regular o uso de drogas (Grillo, Policarpo e Verissimo, 2011).

A teoria interacionista é particularmente útil neste ponto para compreendermos as relações sociais que caracterizam o uso e a comercialização da droga como crimes e, por sua vez, a rotulação de usuários e traficantes. A perspectiva do interacionismo leva em conta tanto a construção coletiva em torno do ato que será tido como desvio (para entender como se deu a produção de regras morais e a imposição destas a grupos e indivíduos), quanto considera quem serão os atores percebidos como desviantes, criminosos. Howard Becker (2008) propõe que a caracterização do desvio seja entendida como significações permeadas por relações sociais, inseridas num contexto com regras próprias, formais e informais, nas quais “o desviante é alguém a quem aquele rótulo foi aplicado com sucesso; e o comportamento desviante é comportamento que as pessoas assim rotulam” (p. 56).

Essa perspectiva nos ajuda a entender por que as drogas têm sido apontadas como uma das principais questões quando o assunto é segurança pública (Boiteux, 2015). Decerto, a temática desperta o interesse e mexe com aspectos da moralidade social, porém o “apelo à guerra” de forma “emocional e mesmo irracional” (Boiteux *et al.*, 2009, p. 19) é elemento essencial para que essa conduta seja considerada crime e enseje a elaboração de regras e a atuação tão repressora do Estado.

Conforme explicitamos anteriormente, a política de “guerra às drogas” foi desenhada transnacionalmente como o grande mal (de onde se originam todos os outros) que ameaça os valores e os interesses da “sociedade de bem” (Campos, 2015; Valois, 2016). Dito dessa forma, ficam justificados quaisquer esforços e violações para reprimir e combater esse inimigo público global (Alexander, 2017). Não se pode ignorar o fato de o tráfico ser percebido por boa parte dos operadores de segurança pública e justiça criminal como a mola propulsora da criminalidade violenta (Semer, 2019), bem como os fatores de ordem moral, sociopolítica e econômica, que influenciaram para que as condutas de uso e comércio de drogas fossem construídas como desviantes (Campos, 2015). Pode-se dizer que a percepção do uso e do comércio de drogas como desvio deriva de uma reação social à reprovabilidade de tais condutas (Becker, 2008). Neste aspecto destacamos novamente o papel da política mundial

de “guerra contra as drogas”, que estabeleceu um proibicionismo cunhado em um excessivo sentimento de alarme e medo, utilizado para mobilizar quaisquer esforços para garantir a segurança (Alexander, 2017). Caracterizando um verdadeiro “pânico moral” (Garland, 2008), que justifica as ações militarizadas, voltadas para combater aqueles percebidos como inimigos internos (Huggins, 1987).

Becker (2008) salienta o papel relacional e tensionado que perpassa a legitimação de condutas, criação de regras e a rotulação de desviantes. Para ele, o processo de rotulação é fruto de processos políticos, nos quais alguns conseguirão impor seus pontos de vista e interesses, tornando-os legítimos para execução através das agências de controle social. Outros, porém, em razão da ausência de determinadas credenciais institucionais, como é o caso da cor da pele, não poderão pautar os seus interesses, tornando-se o foco desse sistema de controle, que opera a partir de dados e marcos legais criados pelos empreendedores morais. Fica evidente, portanto, que o desvio não é algo inerente ao indivíduo, tampouco é certo que quem pratica o comportamento será visto como desviante. Disso dependerão os diferenciais de poder, das disputas que ocorrem no interior das relações sociais entre grupos distintos em condições de sexo, raça, etnia e classe.

Nesse sentido, Becker (2008) aponta que um elemento importante para compreender o processo de rotulação e sua aderência diz respeito à posição social dos grupos na esfera de poder e suas possibilidades de atuar no complexo normativo e institucional, que vão desde a elaboração de regras até a capacidade de aplicá-las e punir comportamentos e indivíduos vistos como desviantes. A possibilidade de dizer o Direito, no sentido de “fazer regras e aplicá-las a outras pessoas, é essencialmente um diferencial de poder (seja legal ou extralegal)” (Becker, 2008, p. 36). É uma condição de privilégio que se estabelece entre aqueles que desfrutam da mesma condição. Nesse sentido, o *outsider* social pode ser entendido como aquele que não participou do processo de elaboração das regras que supostamente deveriam ser universalmente aceitas. Ao serem excluídos do processo de formulação das regras, determinados grupos têm mais chances de serem enquadrados, rotulados dentro delas.

Os negros veem-se sujeitos às regras feitas para eles por brancos. Os nascidos no exterior e aqueles etnicamente peculiares de outra maneira muitas vezes têm regras elaboradas para eles pela minoria anglo-saxã protestante. A classe média traça regras a que a classe baixa deve obedecer – nas escolas, nos tribunais e em outros lugares. [...] Aqueles grupos cuja posição social lhes dá armas e poder são mais capazes de impor suas regras. Distinções de idade, sexo, etnicidade e classe estão todas relacionadas a diferenças em poder, o que explica diferenças no grau em que grupos assim distinguidos podem fazer regras para os outros (Becker, 2008 p. 30).

A concepção sobre quem são os *outsiders* guarda relação com os empreendedores morais que elaboram e dão aplicabilidade às regras. Elas são criações de grupos sociais em posição privilegiada de poder, de modo que “o problema que eles enfrentam ao lidar com seu ambiente, a história e as tradições que carregam consigo, todos conduzem à evolução de diferentes conjuntos de regras” (Becker, 2008 p. 27). Nesse ínterim, outro fator importante sobre a construção social em torno desse delito diz respeito a quem é visto como desviante, isto é, quem são os sujeitos aos quais esse rótulo é aplicado com sucesso. O “problema das drogas” aparece como sendo exclusivo de uma parcela específica da sociedade: que tem cor, classe social e endereço certo (Campos, 2015). Conforme elabora Valois (2016), construiu-se um estereótipo do traficante que serve como “bode expiatório” para que a incriminação não recaia sobre a parcela dominante (branca e elitizada) da população. Esse perfil tende a ser liberado nas abordagens policiais que têm como meta a prisão de negros, como demonstram Grillo, Policarpo e Verissimo (2011). Vejamos, então, como isso acontece em Belo Horizonte.

Dados e métodos

Neste trabalho, utilizamos dados de pesquisa realizada com processos penais de tráfico de drogas encerrados em Belo Horizonte entre os anos de 2007 e 2017, além de entrevistas com juízes, promotores e defensores que atuavam exclusivamente com casos enquadrados na Lei de Drogas em 2018. Em Belo Horizonte, as Varas de Tóxico foram instituídas em 2007, como decorrência da aprovação da “nova” lei de drogas, e passaram a contar com operadores responsáveis exclusivamente por processarem e julgarem todos os delitos relativos ao “tráfico”.

Inicialmente, tomamos os registros administrativos do crime, sedimentados em documentos policiais e judiciais, como fonte de informação para a pesquisa social, de modo que o que é produzido ou o que fica invisibilizado nos registros do sistema de justiça criminal também contribuem na compreensão do fenômeno, já que podem traduzir processos sociais e “reproduzir ideologias que movem tal sistema” (Lima, 2004, p. 60). Para entender como funcionam essas instâncias, foi solicitada ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais uma planilha referente a todos os processos encerrados por tráfico de drogas entre 2007 e 2017. O material encaminhado indicava que 6.983 processos tinham sido arquivados no período sob a insígnia de “tráfico de drogas”. Cada caso apresentava informações como número do processo, data de distribuição (que marca o início do trâmite em âmbito judicial), data da baixa (quando o processo é considerado encerrado), identificação do feito (se era

QUADRO 1

Perfil dos entrevistados no âmbito da pesquisa – Belo Horizonte (2018-2019)

CARGO	CODIFICAÇÃO	IDADE	SEXO	RAÇA	TEMPO DE CARREIRA
Juiz de direito	1	51 anos	Feminino	Branco	21 anos
Juiz de direito	2	58 anos	Masculino	Branco	20 anos
Juiz de direito	3	56 anos	Feminino	Branco	22 anos
Promotor de justiça	4	42 anos	Masculino	Branco	19 anos
Promotor de justiça	5	39 anos	Masculino	Branco	5 anos
Promotor de justiça	6	46 anos	Feminino	Branco	21 anos
Promotor de justiça	7	43 anos	Feminino	Branco	19 anos
Promotor de justiça	8	42 anos	Feminino	Branco	19 anos
Defensor público	9	34 anos	Masculino	Branco	9 anos
Defensor público	10	36 anos	Feminino	Branco	20 anos
Defensor público	11	36 anos	Masculino	Branco	7 anos
Defensor público	12	34 anos	Feminino	Branco	7 anos
Defensor público	13	35 anos	Feminino	Branco	7 anos
Delegado de polícia	14	36 anos	Masculino	Branco	9 anos

um inquérito policial, que não se converteu em processo, ou se foi encerrado como processo penal) e do sexo do acusado principal³.

De todo esse material, foi aleatoriamente sorteada para análise uma amostra representativa de 747 processos encerrados, que gerou uma base de dados com 1495 indivíduos indiciados por tráfico de drogas.

3. Um mesmo processo pode ter vários acusados, que podem ser considerados indivíduos que participaram igualmente na prática do delito ou sujeitos que apenas ajudaram de forma subsidiária.

Concomitantemente à coleta de informações nos processos penais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três juízes, cinco promotores e cinco defensores públicos que atuavam nas três varas de tóxicos da capital de Minas Gerais, além do delegado titular da delegacia de tóxicos de Belo Horizonte. Todos estavam no cargo em 2018, momento em que os dados quantitativos começaram a ser coletados, atividade essa que se estendeu até dezembro de 2019. O Quadro 1 apresenta o perfil dos atores do sistema de justiça criminal entrevistados no âmbito da pesquisa.

O Quadro 1 indica a existência de uma homogeneidade entre os perfis dos entrevistados, o que nos mostra como eles podem carregar experiências, trajetórias pessoais e profissionais que traduzem um mesmo “lugar social”⁴, o qual pode influenciar o processo jurídico-interpretativo e a maneira como tais operadores leem o mundo (Moreira, 2019; Ribeiro, 2019). Para garantir o anonimato desses entrevistados, cada qual foi identificado pelo cargo e recebeu um número (de 1 a 14), a partir do qual se realizou a análise de conteúdo dos depoimentos. Para tanto, tomamos as entrevistas transcritas como *corpus* de análise sistematizando as informações.

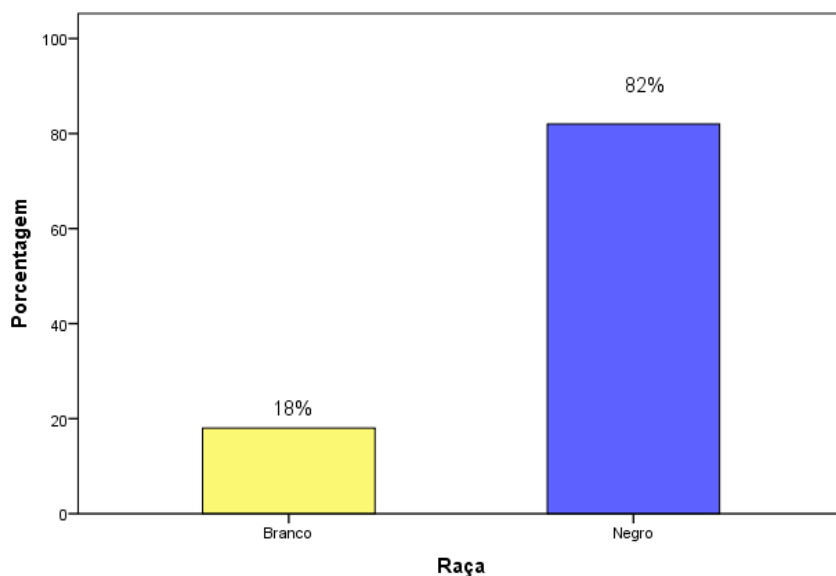
Como o objetivo deste trabalho é compreender o efeito do perfil racial nos processos de tráfico de drogas, estabelecemos uma comparação entre a realidade dos acusados dos grupos raciais brancos (243 casos, 16,2% do total) e negros, aglutinando as categorias de pretos e pardos, que contavam com 369 (24,7%) e 737 (49,3%) casos, respectivamente. Consideramos adequado o posicionamento dos pretos e pardos como um único grupo racial (o negro)⁵, haja vista as características socioeconômicas e a situação desfavorável de *status* social e sujeição (potencial ou efetiva) à discriminação (Costa Ribeiro, 1999; Hasenbalg, 1979; Osório, 2013). Ainda no que se refere às categorias raciais, deixamos de computar nessa análise os casos em que os sujeitos foram identificados como amarelos, 13 casos (0,9%), e os que não dispunham de informação racial no banco de dados, 133 casos (8,9%). Ambos foram computados como *missing*, de modo que a amostra efetivamente analisada se refere ao total de 1349 casos.

4. “O lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém, o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas [...]” (RIBEIRO, 2017, p. 48).

5. Gomes (2017) ressalta também a importância da articulação política em torno da identidade racial negra, a qual foi relevante para os preparativos e para a participação do Brasil na III Conferência Mundial contra o racismo, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, na cidade de Durban, onde o Brasil reconheceu internacionalmente a existência do racismo e se comprometeu a adotar medidas para sua reparação e superação. Entre os resultados da Conferência de Durban está o compromisso assumido de implantar políticas de ação afirmativa de cunho racial, com foco na educação e na empregabilidade. E, em 2010, foi instituído o Estatuto da Racial (Lei 12.288 de 20 de julho de 2010), que definiu a população negra como sendo o conjunto das pessoas pretas e pardas.

GRÁFICO 1

Distribuição de Indiciados por raça (%) – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)



Fonte: Pesquisa de tráfico de drogas.

Considerando apenas os casos com informações válidas sobre a raça do suspeito, identificamos que o número de pessoas negras que dão entrada no sistema de justiça pelo delito de tráfico é quatro vezes maior, se comparado com a quantidade de pessoas brancas. No Gráfico 1 temos a demonstração de que o quantitativo de pessoas negras que entram no sistema de justiça criminal pelo delito de tráfico de drogas é bem superior ao do grupo de pessoas brancas. Em termos percentuais, negros correspondem a 82% do total de indiciados por tráfico, ao passo que, na amostra, o percentual de pessoas brancas corresponde a 18%.

Há uma sobrerrepresentação da população negra no sistema de justiça criminal belo-horizontino, já que, na cidade, os negros correspondem a 66% da população (Silveira e Tomas, 2019). Comparando esse percentual com o perfil dos operadores do sistema de justiça criminal que atuavam na gestão dos casos de tráfico de drogas, verificamos que há sobrerrepresentação de brancos, visto que, apesar de negros corresponderem a 66% da população da cidade, nenhum deles ocupa posição de destaque na estrutura do sistema de justiça criminal. Por outro lado, enquanto todos os operadores do direito são brancos, os negros são a maioria entre os acusados, respondendo por 64% de todos aqueles que foram denunciados por tráfico de drogas. Essa diferença não pode ser tomada como de menor importância, porque aqueles que irão acusar,

defender ou julgar os casos de “tráfico de drogas” estão muito distantes – social e, especialmente, racialmente – daqueles que foram rotulados primeiro pela polícia e, depois, pelo Ministério Público como “criminosos”. Em última instância, são juízes brancos que decidem o destino de réus negros, tal como observado por Alves (2015).

Quem são os acusados? (sub.)

Antes de aprofundar na reflexão sobre a operacionalização do racismo, cumpre-nos apresentar um panorama geral desta pesquisa empírica, que traz dados que apontam para fragilidades de um sistema de justiça com poucas reflexões sobre sua prática e procedimentos diante da realidade social do país. No que tange ao tráfico de drogas, a pesquisa revela uma aparente contradição do sistema de justiça: se por um lado há elementos que nos possibilitam afirmar que existe a construção social do “tipo ideal” do traficante, por outro lado, existem indicadores que rompem com as preconcepções que caracterizariam o traficante típico, apresentado como sujeito que oferece risco iminente, apreendido diante de alguma atitude de violência.

Ao contrário do senso comum e da narrativa midiática, a pesquisa aponta que a maioria das pessoas presas por tráfico não possuem antecedentes criminais, sequer foram previamente investigadas e raramente estão em posse de arma de fogo ou com grandes quantidades de drogas. Entretanto, de maneira geral, os acusados da prática de tráfico de drogas em Belo Horizonte são homens (86%), negros, isto é, identificados nos registros policiais como pretos ou pardos (86,3%), jovens, com idade entre 18 e 25 anos (60,7%), abordados pela polícia em razão de estarem em “atitude suspeita” (25,6%), em região conhecida como área de tráfico (82,7%), normalmente periferias. Um perfil considerado como uma espécie de “tipo ideal” do traficante, aquele estereótipo ao qual o jargão policial “freio de camburão” se direciona (Ramos, 2015).

A maioria absoluta de processo de tráfico tem origem com a prisão em flagrante dos suspeitos (95,2%). Todavia, essa detenção não se dá com a pessoa em posse de muitas drogas ou arma de fogo: somente 36,2% foram detidos portando drogas, e apenas 15,2% foram flagrados na posse de uma arma de fogo. Por outro lado, 80,2% estavam com “dinheiro trocado”, uma variável que aparece para os policiais como indício de que o indivíduo comercializava drogas. Embora raramente apreendidas com a pessoa no momento da abordagem, as drogas⁶ mais comumente encontradas foram maconha (48,2%), cocaína (50,1%) e crack (49,8%).

6. A quantidade de drogas apreendidas não será utilizada em nossa análise, porque se trata de unidades de medida de difícil padronização. Problemática também enfatizada pelo Instituto Igarapé (2015).

Outro dado que contraria as expectativas é o fato de que 82,6% dos presos contam com ocupação legal passível de comprovação. A ideia comum de que traficante é desocupado não encontra ressonância nos dados. De modo geral, são pessoas que contam com baixa escolaridade: somente 35,2% chegaram a iniciar o ensino médio (o que significa dizer que 64,8% dos suspeitos tinham menos de nove anos de estudo); o que parece ter reflexo no fato de que ocupam postos de trabalho com baixo prestígio social. Tal padrão se aproxima da constatação de Vera Malaguti Batista (2003) no sentido de relacionar o tráfico com o mercado de trabalho excludente e recessivo, de modo que a venda da droga pode representar *difíceis ganhos fáceis* (p. 41).

Do total de pessoas indiciadas, 35,9% possuíam antecedentes criminais, isto é, tinham sido previamente processadas e condenadas pela prática de crime. A maioria das pessoas que figuravam como réus nos processos penais (69,6%) contavam com passagens anteriores na polícia, mas não foram processadas e julgadas na justiça. Essa distinção entre ter passagem pela polícia (maus antecedentes) e ter antecedentes criminais (haver cumprido a pena a menos de cinco anos) raramente é evidenciada ao longo das narrativas dos operadores de justiça.

Vale ressaltar que este padrão, em que homens, jovens, negros, de baixa escolaridade, sem antecedentes criminais são presos em flagrante sem portarem arma de fogo ou drogas no momento da apreensão e que acionam o “pânico” que mobiliza as forças de segurança para o combate ao tráfico de drogas é o mesmo padrão encontrado em outros estudos nacionais⁷, inclusive nos internacionais, como de Alexander (2017). Intriga-nos, assim, saber o que poderia explicar tamanha homogeneidade dos perfis incriminados por tráfico de drogas.

Em pergunta relativa aos critérios relacionados para diferenciar usuário de traficante de drogas, a visão de um(a) dos(as) entrevistados(as) da nossa pesquisa é bastante elucidativa do perfilamento existente quando se trata da apreensão por tráfico, corroborando os dados quantitativos anteriormente apresentados:

Na prática o que se vê é a questão financeira da pessoa, a quantidade pouco importa, porque se o nosso assistido é pego com pouquinha quantidade, uma coisa que aos olhos de qualquer outra pessoa poderia perfeitamente caracterizar um uso, por vez eles caem no tráfico pelo fato de serem pobres, então cai no chamado tráfico formiguinha, quer dizer, então não é o uso porque o que pega é a quantidade ser pouca, a pessoa é pobre então ela não teria condições de adquirir aquela coisa... Enfim, é uma visão preconceituosa. A gente lida muito com preconceito no dia a dia (Defensor/a público/a, vara de tóxicos de Belo Horizonte, 2018).

7. Nesse sentido, ver a revisão realizada por Azevedo e Sinhoretto (2017).

Para entender “como a raça acontece” no funcionamento do sistema de justiça criminal, mesmo que o termo nem sempre seja explicitado, nas seções seguintes, cuidamos de selecionar algumas variáveis presentes no banco de dados da pesquisa que se referem a aspectos relativos à ideologia racista que permeia o campo da justiça criminal. Concatenamos os dados levantados aos discursos dos operadores, às práticas mobilizadas durante o processamento do delito de tráfico e às condições dos sujeitos, a fim de compreender o impacto da raça destes nos modos de atuação e processamento do tráfico em Belo Horizonte.

As características dos acusados definem os seus destinos?

O momento inicial de abordagem, que retrata quem são as pessoas apreendidas pela suposta prática do delito, diz muito sobre a política de “guerra às drogas” e a ideologia que orienta o policiamento e o controle do crime (Anuniação *et al.*, 2020). A teoria de que o policiamento é voltado para a vigilância de “classes perigosas” (Paixão, 1982), assim como a tese de que a atividade da polícia se orienta pela identificação de “elementos suspeitos” (Ramos e Musumeci, 2005; Reis, 2002) dão conta de explicar teoricamente a presença massiva de pessoas negras no início do fluxo do processamento por tráfico.

Nos dados levantados, o patrulhamento policial é a principal causa para abordagem e apreensão por tráfico (67,7%). Porém, entre as justificativas acionadas para legitimar tais abordagens estão as alegações de que as pessoas estavam em “atitude suspeita” (26,1%) e em lugar conhecido como área de tráfico (18,8%). Nesses argumentos, conforme descreve Reis (2002), são mobilizados elementos sociorraciais para a caracterização daquele que deve ser o alvo da desconfiança policial.

As representações sociais sobre quem é o bandido, o estereótipo consumado em torno da figura do “jovem negro, funkeiro, morador de favela, próximo do tráfico de drogas, vestido com tênis, boné, cordões, portador de algum sinal de orgulho ou de poder” (Batista, 2003, p. 36), são acionadas para definir o foco de vigilância e as estratégias de atuação policial que trazem como consequência maior incidência de apreensões sobre o grupo racial negro.

Nesse mesmo sentido, estudo recente de Sinhoretto *et al.* (2020), que investigou o modelo de policiamento ostensivo, apontou como a ideia de “fundada suspeita” faz parte do referencial teórico de formação policial. Contradizendo o caráter técnico-científico e racialmente neutro da atividade de policiamento, há a ênfase na importância do “faro” policial e do “olhar adestrado” para o reconhecimento dos suspeitos. Ao descreverem a atitude suspeita, os policiais deixam explícito como “tudo leva a marcar como suspeito o jovem negro das periferias, com sua corporalidade,

seu gestual, seu gosto de vestimenta. Até o medo que ele sente da interação com a polícia é marcado como suspeito” (Sinhoretto *et al.*, 2020, p. 346).

Outro elemento que mostra a conformação de um perfil racial no processamento do delito de tráfico diz respeito à consideração dos registros policiais (as passagens pela polícia) para a formação da imagem do traficante ou usuário. Conforme anunciamos, a maior parte das pessoas incriminadas por tráfico não possuem antecedentes criminais, ou seja, elas não foram condenadas por outro delito anteriormente. Entre os negros, apenas 36,2% contavam com antecedentes criminais e entre os brancos o percentual é de 34,8%. Entretanto, isso não quer dizer que os detidos não tenham apontamentos em seu registro policial. A cada “passagem”, ocorrência que a pessoa tem (ainda que não confirmada em uma investigação ou em uma condenação), lhe é conferida uma anotação e esta é digna de consideração pelos operadores da justiça, conforme se vê nos trechos da entrevista a seguir:

Porque é uma linha muito tênue entre o tráfico e o uso. Então, assim, não é pela quantidade que eu vou analisar se é tráfico ou uso. Pela quantidade de drogas que foi encontrada. E normalmente as drogas, igual os policiais sempre depõem aqui e falam, as drogas não são encontradas em poder do traficante. [...] Então a gente vê o local da apreensão: A pessoa estava com a droga no bolso? Na roupa? Na mão? Dentro do carro que estava dirigindo? O carro era dele? Entendeu? Estava na moto? Na bicicleta? Né, porque acontece de tudo aqui assim. Na blitz de trânsito? Em muita blitz de trânsito os policiais acham a droga dentro do veículo. Tá parando ali só para ver a documentação do carro e tal, e acaba achando droga com a pessoa. Então você tem que ver, uma coisa também que é fundamental são os antecedentes criminais. Infelizmente é uma verdade. A pessoa se recupera? Recupera sim. Mas *you olha a ficha do cidadão, aquela ficha extensa, desde menor ele está, ele tem tendência, personalidade voltada para o crime*. Então aquilo ali vai pesar um pouco na hora de você analisar se ele estava vendendo drogas ou se seria só para uso. (Juiz/a de direito, vara de tóxicos de Belo Horizonte, 2018).

Um rapaz de dezoito anos é abordado e flagrado com vinte buchas de maconha ali no aglomerado da Serra; você pega a ficha dele e não tem nada. A folha e a certidão de antecedentes criminais dele não têm nada, mas se você fizer uma investigação mais a fundo, e isso eu falo que eu faço aqui na promotoria através do sistema SIDS *que a gente vê as ocorrências já lavradas, os REDS⁸ já lavrados em face dessa pessoa, você vê o histórico dela*, quando menor de idade, que já foi abordada e aprendia naquele lugar quinze vezes (Promotor/a de Justiça, Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, 2018, grifos nossos).

8. Registro de Evento de Defesa Social (REDS) é o nome que o Boletim de Ocorrência integrado das Polícias Militar e Civil recebe em Minas Gerais.

Os trechos acima demonstram que, para além dos antecedentes criminais legalmente previstos para a classificação do sujeito como usuário ou traficante, existem outros elementos considerados como critério pelos operadores para fazerem a distinção entre usuário e traficante. Eles se referem aos registros policiais, aos boletins de ocorrência, a uma análise da vida pregressa e da suposta “personalidade voltada para o crime” como fator crucial para a classificação dos sujeitos abordados enquanto traficante de drogas e não usuário. Mesmo os fatos ocorridos quando a pessoa era menor, e que não deveriam ser utilizados para imputar a responsabilidade penal, são, agora, trazidos em consideração. Tais discursos reafirmam o que Raupp (2005) já havia identificado: para a definição do tráfico não é observado apenas o que está na lei, mas também as categorias e classificações que os próprios operadores do direito constroem sobre quem é o traficante. Cada qual com sua visão de mundo e concepções empurra o sujeito para a condenação, em detrimento da consideração como usuário ou da absolvição.

Em sua dissertação de mestrado, Dina Alves (2015) assinalou que jargões típicos nas sentenças criminais e nos discursos dos operadores do direito reforçam a “personalidade desajustada e perigosa”, uma aproximação da “personalidade voltada para o crime” do nosso entrevistado. Essas acepções revelam a persistência de ideologias racistas e eugênicas, baseadas nas teorias lombrosianas das quais o Direito Penal brasileiro é herdeiro direto (Alvarez, 2002). Alves (2015) ajuda a compreender como a inferiorização racial aparece de forma implícita e explícita, consciente ou inconsciente, como pressuposto para a criminalização e punição de pessoas negras nos discursos judiciais.

Sendo a população mais vigiada, negros(as) terão conseqüentemente mais chances de serem parados(as) e detidos(as) pela polícia e, conseqüentemente, é de se esperar que tenham pior situação no que tange a registros, passagens pela polícia, ainda que não confirmadas em processo judicial, capazes de gerar antecedentes. Em nosso levantamento de dados, observamos que, apesar de não existirem diferenças estatisticamente significativas de negros e brancos quanto aos antecedentes criminais (condenação anterior), o percentual de negros com registros policiais é de 70,5%, ao passo que o de brancos é de 65,4%, uma diferença estatisticamente significativa. E, como apontado pelo entrevistado, quanto maior a quantidade de registros, maior a certeza de que se trata de uma “personalidade voltada para o crime” e não de uma pessoa altamente vigiada pela polícia.

Em suma, a ideologia lombrosiana está presente na construção de categorias representativas das pessoas perigosas, na qual o fator racial está inserido (Adorno, 1995; Batista, 2003), e faz com que sejam mais vigiados e figurem nos registros policiais (70,5% dos casos da amostra), embora não tenham antecedentes criminais.

TABELA 1

Sentença judicial, por Antecedentes Criminais e Grupo Racial – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)

RAÇA	ANTECEDENTES CRIMINAIS			Total		
	Não	Sim	Sem informação			
BRANCO	SENTENÇA	Absolvido	33 58,9%	19 33,9%	4 7,1%	56 100,0%
		Condenado	107 67,3%	52 32,7%	0 0,0%	159 100,0%
	Total	140 65,1%	71 33,0%	4 1,9%	215 100,0%	
NEGRO	SENTENÇA	Absolvido	233 61,0%	138 36,1%	11 2,9%	382 100,0%
		Condenado	408 63,4%	234 36,3%	2 0,3%	644 100,0%
	Total	641 62,5%	372 36,3%	13 1,3%	1026 100,0%	

Fonte: Pesquisa de tráfico de drogas.

Seguindo a pista de Kitsuse e Cicourel (2017), argumentamos que os registros podem revelar mais sobre a dinâmica do controle estatal sobre a população negra do que sobre um envolvimento efetivo (investigado e comprovado) dos sujeitos com o mundo do crime. O número de pessoas negras com registro policial e o relato dos operadores dizendo que se baseiam no registro policial, e não em antecedentes criminais, demonstram a existência de uma lógica que se retroalimenta. Como em um ciclo vicioso, o controle atua sobre os mesmos alvos: recai sobre sujeitos negros e bairros específicos (Provine, 2011), de modo que essas pessoas estarão mais expostas e terão eventual ocorrência anotada nos registros policiais, ainda que na qualidade de “suspeitas” (isto, é, mesmo sem confirmação da autoria de um delito). Esse processo cria e reforça estereótipos e estigmatizações, que se combinam de modo que se tenha sempre a mesma população como alvo das instituições de controle e repressão.

A Tabela 1, abaixo, apresenta os cruzamentos entre raça, antecedentes criminais (condenação anterior na justiça) e condenação com significância estatística (valor $-p = 0,003$ para branco e $p = 0,002$ para negro). Os cruzamentos indicam que brancos (32,7%) e negros (36,3%), com antecedentes criminais, experimentaram a condenação ao final do processo.

Contudo, conforme observado nas entrevistas, são os registros policiais os instrumentalizados como prova da carreira criminal e da personalidade perigosa dos indivíduos; é o que tem impacto direto no percentual de condenação, como veremos

TABELA 2

Sentença judicial por registros policiais e grupo racial – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)

RAÇA	REGISTRO CRIMINAL			Total		
	Não	Sim	Sem informação			
BRANCO	SENTENÇA	Absolvido	16 28,1%	37 64,9%	4 7,0%	57 100,0%
		Condenado	57 35,8%	102 64,2%	0 0,0%	159 100,0%
	Total	73 33,8%	139 64,4%	4 1,9%	216 100,0%	
NEGRO	SENTENÇA	Absolvido	122 31,9%	257 67,1%	4 1,0%	383 100,0%
		Condenado	161 25,0%	481 74,7%	2 0,3%	644 100,0%
	Total	283 27,6%	738 71,9%	6 0,6%	1027 100,0%	

Fonte: Pesquisa de tráfico de drogas.

na Tabela 2 (valor – $p = 0,003$ para branco e $p = 0,016$ para negro). Se a maioria dos indiciados que receberam uma sentença condenatória possuíam registro policial anterior, o percentual de negros condenados e que possuíam tal registro (74,9%) é superior ao de brancos (64,2%), sendo essa diferença estatisticamente significativa.

Os dados revelam que o registro policial se consubstancia na principal forma de análise da vida pregressa, tornando-se um dado que os operadores consideram relevante para embasar suas decisões a respeito da classificação e condenação do sujeito como traficante de drogas. Ocorre que tais elementos se relacionam com a condição racial dos sujeitos e com a percepção de que merecem ser alvo de desconfiança e maior vigilância. A entrevista a seguir deixa evidente como a raça é um fator que afeta a percepção que o sistema de justiça e seus atores terão sobre a pessoa e seus comportamentos do presente *vis-à-vis* aqueles registrados no passado:

[...] o que a gente percebe na prática é se a pessoa tem alguma passagem ou algum registro com droga anterior, não importa a quantidade de droga, a polícia vai levar e vai ser taxado como traficante. É uma visão do direito penal, pelo fato de a pessoa ter uma passagem, ela já é taxada como traficante. Aí você vai segurar essas drogas, é o que acontece muito na abordagem policial nas periferias. Mas depende desses fatores, a situação em que o sujeito estava no momento, como ele foi surpreendido, em flagrante, houve pesquisas anteriores, denúncias anônimas, davam conta de que era a pessoa que era o traficante? Porque o sujeito recebe *uma*

denúncia anônima de tráfico ali, em determinado aglomeramento, “Ah uma pessoa negra com bermuda de cortar e blusa de cortar”. Aí chega na hora, tem uma pessoa comprando e outra vendendo, todas pretas, com roupas próximas e aí cai tudo no mesmo barco. Aí a polícia vai, tudo bom e a pessoa que estava ali eventualmente comprando, mas tem um registro anterior, ela vai ser taxada de traficante (Defensor/a público/a, Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, 2018, grifos nossos). (citação)

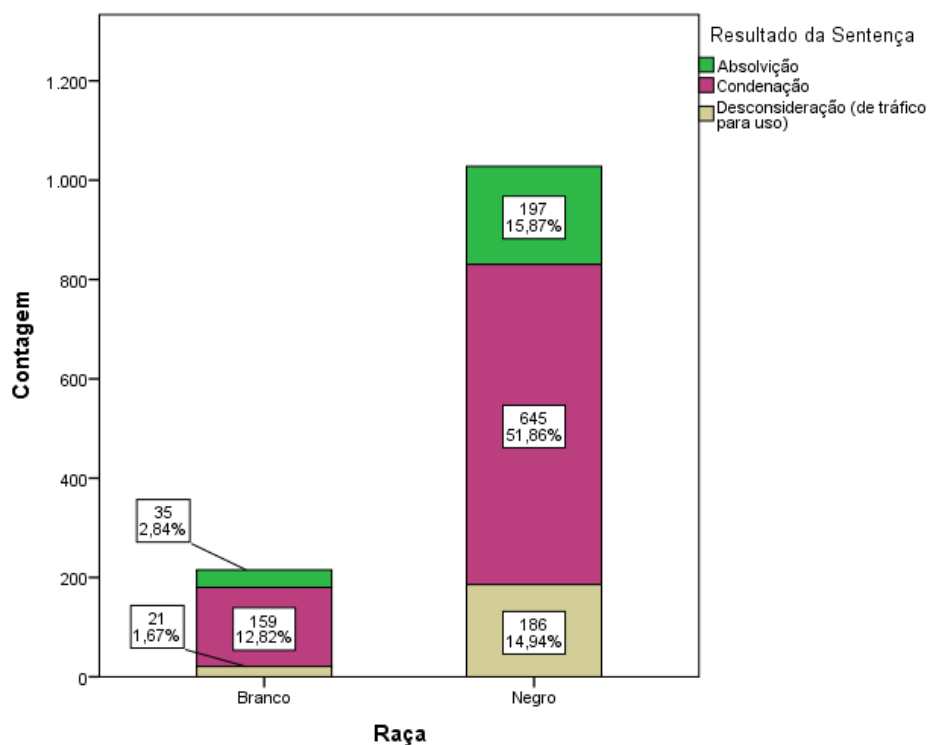
A circulação de ideologias e estereótipos negativos que associam negritude à criminalidade se dá na identificação, pela polícia, daqueles tidos como suspeitos, mas reverbera dentro da justiça, entre os atores do sistema, e se traduz em práticas. Na representação gráfica a seguir apresentamos o desfecho dos processos no judiciário ($p = 0,001$), apontando se a sentença foi absolutória, condenatória ou se desconsiderou a conduta de tráfico reconhecendo o réu como usuário. Importante notar que, assim como na “entrada”, neste momento do desfecho também há a presença preponderante de negros (números absolutos); dado que deve ser levado em consideração para a leitura da distribuição de sentenças entre grupos de negros e brancos em termos percentuais.

No Gráfico 2, que apresenta os percentuais totais, temos que 51,86% dos negros foram condenados, enquanto 12,82% dos brancos foram absolvidos. No entanto, quando calculamos os percentuais para cada grupo (Tabela 2), dentro da população branca, percentualmente, a maior parte das sentenças é condenatória (64%), enquanto negros representam em maior percentual outros desfechos (40%), como as absolutórias (19,2%) e de desconsideração do tráfico para uso (18%). Apesar de os negros preponderarem entre as pessoas que caíram nas malhas da justiça e, assim, terem a maior quantidade de condenações, proporcionalmente, essas são menores dentro do seu grupo, quando comparadas às dos brancos. Elaboramos que essa reavaliação da justiça tenha relação com a maior fragilidade dos elementos que acionaram à primeira vista a necessidade de apreensão e intervenção do judiciário. Porém, nessa hipótese, destacamos que ela se dá tardiamente. Contudo, durante esse transcurso de tempo, a pessoa é considerada ré no processo penal, passando a ter essa mácula, que pode, inclusive, piorar a sua situação em próxima intervenção da justiça criminal.

Ainda sobre o desfecho das decisões, outro dado que merece nossa atenção é o regime de pena atribuído a cada grupo racial, uma das práticas mais importantes do processo penal. Afinal, uma vez condenado o indivíduo, a severidade da pena tem relação direta com o tipo de regime: aberto, semiaberto ou fechado. Comparando o regime inicial de cumprimento de pena pelo delito de tráfico de drogas (Gráfico 3), é possível perceber que negros são penalizados de forma mais severa que brancos: 75,2% dos casos envolvendo pessoas negras receberam o regime fechado para

GRÁFICO 2

Distribuição (em números absolutos e percentuais) dos resultados das sentenças, por grupo racial – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)



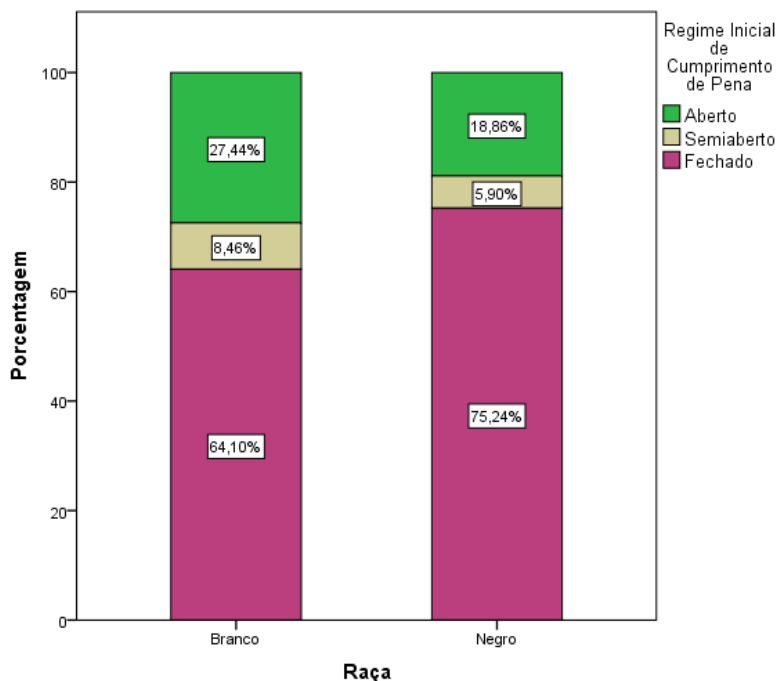
Fonte: Pesquisa de tráfico de drogas.

cumprimento de pena. Isso significa dizer que, durante a fase de aplicação de pena, negros recebem penalidades que os submetem ao encarceramento por mais tempo. Entre os brancos, o percentual de cumprimento inicial sob regime fechado é de 64,1%. Esse padrão se reverte à medida que o regime de cumprimento inicial da pena vai se abrandando (isto é, vai para o regime semiaberto e para o regime aberto). Nesses casos, o percentual de negros é sempre menor que o de brancos: no semiaberto o percentual de negros é de 5,9% e o de brancos é de 8,5%. Já no regime aberto, negros representam 18,9% da população, e sujeitos brancos 27,4%.

No desfecho dos processos de tráfico em Belo Horizonte, observamos que o judiciário contribuiu para a perpetuação do racismo, sendo possível observar assimetrias raciais desde a entrada até a conclusão dos casos. A diferença na atribuição do regime

GRÁFICO 3

Distribuição (em números absolutos e percentuais) do regime inicial de cumprimento de pena por grupo racial – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)



Fonte: Pesquisa de tráfico de drogas.

inicial de cumprimento de pena é um dos elementos em que se dá a distribuição desigual da justiça entre os grupos raciais. Senão vejamos: aquele grupo que está menos representado no início do fluxo (brancos) também está em menor proporção ao final do processamento. De outro lado, negros são maioria do início ao fim do fluxo de processamento do delito de tráfico, sendo que, nos casos julgados com sentença condenatória, a justiça atua com maior severidade, já que esse grupo racial inicia o cumprimento de pena em regime fechado. Um entrevistado nos explicou por que é necessário garantir o fechamento de pessoas que não têm, por exemplo, antecedentes criminais, mas recebem o regime fechado:

A pessoa, ela não é reincidente, porque ela tem que ter tido uma outra condenação com trânsito em julgado, e às vezes não é isso ainda, mas é um indivíduo que vem por relatórios, por investigações, que é dedicado à prática criminal desde a minoridade. É um perfil de pessoa que você vai soltar, ela vai fazer de novo, então esse indivíduo tem que ser segregado pelo próprio bem dele também, né? (Promotor/a de Justiça, Vara de Tóxicos de Belo Horizonte, 2018).

O raciocínio de que existem nuances que são maiores do que os próprios dispositivos legais nos ajuda a entender por que no início do fluxo há 4,3 negros por pessoa branca indiciada e, ao final, há 4,4 negros por branco condenado ao regime fechado (Tabela 3). Do início ao desfecho dos processos penais, aliado ao regime de pena que é cominado, o grupo de réus negros tem uma situação desfavorável, indicando o porquê de o sistema carcerário brasileiro abrigar uma população com perfil racialmente delineado. Trata-se de um processo de encarceramento contínuo e em massa que faz com que negros estejam sob regime de pena mais gravoso e, por isso, permaneçam nas prisões por mais tempo (Borges, 2018).

TABELA 3

Decisões tomadas ao longo do fluxo de processamento por grupo racial – processos de tráfico de drogas, arquivados em Belo Horizonte (2007 a 2017)

FASES DO FLUXO	BRANCOS		NEGROS		TAXA DE NEGROS POR BRANCOS
	N	%	N	%	
Indiciados pela polícia	252	100%	1077	100%	4,3
Autuados em flagrante	235	93%	1022	95%	4,3
Condenação	159	63%	642	60%	4,0
Regime fechado	106	42%	468	43%	4,4

Os achados desta pesquisa convergem com os de Costa Ribeiro (1999): analisando as diferentes concepções de responsabilidade penal em processos criminais tramitados entre 1900 e 1930, ele concluiu que, independente da corrente e interpretação doutrinária, a raça se articulava para criar, na prática, uma operação que tinha por consequência a discriminação de pretos e pardos no interior da justiça, de modo a serem tratados com maior severidade. Quase um século depois, assistimos a um tratamento mais severo com os negros ao longo do fluxo do sistema de justiça criminal, dada a sua representação como aquele que “tem tendência, personalidade voltada para o crime”, segundo informado por um dos nossos entrevistados.

Portanto, a partir dos dados analisados nesta seção, é possível entender como as práticas do sistema de justiça criminal judiciário corroboram o racismo, uma vez que as agências de controle do crime e aplicação da lei adotam práticas que incidem

sobre determinado perfil racial e, assim, discriminam por raça a distribuição da justiça (Adorno, 1995). Os dados indicam que o sistema punitivo, representado nas práticas que fazem parte do processamento do delito de tráfico, produz e reproduz o racismo, favorecendo a presença de negros(as) como objetos do controle penal.

Considerações finais

A proposta deste texto foi investigar como o marcador racial é acionado no interior do sistema de justiça criminal, especificamente durante o processamento do delito de tráfico de drogas. A análise focalizada no tráfico justifica-se em razão de este ser o delito que coloca a população negra como alvo das políticas de combate ao crime e que mobiliza um discurso belicoso, capaz de justificar medidas extremas de controle (Valois, 2016; Alexander, 2017; Borges, 2018).

Utilizando dados quantitativos de processos de tráfico encerrados em Belo Horizonte de 2007 a 2017 e dados qualitativos oriundos de entrevistas com operadores do direito, analisamos aspectos do processamento do delito, bem como os discursos daqueles que dão aplicabilidade à Lei de Drogas, a fim de investigar a operacionalização do racismo no sistema de justiça criminal (Campos, 2017). Entendendo que o racismo é um fenômeno complexo, de natureza múltipla, e que a condição racial dos sujeitos pode não ser um fundamento explícito para incriminação (Campos, 2017; Moreira, 2019), nosso interesse foi entender como alguns marcadores raciais são capazes de (re)produzir um sistema de marginalidade e ilegalismos que afetam sobremaneira o processamento de negros(as) no sistema de justiça criminal.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o processo criminal de tráfico de drogas é marcado pela presença preponderante de acusados negros, que chegam a representar um número quatro vezes maior do que de acusados brancos. Há uma associação sistemática entre negritude e criminalidade que sustenta a existência de um perfilamento racial durante o processamento do delito de tráfico. A atualização racializada dos estereótipos de “tendente ao crime”, “bandido” e “vagabundo” orienta abordagens policiais. Os corpos negros são identificados como “suspeitos padrão” pela polícia, aos quais, no judiciário, é referendado o rótulo de traficantes que merecem ser detidos por longos períodos de tempo (Sinhoretto *et al.*, 2020). As concepções racistas parecem circular com naturalidade e pouco questionamento entre os atores do sistema de justiça criminal.

Conceitos vagos, que comportam critérios altamente subjetivos, dão margem para que se reifique uma condição de inferiorização do negro que, de maneira cíclica, vai se consolidando nesse “lugar” de protagonista de crimes. Para tanto, são retomados os registros policiais, que não configuram antecedentes criminais (e, assim,

não deveriam ser levados em consideração), mas que ajudam a formar a convicção sobre quem são os criminosos. Tais registros são considerados como análise de vida pregressa e indicativo da suposta “personalidade voltada para o crime”.

Em consonância com o que foi observado por Alexander (2017), notamos que, embora os dispositivos da Lei de Drogas sejam aparentemente neutros do ponto de vista racial, sua aplicação prática é discriminatória e cria perfis raciais, ou seja, um perfilamento racial, como foco do sistema de justiça criminal. No desfecho dos casos, por exemplo, notamos que, ao dosar a pena, o judiciário (re)produz vieses raciais e, mesmo diante da “técnica” e da imparcialidade que, supostamente, sustentam o fazer jurisdicional, acaba por condenar negros a penas mais gravosas, que fazem com que iniciem o cumprimento em regime fechado. O efeito é o encarceramento contínuo e massivo de um perfil populacional racialmente delineado. Mostramos, então, como o judiciário, não apenas a polícia, contribui para o perfilamento racial do sistema.

Não é sem razão que Michele Alexander (2017) aponta que o racismo é a principal arma de dominação da política de guerra às drogas. Tal política instituiu uma nova ordem de segregação, não de forma explícita como as leis de Jim Crow, mas que, de maneira cíclica, coloca negros(as) na condição de inculpatáveis e encarcerados pelo delito de tráfico. Sustentamos que a imprecisão da Lei de Drogas brasileira, no que se refere aos critérios para caracterizar usuários ou traficantes, bem como o indicativo para que se considerem as condições pessoais e sociais dos réus, abre espaço para práticas em que os operadores imprimam suas concepções e decidam de acordo com suas visões de mundo.

Nesse sentido, as características dos operadores do sistema de justiça criminal e seus discursos, que compuseram os dados qualitativos, nos chamaram a atenção pelo distanciamento em relação à realidade social. Os critérios para a identificação do traficante e a compreensão sobre o que acontece nas periferias, tidas como “áreas de tráfico”, parecem ser mediados pelo que chega ao judiciário, a partir do relato das polícias, e pelo que está consolidado no imaginário social. Nas narrativas, observamos que repressão e punição têm sido a principal estratégia de agir contra o tráfico que, por sinal, nessa perspectiva, acontece nas comunidades periféricas, onde se concentra a maioria da população negra. Situações de traficância ou representações desse delito entre as classes altas ou bairros de alto *status* não aparecem nos relatos. Assim, a análise dos dados qualitativos reforça o argumento da criminalização da pobreza, no qual destacamos, está inserido um referente de classificação racial (Sinhoretto *et al.*, 2020; Silveira e Tomas, 2019).

A presente pesquisa vem somar esforços para a consideração da raça e das relações raciais como chaves analíticas dos estudos sobre crime, justiça e segurança pública, para além de configurarem mero atributo daqueles que são alvo das agências de

controle. Buscamos considerar as estruturas, os processos sociais, nos quais inserem as representações e configurações históricas, que influenciam na realidade que temos hoje: uma maioria de negros(as) encarcerados(as). Com este trabalho, nosso interesse foi de contribuir e nos juntar ao importante – mas incipiente – campo de estudos que investiga o sistema de justiça criminal (e lhe vislumbra a necessidade de reforma), a partir do reconhecimento do racismo em nossa sociedade. Entendemos que esta é uma reflexão necessária para uma sociedade que se pretende efetivamente justa e democrática.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, Sérgio. (1995), “Discriminação racial e justiça”. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, 43: 45-63, jul.
- ALEXANDER, Michelle. (2017), *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo, Boitempo.
- ALMEIDA, Sílvio. (2018), *O que é racismo estrutural*. Belo Horizonte, Letramento.
- ALVAREZ, Marcos César. (2002), “A criminologia no Brasil ou como tratar desigualmente os desiguais”. *Dados*, 45: 677-704, mar.
- ALVES, Enedina do Amparo. (2015), *Rés negras, judiciário branco: uma análise da interseccionalidade de gênero, raça e classe na produção da punição em uma prisão paulistana*. São Paulo, 173 p., dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ANUNCIACÃO, Diana et al. (2020), “‘Mão na cabeça!’: abordagem policial, racismo e violência estrutural entre jovens negros de três capitais do Nordeste”. *Saúde e Sociedade*, 29, mar.
- AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de & SINHORETTO, Jacqueline. (2017), “O sistema de justiça criminal na perspectiva da antropologia e da sociologia”. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 84: 188-215, jul.
- BATISTA, Vera Malaguti. (2003), *Difíceis ganhos fáceis*. Rio de Janeiro, Revan.
- BOITEUX, Luciana. (2015), “Brasil: reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva”. *Revista Sur*, 12 (21), ago.
- BORGES, Juliana. (2018), *O que é: Encarceramento em massa?* Belo Horizonte, Letramento.
- CAMPOS, Luiz Augusto. (2017), “Racismo em três dimensões: Uma abordagem realista-crítica”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32 (95): 1-19.
- CAMPOS, Marcelo da Silveira. (2015), *Pela metade: as principais implicações da nova lei de drogas no sistema de justiça criminal em São Paulo*. São Paulo, 313 p., tese de doutorado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

- CAMPOS, Marcelo da Silveira & ALVAREZ, Marcos César. (2017), “Pela metade: Implicações do dispositivo médico-criminal da “Nova” Lei de Drogas na cidade de São Paulo”. *Tempo Social*, 29 (2): 45-74.
- COSTA RIBEIRO, Carlos Antônio. (1999), “As práticas judiciais e o significado do processo de julgamento”. *Dados*, 42 (4): 691-727. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581999000400003>.
- GARLAND, David. (2008), “A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea”. Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia Revan. Coleção Pensamento Criminológico, 16.
- GRILLO, Carolina Christoph; POLICARPO, Frederico & VERISSIMO, Marcos. (2011), “A ‘dura’ e o ‘desenrolô’: efeitos práticos da nova lei de drogas no Rio de Janeiro”. *Revista de Sociologia e Política*, 19 (40): 135-148. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300010>.
- HASENBALG, Carlos. ([1979] 2005), *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. 2 ed. Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj.
- HUGGINS, Martha K. (1987), “Us-supported state terror: a history of police training in Latin America”. *Crime and Social Justice*, 27/28: 149-171.
- KITSUSE, John I. & CICOUREL, Aaron V. (2017), “A note on the uses of official statistics in Research Design”. Routledge: 53-63.
- LAGES, Livia Bastos & RIBEIRO, Ludmila. (2019), “Os determinantes da prisão preventiva na Audiência de Custódia: reforço de estereótipos sociais?”. *Revista Direito GV*, São Paulo [s.n.], 15.
- LIMA, Renato Sérgio de. (2004), “Atributos raciais no funcionamento do sistema de justiça criminal paulista.” *São Paulo em Perspectiva*, 18 (1): 60-65.
- MOREIRA, Adilson. (2019), *Racismo recreativo*. São Paulo, Pólen.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2020), “Prevenindo e combatendo o perfilamento racial de pessoas afrodescendentes: Boas práticas e desafios”. Departamento de Comunicações Globais e Escritório do Alto Comissariado para Direitos Humanos. Disponível em <https://acnudh.org/load/2020/12/1821669-S-DPI-RacialProfiling_PT.pdf>, consultado em 10 abr. 2023.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. (2013), “A classificação de cor ou raça do IBGE revisitada”. In: PETRUCCELLI, J. L. & SABOIA, A. L. (orgs.). *Características étnico-raciais da população: classificações e identidades*. Rio de Janeiro, IBGE, pp. 83-99.
- PAIXÃO, Antônio Luiz. (1982), “A organização policial numa área metropolitana”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, 25 (1): 63-85.
- PROVINE, Doris Marie. (2011), “Race and inequality in the war on drugs”. *Annual Review of Law and Social Science*, 7: 41-60.
- RAMOS, Paulo César. (2015), “Relações raciais e violência: um balanço da produção teórica nacional e internacional dos últimos dez anos”. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia, 20 a 23 de julho de 2015, Porto Alegre.

- RAMOS, Sílvia & MUSUMECI, Leonarda. (2005), “Elemento suspeito. Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro”. *Boletim Segurança e Cidadania*, 8, nov.
- RAUPP, Mariana. (2015), “As pesquisas sobre o “sentencing”: disparidade, punição e vocabulários de motivos”. *Revista de Estudos Empíricos em Direito*, 2 (2). <https://doi.org/10.19092/reed.v2i2.81>.
- REIS, Dayane Brito. (2002), “A marca de Caim: As características que identificam o ‘suspeito’, segundo relatos de policiais militares”. *Caderno CRH*, 15 (36).
- RIBEIRO, Djamilá. (2019), *Lugar de fala*. São Paulo, Jandaíra.
- SEMER, Marcelo. (2019), *Sentenciando tráfico: pânico moral e estado de negação formatando o papel dos juízes no grande encarceramento*. São Paulo, 535 p., tese de doutorado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- SILVEIRA, Leonardo Souza & TOMAS, Maria Carolina. (2019), “Fluidez racial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: características individuais e contexto local na construção da raça”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 36: 1-22.
- SINHORETTO, Jacqueline & Morais, Danilo De Souza. (2018), “Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada”. *Revista de Estudos Sociais*, 64: 15-26.
- SINHORETTO, Jacqueline et al. (2020), “Policiamento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime”. *Relatório de Pesquisa do Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos*, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, p. 379.
- VALOIS, Luís Carlos. (2016), *O direito penal da guerra às drogas*. Belo Horizonte, D’Plácido.
- VARGAS, Joana Domingues & RIBEIRO, Ludmila. (2008), “Estudos de fluxo da justiça criminal: balanço e perspectivas”. *Encontro Anual da ANPOCS*, 32.

Resumo

O perfilamento racial nos processos de tráfico de drogas: Um estudo de caso em Belo Horizonte

Neste artigo, analisamos como se dá o perfilamento racial ao longo do fluxo de processamento por tráfico de drogas no sistema de justiça criminal belo-horizontino. Para tanto, nós nos valem de dados quantitativos (oriundos de processos penais arquivados entre 2007 e 2017) e qualitativos (produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas com promotores, juízes e defensores que atuavam nas varas de tóxicos em 2018). Os resultados apontam para os subterfúgios mobilizados pelos operadores do direito para garantir discriminações raciais, ainda que a palavra *raça* nem sempre esteja presente nesta operação.

Palavras-chave: Tráfico de drogas; Raça; Discursos; Sistema de justiça criminal; Desigualdades raciais.

Abstract

Racial profiling in drug trafficking processes: a case study in Belo Horizonte

In this article, we analyze how racial profiling happens throughout the processing flow for drug trafficking in the Belo Horizonte criminal justice system. For that, we used quantitative data (derived from criminal cases filed between 2007 and 2017) and qualitative data (produced through semi-structured interviews with prosecutors, judges and defenders who worked in drug courts in 2018). The indicators show the subterfuges mobilized by legal operators to guarantee racial discrimination, even though the word race is not always present in this operation.

Keywords: Drug trafficking; Race; Speeches; Criminal justice system; Racial inequalities.

Texto recebido em 09/04/2023 e aprovado em 26/06/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.210799.

DANIELY REIS é doutoranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG). Possui mestrado em Sociologia e graduação em Direito, ambos na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi diretora de políticas de ações afirmativas na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis da UFMG. E-mail: daniely@ufmg.br.

LUDMILA RIBEIRO é professora associada no Departamento de Sociologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pesquisadora no Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (Crisp/UFMG). Possui doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), mestrado e graduação em Administração Pública pela Fundação João Pinheiro e graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais. Foi pesquisadora visitante na University of Florida, na University of Groningen e na Texas State University. E-mail: lmlr@ufmg.br.



Entre famílias e direito em Axel Honneth

O caso paradigmático das famílias formadas por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais

Stanley Souza Marques*

<http://orcid.org/0000-0001-5381-5615>

Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira*

<https://orcid.org/0000-0002-2409-5804>

Ela me chama de pai, por que a Justiça não reconhece a paternidade?

Uziel, 2009, p. 114.

Considerações iniciais

Axel Honneth (2015, p. 222) procura explorar, em *O direito da liberdade*, na esteira de autores como Hegel, Durkheim e Max Weber, “a força implacável” de ideais normativos que se institucionalizam ou corporificam-se, no curso da modernidade, num conjunto multifacetado de esferas sociais, algumas públicas, outras domésticas. Para tanto, ele recorre a um método todo próprio, a reconstrução normativa, que lhe permite destilar critérios de justiça social diretamente das reivindicações normativas que se desenvolveram no interior de campos sociais muito plurais, como aqueles que por ora mais nos interessam, o direito e as famílias.

Honneth vê-se compelido, assim, a reconstruir, uma por uma, a trajetória sócio-histórica de um complexo de esferas funcionalmente diferenciadas, e a seguir de perto as relações que intercorrem entre essas mesmas esferas e que poderiam exercer, em cada caso, algum impacto, seja ele negativo ou positivo, na realização ou desdobramento interno de suas promessas normativas. Um projeto normativo alternativo

* Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.

desse tipo, muito embora se valha de uma estratégia de separação metodológica das esferas, não leva Honneth (2014b; 2015; 2017) a subestimar ou relegar à irrelevância as influências que essas mesmas esferas exercem umas sobre as outras, ainda que muitas dessas interconexões passem despercebidas, demandando novas investigações, mais abrangentes e mais profundas, sobretudo quando em jogo diferentes cenários nacionais, como ele mesmo admite, aliás, no prólogo de *O direito da liberdade*, ou no diálogo travado com Lois McNay (2015).

Procuramos sondar, por isso mesmo, *algumas* das influências, interconexões ou vínculos, muitos deles tensos, contraditórios, complexos, superpostos ou diferenciados, entre dois dos domínios da vida social de que fala Honneth – o direito e as famílias –, mas sobretudo de uma perspectiva interna ao “nós” das relações intrafamiliares, como reclama o *script* honnethiano. Dadas as limitações impostas ao presente texto e o objetivo ora proposto, de caráter mais circunscrito, restringimo-nos a examinar, nestas páginas, o impacto da luta de minorias sexuais no campo das famílias e o papel do direito em meio a rearranjos familiares sem precedentes. E isso porque vínculos familiares protagonizados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais parecem constituir, à primeira vista, uma boa porta de entrada para diagnósticos ainda mais abrangentes sobre representações e práticas familiares contemporâneas, assim como sobre as relações que operam entre direito e famílias.

Assumindo as relações que atravessam e agitam as esferas do direito e das famílias como nosso objeto central, dividimos a presente investigação em duas seções. Na primeira, procuramos retomar algumas das reflexões de Honneth sobre a autonomia relativa de domínios sociais como o direito e as famílias. Buscamos mostrar, ali, em especial, por que, para ele, um emaranhado de processos tipicamente modernos, muitos deles de amplo alcance, não pode ser vislumbrado de uma perspectiva estritamente jurídica.

Já na segunda e última seção, procuramos desdobrar o projeto honnethiano: perguntamo-nos, ali, e não sem fazer do Brasil o palco principal de nossa investigação, que fluxos podem ser rastreados entre direito e famílias. Mobilizamos, para tanto, como nos ensina Honneth, análises empíricas, sociológicas e históricas de práticas e instituições concretas e interdependentes (Honneth, 2014b; 2015; Zurn, 2015). Fragmentos de uma reconstrução normativa da trajetória sócio-histórica da esfera das famílias no Brasil parecem fazer das famílias constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais um caso paradigmático da especialização e democratização das relações familiares, assim como das coimplicações entre direito e famílias. Essas modalidades familiares, há pouco consideradas marginais ou mesmo ininteligíveis, parecem explicitar a dinâmica tanto produtiva como (in)tensa entre esferas funcionalmente diferenciadas: mesmo nesse caso típico de “luta pelo amor”

e de “amor pela luta” (Hernández *et al.*, 2012), a linguagem jurídica joga um papel central, ainda que, de todo modo, como não é incomum, em uma etapa subsequente ou suplementar (Honneth, 2017, p. 130).

Direito e famílias: uma cadeia complexa de implicações recíprocas

Honneth (2015, p. 222) procura “explorar”, em *O direito da liberdade*, “à maneira de Hegel, Durkheim e Max Weber, a força implacável do ideal normativo que, desde o início da modernidade, institucionaliza-se em cada uma das várias esferas de ação”. Uma empreitada desse tipo o compele a “reconstruir separadamente o desenvolvimento das esferas funcionalmente diferenciadas” e observar as relações que intercorrem entre elas e “que poderiam exercer”, em cada caso, “um efeito positivo ou negativo na realização interna de suas promessas normativas”.

Muitas dessas relações, contudo, escapam à reconstrução honnethiana. O próprio Honneth (2015, p. 222), em réplica às críticas de McNay (2015), credita muitas dessas lacunas à “estratégia da separação das esferas”. Ele “confess[a]” “prestar atenção apenas” àquela[s] “influência[s]” que de “tão óbvia[s]” constrangem-nos a tomá-las em conta na reconstrução do desenvolvimento interno de uma determinada esfera¹. Esse quadro fica mais e mais evidente à medida que nossos olhos se voltam para cenários diferentes daquele de que Honneth parece se ocupar em primeiro lugar (Honneth, 2014b; 2015; McNay, 2015; Marques, 2022). Ele, aliás, no prólogo de *O direito da liberdade*, reconhece que “ainda há muito que fazer”, já que parece mesmo “necessário diferenciar todas as trajetórias evolutivas [...] de acordo com os caminhos adotados por cada nação”. O próprio diagnóstico do presente, acrescenta Honneth (2014b, p. 10), demanda “aprofundamento”.

Procuramos rastrear, por isso mesmo, *algumas* das influências que os campos do direito e das famílias exercem uns sobre os outros, *algumas* das relações que intercorrem entre esses domínios sociais, e que permanecem, ali, em *O direito da liberdade*, mais ou menos em aberto. Em outras palavras, intentamos mapear *algumas* das “influências”, “interconexões” ou vínculos, muitos deles, tensos, complicados, complexos, superpostos ou diferenciados, entre dois dos domínios da vida social de que

1. No diálogo entre Honneth (2015) e McNay (2015) estão em jogo, em especial, as relações que intercorrem entre os campos das famílias e do mercado de trabalho. Honneth (2015, p. 222) admite não ter captado, em *O direito da liberdade*, uma série de questões, a exemplo do “impacto que a crescente internacionalização do mercado de trabalho tem tido na divisão do trabalho doméstico nas sociedades ocidentais”. E acrescenta logo na sequência ter aprendido com o “trabalho de McNay sobre essas questões complicadas” que ainda há provavelmente mais “influências e interconexões desse tipo” do que ele descobrira em sua análise.

fala Honneth – o direito e as famílias –, mas sobretudo de uma perspectiva interna ao “nós” das relações familiares, como reclama o esquema honnethiano.

E isso porque, “[a] pesar da autorreferência das normas nela geradas e de sua relativa independência no plano de análise”, a esfera das famílias se relaciona – correntemente e não sem uma infinidade de tensões e contradições – com as “esferas sociais vizinhas” (Silva, 2013, p. 215), como o direito ou o mercado. É que as famílias ganham, no curso da modernidade, autonomia relativa “perante a determinação heterônoma de esferas sociais alheias”, passando a se “autorregular” conforme princípios particulares (2013, p. 230). Os sujeitos começam a poder encontrar, no interior desse complexo relacional, em “sentido ontogenético”, há mais de duzentos anos, “as primeiras experiências da liberdade social” (Honneth, 2014b, p. 174); ou onde os parceiros de interação passam a poder reconhecer, pela primeira vez, “a necessidade da ‘cooperação intersubjetiva’ para a realização de seu[s] projeto[s] de vida” (Silva, 2013, p. 210). Em outras palavras, os sujeitos modernos então percebem, em suas relações familiares, que “a liberdade se realiza através da percepção dos indivíduos de que eles/elas se completam mutuamente”; é dizer: “a vivência livre dos próprios desejos e necessidades depende da ajuda e apoio dos outros” (Mattos, 2018, p. 162).

Ocorre que, mesmo “a mais naturalizada de todas as esferas sociais, a família, além de reconstruir-se e reelaborar-se internamente”, como Honneth procura mesmo mostrar, “tem sido alvo de marcantes interferências de processos externos” (Araújo e Cavalcanti, 2009, p. 158). O direito joga aí um papel central, ainda que, correntemente, e conforme veremos a seguir, num “estágio um tanto avançado” (Honneth, 2017, p. 130). Até porque, “[s]e a lei representa, em certos contextos, um instrumento importante para cimentar relações de parentesco, reconhece-se que a eficácia de qualquer contrato legal será limitada”, observa Fonseca (2008, p. 773), “se não vier acompanhada das convicções pessoais dos envolvidos”.

A família moderna – essa comunidade única de cuidado recíproco ao longo do tempo, cujos membros se encontram, hoje, em condições desproporcionalmente mais favoráveis do que no passado de poder esperar uns dos outros, sob condições favoráveis, “a empatia, a dedicação e o cuidado que exige a necessidade específica da fase na qual se encontram” (Honneth, 2014b, p. 218) – é perpassada por diversas forças institucionais (Fonseca, 2008, p. 773), entre elas o direito, que, por ora, mais particularmente nos interessa.

A esfera das famílias, ela mesma um domínio da normatividade social independente, em poucas palavras, não só deve ao direito a sua própria existência como esfera de reconhecimento, como também está cravejada de conflitos sobre o formato e a extensão de sua regulamentação jurídica: “[q]uem pode se casar com quem, quem é legalmente o filho de quem, com que fundamento os casamentos podem ser dis-

solvidos e se ambos os cônjuges ou apenas um deve consentir em sua dissolução” são alguns poucos exemplos de questões doméstico-familiares espezinhadas pela legislação (Okin, 2004, p. 189).

O direito, a seu passo, projeta uma “esfera prática na qual somos autorizados por todos os outros membros de nossa sociedade a recuar”, escreve Honneth (2017, p. 129), “sempre que tivermos dúvidas ou reservas sobre cargas decorrentes de nossos relacionamentos e interações existentes dentro de nossa família, casamento, profissão ou na esfera pública política”. A esfera jurídica, essa “fonte particular de reivindicações que podem ser invocadas conforme necessário em qualquer contexto social” (2017, p. 128), assegura aos sujeitos a oportunidade de retirada “dos contextos de justificação pública”, protegendo, desse modo, “a incolumidade das decisões individuais contra controles e intervenções não autorizadas”, de quem quer que seja, inclusive em face dos próprios familiares (2017, p. 129).

Se é verdade que, “em princípio [...], cada um de nós é conhecido e reconhecido por todos os outros como um sujeito de direitos, cuja proteção legal é da responsabilidade de um estado de direito democraticamente constituído” (2017, p. 129), também é verdade que esse tipo todo próprio de liberdade, por mais fundamental que seja para os sujeitos modernos, e de fato o é, “não garante”, segundo Honneth, “a conexão do comportamento intersubjetivo nos modos particulares e exigentes da forma de liberdade social”, tal como encontramos em campos como o das famílias (Silva, 2013, p. 213). Como que lhe escapam “as relações de assistência e cuidado social mútuo”, que, para Honneth (2017, p. 129), “estão no cerne das liberdades disponíveis para nós hoje”.

No debate com Nancy Fraser, Honneth (2006, p. 148) já apontava, a propósito, uma tensão entre o “espírito crítico” da concepção de justiça no marco teórico do reconhecimento e a sua função preservativa. Honneth falava, mais especificamente, do alargamento do princípio jurídico, cujas implicações consequentes mereciam, a seu ver, já ali, especial atenção. É que o princípio jurídico parece penetrar diferentes domínios sociais, no mais das vezes, segundo o diagnóstico de Honneth, para resguardar a liberdade dos sujeitos quando internamente ameaçada ou insuficientemente protegida. A expansão dos direitos individuais operaria, assim, em “sentido corretivo”. Funcionaria senão como “limitação externa”.

Mas a expansão do princípio jurídico colide, e este é mesmo um aspecto importante, com a autonomia das esferas de reconhecimento e de seus princípios correspondentes. As controvérsias sobre igualdade, matrimônio e família são, aliás, segundo o esquema honnethiano, sintomáticas dessas tensões todas: “diante da dominação estrutural dos homens na esfera privada, as precondições de autodeterminação das mulheres somente podem ser asseguradas quando tomam a forma de

direitos contratualmente garantidos e, portanto”, continua Honneth (2006, p. 147), “constituam-se em imperativo de reconhecimento jurídico”.

Tendo em conta, por ora, os campos do direito e das famílias, prevalecem, assim, para Honneth, pelo menos duas teses: a primeira delas, a “tese de que a família se constitui, na sua concepção embrionária, em suporte de amor e cuidados, independentemente da obrigação jurídica, o que não significa” dizer “que não possa ocorrer interferência legal” (Spinelli, 2019, p. 439), sobretudo quando as interações familiares mais primordiais parecem ameaçadas, ou quando o quadro afetivo da interação parece fracassar, ou, ainda, quando certos sujeitos do círculo familiar parecem especialmente vulneráveis, como é o caso de tantas mulheres, crianças, idosos ou enfermos. E daí mesmo a segunda das teses, a de que “devemos examinar sempre reflexivamente os limites estabelecidos entre os domínios dos distintos princípios de reconhecimento, já que”, continua Honneth (2006, pp. 147-148), não podemos “eliminar a suspeita de que a divisão de trabalho vigente entre as esferas morais prejudique as oportunidades” de realização da liberdade.

O protagonismo do afeto, em poucas palavras, não se impõe, ali, naquele âmbito todo próprio da vida social, na ausência completa de referência a dados jurídicos, pelo contrário: processos de diferenciação ou de especialização, mas também de democratização dos vínculos familiares e “processos históricos de posituação de direitos subjetivos privados” no mais das vezes se cruzam, se superpõem ou mesmo se alimentam reciprocamente (Silva, 2013, p. 214). O direito, por exemplo, enquanto esfera social vizinha, cerca o “nós” das relações familiares, “delimitando suas áreas de autorregulação na forma de permissões, proibições e incentivos” (2013, p. 216). Manifestações, práticas ou representações familiares encontram, pois, no direito, incentivos, constrangimentos ou interdições de todo tipo, ora mais ou menos inclusivas, ora mais ou menos excludentes. A provocação de um dos pais de Theodora, a primeira criança adotada legalmente por um casal homossexual masculino no Brasil, ainda no início dos anos 2000, dá conta de algumas das tensões aludidas: “[e]la me chama de pai, por que a Justiça não reconhece a paternidade?” (Uziel, 2009, p. 114).

Mas não nos confundamos, afinal reconhecer os “limites do amor” não significa “necessariamente uma deficiência dele na caracterização” de esferas como a das famílias (Spinelli, 2019, p. 438). Dizer que os direitos individuais operam em “sentido corretivo” ou funcionam como “limitação externa” (Honneth, 2006, p. 147) ou, como veremos na sequência, que o direito desempenha um papel decisivo nas lutas mais cotidianas pelo progresso social não significa dizer, contudo, que os conflitos tenham que ver sempre e somente com princípios jurídicos não realizados ou insuficientemente desdobrados. Uma coisa é afirmar que o direito tem “importância eminente quando se trata de lutas pelo progresso social”, outra, muito diferente,

é dizer “que tais conflitos sempre se originam na descoberta de um potencial não realizado dentro de uma dada ordem legal” (2017, p. 129).

Afinal, segundo Honneth (2017, p. 129), são as experiências “locais” de reconhecimento denegado, é dizer, são os descompassos entre as normas de uma esfera de reconhecimento e a sua aplicação mais adequada, abrangente ou sofisticada que geralmente deflagram ou detonam revoltas sociais de grandes proporções: “a disposição para entrar em um conflito surge geralmente de alguma experiência ‘local’ de ter o reconhecimento negado em suas reivindicações legítimas como indivíduo – reivindicações cuja legitimidade”, escreve Honneth, “deriva das normas que governam tacitamente uma esfera particular de interação” e que não se deixam reduzir ou monopolizar por princípios jurídicos.

A violação das normas de reconhecimento típicas de uma esfera de ação instaura, assim, um “mal-estar inicial”, ele mesmo um incômodo no mais das vezes “local” ou situado. Nas hipóteses de descompasso sistemático, esse “mal-estar inicial” pode converter-se em uma “avaliação crítica de interpretações previamente inquestionáveis de normas sociais implícitas”. Escrutínios críticos desse tipo, a seu passo, se publicamente compartilhados e se conjugados com outros fatores, como a visibilidade pública, podem transformar um “micro conflito” em um “protesto social de larga escala” (Honneth, 2017, p. 130); “microconfrontações cotidianas” podem, desse modo, sob certas condições, assumir a forma de “clamores militantes de coletivos inteiros que se sentem violados quanto a direitos que, devido às normas implicitamente validadas, a rigor lhes seriam devidos” (2014a, pp. 170-171). Honneth ressalta, assim, em primeiro lugar, como podemos observar, a diversidade de fontes motivacionais subjacentes às lutas sociais, especificamente interpretadas como “uma força extremamente produtiva em nosso mundo da vida humano” (Marcelo, 2013, p. 217).

É, pois, a violação da promessa interna de liberdade que inflama e mobiliza politicamente os sujeitos a reivindicarem, em seus campos próprios de batalha, uma interpretação e uma implementação mais adequadas das normas correspondentes, cujo excedente normativo aponta continuamente para novos sentidos, pouco explorados ou mesmo inexplorados; o que faz do conflito social, aliás, um elemento endêmico dessas instituições relacionais: “[o] que importa”, para os propósitos de Honneth (2017, p. 129-130), “é que as queixas, contestações e protestos surgem quando há violações daquelas normas de reconhecimento que são incorporadas nas relações institucionalizadas de interação no seio das diferentes esferas ‘éticas’”.

Pensemos, por exemplo, na expectativa das esposas de que seus maridos respeitem sua autonomia sexual, que, para Honneth (2017, p. 130), funda-se antes nos “votos do matrimônio”, ou seja, tem como ponto de partida e ponto de chegada um princí-

pio institucionalmente ancorado numa esfera de ação diferente daquela do direito; o que não significa dizer que essas mesmas esposas, caso se sintam desconsideradas em suas expectativas de reconhecimento institucionalmente ancoradas, não possam mobilizar uma linguagem propriamente jurídica para publicizá-las e justificá-las para um conjunto mais amplo de cidadãos: “elas podem argumentar que o respeito legal pela autodeterminação individual exige estabelecer limites estritos para o exercício da liberdade de escolha por parte dos homens dentro do espaço privado do casamento, não menos do que fora dele”.

A “regulamentação da liberdade jurídica” aparece, neste caso, como em tantos outros, como um “processo de normatização ‘posterior’ e ‘suplementar’ a transformações substantivas [...] nas normas e nos significados próprios” de um campo da vida social diferente do direito. Essas “transformações substantivas”, por sua vez, continua Silva (2013, p. 214), “alcançam sua institucionalização jurídico-estatal por meio de lutas sociais conduzidas democraticamente”. Dinâmicas inovadoras de interação familiar como que constroem, em poucas palavras, a revisão da legislação, “que por sua vez informa e incide sobre novas cenas” amorosas (Biroli, 2018, p. 119), concorrendo mesmo, e sempre de novo, para novos rearranjos familiares.

Em outras palavras, a expectativa das esposas de que seus maridos respeitem sua autonomia sexual apoia-se, antes, na gramática própria às famílias, ela mesma aberta a lutas por reconhecimento sempre de novo renovadas e ao aperfeiçoamento normativo, como testemunham muitas das mudanças fundamentais no campo das famílias, muitas delas, certamente, sem precedentes ou mesmo inimagináveis há pouquíssimas décadas. As reviravoltas mais recentes nos cuidados e na socialização das crianças, segundo Honneth (2014a; 2014b, 2017), não fogem a esse esquema: elas não só aparecem entre as principais transformações da esfera das famílias, como são primeiramente creditadas a mudanças culturais nos comportamentos dos pais.

O direito, nesses casos todos, desempenha, certamente, um papel importante, ainda que, de todo modo, num “estágio um tanto avançado” (Honneth, 2017, p. 130). São as transformações culturais, elas mesmas, “fontes autônomas de valores e expectativas de comportamento” (Silva, 2013, p. 231), que acionam a agenda política e os processos decisórios e reorientam a legislação específica. Essa movimentação público-política, por sua vez, alcança a cultura de fundo, remodelando-a ou reconstruindo a própria autocompreensão normativa dos membros da família moderna.

O direito aparece, assim, em *O direito da liberdade*, como uma entre tantas outras esferas sociais, um complexo “onipresente em nossas sociedades, disponível a qualquer momento como um recurso prático e um meio compartilhado para rejeitar demandas não razoáveis, justificar reformas sociais ou dar força às mudanças sociais recém-alcançadas”, o que não faz das demais esferas de ação intersubjetivamente

constituídas, com exceção do campo da moralidade, domínios sociais como que extrajurídicos, muito pelo contrário (Honneth, 2017, p. 128). Complexos relacionais como o das famílias, como já aludido, tanto devem a sua existência institucional ao sistema jurídico como se defrontam corriqueiramente com questões muito controversas sobre as formas e os limites da regulamentação jurídica.

Ainda assim, e este é mesmo um ponto elementar de *O direito da liberdade*, categorias jurídicas são, por si sós, insuficientes para dar conta, por exemplo, do “nós’ das relações familiares”. Elas pouco ou nada dizem sobre a trama familiar ou sobre os vínculos emocionais de atenção e cuidado que lhes são próprios. Pouco ou nada dizem sobre os seus processos característicos, as suas formas de socialização e de interação, revelando-se, neste aspecto em particular, como que categorias mudas, sobretudo num contexto em que proliferam famílias “tão fluidas”; “[a]s relações de reconhecimento que se estabelecem entre os sujeitos são geralmente regidas pelos valores que, de acordo com concepções compartilhadas”, escreve Honneth (2017, p. 128), “fornecem a essas esferas seu ponto e propósito”.

Se “[o]s limites do direito (e, portanto, de qualquer análise social baseada nele) consistem no fato de que o direito não pode (nem procura) determinar que tipos de relações os membros de uma sociedade devem manter nas diversas esferas de atividade” (Honneth, 2017, p. 128), o direito não pode mesmo ser alçado ao “*status* de guia ou ponto focal de teorização” (2017, p. 127); ou de “chave para uma análise social empírica” (2017, p. 128). Uma postura metodológica como a de Honneth não fecha os olhos para os “benefícios e conquistas positivas do direito”, que são muitos e de muitos tipos, tampouco subestima “seu importante papel como motor dos avanços sociais”. Mas certamente chama a atenção para um elemento incontornável: “o direito nada nos diz sobre o conteúdo das normas que estão realmente sendo seguidas nas várias esferas sociais” (2017, p. 128).

Em outras palavras, aspectos distintivos das famílias – ou de qualquer outro campo da vida social – só ganham contornos mais bem definidos se observados de uma perspectiva que não a jurídica ou, pelo menos, de uma perspectiva que não puramente jurídica, ou se deslocados daquele lugar periférico que lhes fora reservado pelo pensamento político ocidental, como tantas vezes criticado, aliás, por teóricas e ativistas feministas (Okin, 2004; Marques, 2022). Do contrário, permanecerão como que submersos ou mais ou menos encobertos pela preocupação desmedida com arranjos jurídicos.

Afinal, “conceber”, por exemplo, “a gênese da família unicamente a partir da legalidade” significa, para Honneth, “perder a conexão íntima e afetuosa distintiva da comunidade familiar” (Spinelli, 2019, p. 439). Ou privar-se da “concepção da família como uma unidade movida por laços essencialmente definidos nos termos

de afeição e afeto”. Ou mesmo esquecer “a dimensão do reconhecimento ancorado no amor e no cuidado” (2009, p. 435). Significa, pois, descaracterizar a entidade familiar como um âmbito todo próprio da vida social, como se categorias puramente jurídicas pudessem escamotear o que está em jogo, ali, em primeiro lugar: o “cuidado e [a] afetividade resumidos sob a rubrica do amor” (2019, p. 431).

A mudança nos padrões ou nas instituições de reconhecimento pode assumir, assim, segundo Honneth, conforme sugerimos até aqui, pelo menos duas formas: a primeira, “e provavelmente a mais interessante” (Marcelo, 2013, p. 211), tem que ver com o excedente de validade do princípio específico de cada esfera de reconhecimento, que abre aos implicados “a oportunidade de levantar outras demandas com referência ao mesmo princípio de reconhecimento”. É o caso daqueles que são diretamente afetados pelas normas de um sistema de ação e que mobilizam essas mesmas normas “contra as condições sociais prevalecentes” (Honneth, 2015, p. 207). Os parceiros afetivos podem, por exemplo, sempre de novo se engajar, como de fato têm se engajado, em “lutas sobre como entender as implicações do que significa amar alguém” (Marcelo, 2013, p. 211).

O segundo tipo de transformação nos padrões ou nos complexos de reconhecimento, por sua vez, tem que ver com a interação, combinação ou articulação de princípios de diferentes domínios, que, em geral, suscita tensões ou desafios específicos. Em casos desse tipo, como Honneth (2006, p. 147) já chamava a atenção na interlocução com Fraser, organizam-se ou definem-se “novos limites entre as esferas individuais de reconhecimento” e, com eles, incrementam-se sensivelmente as condições sociais da liberdade. Essa modalidade de “progresso diferenciado por setores” pode ser observada, como também já apontamos, nos “processos de legalização – expansão do princípio de igualdade jurídica de tratamento”, já que carregam consigo um “potencial intrínseco de intervir em sentido corretivo em outras esferas de reconhecimento”.

A criminalização da violência doméstica é exemplificativa da atuação do princípio próprio da esfera do direito em esfera estranha ou alheia, a esfera das famílias, que, neste caso, falha em assegurar as condições da liberdade para todos os seus membros. Formulado ainda de outra maneira, “superar fronteiras não significa abrir mão do território já conquistado” (Silva, 2013, p. 228). Se os processos de democratização interna da vida familiar, por um lado, envolvem a liberdade jurídica, que aparece, antes, como que um de seus elementos constitutivos, por outro, transbordam ou mesmo transcendem categorias estritamente jurídicas.

Famílias constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: um caso típico de “luta pelo amor” e de “amor pela luta”²

A tendência abrangente de especialização e democratização do “nós” das relações familiares de que fala Honneth, ali onde confluem gramáticas de ordens distintas – como a afetiva e a jurídica –, sem que elas se confundam ou se excluam mutuamente, parece ser fomentada, também, pela luta pelo reconhecimento dos vínculos familiares protagonizados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, uma das demandas do movimento de afirmação dos direitos das minorias sexuais no Brasil no início do século XXI (Facchini, 2003; Uziel *et al.*, 2006b).

Num ambiente social onde processos de individualização aliviam a pressão da tradição, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, de diferentes inserções socioeconômicas, assumem crescente e publicamente a linguagem própria das relações familiares contra um estado de coisas ou um horizonte estreito de interpretação, a ponto mesmo de esgarçar os limites mais convencionais de representações, práticas e instituições até muito recentemente abertas ou acessíveis apenas a parceiros heterossexuais (Mello, 2003, 2005, 2006; Passos, 2005; Zambrano, 2006; Uziel *et al.*, 2006a; Uziel, 2009; Biroli, 2018); um caso típico de “luta pelo amor” e de “amor pela luta” (Hernández *et al.*, 2012), ela mesma não reduzida ou não redutível a categorias puramente jurídicas.

E não falamos, aqui, de qualquer “luta pelo amor” ou de qualquer “amor pela luta” (Hernández *et al.*, 2012), já que as famílias constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, elas mesmas, “famílias há pouco concebidas como marginais ou mesmo inconcebíveis” (Negreiros e Féres-Carneiro, 2004, p. 44), fraturam aquilo “que parecia ser o único e último consenso acerca das ideias de família, casamento e amor”, o “heterocentrismo compulsório” (Mello, 2003, p. 93) ou o “imperativo da diferença sexual” (Mello, 2006, p. 505). Elas põem fatalmente em discussão nossas ideias mais arraigadas sobre um sem-número de questões, já que “sacodem”, escreve Fonseca (2008, p. 769), “as bases de nossas crenças do que é ‘natural’”, como dão conta, aliás, as principais formas de filiação entre minorias sexuais.

Pensemos, por ora, nas famílias recompostas, cujos filhos são fruto de relação heterossexual anterior, ou na adoção legal ou informal, ou, ainda, nas novas tecnologias reprodutivas e, em especial, na inseminação artificial ou fertilização medicamente

2. O título do presente tópico toma de empréstimo expressões formuladas por Hernández *et al.*, 2012. Importante ressaltar que, para o Honneth de *O direito da liberdade*, falar de amor, em sentido amplo, significa falar de três tipos de relações interpessoais, as de amizade, intimidade sexual e famílias, que adquirem autonomia relativa no curso da modernidade. Nossas considerações limitam-se, como já anunciado, ao campo das famílias.

assistida, opção comum entre mulheres lésbicas, e na “barriga de aluguel”, opção comum entre homens gays (Zambrano, 2006, p. 132). O aspecto social das famílias, nesses casos todos, mas não só nesses casos, como que se sobrepõe ou mesmo escamoteia outro aspecto, o biológico, por muito tempo o seu fundamento primeiro, a ponto de desafiar, mais uma vez, preconceitos, estereótipos ou crenças incrustadas nos mais diferentes campos do saber, como a Psicologia, a Antropologia e o Direito.

Mudanças desse tipo, como outras tantas reviravoltas nas representações e práticas familiares nas últimas décadas, e comumente sob a pressão de argumentos locais, não se dão sem uma correlata transformação nas identidades mesmas dos implicados ou nas representações sociais da masculinidade e da feminilidade, da paternidade e da maternidade (Marques e Cattoni de Oliveira, 2017). Ali onde opera um “turbilhão de redefinições e novas definições”, como é o caso mesmo do campo das famílias, mudam as “identidades de gênero” e mudam as “obrigações de papel” (Honneth, 2014b, p. 177). A reivindicação não apenas do “direito à cidadania, em nível individual, mas, também, [d]o direito à constituição de grupos familiares”, ou seja, a luta pela inclusão no “rol dos sujeitos sociais portadores de demandas que, no mundo ocidental, convencionalmente realizam-se por meio da constituição do casal conjugal e da socialização de crianças”, sejam elas “filhos biológicos ou adotivos”, toma também como seu alvo preferencial muitas daquelas representações sociais que definem os homossexuais, especialmente os homens gays, como moralmente incompetentes, quando não violadores em potencial dos papéis familiares, sobretudo os de socialização de crianças, como se a capacidade parental tivesse que ver com a vida sexual dos sujeitos (Mello, 2005, p. 200-201; também Zambrano, 2006; Fonseca, 2008).

Famílias constituídas por homossexuais suscitam um intenso debate público na sociedade brasileira pelo menos desde os anos 1990, quando uma série de variáveis passam a concorrer para a visibilização crescente dos vínculos afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Juntas, elas deflagram discussões públicas de “proporção antes inimaginável” (Uziel *et al.*, 2006a, p. 482). Pensemos, por exemplo, na epidemia da Aids, que põe em evidência as relações afetivo-sexuais entre parceiros do mesmo sexo e o desamparo legal que pesava sobre esses sujeitos em suas relações amorosas (Uziel, 2009; Uziel *et al.*, 2006b). Lembremos, ainda, o Projeto de Lei n. 1.151/95, de autoria da então deputada Marta Suplicy, que propõe disciplinar a união civil entre pessoas do mesmo sexo, em resposta, aliás, à demanda de grupos homossexuais organizados (Mello, 2003; 2005; 2006), cujo movimento refloresce naquela década (Facchini, 2003; Uziel *et al.*, 2006b). Consideremos, também, a proliferação de decisões do Poder Judiciário sobre as uniões entre homossexuais, primeiramente reconhecidas, quando muito, como sociedades de fato, como se falássemos de qualquer coisa dis-

tinta da família (Martins, 2015). Tudo isso suscita, já naquela altura, uma cobertura mais do que expressiva dos meios de comunicação de massa.

Pensemos, ainda, na mudança de objeto de muitos dos estudos sobre homossexualidade, que se movem do “aspecto orgiástico e transgressor da experiência homoerótica” para “a compreensão dos significados das relações amorosas e familiares” para minorias sexuais, com especial destaque para “os vínculos entre gays/lésbicas e seus filhos, biológicos ou adotivos” (Mello, 2006, p. 501; também Uziel *et al.*, 2006a; Zambrano, 2006; Medeiros, 2006; Uziel, 2009). Esses estudos, por sua vez, acabam sendo mais tarde também incorporados à “bibliografia de referência sobre família e parentesco nas ciências sociais” (Mello, 2006, p. 503). Tomam conta do espaço público, desde então, “discursos, representações e práticas sociais” que têm antes que ver com “formas não heterossexuais de organização dos laços conjugais” e com “vínculos parentais protagonizados por gays, lésbicas e transgêneros” (Uziel *et al.*, 2006a; Uziel *et al.*, 2006b). Debatem-se, ali, no fundo, e mais uma vez, e não sem resistências conservadoras ou religiosas, o significado e a função mesma do amor, do casamento, do parentesco, da família, da parentalidade, do gênero, da sexualidade e da reprodução. E tudo isso não sem mobilizar, também, aqui e ali, a linguagem dos direitos.

É num cenário de visibilidade inédita alcançada por essas famílias, de forte atuação do movimento LGBTQI, de proliferação dos estudos sobre homoparentalidade, especialmente entre gays e lésbicas, de inércia e vazio legislativo e de desenvolvimento de jurisprudência sobre uniões entre parceiros do mesmo sexo que a união homoafetiva chega ao Supremo Tribunal Federal (STF). Foi em 2011, em julgamento conjunto da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 132 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) n. 4.277, que o Tribunal reconheceu, por unanimidade, a dimensão familiar das uniões entre parceiros do mesmo sexo. Em interpretação do artigo 1.723 do Código Civil em conformidade com a Constituição Federal, a Corte excluiu daquele dispositivo “qualquer significado que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família”. Com isso, essa modalidade de relação familiar passa a se sujeitar às mesmas regras e consequências próprias da união estável heteroafetiva (Brasil, 2011, p. 315).

E se os ministros do STF mobilizam, em seus votos, um conjunto de princípios constitucionais, como os da dignidade da pessoa humana, da igualdade, da não discriminação, da liberdade, do pluralismo e da segurança jurídica, também reconhecem, ali, naquela decisão histórica, dotada de eficácia contra todos e efeito vinculante, uma gramática familiar toda própria, sujeita, ela mesma, à mutabilidade histórica e cuja tônica repousa, antes, nos vínculos de afeto e de solidariedade, pouco importando

o tipo de conformação familiar, quer seja matrimonializada ou não, quer seja hetero ou homoafetiva, quer seja a parentalidade biológica, adotiva ou socioafetiva.

Dois anos mais tarde, na mesma direção, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou, por ampla maioria, a Resolução n. 175/2013, que proíbe que as autoridades competentes se recusem a habilitar, celebrar casamento civil ou a converter união estável em casamento entre pessoas do mesmo sexo (Bahia e Vecchiatti, 2013; Chaves, 2014; Sousa e Martins, 2015; Biroli; 2018). Cresce continuamente, desde então, o número de casamentos entre parceiros do mesmo sexo; foram 3.701 matrimônios, em 2013, quando a coleta das estatísticas do Registro Civil pelo IBGE (2017) passa a incluir esses casamentos, e 5.887 matrimônios, em 2017; um aumento de 59,1%, muito superior ao crescimento registrado no número de casamentos entre pessoas de sexos diferentes no mesmo período, que foi de 1,7%.

A posição do STF nesse caso, mas não só nesse caso, evoca e desdobra processos de democratização, diferenciação e mutualização das relações pessoais, eles mesmos, de longa duração, não lineares e sujeitos a entraves ou retrocessos (Honneth, 2014a; 2014b; Zurn, 2015; McNay, 2015). Senão vejamos: com a *democratização das relações primárias*, amplia-se gradualmente o número daqueles/as que passam a poder experimentar as formas especiais de liberdade disponíveis na amizade, na intimidade sexual, no amor conjugal e nas famílias. Fruto, certamente, de muitas pressões “para reduzir desigualdades e exclusões injustificáveis” no seio desse sistema de ação relacional (Zurn, 2015, p. 174), caso mesmo das lutas das minorias sexuais de que tratamos nestas páginas. Já com a *diferenciação ou a especialização dos vínculos pessoais*, diluem-se pouco a pouco as determinações externas, e institucionalizam-se lógicas morais particulares. As relações conjugais, de procriação e cuidado passam a se desvincular das relações sexuais, a ponto mesmo de constituir sistemas de regras e práticas distintos, relativamente autônomos. Se aquelas passam a se caracterizar, segundo a leitura honnethiana, pela constituição de uma comunidade única de cuidado recíproco ao longo do tempo, pouco importando a sua configuração específica, estas, por sua vez, passam a se definir, em primeiro lugar, pela exploração e articulação intersubjetiva de necessidades físicas. E com a *mutualização das relações pessoais*, por fim, passa a falar cada vez mais alto o consentimento livre dos sujeitos em detrimento dos diferenciais de poder e *status* (2015, pp. 174-175).

Há, assim, todo um “ambiente sociocultural”, cujos processos transformadores “respalda[m], ou pelo menos não rechaça[m] a nova orientação” do tribunal. Formulado de outra maneira, se o “STF teve condições” de agir como agiu é “porque o reconhecimento da união homoafetiva não mais se choca com as concepções morais hegemônicas entre as elites intelectuais e urbanas brasileiras da segunda década do século XXI” (Souza Neto; Sarmiento, 2017, p. 348). Como que se alinham, pois,

numa dinâmica tanto (in)tenso como produtiva, novas representações e práticas socioculturais, próprias do campo familiar, e rearranjos jurídicos de amplo alcance.

Retomando os pontos trabalhados até aqui, podemos dizer que as lutas das minorias sexuais no campo das famílias (e fora delas) tanto retomam como desdobram, com suas contribuições específicas, processos transformadores mais amplos da vida intrafamiliar, eles mesmos, de longa duração, e que apontam, não sem tensões e contradições internas, e ainda que sujeitos a movimentos regressivos, para a plasticidade e a diversidade dos vínculos familiares, cujo “substrato comum” remete cada vez menos à “preocupação com a reprodução biológica da espécie” do que com “a criação de condições que assegurem o bem-estar físico e emocional dos seres humanos em interação” (Mello, 2003, pp. 103-104). Isso ajuda a explicar, aliás, por que a afetividade aparece, hoje, como “um princípio jurídico reestruturante da tutela legal do Direito das Famílias” (Chaves, 2014, p. 150).

Em outras palavras, a luta pela implosão do imperativo da diferença sexual – “paradigma do qual se origina a família” (Passos, 2005, p. 31) ou “princípio fundamental na constituição do grupo familiar” (2005, p. 32) – tanto pressupõe como favorece as tendências liberalizantes que marcam a trajetória sócio-histórica de campos como o das famílias, sobretudo nas últimas décadas, e que dificilmente podem ser subestimadas, mesmo quando confrontadas ou cercadas por obstáculos, ameaças ou retrocessos de todo tipo; é o caso do Projeto de Lei n. 6.583, de 2013, que cria o Estatuto da Família e dele exclui as configurações homoafetivas, como se os arranjos heteroafetivos ainda monopolizassem concepções e práticas familiares.

Muito embora as modalidades familiares de que ora falamos possam suscitar questões específicas, elas dizem muito sobre o que está em jogo nas representações e na trama familiar contemporânea, qualquer que seja o seu arranjo concreto. Falamos, em muitos casos, de mudanças sem precedentes em sua escala ou extensão, quer dirijamos o olhar para os processos ou eventos em si mesmos, quer dirijamos o olhar para as motivações pessoais subjacentes. Essas mudanças difundem-se por famílias de diferentes inserções socioeconômicas, embora em ritmos muitas vezes variados. Emergem de todos os cantos, ora das camadas baixas, ora das camadas médias e altas, e espalham-se por toda parte, na direção contrária de diagnósticos e hipóteses que se apoiam sobre certos pressupostos, “como os de que a mudança social se processa sempre de cima para baixo, ou de que é típica ou vai [...] [confluir] em direção aos comportamentos de determinada classe” (Itaboraí, 2017, p. 29; Duarte, 2009, pp. 18-19).

Pensem, por exemplo, na criação e recriação cada vez mais livre e universal de experiências afetivas (Passos, 2005, p. 33). Ou na substituição da “hegemonia dos papéis e dos lugares fixos” pela “maior flexibilidade na constituição de posições e

funções dos membros do grupo” familiar (2005, p. 36). Formulado ainda de outra maneira, famílias constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, “que não [...] [são] muito diferente[s] de qualquer outra forma familiar”, “ajuda[m] a revelar as atuais formas familiares como ‘coproduções’ que envolvem – além de valores culturais – [afeto,] lei, tecnologia e dinheiro” (Fonseca, 2008, p. 781).

O cenário, enfim, é de mudanças generalizadas, aceleradas e profundas: florescem novas práticas e representações; são reorientadas expectativas mais ou menos enraizadas; “os filhos formam famílias de tipos distintos daquelas em que nasceram”; “as famílias na mesma geração diferem segundo a etapa do ciclo de vida em que se encontram” (Arriagada, 1998, p. 86); as famílias passam se orientar cada vez mais pela exigência de garantia da autonomia de seus próprios membros (Jacquet e Costa, 2009, p. 297); e “o estreito vínculo motivacional, eticamente apoiado, entre inclinação sexual e casamento, casamento e vida conjunta, vida conjunta e criação das crianças se [decompõe] em seus componentes individuais”, a ponto mesmo de falarmos, hoje, de uma “diversificação ‘pós-moderna’ das formas familiares” (Honneth, 2014a, p. 169). E parte dessas reviravoltas devem ser creditadas às lutas por reconhecimento travadas pelas minorias sexuais dentro e fora de casa.

Considerações finais

Dizer, com Honneth (2017, p. 130), que o direito deixa em aberto o que tem efetivamente orientado os sujeitos no interior de um conjunto multifacetado de esferas sociais, incluindo domínios como o das famílias, não significa, contudo, conforme procuramos mostrar nestas páginas, subestimar ou negligenciar as conquistas alcançadas pelo médium do direito ou o seu papel especial como motor ou alavanca de muitos dos avanços sociais de nossa época. Significa apenas reconhecer que as categorias puramente jurídicas emudecem, por exemplo, sobre o reconhecimento intersubjetivo afetivamente mediado ou sobre muitos daqueles processos transformadores na modernidade que lhes são correlatos, pois que operam “abaixo do nível das disposições legais fixas” ou “bem abaixo do limiar da intervenção legal”.

Formulado ainda de outra maneira, podemos dizer, com Honneth (2017, p. 130), que muito embora as normas jurídicas reflitam e concorram para avanços sociais de todo tipo, investindo-os de certa estabilidade ou permanência, muitos dos avanços sociais modernos mais centrais têm que ver, em primeiro lugar, com práticas sociais e atitudes culturais que guardam pouca ou nenhuma relação com o sistema jurídico. É o caso de muitas das reviravoltas que agitaram ou ainda agitam esferas como a das famílias. Muitos desses processos transformadores permanecem, assim, mais ou menos ininteligíveis se não levamos a sério as particularidades normativas desses

domínios todos próprios da vida social; ou se perdemos de vista as famílias como campo mais ou menos independente da normatividade social; ou se interpretamos a democratização interna da vida familiar como se tivesse que ver apenas e tão somente com o que se passa em esferas sociais vizinhas, mais especialmente o direito (Silva, 2013; Honneth, 2017; Spinelli, 2019).

A luta das minorias sexuais no campo das famílias – cujos fragmentos procuramos recompor nestas páginas – mostra que transformações nas representações e nas práticas familiares mais cotidianas provocam reviravoltas também no campo jurídico, num cenário de debates públicos e processos decisórios geralmente acirrados sobre demandas e valores socialmente mutáveis (Silva, 2013, p. 230). Um novo tipo de moralidade familiar, em poucas palavras, suscita um novo tipo de regulamentação jurídica, sobretudo ali onde as representações correntes das famílias perdem “a solidez do ‘natural’” (Fonseca, 2008, p. 772). Novas regulamentações jurídicas, por sua vez, podem também contribuir, em última instância, para a própria consolidação de novas gramáticas familiares, que aparecem como ponto de partida e ponto de chegada de um emaranhado de lutas políticas sempre de novo renovadas num ambiente social cujas disputas semânticas jamais dão trégua.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Ulisses Campos de & CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon. (2009), “A família como primeira opção: abordagens teóricas e interdisciplinares sobre pobreza e políticas públicas”. In: CASTRO, Mary Garcia & MENEZES, José Euclimar Xavier de. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas*. São Paulo, Paulinas, pp. 149-174.
- ARRIAGADA, Irma. (1998), “Famílias latinoamericanas: convergencias y divergencias de modelos y políticas”. *Revista de la Cepal*, (65): 85-102, ago.
- BAHIA, Alexandre Gustavo Melo Franco & VECCHIATTI, Paulo Roberto Iotti. (2013), “ADI n. 4.277 – Constitucionalidade e relevância da decisão sobre união homoafetiva: o STF como instituição contramajoritária no reconhecimento de uma concepção plural de família”. *Revista Direito GV*, 9 (1): 65-92, jun.
- BIROLI, Flávia. (2018), *Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil*. São Paulo, Boitempo.
- BRASIL. Supremo Tribunal Federal. (2011), Julgamento em conjunto da ADI 4227/DF e da ADPF 132/RJ – Rel. Min. Ayres Britto, DJe 14.10.2011.
- CHAVES, Marianna. (2014), “Famílias mosaico, socioafetividade e multiparentalidade: breve ensaio sobre as relações parentais na pós-modernidade”. In: PEREIRA, Rodrigo da Cunha &

- DIAS, Maria Berenice (coords.). *Família: pluralidade e felicidade*. Belo Horizonte, IBDFAM, pp. 143-158.
- DUARTE, Luiz Fernando Dias. (2009), “Família, moralidade e religião: tensões contrastivas contemporâneas em busca de um modelo”. In: VELHO, Gilberto & DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Gerações, família, sexualidade*. Rio de Janeiro, 7Letras, pp. 17-45.
- FACCHINI, Regina. (2003), “Movimento homossexual no Brasil: recompondo um histórico”. *Cadernos AEL*, 10 (18/19): 81-125.
- FONSECA, Cláudia. (2008), “Homoparentalidade: novas luzes sobre o parentesco”. *Estudos Feministas*, 16 (3): 769-783, dez.
- HERNÁNDEZ, Jimena de Garay *et al.* (2012), “A luta pelo amor e o amor pela luta: notas sobre a cerimônia coletiva de uniões homoafetivas no Rio de Janeiro”. *Sociedade e Cultura*, 15 (2): 369-377, fev.
- HONNETH, Axel. (2014a), “Barbarizações do conflito social: Lutas por reconhecimento ao início do século 21”. *Civitas*, 14 (1): 54-176, abr.
- HONNETH, Axel. (2017). “Beyond the law: a response to William Scheuerman”. *Constellations*, 24 (1): 126-132, march.
- HONNETH, Axel. (2014b), *El derecho de la libertad*. Esbozo de uma eticidade democrática. Buenos Aires, Katz Editores.
- HONNETH, Axel. (2006), “Redistribución como reconocimiento: respuesta a Nancy Fraser”. In: FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *¿Redistribución o reconocimiento? Un debate político-filosófico*. Madri, Ediciones Morata e Fundación Paidéia Galiza, pp. 89-148.
- HONNETH, Axel. (2015), “Rejoinder”. *Critical Horizons*, 16 (2): 204-226, may.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2017), *Estatísticas do Registro Civil: 2017*, Rio de Janeiro, (44): 1-8.
- ITABORAÍ, Nathalie Reis. (2017), *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro, Garamond.
- JACQUET, Christine & COSTA, Livia Fialho. (2009), “Conversão feminina ao Protestantismo: desencanto e reencanto conjugal”. In: CASTRO, Mary Garcia & MENEZES, José Euclimar Xavier de. *Família, população, sexo e poder: entre saberes e polêmicas*. São Paulo, Paulinas, pp. 295-311.
- McNAY, Lois. (2015), “Social freedom and progress in the family: reflections on care, gender and inequality”. *Critical Horizons*, 16 (2): 170-186, may.
- MARCELO, Gonçalo. (2013), “Recognition and critical theory today: An interview with Axel Honneth”. *Philosophy and Social Criticism*, 39 (2): 209-221, january.
- MARQUES, Stanley Souza. (2022), “Justiça, gênero e famílias em *O direito da liberdade*, de Axel Honneth: elementos para uma contribuição ao projeto honnethiano”. *Sociologias*, 24 (61): 226-259, jan.
- MARQUES, Stanley Souza & CATTONI DE OLIVEIRA, Marcelo Andrade. (2017), “Direito

- fundamental à licença-paternidade e masculinidades no Estado Democrático de Direito”. *Revista Culturas Jurídicas*, 4 (9): 222-248, dez.
- MARTINS, Sandra Regina Carvalho. (2015), *União homoafetivas: da invisibilidade à entidade família*. São Paulo, 327 p. São Paulo, dissertação de mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.
- MATTOS, Patrícia. (2018), “Desafios do reconhecimento nas relações íntimas: um debate com Axel Honneth”. *Política & Sociedade*, 17 (40): 156-190, dez.
- MELLO, Luiz. (2006), “Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil”. *Estudos Feministas*, 14 (2): 497-508, set.
- MELLO, Luiz. (2005), “Outras famílias: a construção social da conjugalidade homossexual no Brasil”. *Cadernos Pagu*, (24): 197-225, jun.
- MELLO, Luiz. (2003), “Para além do heterocentrismo: a construção da conjugalidade homossexual”. *Estudos de Sociologia*, 1(9): 91-116.
- NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro & FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. (2004), “Masculino e feminino na família contemporânea”. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 4 (1): 34-47, jun.
- OKIN, Susan Moller. (2004), “The public/private dichotomy”. In: FARRELLY, Colin (org.). *Contemporary political theory*. Londres, Sage, pp. 184-194.
- PASSOS, Maria Consuelo. (2005), “Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família”. *Psicologia Clínica*, 17 (2): 31-40.
- SILVA, Felipe Gonçalves. (2013), “Um ponto cego no pensamento político? Teoria crítica e a democratização da intimidade”. In: MELO, Rúrio (org.). *A teoria crítica de Axel Honneth. Reconhecimento, liberdade e justiça*. São Paulo, Saraiva, pp. 201-233.
- SOUZA NETO, Cláudio Pereira de & SARMENTO, Daniel. (2017), *Direito constitucional: Teoria, história e métodos de trabalho*. Belo Horizonte, Fórum.
- SPINELLI, Letícia Machado. (2019), “Honneth: a família entre a justiça e o afeto”. *Civitas*, 19 (2): 423-440, maio/ago.
- UZIEL, Anna Paula. (2009), “Homossexualidades e formação familiar no Brasil contemporâneo”. *Revista Latinoamericana de Estudios de Familia*, 1: 104-115, jan./dez.
- UZIEL, Anna Paula et al. (2006a), “Conjugalidades e parentalidades de gays, lésbicas e transgêneros no Brasil”. *Estudos Feministas*, 14 (2): 481-487, set.
- UZIEL, Anna Paula et al. (2006b), “Parentalidade e conjugalidade: aparições no movimento homossexual”. *Horizontes Antropológicos*, (26): 203-227, dez.
- ZAMBRANO, Elizabeth. (2006), “Parentalidades ‘impensáveis’: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais”. *Horizontes antropológicos*, (26): 123-147, 2006, jul./dez.
- ZURN, Christopher. (2015), *Axel Honneth: A critical theory of the social*. Cambridge, Polity Press.

Resumo

Entre famílias e direito em Axel Honneth: o caso paradigmático das famílias formadas por lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e transexuais

O artigo procura explorar algumas das relações que atravessam dois dos campos da vida social investigados por Axel Honneth em *O direito da liberdade*: as famílias e o direito. Para tanto, lança mão da reconstrução normativa, que permite esboçar o desenvolvimento geral de esferas funcionalmente diferenciadas e observar as relações que intercorrem entre umas e outras a ponto de impactar a realização interna de suas promessas normativas. As famílias constituídas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais aparecem, aqui, como indicadores tanto da especialização como da democratização das relações familiares. Aparecem, também, como caso paradigmático das relações que intercorrem entre famílias e direito.

Palavras-chave: Axel Honneth; O Direito da Liberdade; Direito; Famílias; Minorias Sexuais.

Abstract

Between families and law in Axel Honneth: the paradigmatic case of families formed by lesbians, gays, bisexuals, transgender people, and transsexuals

This article aims to explore some of the relationships that cross two fields of social life that Axel Honneth discusses in *Freedom's Right* – families and law. To this end, makes use of a normative reconstruction, which allows to trace the general development of functionally differentiated spheres and to observe the relationships between these spheres which impact the internal realization of its normative promises. The families headed by lesbians, gays, bisexuals, transvestites and transsexuals appear here as indicators of family relationships specialization and democratization. They also appear as a paradigmatic case of the relationships between families and law.

Keywords: Axel Honneth; Freedom's Right; Law; Families; Sexual Minority.

Texto recebido em 17/01/2023 e aprovado em 03/06/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.206976.

STANLEY SOUZA MARQUES é doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: marques.stanley@gmail.com.

MARCELO ANDRADE CATTONI DE OLIVEIRA é professor titular de Direito Constitucional da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). E-mail: mcattoni@gmail.com.

Alessandra Simões Paiva, *A virada decolonial na arte brasileira*. Bauru, SP, Mireveja, 2022. 240 pp.

Luiz Armando Bagolin
Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade
de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6513-2846>
Magali dos Reis
Pontifícia Universidade Católica de Minas
Gerais, Belo Horizonte, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-6741-1638>

O texto *A virada decolonial na arte brasileira* (Mireveja Editora, 2022), de Alessandra Simões Paiva, recém-publicado, é uma excelente oportunidade apresentada ao público brasileiro para se pensar pela primeira vez (que eu saiba), de um modo sistematizado e crítico, sobre a questão da possibilidade de

decolonização do pensamento sobre as artes produzidas em nosso país. O tema é novo e a autora reconhece que o uso do termo *virada* como sinônimo de uma revolução em curso no “sistema de arte, principalmente em seus espaços de poder e decisão” talvez seja muito otimista, uma vez que ainda são muito restritas as oportunidades em nível social, ideológico e econômico concedidas às minorias sociais interessadas, mulheres, indígenas, negros, LGBTQIA+ e outros.

Paiva reúne artigos e resenhas publicados nos últimos três anos, que, de uma forma abrangente, representam uma etapa importante na sua reflexão sociológica sobre a cultura brasileira. Segundo a autora:

No final dos anos 1990, quando comecei a comentar na imprensa as artes visuais, o Brasil vivia um momento econômico favorável para grandes exposições internacionais. O país abriu as portas para Picasso, Dalí, Rodin e outros tantos. Isso me colocou em contato direto com o modernismo e as leituras formalistas, mas o panorama mundial era de questionamento sobre o destino da arte: para onde vai, se tudo já foi feito? Qual é o poder de transformação social da arte? (pp. 16-17).

Naturalmente sua reflexão é o ponto de partida para se fazerem muitas perguntas, para se levantarem questões e dúvidas a respeito do debate decolonial, mais do que para afirmar assertivamente teses ou certezas, como aliás nos adverte a autora. Chama a atenção, no entanto, que ela se coloque no interior do processo que busca interpretar criticamente, explicitando a ausência do desejo de distanciamento de seu objeto de análise, critério visto como um alibi artificial montado pela estratégia epistemológica tradicional. Nesse sentido, a autora propõe: “Tenho consciência de que nunca

poderei acessar realmente o lugar daqueles que mais sofrem com as consequências das mazelas colonialistas, especialmente as perversões cotidianas advindas do racismo estrutural que penetra todos os recônditos de nossa sociedade” (Paiva, 2022, p. 19). Há, como de costume nos dias atuais, um posicionamento de refutação da história da arte ocidental, disciplina construída em meados do século XIX com vistas à valorização da arte produzida pelas potências colonizadoras europeias. A história da arte é tratada pela autora – a partir de leituras aligeiradas de autores como Winckelmann, Burckardt e outros – como uma *scientia princeps* totalitária, responsável pela construção e disseminação de um modo de interpretar a produção artística a partir de um processo evolutivo, positivista e universalista ao lado de uma outra disciplina, igualmente contaminada e reprodutora de preconceitos: a Estética.

Para Alessandra Paiva, seguindo opiniões e hipóteses de outros autores comprometidos com o debate decolonial, a principal missão da estética foi referendar o entendimento do que seria o belo ou a beleza, conforme cânones ocidentais, discriminando obviamente outras formas e modelos considerados exógenos ou inadequados a eles. No entanto, a autora faz uma apresentação muito apressada da evolução dessas disciplinas, desconsiderando as diferenças e descontinuidades dentro delas mesmas, e contraditoriamente assume, ao apresentá-las, a linha de exposição progressiva-positivista, que é um dos alvos mais cobiçados da crítica decolonial. Essa forma linear de apresentação dos eventos históricos, entendida também como forma epistemológica de argumentação histórica (partindo-se de um passado para um presente), estrutura, por exemplo, seu primeiro ensaio – “A virada decolonial na arte brasileira” –, o qual empresta seu título a todo

o livro. A autora lança mão de um conceito – o “panorama geral” – muito apreciado pela mesma história da arte que critica, o que já revela uma contradição e, ao mesmo tempo, uma redundância. Segundo Paiva, exposições muito recentes, como *Vexoá: Nós Sabemos* (Pinacoteca de São Paulo, 2020) e *Moquém_Surari: Arte Indígena Contemporânea* (MAM, São Paulo, 2021), a Bienal de São Paulo (2022), além do caso da demissão das curadoras do Masp Sandra Benites e Clarissa Diniz, ocorrida às vésperas da abertura da exposição *Histórias Brasileiras*, também em 2022, entre outros acontecimentos, são exemplos, enumerados cronologicamente, de casos nos quais o decolonial foi colocado como critério a mobilizar curadorias, produções artísticas, expografias etc. Tais eventos servem ainda como referências, conforme a autora, para aproximar o debate brasileiro sobre o tema dos conceitos trabalhados pelo MCD (Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade), grupo de pesquisa latino-americano criado no final da década de 1990.

Seguindo a justificativa de Catherine Walsh (2009), Paiva nos lembra que a queda do “s” na palavra *decolonialidade* implica uma diferença fundamental em relação “às matrizes teóricas surgidas no contexto da luta pela descolonização no período pós-Guerra Fria e relacionadas aos estudos asiáticos e africanos (de autores como Frantz Fanon, Albert Memmi, Aimé Césaire, Edward Said, Stuart Hall [1997] e Ranajit Guha)” (p. 27). Para o MCD, a colonialidade é um sistema supérstite ao colonialismo histórico, e, independentemente das condições políticas atuais (nas quais muitas nações conseguiram emancipar-se do colonialismo), ainda se comporta como a “matriz das relações assimétricas de poder”, assim referendando o conceito de “colonialidade do poder” de Aníbal Quijano. Paiva afirma ter

sido Walter Mignolo um dos autores do MCD que mais a estimularam a pensar sobre o debate colonial e suas relações com as artes brasileiras atuais. Ela reconhece que deve a esse autor – mais especificamente, a dois artigos seus originalmente publicados em inglês (observação da autora) em 2010 e em 2019, respectivamente – a principal orientação teórica de sua abordagem às questões apresentadas em seu livro. Mignolo afirma, por sua vez, que uma reflexão sobre a prática decolonial para as artes foi pela primeira vez introduzida no MCD por Aldo Albán Achinte em 2000. Para esse autor, “as artes também são práticas de resistência e re-existência”, na medida em que se inserem no contexto “de lutas por transformação social” de grupos minoritários, invisíveis, em geral, nas relações de poder.

De Mignolo, Paiva retém o conceito de *deslinking*, ou seja, desprendimento. Para o autor, “pensar decolonialmente é um constante desprender-se da epistemologia moderno/colonial e um constante fazer gnoseológico/estético”. Ao fazer essas oposições, Mignolo propõe uma revisão da história da estética que ele vê – erroneamente, diga-se de passagem – vinculada exclusivamente à palavra *aesthesis*, ou seja, sensação em si não apenas relacionada tão somente ao imperativo da beleza (segundo nos propõe como interpretação genérica para a disciplina que nasceu no século XVIII), mas biologicamente vinculada a todo tipo de organismo vivo. Lendo Mignolo, Paiva propõe que

[...] é preciso libertar a *aesthesis* da estética, des-cobrir a geopolítica daquilo que se sente, pensa, faz e em que se acredita por meio da *aesthesis* – essa sim, biologicamente universal em um sentido inverso ao que se estabeleceu como categoria universal pelo Iluminismo europeu, geradora de mitos como o da genialidade do artista, da sobressalência das artes

liberais em relação às artes mecânicas, da valorização da autoria individual (pp. 79-80).

No artigo “Reconstitución epistémica/estética: la *aesthesis* decolonial una década después” (2019), Mignolo reitera a oposição *aesthesis*/estética, acrescentando a oposição gnoseologia/epistemologia em termos semelhantes. Para o sociólogo, a palavra *gnoseologia*, que “desapareceu do vocabulário relacionado à teoria do conhecimento”, deveria ser resgatada em tempos atuais para dar conta da teoria do conhecimento e do saber em várias esferas, e não apenas nas instâncias científicas e filosóficas ocidentais.

Assim como é necessário libertar a *aesthesis* da estética, igualmente o é para a gnoseologia na relação gnoseologia/epistemologia. Parece-me que há dois problemas fundamentais em tudo isso: no escritor e em sua leitura. Em lógica, um argumento é apresentado através de enunciados nos quais estão contidas as premissas e a conclusão que é delas decorrente. Não basta que a conclusão seja verdadeira. É necessário que ela tenha uma relação causal com as premissas. Por exemplo, num silogismo lógico categórico (composto por três enunciados, sendo duas premissas e uma conclusão) temos a seguinte relação causal:

Todo animal é mortal;
O homem é um animal;
Logo, o homem é mortal.

Mignolo parte de afirmações conclusivas a partir de inferências ou juízos categóricos sobre o uso histórico de determinadas nomenclaturas para a assunção de que foram utilizadas com critérios político-ideológicos direcionados ou interessados, em geral, pelos grupos sociais que historicamente se valeram

de sua posição dominante para manter-se no poder. A palavra *aesthesis*, no campo estético, tem uma diversidade de aplicações, mas comumente (e por mais contraditório que isso possa parecer) não representa acontecimento algum dotado de materialidade histórica. Por exemplo, quando em sua *Terceira crítica* Kant fala da arte e do gênio, separando as belas artes, ou artes livres, desinteressadas, do artesanato ou arte remunerada, ou interessada, o autor tem o cuidado de afirmar que está tratando da “arte em geral”, não da arte em particular, de alguma época, ou proveniente de algum grupo social específico. Se as teorias estéticas de Kant, de Hegel ou de outros foram aplicadas em algum momento para analisar casos particulares no campo executivo das artes, isso não tem necessariamente a ver com uma ciência denominada Estética, nem com os seus autores. Assim, se se parte da premissa de que, em certo sentido, a estética é uma ciência que usurpou o conceito de *aesthesis* para a afirmação de um cânone universal do que seja bom e belo em arte em todos os tempos, ou mesmo do que seja *obra de arte* de um modo universal, o enunciado ficou corrompido (a premissa era falsa), induzindo a uma conclusão inadequada. E isso se mantém por mais que a projetemos como verdadeira para nós em um determinado contexto – por exemplo, por ocasião do debate sobre colonialidade/decolonialidade.

Certamente, como infere a autora num outro momento, de acordo com a leitura de Bourdieu (2017), pode-se refletir o sistema das artes “por meio da chave teórica do *habitus*”. Contudo, sua aplicação sempre deverá ser acompanhada da admoestação de que se trata de uma hipótese teórica, e só. Isso é basilar, qualquer que seja a epistemologia ou sistema conceitual empregado para se fazer a interpretação de um determinado contexto

histórico, social, político e cultural (Coelho, 2008). O outro problema me parece a leitura que a autora faz especialmente da obra de Mignolo. Paiva apenas comenta e reitera os seus argumentos sem conduzir uma reflexão crítica sobre eles. Ora, se ao debate decolonial importa o *deslinking* (o desprender-se) como propõe o professor da Duke University (EUA), seria interessante estar em constante estado de vigília ou atenção, um desprender-se incessante inclusive das teorias do MCD, de Mignolo e de outras. E por mais interessantes que sejam essas teorias, também elas devem ser debatidas e refletidas à luz das epistemologias que as geraram. A troca de uma nomenclatura por outra não é suficiente, por exemplo, para fazer desaparecer o *locus* de origem do pensamento sobre colonialidade/decolonialidade, que é a sociologia. É dentro dela – e, portanto, de seus limites teóricos – que se dá esse debate. A autora, contudo, deixa-se muitas vezes enredar por uma paixão ao escrever, mais propensa ao ativismo do que à pesquisa teórica. E isso torna o seu texto muitas vezes repetitivo, com as mesmas palavras de ordem invocadas muitas vezes ao longo do livro. Ela se coloca então numa situação ambígua, de possibilidade de debate ao nível epistemológico, e, ao mesmo tempo, de declaração ou decretação de práticas que assumiriam imediatamente na realidade brasileira circunstante a adjetivação decolonial.

O capítulo intitulado “Artistas brancos e decoloniais: Lugar de fala nas obras de Adriana Varejão e Luiz Zerbini” merece especial atenção. O motivo principal da análise desses dois artistas contemporâneos é responder a duas perguntas interligadas: “O que é lugar de fala? Como defender um lugar de fala nas artes, sendo que a imaginação, muitas vezes, depende da capacidade do artista de se colocar no lugar do outro?”. Novamente, Paiva parte

de duas exposições realizadas recentemente em São Paulo: *Adriana Varejão, Suturas, Fissuras, Ruínas* (Pinacoteca de São Paulo, 2022); e *Luiz Zerbini: a Mesma História Nunca é a Mesma* (Masp, 2022). Segundo Paiva:

As exposições confirmam a busca de Varejão e Zerbini pela construção de poéticas que têm como princípio a crítica ao colonialismo por meio da apropriação de recursos estéticos provenientes da iconografia eurocêntrica, como o gênero da pintura histórica e as imagens produzidas por viajantes, para a sua posterior reconfiguração interpretativa.

O problema maior não estaria na utilização e ressignificação desses códigos estéticos com vistas obviamente a contrariá-los. O problema central aqui é o *lugar de fala*. Zerbini não pode ocupar o lugar de um Yanomami ao pintar o *Massacre de Haximu* (2020), por exemplo. No catálogo da mostra, uma líder indígena, que, ao contrário do artista, detém o lugar de fala sobre as causas indígenas, salva o artista de maiores justificativas. Naime Terena diz: “Zerbini não é Yanomami. Não esteve em Haximu e em nenhuma outra terra Yanomami. Seu território é a arte” (p. 143).

De modo semelhante, Varejão produz as suas invectivas contra o colonialismo centrando a sua arte a partir da leitura histórica sobre o *barroco*, entendendo-o como um período histórico existente e não como uma categoria crítica e estética hipotética. Seja como for, a partir dessas leituras ficcionais (em que reforça a naturalização do termo *barroco*), a artista intervém sobre mapas, pinturas e gravuras antigas representando as violências e atrocidades cometidas pela colonização, assim como seus desdobramentos até os dias atuais. De modo alegórico, as ruínas desse processo são comentários expostos como vísceras escarnecidas

com as quais se constroem paredes e muros revestidos dos mais finos azulejos portugueses. Ao escapar pelas fimbrias e bordas, a pintura visceral de Varejão declara que a violência no Novo Mundo continua se perpetuando no mundo capitalista. Paiva recorre a Jota Mombaça (2017; 2021) para defender que, em se tratando especialmente de artistas brancos e de classes sociais privilegiadas, que estão empenhados com a “crítica aos sistemas hegemônicos e o respeito aos povos minorizados por meio da complexa e eficiente transubstanciação da linguagem artística”, a discussão sobre o lugar de fala poderia passar do *quem fala* para o *como se fala*.

A solução pretendida pela autora, no entanto, não é suficiente para dar conta do problema. A escusa estaria na própria interioridade da arte – segundo ela, no plano do desejo mais do que da necessidade ou da capacidade. Paiva a propõe como dúvida, mais do que como certeza:

Poderíamos até chegar a dizer que Varejão e Zerbini transcendem qualquer relação com a ideia de lugar de fala debatido nas ciências sociais. Se toda fala é socialmente situada, a fala artística também seria? Mesmo que a resposta seja sim, Varejão e Zerbini exercem com sua fala poética a revolução libertária da ontologia artística (p. 150).

Ao deslocar o problema para a ontologia, Paiva devolve inadvertidamente as práticas de ambos os artistas ao campo estético, que anteriormente havia posto em descrédito. O decolonial, neste caso, ausenta-se, ou se coloca apenas como uma miragem.

Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. (2017), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.
- COELHO, Teixeira. (2008), *A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001*. São Paulo, Iluminuras/Itaú Cultural.
- HALL, Stuart. (1997), “A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo”. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, 22 (2): 15-46, fev.
- MIGNOLO, Walter. (2010), “Aisthesis decolonial”. *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, Bogotá, 4 (4): 10-25, jan.-jun.
- MIGNOLO, Walter. (2019), “Reconstitución epistémica/estética; la aesthesis decolonial una década después”. *Calle 14: Revista de Investigación en el Campo del Arte*, Bogotá, 14 (25): 14-33, jan.
- MOMBAÇA, Jota. (2017), “Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala”. *Buala*. Disponível em <https://www.buala.org/pt/corpo/notas-estrategicasquanto-aos-usos-politicos-do-conceito-de-lugar-de-fala>., consultado em 13/03/2023.
- MOMBAÇA, Jota. (2021), *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro, Cobogó.
- WALSH, Catherine. (2009), *Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de) coloniales de nuestra época*. Sucre, Bolívia, Universidad Andina Simón Bolívar.

Texto recebido em 17/03/2023 e aprovado em 11/04/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.209451.



Stuart Elden, *The early Foucault*. Cambridge, Polity, 2021. 281 pp.

Por Jade Roque
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6231-5329>

Por Marcos César Alvarez
Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-5984-9082>

Michel Foucault (1926-1984) ofereceu definições distintas para sua tese principal de *doctorat ès lettres*¹: “história da ciência” (Foucault, 2001b, p. 1025), estudo do “confinamento” (Foucault, 2001d, p. 1164), “estudo das condições econômicas, políticas, ideológicas e institucionais que permitiram a segregação dos loucos na idade clássica” (Foucault, 2001e, p. 1091) ou, ainda, “caixa de ferramentas” (Fou-

cault, 2001a, p. 1588). Como fica evidente, tal tese, publicada em livro pela primeira vez em 1961, sob o título *Folie et déraison: histoire de la folie à l'âge classique*, e reeditada posteriormente apenas como *Histoire de la folie à l'âge classique* (1972)², foi, em múltiplas ocasiões, objeto de reflexão retrospectiva para Foucault. Não obstante, quando se trata de reconstruir rigorosamente o pensamento desse autor para além de suas próprias declarações, é imperativo um exame mais sistemático da trajetória que o levou à escrita dessa obra. Tal é a proposta que Stuart Elden³ leva a cabo em *The early Foucault* (2021), terceiro trabalho de uma quadrilogia empenhada em realizar uma história intelectual completa da obra de Foucault⁴. Ao longo de oito capítulos, Elden analisa o que se pode chamar de um “primeiro Foucault”: são revisitadas todas as produções do autor – publicadas ou não – referentes ao intervalo de 1945 a 1961. Em linhas gerais, os primeiros dois capítulos tratam de textos não publicados: o primeiro revisita sua tese para obtenção de um *diplôme d'études supérieures*, quando da formação de Foucault na École Normale Supérieure (ENS) e na Sorbonne, ao passo que o segundo discorre sobre alguns manuscritos produzidos no início de sua carreira docente na Universidade de Lille e na própria ENS. O terceiro capítulo, por sua vez, penetra propriamente na discussão daquelas que viriam a ser as publicações “inaugurais” de Foucault: são analisados três textos produzidos durante a primeira metade da década de 1950, entre eles o primeiro livro de Foucault, *Maladie mentale et personnalité* (1954). Os capítulos seguintes abordam algumas dimensões da produção intelectual de Foucault relativas ainda à década de 1950: o quarto capítulo enfoca o trabalho de Foucault como tradutor de Ludwig Binswanger e Viktor Von Weizsäcker; o quinto

capítulo investiga o encontro e engajamento de Foucault com a obra de Nietzsche e de Heidegger; o sexto capítulo discorre sobre o início do trabalho no manuscrito que viria a se transformar em *Folie et déraison*, ocorrido durante o período da estadia de Foucault em Uppsala e Varsóvia. Por sua vez, o sétimo capítulo, já situado na transição para a década de 1960, discute a tese complementar de *doctorat ès lettres* de Foucault: uma tradução de *Anthropologie du point de vue pragmatique*, de Kant, acompanhada de uma introdução. Finalmente, o oitavo e último capítulo discute a defesa e publicação de *Folie et déraison*, sua reedição como *Histoire de la folie* e a influência que esse trabalho exerceu sobre a reformulação do primeiro livro de Foucault – que sofreu diversas alterações, entre elas a mudança do título para *Maladie mentale et psychologie* (1962).

Naturalmente, o panorama de um período tão extenso favorece a emergência das mais variadas elaborações. Como o próprio autor reconhece, *The early Foucault* “tentou complementar, enriquecer e, às vezes, corrigir considerações anteriores”⁵ (p. 191). De partida, é notável o diálogo com as biografias de Foucault escritas por Didier Eribon (1991; 2011) e David Macey (1993). Ocorrem também correções no que se refere às datas de eventos importantes da trajetória intelectual de Foucault; é o caso, por exemplo, da querela a respeito de seu engajamento com a obra de Nietzsche. Se, durante muito tempo, foi sugerido que Foucault começou a escrever sobre o filósofo apenas nos anos 1960, o exame de material não publicado, localizado nos arquivos da Bibliothèque Nationale de France (BNF), demonstra que, assim como Daniel Defert afirma em sua *Chronologie* (2013), o engajamento ativo de Foucault com Nietzsche começou tão logo o autor começou a lê-lo,

ainda nos anos 1950 (p. 116). Outros pontos, até então incertos, também são elucidados, tais como aqueles envolvendo a data em que foram produzidos alguns manuscritos sobre Psicologia, a introdução a *Le rêve et l'existence* de Binswanger, e *Maladie mentale et personnalité* (p. 97). É importante destacar que questões sobre datas são especialmente relevantes, dada a dificuldade vigente, ainda hoje, de estabelecer uma bibliografia completa e definitiva de Foucault (Lynch, 2004). Tendo em vista todos esses movimentos feitos pelo livro, é evidente o fôlego da obra de Elden. Diante de um exame mais atento ao sentido profundo de sua empreitada, contudo, o que sobressai é o estabelecimento de conexões entre os diversos períodos do pensamento de Foucault e, principalmente, a localização precisa de *Histoire de la folie* em meio a essa rede composta dos distintos momentos, aos quais por vezes nos referimos como fases de uma obra. Com efeito, é possível depreender do livro de Elden a construção de três elos envolvendo os trabalhos de Foucault: o primeiro é composto das conexões que ligam os primeiros escritos de Foucault a temas que aparecem em sua obra posteriormente; o segundo, dos nexos existentes entre *Histoire de la folie* e os trabalhos que a antecedem; e o terceiro, finalmente, das ligações entre a tese de Foucault e as produções subsequentes a ela.

No que diz respeito ao primeiro elo, logo no início do livro emerge uma indicação de que temas considerados mais tardios no pensamento do autor aparecem já durante sua formação na École Normale Supérieure (ENS), notadamente em sua tese para obtenção de um *diplôme d'études supérieures*, que discutiu o papel da *Fenomenologia do espírito* no pensamento hegeliano (p. 16). Num argumento sobre as origens hegelianas do transcendental na filosofia, Foucault enfatiza tanto a centra-

lidade da questão do conhecimento quanto a importância imperativa da história – interesses que indubitavelmente o seguem até o final de sua vida e obra. O início da carreira docente de Foucault, logo após a aprovação na *agrégation*⁶, continua apontando para os múltiplos pontos de origem daqueles que viriam a ser seus principais assuntos de investigação nas décadas seguintes. Ainda que nesse momento os interesses de Foucault estivessem muito ligados à antropologia filosófica e à psicologia, assuntos aparentemente ausentes do radar após a década de 1950, antecipa-se, num manuscrito sobre Binswanger não publicado e sem data exata, a crítica a uma “velha metafísica do amor, recuperada de um Platão convertido, batizado e santificado pelos pais da Igreja”, que seria trabalhada posteriormente nos últimos volumes de *Histoire de la sexualité* (Foucault *apud* Elden, 2021, p. 39). Da mesma maneira, durante o período em que trabalhou num hospital psiquiátrico com Georges e Jacqueline Verdeaux (1951-1955), prenunciam-se as “questões óbvias da doença mental e do encarceramento”, o “papel da perícia psiquiátrica no sistema penal” e as “questões do indivíduo perigoso” (p. 48). Elden também indica o uso da expressão “*a priori* histórico” num artigo sobre psicologia escrito entre 1952 e 1953 (p. 53)⁷ como um prelúdio da noção de *condição de possibilidade* no pensamento foucaultiano (p. 60). É, ainda, discutida a tese complementar de Foucault, a tradução da *Anthropologie* de Kant. Elden aponta a relação entre o interesse de Foucault em antropologia filosófica e o posterior desenvolvimento da subjetividade em seu trabalho: “o que Foucault, seguindo Kant, identifica como a questão da antropologia é na raiz a questão ‘o que é o homem?’ [...] Para o Foucault tardio isso se torna uma preocupação com a subjetividade” (p. 123).

Como se percebe, o livro abunda em exemplos desse tipo de conexão, dos quais destaca-se um em particular, relativo ao primeiro livro publicado por Foucault. Apesar de tradicionalmente isolado do conjunto da obra do autor (p. 112), *Maladie mentale et personnalité* também demonstra carregar consigo algumas nuances importantes que viriam a ser desenvolvidas posteriormente. A análise que Elden empreende desse livro permite identificar já ali a aparição de uma característica que pode ser considerada o fundamento de celebrados momentos da obra de Foucault, entre eles seu argumento sobre o poder e sua recusa da hipótese repressiva, qual seja: o caráter produtivo da negatividade. O trecho a seguir, que contém citações das duas edições do primeiro livro de Foucault, é eloquente nesse sentido:

Ao passo que a Psicologia do século XIX tendia a analisar a doença mental de uma forma puramente negativa, ao enfatizar as funções suprimidas, as ausências e o modo como “a consciência do paciente é desorientada, obscurecida, reduzida, fragmentada”, há necessidade de uma explicação mais equilibrada (MMPE 19; MMPs 19/16). A doença mental paradoxalmente “apaga” e “ênfatiza”, “suprime” e “acentua”: “a essência da doença mental está não apenas no vazio que ela escava, mas também na plenitude positiva das atividades de substituição que preenchem esse vazio” (MMPE 20; MMPs 20/17) (p. 65).

Para além disso, o termo “arqueologia”, amplamente explorado por Foucault posteriormente, também é usado pela primeira vez nesse livro, para se referir a uma “arqueologia da libido” (p. 66). Ainda em *Maladie mentale et personnalité*, Elden observa como já estão em pauta temas relativos à exclusão e ao crime, notadamente quando Foucault caracteriza a rejeição social dos chamados doentes mentais e a

segregação que dela decorre como movimentos de recusa da sociedade em reconhecer-se a si mesma (pp. 71-74).

O segundo elo explorado por Elden pode ser resumido na investigação sobre o sentido da aparição de *Histoire de la folie* tendo em vista o que vinha sendo produzido por Foucault até então. Durante a primeira metade da década de 1950, junto a Jacqueline Verdeaux, Foucault cotraduziu o ensaio *Le rêve et l'existence* (1954). Seu autor, Ludwig Binswanger (1881-1966), foi um psiquiatra suíço notabilizado por seu pioneirismo em realizar uma associação entre a psicologia e a filosofia heideggeriana que culminou na chamada *Daseinsanalyse*, também conhecida por análise existencial. Não é surpreendente que Foucault tenha assumido a tarefa de traduzir *Le rêve et l'existence*, uma vez que se tratava de um texto capaz de articular dois de seus interesses à época, quais sejam, a psicologia e Heidegger (pp. 31 e 123). No entanto, Elden mostra que há uma razão de fundo mais elucidativa para sua disposição em não apenas colaborar com a tradução, mas também introduzir⁸ longamente o ensaio: a assimilação, por parte de Foucault, de um potencial crítico pertinente ao trabalho de Binswanger. Como designa o título, *Le rêve et l'existence* trata do sonho como um “acréscimo aos modos privilegiados de acesso à compreensão ontológica desenvolvidos por Heidegger”: o texto, assim, apresentava algumas sugestões de respostas a questões importantes para a antropologia filosófica (p. 85). Mas isso não é tudo. O ensaio fazia parte do conjunto de trabalhos formadores do que era, à época, a *Daseinsanalyse*, que por sua vez era o que de mais radical Foucault pôde encontrar, até aquele momento, como contraponto à psicologia hegemônica então vigente, resumida num diálogo truncado entre uma psiquiatria hospitalar biologicista e a

psicanálise. Tal radicalidade se expressa tanto na recusa de Binswanger a uma determinação unidimensionalmente biológica da existência (Binswanger, 1986, p. 82) quanto no fato de que, na leitura que Foucault faz do psiquiatra, encontra-se a possibilidade de compreender um elemento diante do qual o método freudiano seria “inadequado”, a saber: a “subjetividade radical da experiência do sonho” (Foucault, 1986b, p. 57). Na leitura de Foucault, ao passo que Freud enxerga o sonho como um discurso (p. 91), Binswanger propõe o sonho como uma fonte imaginativa que permite à investigação ontológica ir além da gramática já conhecida dos despertos:

Sonhar não é outra maneira de experimentar outro mundo, é para o sujeito sonhador a maneira radical de experimentar seu próprio mundo. Essa forma de experimentar é tão radical, porque a existência não se pronuncia como mundo. O sonho está situado naquele momento último em que a existência ainda é seu mundo; uma vez além, no alvorecer da vigília, já não é mais seu mundo. É por isso que a análise dos sonhos é decisiva para trazer à luz os significados fundamentais da existência (Foucault, 1986b, p. 59).

Para Foucault, essa perspectiva, que pode ser considerada aquela de uma psicologia fenomenológica, foi até certo ponto satisfatória considerando sua oposição à psicologia tradicional: “é crucial que o que ele encontra em Binswanger não é uma antropologia baseada em ‘positivismo psicológico’, mas, ao contrário, uma que está situada ‘dentro do contexto de uma reflexão ontológica’ (DE#1 I, 66; DIE 31)” (p. 90). É importante notar, contudo, que apesar de o potencial crítico da abordagem de Binswanger ter-se tornado referência para Foucault, foi dessa “noção de Psicologia feno-

menológica que Foucault se sentiu compelido a ir além” (Hoeller, 1986, p. 13). A partir da consulta a um manuscrito não publicado de Foucault sobre Nietzsche, produzido ainda nos anos 1950, Elden desenvolve uma análise sugestiva de que ao sonho, como fonte privilegiada para a investigação ontológica, poderiam se acrescentar dois outros elementos, considerados por Foucault experiências “relacionadas” com o sonho e entre si (Foucault *apud* Elden, 2021, p. 116), quais sejam: a “embriaguez” e a “loucura” (p. 116). Elden é cauteloso, mas direto: “a questão da desrazão aponta o caminho para futuras preocupações, ao passo que a análise tripartida talvez sugira por que Binswanger sozinho era insuficiente” (p. 116). Além disso, tal como nos indica o prefácio da edição em língua inglesa de *Dream and existence* (Hoeller, 1986, p. 10), é interessante como, numa entrevista de 1984, o próprio Foucault aponta para o modo como *Histoire de la folie* foi resultado da necessidade de superação do quadro analítico marxista e fenomenológico – este último representado por Binswanger (Hoeller, 1986, p. 13). Discorrendo sobre o período de produção de sua tese, Foucault indica: “foi quando eu primeiro entendi que o assunto teria de ser definido em outros termos que não o marxismo ou a fenomenologia” (Foucault, 1986a, pp. 176-177). Assim, se por um lado é sabido que Foucault propõe uma abordagem original para o problema da segregação dos loucos em *Histoire de la folie*, o que é menos conhecido é o fato de que essa abordagem adveio do aprofundamento – e da consequente necessidade de superação – de um potencial crítico que já figurava em trabalhos como o sobre Binswanger. Aparentemente, um dos motivos pelos quais a tese de Foucault se impele a atingir seu reconhecido grau de inovação é o de que a crítica heideggeriana de

Binswanger à psicologia se mostra, apesar de inspiradora, insuficiente. Apesar de seu caráter de superação, é pertinente notar, no entanto, que *Histoire de la folie* apresenta resíduos do envolvimento de Foucault com o pensamento de Binswanger. A inovação de Binswanger em aplicar Heidegger à psicologia se expressa de maneira bastante palpável na tese de Foucault: afinal, a doença mental em *Histoire de la folie* é vista, antes de mais nada, não como uma entidade encerrada em si mesma, mas como resultado da interação entre indivíduo e mundo. O que muda é a direção da investigação sobre essa interação:

Entre 1954, quando “*Dream, imagination and existence*” foi primeiro publicado, e 1961, quando *Folie et déraison* apareceu, houve claramente uma virada no pensamento de Foucault. Essa virada marcou uma mudança entre o mundo concreto e subjetivo do indivíduo – e as pré-condições para tal mundo – para uma análise histórica e política mais ampla dessas pré-condições (Hoeller, 1986, p. 13).

Assim, se *Histoire de la folie* pode ser vista como aprofundamento de um potencial crítico que culmina em sua própria superação, ela também carrega consigo alguns pressupostos comuns aos trabalhos que a antecederam. O envolvimento com a psicologia fenomenológica e o pensamento de Binswanger parece, nesse sentido, ter sido crucial para o aparecimento de *Histoire de la folie*.

Há ainda, como referido, um terceiro elo examinado pelo livro de Elden: aquele pertinente à relação de *Histoire de la folie* com as produções subsequentes de Foucault. Como Elden aponta:

O livro abre vários caminhos que Foucault exploraria mais tarde em detalhes. A discussão

sobre hospitais e medicina está diretamente ligada a *Naissance de la clinique*; a discussão sobre literatura e arte continua em muitos de seus outros escritos da década de 1960; o tema da organização do pensamento é desenvolvido em *Les mots et les choses*; e a abordagem histórica aqui empregada está consolidada em *L'archéologie du savoir*. A preocupação com o encarceramento e uma sociedade disciplinada e os poucos comentários sobre sexualidade levam a temas dos anos 1970 e posteriores. Foucault fez muitas anotações, aparentemente desse período, sobre sodomia, homossexualidade e hermafroditas. Esses temas talvez fossem destinados a um volume futuro na época, mas reaparecem em sua obra muitos anos depois, conforme ele persegue o projeto sobre a história da sexualidade (p. 146).

Em especial, destacamos uma dentre todas essas relações estabelecidas: aquela com os trabalhos de 1970. Elden não só ressalta a associação feita por Foucault entre os loucos encarcerados e os criminosos, na medida em que ambos são colocados num “espaço moral de exclusão’ (HM 18/8)” (Foucault *apud* Elden, 2021, pp. 143-144), mas também aponta para o trabalho que Foucault realiza com a noção de exclusão, situando-a como parte de um movimento que não apresenta apenas uma dimensão negativa, mas também de produção – característica que nos remete imediatamente ao seu posterior conceito de *poder*. De acordo com o próprio Foucault: “o confinamento não desempenhou apenas o papel negativo de exclusão, mas também o papel positivo de organização. Suas práticas e regulamentações constituíam um domínio da experiência que tinha unidade, coerência e função” (HM 96/82) (Foucault *apud* Elden, 2021, p. 144).

A partir da perspectiva que procuramos oferecer sobre o livro de Elden, vale ressaltar que possivelmente o ponto mais fecundo que

dele desponta é aquele que torna evidente a relação entre as atividades de Foucault na década de 1950 e a publicação de sua tese. Isso se dá tendo em vista ser frequente o destaque para uma suposta ruptura inexplicável que *Histoire de la folie* teria representado na trajetória intelectual de Foucault. Encontram-se considerações que classificam seus primeiros trabalhos como “orientados a conteúdo”, “não levando a nenhum lugar em particular”, pertinentes a um momento em que Foucault “ainda precisaria encontrar sua própria voz” e carentes de uma “extravagância estilística”, encontrada não obstante em *Histoire de la folie* e nos trabalhos posteriores (pp. 111-112).

Contrapondo-se a essas avaliações, *The early Foucault* demonstra sistematicamente a existência de diversos pontos de continuidade entre o assim chamado primeiro Foucault e o filósofo mundialmente reconhecido. Ao longo da leitura do trabalho de Elden, as fronteiras entre as conhecidas três fases da obra do autor se fundem, e são trazidos à luz pontos de comunicação que transcendem as limitações epistemológicas correspondentes à arqueologia, à genealogia e à ética (Davidson, 1988).

A maneira pela qual é definida por Elden a posição de *Histoire de la folie* é exemplo patente disso: é ressaltada tanto sua aparição a partir da crítica ao enquadramento ontológico-fenomenológico até então adotado por Foucault, quanto sua repercussão longínqua sobre o restante da obra do filósofo francês. Elden mostra que certos trabalhos subsequentes de Foucault – como aqueles relativos à punição e ao controle social –, raramente associados aos primeiros anos do autor como intelectual, desenvolvem tópicos que já haviam sido anunciados pela primeira vez em *Histoire de la folie*. Se o que parece atravessar todos esses elos entre os diversos momentos do pensamento de

Foucault é o imperativo da problematização e da crítica (Revel, 2012), a partir do livro de Elden, é possível conceber *Histoire de la folie* como o apogeu de uma série de exercícios de contestação, que começam com a crítica à psicologia hegemônica pela via da *Daseinsanalyse* e avançam para o deslocamento da abordagem ontológica da doença mental em direção à análise histórica⁹. Tendo em vista que, para Foucault, a “crítica do que somos é ao mesmo tempo a análise histórica dos limites que nos são impostos e um experimento com a possibilidade de ultrapassá-los” (Foucault, 1997, p. 319) e que numa de suas declarações expressas sobre sua tese o autor afirmou: “Quando escrevi *Histoire de la folie*, queria fazer uma espécie de crítica social” (Foucault, 2001c, p. 983), pode-se supor, graças ao trabalho de Elden, que muitas vezes os achados da história intelectual, ao mesmo tempo que problematizam a trajetória de um autor, podem, por outro lado, confirmar a avaliação que o próprio autor faz de sua obra.

Referências Bibliográficas

- BINSWANGER, Ludwig. (1986), “Dream and existence”. In: BINSWANGER, Ludwig & FOUCAULT, Michel. *Dream and existence*. New Jersey, Humanities Press, pp. 81-106.
- CHEVALLIER, Philippe & GREACEN, Tim. (2009), *Folie et justice*. Toulouse, Éditions érès.
- DAVIDSON, Arnold. (1988), “Arqueologia, genealogia, ética”. In: HOY, David (comp.). *Foucault*. Buenos Aires, Nueva Visión, pp. 243-257.
- DEFERT, Daniel. (2013), “Chronology”. In: FALZON, Christopher; O’LEARY, Timothy & SAWICKI, Jana (eds.). *A companion to Foucault*. Oxford, Blackwell.
- ERIBON, Didier. (1991), *Michel Foucault*. Londres, Faber.
- ERIBON, Didier. (2011), *Michel Foucault*. Paris, Flammarion.
- FOUCAULT, Michel. (1986a), *Death and the labyrinth: the world of Raymond Roussel*. Londres/ Nova York, Continuum.
- FOUCAULT, Michel. (1986b), “Dream, imagination and existence”. In: BINSWANGER, Ludwig & FOUCAULT, Michel. *Dream and existence*. New Jersey, Humanities Press, pp. 31-80.
- FOUCAULT, Michel. (1997), “What is Enlightenment?”. In: FOUCAULT, Michel. *Ethics: subjectivity and truth. Essential works of Michel Foucault*. Nova York, The New Press, pp. 303-319.
- FOUCAULT, Michel. (2001a), “Des supplices aux cellules. Entretien avec R.-P. Droit”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris, Gallimard, pp. 1584-1588.
- FOUCAULT, Michel. (2001b), “Entretien avec Michel Foucault. Entretien avec J. G. Merquior et S. P. Rouanet; trad. P. W. Prado Jr.”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris, Gallimard, p. 1025-1042.
- FOUCAULT, Michel. (2001c), “Folie, littérature, société. Entretien avec T. Shimizu et M. Watanabe; trad. R. Nakamura”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris, Gallimard, pp. 972-996.
- FOUCAULT, Michel. (2001d), “Le grand enfermement. Entretien avec N. Meinenberg; trad. J. Chavy”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris, Gallimard, pp. 1164-1174.
- FOUCAULT, Michel. (2001e), “Les monstruosités de la critique; trad. F. Durand-Bogarett”. In: FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits I, 1954-1975*. Paris, Gallimard, pp. 1082-1091.
- GUTTING, Gary. (1994), “Foucault and the history of madness”. In: GUTTING, Gary (ed.). *The Cambridge companion to Foucault*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 47-70.
- HACKING, Ian. (2014), “Déraison”. In: FAUBION, James. *Foucault Now: Current perspectives in Foucault studies*. Cambridge, Polity, pp. 38-51.

- HOELLER, Keith. (1986), "Editor's foreword". In: BINSWANGER, Ludwig & FOUCAULT, Michel. *Dream and existence*. New Jersey, Humanities Press, pp. 7-18.
- LYNCH, Richard. (2004), "Two bibliographical resources for Foucault's work in English". *Foucault Studies*, n. 1, pp. 71-76.
- MACEY, David. (1993), *The lives of Michel Foucault*. Londres, Hutchinson.
- NALLI, Marcos Alexandre Gomes. (2003), *Foucault e a fenomenologia: uma leitura da proto-arqueologia e de histoire de la folie (1954-1961)*. Campinas, tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 198 p.
- NALLI, Marcos Alexandre Gomes. (2009), "Um rastro a desaparecer na praia do pensamento: Foucault e a Fenomenologia". *Rev. Abordagem Gestalt.*, 15, (2): 108-114.
- PETERS, Gabriel. (2022), "A violência da (in)compreensão". *Tempo social*, 1 (34): 5-30.
- REVEL, Judith. (2012), "La pensée verticale: une éthique de la problématisation". In: GROS, Frédéric (org.). *Foucault: le courage de la vérité*. 2. éd. Paris, PUF, pp. 63-86.
- ROUDINESCO, Elisabeth et al. (1994), *Leituras da história da loucura*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará.
- YACINE, Jean-Luc. (2004), *La folie à l'âge démocratique ou L'après Foucault*. Nîmes, Théâtète éditions.
- Coelho Netto. Sobre a recepção do livro em diversos contextos, consultar, entre muitos outros: Gutting, 1994; Roudinesco, 1994; Yacine, 2004; Chevallier e Greacen, 2009.
3. Stuart Elden é professor de Teoria Política e Geografia na Universidade de Warwick.
4. Os outros volumes são, em ordem de publicação: *Foucault's last decade* (2016), *Foucault: The birth of power* (2017) e *The archaeology of Foucault* (no prelo). A ordem de publicação não obedece à cronologia dos estudos de Foucault, isto é: o trabalho sobre o primeiro Foucault não é o primeiro publicado por Elden. A ideia foi, segundo o autor, seguir a disponibilidade dos materiais de pesquisa.
5. Todas as traduções são nossas, a partir da edição original de *The early Foucault* (2021).
6. *A agrégation* é um exame que permite lecionar na França. Foucault realizou o exame duas vezes: uma, em 1950 – na qual foi reprovado –, e outra, em 1951 – quando foi aprovado em segundo lugar dentre os selecionados para a disciplina de Filosofia pp. 24-27).
7. "La recherche scientifique et la psychologie", publicado como parte da coletânea *Des chercheurs français s'interrogent: Orientation et organisation du travail scientifique en France*, editada por Jean-Édouard Morère em 1957.
8. A introdução de Foucault a *Le rêve et l'existence* ficou conhecida por superar em número de páginas o ensaio do próprio Binswanger. Assim sendo, é possível considerá-la mesmo como um ensaio comentador. Seu título em francês aparece meramente como *Introduction*. Em língua inglesa, a introdução foi intitulada "Dream, imagination and existence".
9. Por vezes, essa recusa de uma perspectiva existencial para a abordagem da doença mental é entendida como a negação da própria existência da doença mental em Foucault (Peters, 2022). Não obstante, são possíveis apreensões mais nuançadas desse movimento. Para uma discussão sobre o progressivo desaparecimento do termo *Déraison* e consequentemente da ideia de "alguma verdade subjacente sobre a loucura" nas sucessivas edições de *Histoire de la folie*, ver Hacking (2014, p. 42); para uma análise da protoarqueologia

Notas

1. "O *doctorat ès lettres* é um doutorado superior, às vezes chamado de *doctorat d'État*, e mais próximo de um *Habilitationschrift* alemão ou de um DSc ou DLitt anglófono do que de um PhD moderno" (p. 149).
2. A primeira edição brasileira foi publicada em 1978, pela editora Perspectiva, sob o título *História da loucura na Idade Clássica*. Em 2019, foi publicada uma edição especial, revista e atualizada, também pela Perspectiva. Em ambas as edições, a tradução é de José Teixeira

em Foucault e de sua relação com a fenomenologia,
consultar Nalli (2003; 2009).

Texto recebido em 02/12/2022 e aprovado em
30/03/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.205246.



Maria Eduarda Mota Rocha (org.), *Bourdieu à brasileira*. Rio de Janeiro, Confraria do Vento, 2022, 388 pp.

Por Amurabi Oliveira
Universidade Federal de Santa Catarina,
Florianópolis, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-7856-1196>

O livro *Bourdieu à brasileira*, de Maria Eduarda da Mota Rocha, constitui um trabalho fundamental para o debate em torno da recepção da obra de Pierre Bourdieu (1930-2002) no Brasil, algo que já tem sido feito por um conjunto de pesquisadores (Frota e Passiani, 2009; Ortiz, 2013; Bortoluci, Jackson e Pinheiro, 2015; Campos e Szwako, 2020; Miceli, 2021; Oliveira e Silva, 2021; Rocha e Peters, 2020; Ferreira, 2022; Rocha, 2022). Rocha é a organizadora

e principal autora dessa obra, que conta ainda com colaborações de autores do Brasil e da França. Esse trabalho é fruto de uma pesquisa rigorosa realizada no Fundo de Arquivos Pierre Bourdieu, sediado na École Pratique de Hautes Études, focada, sobretudo, nas cartas trocadas entre Bourdieu e cientistas sociais brasileiros, que representam a proporção mais expressiva da correspondência que Bourdieu mantinha com intelectuais da América Latina¹, de modo que o foco deste trabalho recaia, sobretudo, sobre o papel dos agentes que mediarão a recepção da obra de Bourdieu no Brasil. Encontra-se ainda em curso a organização da obra *Bourdieu et les Amériques*, que amplia o escopo da discussão².

Uma das principais qualidades dessa obra é visibilizar o papel ativo que os pesquisadores brasileiros desempenharam na recepção de Bourdieu. Ainda que o país não tenha chegado a ocupar uma posição semelhante aos Estados Unidos, pode-se afirmar que foi um dos polos nodais no processo de circulação e transnacionalização de sua obra, ficando em uma posição intermediária entre os Estados Unidos e os demais países da América Latina. Embora Bourdieu nunca tenha visitado o Brasil, ou que não tenha supervisionado um número expressivo de pesquisadores em sua formação pós-graduada³, não significa que não haja mantido um intenso diálogo intelectual e formado uma rede de colaboradores.

O primeiro capítulo intitula-se “A fabricação internacional das ciências sociais: Bourdieu e as Américas”, de Amin Pérez e Franck Poupeau. Para os autores, o projeto “Bourdieu e as Américas” constitui “um ponto de partida para analisar, sob um ângulo próprio, a questão da globalização das ciências sociais” (p. 23). Eles ainda chamam a atenção de que a internacionalização da ciência em Bourdieu não é simples-

mente exportar determinada sociologia, pois a dimensão internacional é constitutiva de sua obra, incluindo aí sua rede de colaboradores desde suas pesquisas na Argélia; ademais, deve-se considerar ainda as práticas existentes nos centros de pesquisa para formar jovens pesquisadores de diferentes nacionalidades, imbuídos de um espírito comparativo internacionalista.

Rocha é a autora principal dos cinco capítulos seguintes, sendo o primeiro deles “A internacional científica e o Bourdieu tupiniquim”. A autora destaca neste que o próprio autor buscou articular uma internacional científica, principalmente a partir da revista *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, além dos espaços nos quais recebia pesquisadores internacionais, como o Centro de Sociologia Europeia e o Centro de Sociologia da Educação, contando ainda com a participação de membros de sua equipe francesa que atuavam como verdadeiros “emissários” de sua obra, como foi o caso de Monique de Saint Martin junto ao Brasil. Rocha menciona que a tônica da correspondência vai mudando ao longo do tempo, de modo que as cartas das décadas de 1970 e 1980 refletem relações duradouras com o sociólogo francês, ao passo que as da década de 1990 tendem a refletir contatos mais efêmeros.

A autora segue em “Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil”, focando nos agentes que estiveram à frente do processo de mediação da obra de Bourdieu no Brasil. Ela também entrevistou alguns dos principais cientistas sociais que estiveram envolvidos nesta rede, além de incorporar outras fontes de pesquisa. Destacam-se prontamente nessa rede os nomes de Moacir Palmeira, que entra em contato com a obra de Bourdieu durante sua formação doutoral na França,

sendo responsável pela tradução de seu primeiro texto no Brasil, “Campo intelectual e projeto criador”⁴, bem como o de Sérgio Miceli, que em 1970 escreveu para Bourdieu propondo traduzir e organizar alguns de seus textos, formando a coletânea *A economia das trocas simbólicas*, publicada originalmente em 1974. Rocha demonstra o papel ativo que Bourdieu teve no processo de circulação de seus trabalhos, discutindo conceitos e ideias presentes nas apresentações escritas para sua obra, que estava sendo traduzida para o português. Paulatinamente outros agentes ingressaram nessa rede e assumiram também o papel de mediadores da obra de Bourdieu, como Renato Ortiz, Maria Andrea Loyola, Lygia Sigaud, José Sérgio Leite Lopes, Afrânio Garcia Júnior, dentre outros. Apesar do êxito da rede, Rocha também destaca as tensões que emergiam, como quando Bourdieu delegou a Moacir Palmeira a organização de uma reunião preparatória em São Paulo, e “O que é certo é que houve recusa do grupo do Museu de remeter antecipadamente o material, porque essa solicitação foi entendida como a explicitação de uma posição subalterna diante dos franceses, já que tal exigência não se colocava como exigência para os membros do Centro que iriam participar das discussões” (p. 73).

No capítulo seguinte, intitulado “Bourdieu e a sociologia da cultura no Brasil”, Rocha indica como o trabalho do sociólogo francês foi fundamental para a diversificação teórica no Brasil, especialmente na sociologia da cultura. Ainda que demarque a relevância dos trabalhos pioneiros de Roger Bastide e Antonio Candido na formação desse campo, ela enfatiza o papel decisivo que Miceli teve na introdução de uma perspectiva bourdieusiana na sociologia da cultura, o que se vinculava à própria trajetória de Miceli como tradutor e

editor das obras de Bourdieu no Brasil, e também como orientando de doutorado, uma vez que sua tese foi fundamental para a legitimação da perspectiva bourdieusiana na sociologia da cultura brasileira. Um dado importante destacado por Rocha é que tanto Miceli ainda ocupava uma posição periférica no campo acadêmico brasileiro naquele momento como jovem professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em São Paulo, como também o próprio Bourdieu ainda não havia atingido o *status* que posteriormente alcançou ao se tornar professor do Collège de France⁵. A autora salienta que a legitimação desse campo se deu de forma concomitante à legitimação dos dois sociólogos em seus respectivos contextos, Pierre Bourdieu na França (e fora dela), e Sergio Miceli no Brasil, uma vez que apenas ingressou na Universidade de São Paulo (USP) em 1988, tendo sido o último a integrar o departamento de sociologia por convite. Também é na década de 1980 que Renato Ortiz organizou na coletânea *Grandes cientistas sociais* um volume dedicado a Bourdieu, escrevendo uma apresentação que teve um peso relevante na interpretação do autor no país.

Dedicando-se de forma mais atenta ao “ramo do Rio”, Rocha escreve “Bourdieu e a antropologia das classes dominadas no Museu Nacional do Rio de Janeiro”. É importante lembrar o conjunto de acontecimentos que estavam ocorrendo de forma concomitante: no mesmo ano em que saiu no Brasil o primeiro texto de Bourdieu também foi fundado o Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional. Destacavam-se na primeira geração de pesquisadores desse programa aqueles que desenvolveram uma agenda de pesquisa no Nordeste brasileiro, conhecidos como “grupo da zona da mata”, para os quais a divisão disciplinar entre a socio-

logia e a antropologia não se colocava de forma intransponível. A tese de doutorado de Moacir Palmeira traz influências de Bourdieu, tendo sido pioneiro em aplicar alguns dos conceitos bourdieusianos para a compreensão do campo na sociedade brasileira. Identificam-se três momentos distintos na relação que Bourdieu estabeleceu com o “grupo da zona da mata”: no primeiro, há o contato inicial principalmente através de Palmeira; no segundo, ocorrem a consolidação da parceria e a incorporação de novos pesquisadores do Museu Nacional; e, no terceiro, a partir de meados dos anos de 1980, passam a estabelecer relações mais duradouras com outros investigadores franceses parceiros de Bourdieu.

Em “Uma rede de cooperação franco-brasileira e seu ramo paulista”, Rocha demonstra o desenvolvimento de uma forma própria de socialização científica, para a qual as estadias nos centros de pesquisa franceses eram fundamentais. Para além de Miceli, Rocha sublinha o papel de Maria Andrea Loyola, assinalando como a incorporação de Bourdieu no núcleo de São Paulo não ocorreu exclusivamente através do Departamento de Sociologia da USP, em que pese sua relevância. O destaque nesse capítulo é para o fato de que, apesar de Miceli ser o pivô inicial do grupo de São Paulo, sua agenda no campo da sociologia da cultura exerceu-se de forma mais “solitária”, ao passo que seus colaboradores seguiram por outros campos, o que também contribuiu para a consolidação de Bourdieu nas ciências sociais brasileiras.

A última parte do livro volta-se não exclusivamente para a análise dos mediadores da obra de Bourdieu no Brasil, mas para seu impacto em alguns campos específicos, como no caso da educação, teoria social e estrutura social. Thiago Ponica Pontes, em “Sombras hermenêuticas de uma força viva: Pierre

Bourdieu e o espaço da educação no Brasil”, retoma algumas questões já expostas nos capítulos anteriores, referentes ao papel dos primeiros mediadores da obra de Bourdieu no Brasil. Destaca como outros agentes passaram a ter um papel relevante na introdução de Bourdieu no campo educacional, como José Carlos Garcia Durand, então professor da FGV em São Paulo, que organizou com Lia Machado Zanotta a coletânea *Educação e hegemonia de classe*, publicada em 1979, que contava com dois artigos de Bourdieu. Pontes ainda ressalta a controversa recepção de *A reprodução*, publicada em 1975 no Brasil, que parecia contrastar com as “teorias críticas” de Paulo Freire. Há ainda um esforço em realçar os mediadores que assumiram um papel de destaque no campo educacional, como Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani, que organizaram a coletânea de textos de Bourdieu *Escritos de educação*, publicada em 1998, que colaborou para consolidar o sociólogo francês como um cânone na sociologia da educação brasileira.

Gabriel Peter, em “Bourdieu fora do lugar? dilemas na recepção de sua obra na teoria social brasileira”, realiza um esforço de aplicar a teoria bourdieusiana para a compreensão da circulação internacional de seu trabalho, situando sua recepção no Brasil na própria história da institucionalização das ciências sociais no país. Peters aprofunda o debate sobre o porquê de o grupo vinculado ao Museu Nacional ter alcançado um *status* menor enquanto divulgador da obra de Bourdieu no Brasil em comparação com o grupo paulista, o que em grande medida se vincularia ao fato de que o primeiro grupo focou mais na utilização criativa das ferramentas oriundas da obra de Bourdieu, que na sistemática divulgação de seu trabalho. O autor chama a atenção para o papel de Miceli, que “não apenas a utilizou [a teoria de Bourdieu]

como ferramenta substantiva de pesquisa, mas dedicou-se a disponibilizar e apresentar as teses e conceitos teóricos de Bourdieu como um arcabouço autônomo” (p. 285). Destaca ainda como essas apropriações do sociólogo francês têm ocorrido por meio de autores brasileiros contemporâneos (tomando o caso de Jessé Souza) e de espaços institucionais (os Grupos de Trabalho da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais e da Sociedade Brasileira de Sociologia), demonstrando que não há apenas uma replicação de suas ferramentas teóricas, mas também uma utilização criativa, ainda que essas tensões entre teoria e empiria apareçam continuamente no debate sobre a recepção de sua obra.

No capítulo final, intitulado “A classe, a raça e a distinção: Bourdieu e o debate mais recente sobre estrutura social no Brasil”, Ana Rodrigues Cavalcanti Alves e Maria Eduarda da Mota Rocha partem da recepção da obra *A distinção* no Brasil, e da controvérsia acerca do texto “Sobre as artimanhas da razão imperialista”, escrito por Bourdieu e Loïc Wacquant, que incidiu sobre os estudos das relações raciais no Brasil. Apesar de *A distinção* ter sido publicada originalmente em 1979 na França, constituindo um dos trabalhos mais citados de Bourdieu, apenas em 2007 ocorreu sua publicação no Brasil, embora antes de sua tradução para o português já fosse uma obra que circulava intensamente nas ciências sociais brasileiras, representando uma referência fundamental para os estudos de classes sociais no Brasil, bem como da cultura. Por outro lado, a recepção de suas discussões sobre raça ocorreu de modo mais controverso, de modo que na correspondência analisada havia inclusive cartas de pesquisadores brasileiros que escreveram para Bourdieu não apenas discordando de sua posição, como indicando

seu desconhecimento do acúmulo de produção sobre o tema na sociologia brasileira. De forma sintética, Bourdieu e Wacquant tomam os estudos sobre raça no Brasil como um exemplo do imperialismo cultural americano, secundarizando o próprio debate já existente no Brasil. Para Alves e Rocha, o modo como a obra de Bourdieu foi apropriada no Brasil reforçou a perspectiva dos pesquisadores que privilegiam a classe como categoria de análise das desigualdades sociais, e não a raça.

Bourdieu à brasileira constitui uma das obras de maior fôlego escritas nos últimos tempos sobre a recepção de Bourdieu, não apenas no contexto brasileiro. Há um esforço em produzir uma sociologia bourdieusiana da sociologia de Bourdieu no Brasil, visibilizando não apenas como determinados conceitos e categorias vão sendo apropriados nas ciências sociais brasileiras, mas como esse processo é produzido por agentes implicados a partir de relações pessoais e acadêmicas com Bourdieu. O livro ainda possui a grande qualidade de demarcar a posição intermediária que o Brasil teve e tem na circulação internacional da obra de Bourdieu, pois, embora não tenha ocupado a mesma proeminência que os Estados Unidos – país que Bourdieu visitou inúmeras vezes –, destacou-se entre os países latino-americanos, e dentro do Sul Global de uma forma mais ampla. Desse modo, *Bourdieu à brasileira* torna-se desde já uma obra fundamental para a compreensão da circulação da obra de Bourdieu para além do Norte Global, e especialmente na América Latina.

Referências Bibliográficas

- BORTOLUCCI, José Henrique; JACKSON, Luiz C. & PINHEIRO, Fernando A. (2015), “Contemporâneo clássico: a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil”. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 94: 217-254.
- CAMPOS, Luiz Augusto & SZWAKO, José. (2020), “Biblioteca bourdieusiana ou como as ciências sociais brasileiras vêm se apropriando de Pierre Bourdieu (1999-2018)”. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (91): 1-25.
- FERREIRA, Adir Luiz. (2022), “As marcas da sociologia de Bourdieu no Brasil: da chegada ao atual reconhecimento”. *Revista de Sociología de la Educación-Rase*, 15 (2): 201-224.
- FROTA, Wander Nunes & PASSIANI, Enio. (2009), “Entre caminhos e fronteiras: a gênese do conceito de ‘campo literário’ em Pierre Bourdieu e sua recepção no Brasil”. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, (34): 11-41.
- MICELI, Sergio. (2021), “A recepção de Pierre Bourdieu no Brasil: Circunstâncias e mediadores”. *Sociologias Plurais*, 7 (3): 14-27.
- OLIVEIRA, Amurabi & SILVA, Camila Ferreira. (2021), “A recepção de Pierre Bourdieu na Sociologia da Educação brasileira”. *Cadernos de Pesquisa*, 51: 1-17.
- OLIVEIRA, Amurabi & SILVA, Camila Ferreira. (2022), “Pierre Bourdieu, catedrático de sociologia no Collège de France”. *Educação e Pesquisa*, 48: 1-18. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202248253814>.
- ORTIZ, Renato. (2013), “Nota sobre a recepção de Pierre Bourdieu no Brasil”. *Sociologia & Antropologia*, 3: 81-90.
- ROCHA, Maria Eduarda & PETERS, Gabriel. (2020), “Facetas de um Bourdieu tupiniquim: Momentos de sua recepção no Brasil”. *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, (91): 1-30. Disponível em <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/494>.
- ROCHA, Maria Eduarda da Rocha. (2022), “Uma travessia transatlântica: a primeira geração de mediadores e mediadoras da obra de Bourdieu no Brasil”. *Tempo Social*, 34 (1): 31-53.

Notas

1. É indicada nesta obra a existência de 433 cartas com autores latino-americanos, das quais 251 dizem respeito ao Brasil.
2. Ambos os trabalhos se originam a partir da organização do evento promovido pela École des Hautes Études de l'Amérique Latine em 2019, intitulado Bourdieu et les Amériques: une Internationale Scientifique.
3. Bourdieu supervisionou o trabalho de formação pós-graduada de dois pesquisadores brasileiros: Aspásia Camargo, que concluiu em 1969 o mestrado na Universidade de Paris II sob sua supervisão, e Sérgio Miceli, que em 1978 defendeu a tese de doutorado na École des Hautes Études en Sciences Sociales.
4. Este trabalho constava em um volume de 1966 da revista *Les Temps Modernes*, organizado por Jean Pouillon, que fora publicado integralmente no Brasil em 1968 por Palmeira, com o título de *Problemas do estruturalismo*.
5. Bourdieu tornou-se catedrático de sociologia no Collège de France em 1982, o que refletia o momento mais alto de sua consagração como acadêmico no campo intelectual francês (Oliveira e Silva, 2022).

Texto recebido em 14/11/2022 e aprovado em 20/03/2023.

DOI: 10.11606/0103-2070.ts.2023.204442.

